



Ensino Médio

série

2ª História Geral e do Brasil

Manual exclusivo do aluno

Revolução Americana

Revolução ou Independência?

O processo de ruptura das Treze Colônias com a metrópole inglesa foi o primeiro a ocorrer na América e representou um dos primeiros sinais de abalo do poderio europeu durante o chamado Antigo Regime.

A Independência, também denominada por muitos de Revolução Americana, é um episódio controverso para os historiadores. Alguns deles alegam que a ruptura com a Inglaterra representou a formação de uma “nova ordem”, o que a caracterizaria como uma Revolução. Essa tese pode ser reforçada pelo fato de os colonos possuírem práticas políticas próprias, como a atuação de conselhos representativos das comunidades, o que garantia uma maior participação dos indivíduos nas decisões políticas. Como consequência disso, instaurou-se o desejo de consagrar a “liberdade” e de consolidar o direito de participar das decisões públicas, de ser admitido no mundo político, o que foi importante para o processo de Independência. Aceitando-se esses aspectos, é possível caracterizar a ação dos colonos como revolucionária.

De acordo com o pensador francês Alexis de Tocqueville, que visitou os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX e escreveu a clássica obra *A democracia na América*:

Ali a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder, a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a idéia de ir procurá-la noutra parte. O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do Poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressentem esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Por outro lado, existem historiadores que apontam as limitações desse movimento. Uma delas seria o fato de não existir, ainda naquele período, uma unidade entre os americanos. Por isso, a Independência não teria sido motivada pelo sentimento nacionalista em relação aos Estados Unidos, que de fato nem existia, mas sim por uma repulsão aos ingleses.

Por ter sido encabeçado por uma elite colonial que se sentia prejudicada em seus interesses econômicos, o movimento não previa a adoção imediata do sufrágio universal, além de defender a manutenção da escravidão. No século XX, a segregação racial ainda presente levou o ativista negro Martin Luther King a proferir seu célebre discurso “Eu tenho um sonho”, em que afirmava:

De certo modo, viemos à capital de nossa nação para descontar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as palavras magníficas da Constituição e da Declaração de

Independência, eles estavam assinando uma nota promissória de que todo americano se tornaria herdeiro. Essa nota era a promessa de que todos os homens, sim, negros assim como brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade. É óbvio hoje que a América não pagou essa nota promissória no que concerne aos seus cidadãos de cor. Em vez de honrar essa obrigação sagrada, a América deu ao povo negro um cheque sem fundos; um cheque que foi devolvido com a anotação: “fundos insuficientes”. Nós nos recusamos a acreditar que há fundos insuficientes na grande caixa forte de oportunidades desta nação. E assim viemos para descontar esse cheque, um cheque que vai nos assegurar as riquezas da liberdade e a segurança da justiça.

Martin Luther King

Apesar das diferenças, ambas as interpretações são pertinentes e acreditamos que o seu conhecimento facilite a análise do processo que culminou na autonomia das Treze Colônias.

Antecedentes

A colonização inglesa na América do Norte, em especial nas colônias do norte, não se caracterizou por um planejamento sistemático. Isso porque a situação interna conflituosa pela qual passava a Inglaterra entre os séculos XV e XVII, marcada pelo fim da Guerra dos Cem Anos, pela Guerra das duas Rosas, pela Reforma Anglicana e pela Revolução Inglesa, impedia a atuação efetiva da metrópole na América. Somadas a isso, as características de algumas colônias fizeram com que sofressem pouca interferência da metrópole, levando a um distanciamento desta. Foi comum, nesse caso, a prática do self-government, ou seja, o autogoverno pelos colonos da América.

Não se deve concluir, no entanto, que a Coroa britânica abandonou seus territórios coloniais. Várias foram as legislações que buscavam aumentar o seu controle sobre a região, tanto que a sua intensificação no século XVIII foi um dos principais fatores que levaram ao processo de Independência das Treze Colônias.

Razões para a Independência

Vários conflitos ocorridos entre os países europeus durante a Idade Moderna geraram repercussões nas Américas. Em muitos casos, as batalhas estavam vinculadas aos domínios coloniais no continente americano e contaram com a participação das colônias. No entanto, ao final de cada um desses conflitos, os tratados estabelecidos entre as potências da Europa nem sempre refletiam o interesse dos colonos. Muitas das conquistas territoriais promovidas pelos colonos eram desfeitas por tratados firmados entre os europeus.

A **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763), por exemplo, foi um conflito entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle comercial e marítimo de colônias localizadas nas Índias Orientais e na América do Norte. A luta no continente americano foi denominada Guerra Franco-Índígena e dela participaram a Inglaterra e as suas colônias norte-americanas contra a França, aliada aos

indígenas. A derrota francesa permitiu o início do controle inglês sobre a região das Índias e afastou as pretensões da França sobre o continente americano. Diante da menor possibilidade de invasões francesas, os colonos americanos se sentiam menos dependentes do Exército britânico para sua defesa, o que fortalecia a sensação de autonomia. Além disso, ao participarem da guerra, os colonos haviam experimentado a prática militar e lutado de maneira unificada contra um inimigo comum.

Apesar das conquistas coloniais, a Inglaterra, visando a garantir o seu controle sobre a América do Norte, decidiu manter um Exército regular na região, repassando os custos da ação militar e da guerra para os colonos por meio do aumento de impostos.

A vitória da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos gerou também o aumento do interesse dos colonos pela região compreendida entre os Montes Apalaches e o Rio Mississippi, que era propícia ao comércio de peles e ao cultivo do fumo. Essa região, no entanto, era ocupada por várias tribos indígenas, tornando o conflito entre os dois lados inevitável. Após uma série de confrontos, os indígenas foram derrotados, mas, ainda assim, as pretensões dos colonos de acesso à região foram frustradas, pois um decreto em 1763, do rei George III, proibiu a presença dos colonos naquela área.

A Declaração de 1763 (ou Linha de Proclamação Régia) foi um dos fatores fundamentais para o desencadeamento do processo de Independência, pois, ao mesmo tempo que feria os interesses dos colonos, representava o início de uma política de interferência metropolitana mais efetiva nos assuntos coloniais.

A interferência cada vez mais forte da Inglaterra nos assuntos coloniais se deveu a alguns fatores específicos. Em primeiro lugar, era necessário recuperar os cofres ingleses após os gastos militares em várias guerras. Assim, o aumento da exploração sobre as colônias americanas era uma saída para esse problema. Além disso, a partir da segunda metade do século XVIII, a Inglaterra vivia os primórdios da Revolução Industrial, e a América poderia alimentar esse processo através do fornecimento de matéria-prima, como o algodão, além de representar um importante mercado consumidor para os produtos ingleses. Pode ser ressaltado, ainda, que os gastos ingleses com seu Império em expansão também contribuíram para o aumento da opressão.

No plano ideológico, foram fundamentais para a eclosão do movimento emancipacionista as ideias iluministas, em especial as de John Locke. Tais influências chegavam às colônias através dos filhos das elites que haviam estudado nas universidades inglesas. Locke defendia a teoria do contrato social e afirmava que o Estado deveria ser capaz de garantir os direitos naturais e inalienáveis dos indivíduos. A não garantia destes dava aos cidadãos o direito de se rebelarem contra o governo, caracterizando, portanto, o direito de resistência à tirania dos governos considerados injustos.

Além disso, John Locke defendia que a participação política determinava a validade de uma lei. Posto que as leis a que estavam submetidos os colonos eram votadas exclusivamente pelo Parlamento inglês, sem o consentimento dos americanos, aquela situação inevitavelmente se tornaria insustentável.

No momento em que a Coroa aumentou a opressão por meio de um conjunto de leis repressivas, os colonos, influenciados pelo Iluminismo, questionaram a validade de tais atos, afirmando a máxima: “No taxation without representation” (Não à taxação sem representação). Entre as leis coercitivas que foram criadas com o objetivo de reforçar os laços coloniais, destacam-se:

Lei do Açúcar (1764)

Enquanto os colonos ainda se encontravam descontentes com a Declaração de 1763, o Parlamento inglês aprovou o Sugar Act. A justificativa para a lei, segundo os britânicos, era a necessidade de arrecadar recursos para a segurança e para a proteção das colônias contra ataques estrangeiros. Além disso, a Lei do Açúcar era um dispositivo que visava à redução dos encargos fiscais pagos pelos cidadãos ingleses, transferindo parte dessas obrigações para os colonos. Uma lei semelhante já existia desde 1733, mas tinha sido ineficaz devido à dificuldade de fiscalização e à ação de contrabandistas.

A lei de 1764 estabelecia impostos adicionais para a compra de açúcar e outros produtos estrangeiros, como artigos de luxo, vinho, café e seda. Com o aumento dos preços dos produtos estrangeiros, os colonos se viam na obrigação de comprar produtos diretamente dos ingleses ou das outras colônias inglesas, como o açúcar oriundo de colônias inglesas nas Antilhas.

Tal medida afetava diretamente os envolvidos no comércio triangular, que, em muitos casos, adquiriam o melaço com melhores condições em outras regiões, como nas colônias francesas e espanholas da América Central, para viabilizar a compra de escravos na África. O descontentamento aumentou ainda mais devido à severa fiscalização por parte da Marinha inglesa, que patrulhava os portos, inspecionava os navios e vasculhava os armazéns americanos em busca de mercadorias contrabandeadas. Além de vários protestos, os colonos também boicotaram os produtos ingleses.

Lei do Selo (1765)

Essa lei determinava que documentos públicos, como jornais, cartazes e diplomas, fossem taxados. Essa medida foi a primeira a provocar uma reação organizada por parte dos colonos contra as leis mercantilistas, já que, diferentemente das outras taxações indiretas, os lucros obtidos através dessa cobrança eram encaminhados diretamente para os cofres da Coroa.

Além de manifestações e do boicote aos produtos ingleses, os colonos organizaram o Congresso da Lei do Selo, que redigiu a Declaração dos Direitos e das Reivindicações. Pelo documento, reafirmava-se a fidelidade dos americanos ao rei Jorge III, exigindo-se que os colonos tivessem o mesmo tratamento dispensado aos súditos ingleses, principalmente em relação à questão da representatividade no Parlamento inglês. Também era exigida a revogação das demais leis que restringiam o comércio. As convulsões geradas pela aprovação da lei foram tão intensas que levaram à sua revogação pelo Parlamento inglês em 1766.

Atos Townshend (1767)

Decretados pelo ministro da Fazenda, Charles Townshend, esses dispositivos taxavam produtos como chumbo, vidro, corantes e chá. As novas taxas retomavam o sistema de taxaço indireta, anterior à Lei do Selo. Essas medidas foram acompanhadas da nomeação de novos funcionários para combater o contrabando nas colônias. Novas reações ocorreram, gerando, inclusive, um confronto direto entre colonos e soldados britânicos que ficou conhecido como “o massacre de Boston”. A morte de cinco colonos fez com que o evento fosse usado na propaganda contra os ingleses. Novamente, assistiu-se à anulação das medidas por parte do Parlamento inglês.

Lei do Chá (1773)

O chá faz parte da tradição inglesa e era amplamente consumido nas Treze Colônias. Seu preço vinha sofrendo quedas constantes tanto na Inglaterra quanto nas colônias e seu consumo se tornava cada vez mais popular. No entanto, desde a edição dos Atos Townshend, os americanos vinham se recusando a comprar o chá trazido pelos ingleses, pois, mesmo com os baixos impostos, os colonos não aceitavam o fato de estes serem cobrados pela Inglaterra.

A Companhia das Índias Orientais, de origem inglesa, que comercializava o chá, era a principal prejudicada pela baixa dos preços e pela recusa dos americanos. Para promover a recuperação da Companhia, o Parlamento britânico, que possuía inúmeros acionistas na empresa, concedeu o monopólio da venda do chá na América à Companhia das Índias.

Além de boicotarem o chá inglês, os colonos, que aumentaram o consumo de café e de chocolate, atacaram o carregamento de chá de três navios da Companhia no porto de Boston, disfarçados de índios, no episódio que ficou conhecido como a “Festa do chá de Boston”.



Boston tea party, quadro de Nathaniel Currier. Durante o evento, em Massachusetts, gritou-se: “O porto de Boston virou um bule de chá essa noite.”

Leis Intoleráveis (1774)

Após os eventos que se seguiram à Lei do Chá, a reação do Parlamento foi dura. Um conjunto de leis foi aprovado visando a desencorajar os atos de rebeldia, e, por isso, essas leis foram chamadas pelos colonos de Leis Intoleráveis.

Entre as medidas, destacavam-se o fechamento do porto de Boston, até que todo o prejuízo do lançamento do carregamento de chá ao mar fosse indenizado; a suspensão de todos os benefícios anteriormente concedidos à colônia de Massachusetts; o impedimento de toda e qualquer manifestação pública contra a metrópole; a transferência dos julgamentos de crimes cometidos em território americano para os britânicos, além da obrigatoriedade da concessão de alojamento por parte dos colonos aos soldados ingleses.

Ato de Quebec (1774)

A intenção desse Ato era reforçar o domínio inglês sobre a região do Canadá, obtida após a vitória sobre a França na Guerra dos Sete Anos. Pelo Ato, o território do Quebec teve suas fronteiras fixadas ao sul no Rio Ohio e estaria limitado ao oeste pelo Rio Mississippi, impedindo, assim, a expansão dos colonos para o oeste. Além disso, o Ato de Quebec permitia a manutenção de leis francesas na região, assim como a tolerância religiosa naquela região de maioria católica. Publicado no mesmo ano das chamadas Leis Intoleráveis, o Ato foi visto como uma nova afronta e como uma aproximação da Inglaterra com o catolicismo.

Após o contexto descrito, no qual houve a tentativa de imposição de rígidas práticas mercantilistas pelos ingleses às suas colônias, estas tiveram a sua liberdade cerceada, o que levou os colonos a acreditarem que a implementação de reformas liberais seria a solução para que pudessem se desvencilhar das imposições metropolitanas.

Declaração de Independência

Como já foi dito, o que reuniu os colonos no momento da Independência não foi necessariamente um sentimento nacional e sim a rejeição à Inglaterra, principalmente após o reforço da política colonial. Inicialmente, parte da elite, principalmente dos sulistas,

era contrária à luta contra os ingleses, pois os sulistas eram dependentes do mercado inglês. Havia também a preocupação com a radicalização do movimento, ou seja, o medo de que a separação levasse à rebeldia dos escravos e das classes populares em busca de maior liberdade. Entretanto, no momento em que perceberam que seus interesses estavam ameaçados, esses grupos passaram a protestar contra as pressões inglesas.

A difusão das ideias contestatórias foi realizada a partir de sociedades secretas que reuniam os descontentes com as medidas inglesas. Era comum a leitura de textos iluministas, em especial os de John Locke. Entre as sociedades secretas mais atuantes, estava a sociedade dos “Filhos da Liberdade” e sua versão feminina, as “Filhas da Liberdade”, que exigia a participação das mulheres na vida política.

A organização da resistência colonial ganhou consistência com o Primeiro Congresso Continental, realizado na Filadélfia em 1774, quando os representantes da Virgínia e de Massachusetts adotaram uma série de resoluções. Durante o Congresso – que contou com delegados de todas as colônias, com exceção da Geórgia –, foi reafirmada a fidelidade dos colonos ao rei inglês, mas exigiu-se o respeito aos seus direitos.

Os participantes diziam defender os direitos naturais, como a liberdade, a vida e a propriedade, e firmaram um pacto de apoio mútuo. Também se comprometeram a manter o boicote aos produtos ingleses, a não vender produtos à Inglaterra ou à Companhia das Índias e a se reunirem novamente no caso do não atendimento das reivindicações e da revogação das Leis Intoleráveis.



Na tela representada, os colonos reunidos durante o Segundo Congresso da Filadélfia fazem uma oração antes de iniciar as discussões.

Ao mesmo tempo que o Primeiro Congresso da Filadélfia optava por uma posição mais moderada, também foi fundamental a divulgação, entre os colonos, dos ideais separatistas por meio de panfletos, como o *Senso Comum*, de Thomas Paine. O autor atacava a monarquia inglesa e defendia a emancipação política, a elaboração de uma Constituição e o estabelecimento do regime republicano. O texto, de cerca de 50 páginas, foi importante arma de propaganda e acabou colaborando para convencer os setores mais conservadores da necessidade da Independência.

Por outro lado, percebendo o avanço dos movimentos de rebeldia, a Coroa aumentou o número de tropas

enviadas ao continente americano. Em meio a essa situação, a elite colonial se organizou no Segundo Congresso Continental (1775), também na Filadélfia, que contava agora com o apoio de todas as colônias. Após um início em que prevaleceram os argumentos dos conservadores, os representantes das colônias acabaram se posicionando a favor da separação. Colaboraram para isso a crença de que os ingleses mantinham a prática de violação de alguns direitos, a divulgação do *Senso Comum*, de Thomas Paine, e o início dos conflitos armados em Lexington e em Concord entre colonos e tropas inglesas, causando mortes dos dois lados.

As discussões se mantiveram intensas até o dia 4 de julho de 1776, quando foi tornada pública a Declaração de Independência. Esta era composta de um preâmbulo com as causas para a separação, uma teoria sobre o novo governo a ser estabelecido e uma declaração de guerra à Inglaterra. Redigida em sua maior parte por Thomas Jefferson, em seu preâmbulo, fica clara a influência do inglês John Locke:

Cremos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...]

Preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4 jul. 1776.

Após a Declaração, os colonos foram considerados rebeldes pelo rei George e iniciou-se a Guerra pela Independência. Para alguns emancipacionistas, no entanto, o principal já havia sido feito, como se pode perceber na afirmação de John Adams, importante participante do Congresso da Filadélfia e posteriormente presidente dos Estados Unidos:

O que queremos dizer com a Revolução? A guerra? Isso não foi parte da Revolução; foi apenas um efeito e consequência dela. A Revolução estava nas mentes das pessoas e foi levada a cabo de 1760 a 1775, no curso de quinze anos, antes que uma gota de sangue fosse derramada em Lexington.

John Adams para Jefferson, 1815.

Guerra de Independência

O fazendeiro da Virgínia, George Washington, foi o encarregado de comandar o Exército colonial, chamado de Exército continental. Em diversas localidades, foram formadas milícias que atuavam por meio de sabotagens ao Exército inglês e possuíam relativa autonomia. Os chamados *minutemen* estavam sempre prontos para pegar em armas e se mobilizavam de maneira rápida diante dos ataques britânicos.

Se de um lado a potente Marinha britânica, auxiliada por mercenários, buscava suprimir os colonos, de outro

lado as vitórias americanas, comandadas por George Washington – como a da Batalha de Saratoga –, reavivavam o ânimo das forças rebeldes. Fortalecido pela reação colonial, o embaixador dos americanos na França, Benjamin Franklin, conseguiu fazer com que a Marinha e o Exército franceses auxiliassem os americanos na luta pela Independência. Foram assinados dois tratados, um de cooperação comercial e outro de auxílio militar, com a França. Assim, além das tropas, os franceses forneceram ouro, pólvora, munição e equipamentos. Espanhóis, holandeses e voluntários de outros países europeus, imbuídos em desestruturar o poderio inglês, também deram a sua colaboração. Além do apoio externo, a vitória americana também foi garantida pela dificuldade de os ingleses controlarem o território do inimigo, uma vez que os rebeldes ocupavam a região que se estendia do Canadá até a Flórida. Se os ingleses possuíam controle apenas da região portuária de Boston, para os americanos, bastava controlar aquela região para que os suprimentos e tropas ingleses tivessem sua entrada dificultada. A distância da Inglaterra à América também dificultava a manutenção do abastecimento dos exércitos.



A Estátua da Liberdade, importante monumento estadunidense, foi um presente francês em homenagem ao centenário da Independência dos Estados Unidos.

Após vencerem em Yorktown, as tropas comandadas por George Washington minaram as forças dos ingleses em 1783. O fim da guerra representou a conquista da Independência dos Estados Unidos.

Desdobramentos da Independência das Treze Colônias

A vitória na Guerra de Independência significou a primeira vitória de uma colônia americana sobre a sua metrópole. Além dos desdobramentos internos, a Independência das Treze Colônias também provocou repercussões em âmbito internacional. Algumas delas podem ser destacadas:

✓ Em 1787, foi elaborada a Constituição americana, que garantia os direitos à propriedade, inclusive a de escravos, e consagrava os interesses das elites. Manteve-se, assim, o domínio dos chamados WASP (White, Anglo-Saxon and Protestant) – os brancos, anglo-saxões e protestantes. Os nativos também foram

prejudicados, já que agora a expansão em direção às terras dos índios estaria assegurada.

✓ A vitória sobre os ingleses representou um forte abalo à corrida da Inglaterra rumo ao posto de potência hegemônica do período.

✓ A França saiu enfraquecida depois dos gastos com o auxílio nas lutas. Além disso, soldados franceses que lutaram pela Independência voltaram contagiados pela ideia de liberdade e república. Essa influência foi fundamental para o início do processo revolucionário francês.

✓ A influência da experiência americana serviu de exemplo para outros movimentos em busca da liberdade em toda a América. No caso do Brasil, podemos citar as incondições Mineira (1789) e Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) como movimentos diretamente inspirados na luta estadunidense.

Exercícios de Fixação

1. (UFF-RJ) Os processos de ocupação do território americano do norte simbolizam, para muitos historiadores, a presença do ideário europeu no Novo Mundo. Os pioneiros ingleses do Mayflower construíram uma sociedade baseada na justiça e no cumprimento dos valores religiosos e morais protestantes. Essa base fundadora teve papel essencial na formação dos Estados Unidos da América.

Assinale a alternativa que contém a relação CORRETA entre a fundação e a formação dos Estados Unidos.

a) A Revolução Americana de 1776 representou, nos Estados Unidos, a presença dos valores da Revolução Francesa, mostrando como os americanos estavam sintonizados com a Europa e não queriam se separar da Inglaterra.

b) A Revolução Americana de 1776 foi o episódio que representou, de forma mais cabal, a presença da tradição dos primeiros colonos, através do sentido de liberdade e da ideia de “destino manifesto”.

c) A Revolução Americana de 1776 apresentou valores que eram oriundos das culturas indígenas da região americana e, por isso, garantiu a expressão radical de liberdade, na Revolução.

d) A Revolução de 1776 foi um episódio isolado na história dos Estados Unidos, pois se fundamentou em valores de unidade que não foram capazes de fazer dos Estados Unidos um país americano.

e) A Revolução Americana de 1776 foi apenas um ensaio do que ocorreria no século XIX nos Estados Unidos, por isso, podemos pensá-la como um apêndice da Guerra de Secessão, esta sim, vinculada à Revolução Francesa.

2. (UFMG) Em 1776, após uma série de conflitos, uma parcela expressiva das sociedades das Treze Colônias se articulou no sentido de romper com o domínio inglês.

Considerando-se esse processo, bem como seus desdobramentos, é CORRETO afirmar que ele se

- notabilizou pela consolidação do latifúndio, o que atendia aos interesses das elites religiosas, que se apropriaram de grandes glebas de terras.
- caracterizou, desde o início, pela intransigente defesa da escravidão por parte dos americanos, no que eram contraditados pelos interesses ingleses.
- configurou como uma primeira tentativa de instalação de um regime socialista anticolonial, o que contrariava seriamente os interesses dos comerciantes.
- destacou pela repercussão internacional alcançada, tornando-se uma referência, na prática, para outras colônias americanas.

3. (Mackenzie-SP-2010) O processo de emancipação das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, na segunda metade do século XVIII, é denominado de Revolução Americana, pois

- representou o fim do pacto colonial naquela parte do continente americano, servindo de modelo para os demais processos emancipatórios americanos.
- rompeu o pacto colonial mercantilista e criou uma sociedade liberal e democrática para todos os setores sociais.
- foi a primeira etapa das revoluções liberais, que, a partir de então, iriam propagar-se somente na Europa.
- assinalou o início de uma sociedade capitalista, baseada no trabalho assalariado, livre das instituições feudais.
- a ideologia de seus grandes líderes era a mesma que caracterizaria, pouco tempo depois, a Revolução Inglesa.

4. (FGV-SP-2008) São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de “vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade.

Declaração de Independência, 4 jul. 1776.

Acerca da Independência das Treze Colônias, é correto afirmar que

- a ruptura com a metrópole foi efetivada pelas classes sociais dominantes coloniais, o que fez com que as demandas dos mais pobres fossem barradas e que não houvesse solução imediata para a questão escravista.
- comandada pelos setores mais radicais da pequena burguesia, os colonos criaram uma república federativa, considerando, como pilares fundamentais da nova ordem institucional, as igualdades política e social.
- sua efetivação só foi possível devido à fragilidade econômica e militar da Inglaterra, envolvida com a Guerra dos Sete Anos com a França, além da aliança militar dos colonos ingleses com a forte Marinha de guerra da Espanha.
- o desejo por parte dos colonos de emancipar-se da metrópole Inglaterra nasceu em uma conjuntura de

abertura da política colonial, na qual, a partir de 1770, as Treze Colônias foram autorizadas a comerciarem com as Antilhas.

e) o processo de ruptura colonial foi facilitado em decorrência das identidades econômicas e políticas entre as colônias do norte e as do sul, praticantes de uma economia de mercado, com o uso da mão de obra livre.

5. (UEL-PR-2008) As interpretações predominantes afirmam que a escravidão nos Estados Unidos da América foi abolida devido ao fato de que

- o sistema escravista era incompatível com o funcionamento da República, que, pela Constituição de 1776, previa igualdade plena de direitos à população.
- existia uma rivalidade entre o norte industrializado e o sul agrícola, que desencadeou uma guerra na qual o resultado final foi favorável ao norte.
- a escravidão limitava o crescimento do mercado interno ao diminuir a renda dos trabalhadores.
- por ser o último país a permiti-la, os EUA estavam submetidos a fortes pressões, inclusive dos líderes religiosos, que ameaçaram excomungar os proprietários de escravos.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- I e II
- III e IV
- I, III e IV
- II e III
- I, II e IV

Exercícios Propostos

1. (UFES) A Declaração de Independência das 13 Colônias Inglesas da América do Norte, em 4 de julho de 1776, da qual Thomas Jefferson foi relator, consagrou, em seu texto, o princípio do (a)

- direito de reação à tirania, inspirado em Locke.
- negação do contrato social, nos termos expostos por Rousseau.
- separação da igreja do estado, conforme o pensamento de Mably.
- ilustração monárquica, defendido por Diderot.
- utilitarismo, preconizado por Bentham, Mill e William James.

3. (UNIRIO-RJ) Em dezembro de 1773, cerca de vinte colonos disfarçados de índios, portando plumas coloridas e pintados nos rostos e braços, atacaram e ocuparam três navios britânicos no porto de Boston, atirando ao mar o carregamento de chá. Era um ultraje à autoridade de Sua Majestade Jorge III, o que deixou os ingleses indignados. Em resposta a esse incidente, o Parlamento inglês determinou uma série de medidas coercitivas sobre a colônia, chamadas pelos colonos de Leis Intoleráveis.

- VICENTINO, Cláudio. História Geral. São Paulo: Scipione, 1997. p. 244. Entre as várias medidas coercitivas decorrentes das Leis Intoleráveis, podemos apontar a (o)
- eliminação do comércio triangular entre as colônias no norte e a Europa ou entre a América e a Ásia, empobrecendo os colonos envolvidos.
 - controle das terras do centro-oeste em mãos do governador inglês de Quebec, para impedir a expansão territorial dos colonos, garantindo o comércio de peles realizado entre ingleses e índios.
 - Sugar Act (Lei do Açúcar), segundo o qual o açúcar que não fosse proveniente das Antilhas britânicas sofreria uma alta taxa.
 - Tea Act (Lei do Chá), pesado tributo que, sob a garantia do monopólio da Companhia das Índias Orientais, sediada em Londres, promovia a acumulação de capital.
 - Stamp Act (Lei do Selo), pelo qual todos os documentos, livros e jornais publicados na colônia teriam de receber um selo da metrópole, cujo valor era incorporado ao seu preço.

4. (UFRRJ) As correntes radicais que se pudessem encontrar na Revolução Americana foram, na sua maioria, incapazes de surgir à superfície. O seu principal efeito foi o de promover a unificação das colônias numa única unidade política e a separação dessa unidade da Inglaterra.

MOORE JÚNIOR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. Lisboa: Martins Fontes, 1975. p. 143.

A insurreição das Treze Colônias americanas ao domínio britânico, em 1775, iniciou o processo que culminaria na Independência dos Estados Unidos. Entre os fatores que favoreceram a Independência americana, estão

- a exploração do trabalho escravo nas plantations de algodão e a ausência de liberdade de imprensa.
- a interferência inglesa no comércio e na indústria e a cobrança de impostos considerados injustos.
- a proibição de abertura de indústrias e a proibição de ocupação das novas terras do oeste.
- a imposição de taxas sobre a exportação do café e do tabaco e a interdição do livre-comércio.
- o Imposto do Selo que incidia sobre os produtos importados e o bloqueio aos produtos da colônia americana.

5. (FUVEST-SP) Pode-se dizer que o ponto de partida do conflito entre as colônias inglesas da América do Norte e a Inglaterra, que levou à criação dos Estados Unidos em 1776, girou em torno da reivindicação de um princípio e de uma prática que tinham uma longa tradição no Parlamento britânico.

Trata-se do princípio e da prática conhecidos como

- um homem, um voto (one man, one vote).
- nenhuma tributação sem representação (no taxation without representation).

- Declaração dos Direitos (Bill of Rights).
- equilíbrio entre os poderes (checks and balances).
- liberdade de religião e de culto (freedom of religion and worship).

6. (UNESP) Com o crescimento colonial, o sentimento e a experiência de autossuficiência foram-se avolumando, e as divergências com as autoridades [...] eclodiram [...], evoluindo para verdadeiros movimentos de rebelião colonial. A luta [...] representa um marco fundamental no processo de formação da sociedade capitalista burguesa, assentada nos princípios liberais e individualistas do Iluminismo.

E. Nadai; J. Neves. História Geral - Moderna e Contemporânea.

O fragmento refere-se à

- Revolução Russa.
- Guerra do Vietnã.
- Independência dos Estados Unidos.
- Revolução Chinesa.
- Unificação da Itália.

6. (UFC-2007) Em 1776, ocorreu a ruptura entre as 13 Colônias Inglesas da América do Norte e a Coroa britânica. Em relação a esse contexto e sobre a organização social dos Estados Unidos da América, é CORRETO afirmar que

- a Inglaterra, juntamente com a Espanha, a França e a Holanda, montou uma coalizão militar contra os exércitos coloniais.
- a Independência das 13 Colônias possibilitou a abolição da escravatura e a outorga aos ex-escravos de direitos civis e políticos semelhantes aos dos colonos de origem inglesa.
- a Independência assegurou aos índios do oeste o livre acesso à terra, a partir da organização de povoados exclusivamente formados por indígenas.
- a Constituição norte-americana adotou a República Federativa Presidencial como modelo de governo e instituiu a divisão de poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.
- o Tratado de Paris, em 1783, determinou o pagamento de indenização dos Estados Unidos da América à Coroa britânica, em função do rompimento dos laços coloniais.

7. (FGV-SP-2007) Leia os trechos:

Na Europa, as terras ou são cultivadas ou são proibidas aos agricultores. A manufatura deve, então, ser procurada por necessidade e não por escolha. Nós, porém, temos uma imensidade de terra. [...] Enquanto tivermos terra para trabalhar, nunca desejemos ver nossos cidadãos ocupados numa bancada de trabalho ou girando uma roca de fiar [...] Para as operações gerais de manufatura, deixemos que as nossas oficinas continuem na Europa. É melhor enviar matérias-primas para os trabalhadores de lá do que trazê-los para cá [...],

com seus costumes e princípios. A aglomeração das grandes cidades não contribui para a manutenção de um governo legítimo [...] Thomas Jefferson, 1784. Os regulamentos restritivos, que têm feito baixar a venda nos mercados estrangeiros do excedente cada vez maior de nossa produção agrícola, [...] geraram forte desejo de que se criasse, internamente, uma demanda maior para aqueles excedentes. [...] Convém aqui enumerar os principais fatores que permitem concluir que os estabelecimentos manufatureiros não apenas provocam um aumento positivo no produto e na renda da sociedade, como também contribuem, decisivamente, para desenvolvê-la [...].

1. a divisão do trabalho;
2. uma ampliação no uso da maquinaria;
3. a utilização adicional de classes da comunidade [...];
4. a promoção da imigração de países estrangeiros;
5. a oferta de maiores oportunidades à diversidade de talentos [...];
6. o aparecimento de um campo mais amplo e variado para a empresa; [...]

Alexander Hamilton, 1791. In: Secretaria da Educação-SP, Coletânea de documentos de História da América para o 2.º grau.

Os documentos tratam dos Estados Unidos logo após a Independência. De acordo com os trechos, é correto afirmar que Jefferson e Hamilton

- a) divergem sobre a necessidade de instalar manufaturas nos Estados Unidos.
- b) concordam com a adoção de princípios fisiocratas no novo país.
- c) destacam o aumento do volume e da renda das exportações agrícolas americanas.
- d) defendem a vinda de imigrantes europeus para os Estados Unidos.
- e) discordam sobre a manutenção do trabalho escravo em sua economia.

8. (UFRJ–2011) Entre outra qualquer população, ou num período mais moderno da história da Nova Inglaterra, a sisuda rigidez que petrificava as caras hirsutas daqueles bons cidadãos teria indicado algum tremendo acontecimento em perspectiva. Teria indicado nada menos do que a execução de algum criminoso notório, sobre o qual a sentença do tribunal da lei não fizesse mais do que confirmar o veredicto da opinião popular. Entretanto, em face da primitiva rigidez do caráter puritano, não era dado estabelecer-se com certeza uma conclusão dessa espécie. Podia ser que um escravo preguiçoso ou um menino rebelde, entregue à autoridade civil, tivesse de ser castigado no pelourinho. Podia ser que um antinomiano, um quacre, ou qualquer sectário da religião heterodoxa, estivesse em via de expulsão da cidade [Boston], ou que um índio vadio e errante, que a água-de-fogo dos brancos houvesse tornado turbulento nas ruas, fosse ser tingido a chicote para as sombras da floresta. Também podia ser que uma feiticeira [...] fosse subir ao pelourinho. Em qualquer

dos casos haveria da parte dos espectadores a mesma solenidade, como cumpria a uma gente para a qual a religião e a lei constituíam quase uma só coisa, e em cuja mentalidade ambas se fundiam de tal maneira que os mais suaves ou os mais severos atos de disciplina coletiva eram, igualmente, veneráveis e terríveis.

HAWTHORNE, Nathaniel. *A letra escarlate*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 57.

Identifique um elemento que configurará a maior diferença econômica e social entre o norte e o sul dos Estados Unidos, sobretudo após a Independência.

9. (UFRRJ–2007) Leia o texto a seguir e responda ao que se pede. A luta dos Estados Unidos contra a Inglaterra foi apenas uma ‘Guerra de Independência’ ou foi uma Revolução? [...] Alguns têm procurado ver, na Guerra de Independência Americana, uma Revolução [...], outros negam que essa guerra tenha trazido às antigas colônias inglesas profundas modificações econômicas e sociais. O meio termo é a opinião que deve prevalecer.

Godechot, Jacques. *As Revoluções: 1770-1799*. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 19.

a) Por que a Guerra de Independência dos Estados Unidos não pode ser considerada, do ponto de vista político, simplesmente uma guerra anticolonial?

b) Aponte o impacto para o Estado francês de sua participação na Guerra de Independência.

10. (UFRJ–2007) Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo

absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos – Guardas para sua futura segurança.

Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (4 jul. 1776.)
O fragmento faz menção a medidas de natureza coercitiva impostas pela Inglaterra às Treze Colônias após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

a) Cite e explique uma dessas medidas.

b) Identifique e explique um princípio, presente no texto, derivado da mentalidade democrática e liberal da época.

Seção ENEM

1. (Enem–2007) Em 4 de julho de 1776, as Treze Colônias, que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA), declaravam sua independência e justificavam a ruptura do pacto colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

COSTA, Emília Viotti da. Apresentação da coleção. In: POMAR, Wladimir. Revolução Chinesa. São Paulo: UNESP, 2003. Adaptado.

Considerando o texto anterior, acerca da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

a) A Independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.

b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de Independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.

c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.

d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da Independência norte-americana.

e) Ao romper o pacto colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

2. (Enem–2009) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito. Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é

a) submeter o indivíduo à proteção do governo.

b) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.

c) estimular a formação de propriedades comunais.

d) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.

e) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

Revolução Francesa

Apesar de alguns historiadores desconsiderarem o pioneirismo da Revolução Francesa enquanto o primeiro processo revolucionário a colocar em questão as estruturas do Antigo Regime, esse movimento é considerado um marco e serviu de inspiração para a maioria dos movimentos de contestação à ordem estabelecida até a Revolução Russa no século XX. De acordo com Eric Hobsbawm:

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi grande parte da luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às

ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Mesmo limitando as suas maiores conquistas aos interesses da classe burguesa, a Revolução Francesa promoveu uma grande reestruturação social, política e econômica na França, já que determinou o fim da sociedade baseada nas distinções de nascimento, o fim da monarquia absolutista e também do Antigo Regime naquele país. Além disso, a Revolução Francesa possibilitou a retirada dos entraves de origem feudal ao desenvolvimento do capitalismo francês.

O processo de consolidação da ordem liberal, no entanto, não ocorreu sem sobressaltos, pois, após a Revolução Francesa e a expansão de seus ideais e do Império Francês com Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena de 1815 representou uma tentativa de retorno às estruturas do Antigo Regime. Foi somente no século XIX que a Europa Ocidental assistiu à afirmação de uma sociedade baseada nos valores liberais.

Antigo Regime Francês

Para compreender os eventos que se sucederam a partir do início da Revolução, em 1789, é fundamental caracterizar a sociedade francesa contra a qual os revolucionários se insurgiram.

A sociedade francesa era dividida em ordens, sendo, portanto, do tipo estamental. O clero e a nobreza, primeiro e segundo estados, respectivamente, usufruíam de privilégios juridicamente justificados. Esses grupos eram isentos do pagamento de impostos, possuíam exclusividade na ocupação de determinados cargos políticos e militares e ainda eram julgados por tribunais especiais.

Distante do luxo da aristocracia, o terceiro estado abrigava a maioria da população francesa. Era responsável pelo sustento do Estado, seja por meio do trabalho no campo e nas cidades ou mesmo através do pagamento de impostos para a Coroa, para os senhores e para a Igreja. O terceiro estado era constituído de diferentes grupos, podendo ser considerado heterogêneo. Faziam parte de sua composição:

✓ **Alta burguesia:** composta de banqueiros, grandes comerciantes e armadores que, eventualmente, poderiam integrar o segundo estado a partir da concessão de títulos de nobreza por parte da monarquia francesa. A alta burguesia tinha tendência moderada e conciliadora, inclusive com setores privilegiados.

✓ **Pequena burguesia:** era formada por comerciantes, pequenos proprietários e profissionais liberais. Apresentava uma postura mais radical que os grandes burgueses.

✓ **Trabalhadores urbanos:** artesãos, trabalhadores das manufaturas e pequenos comerciantes que ficaram conhecidos como sans-culottes. Esse grupo foi

responsável por impulsionar o processo revolucionário em vários momentos.

✓ **Trabalhadores rurais:** chegavam a vinte milhões e representavam 80% da população. Eram pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores assalariados e camponeses submetidos a relações próximas à servidão. Em uma sociedade basicamente agrária, ainda persistiam tributos de origem feudal cobrados sobre o trabalho do camponês.



Caricatura da época retrata a opressão sobre o terceiro estado.

Como se pode perceber, portanto, o terceiro estado era bastante heterogêneo, o que fez com que a Revolução tomasse rumos diversos durante a sua execução.

Crise do Estado Francês

Às vésperas da Revolução, o Estado francês vivia uma grave crise econômica e institucional. A crise financeira fora fomentada pelos gastos militares na Guerra dos Sete Anos, na Guerra de Independência das Treze Colônias e pelos recursos destinados à manutenção da Corte francesa. Os cofres do Estado francês estavam vazios e a monarquia buscava soluções para tal situação, afinal, a arrecadação de impostos – não totalmente centralizada – dificultava o reerguimento francês.

A crise financeira era agravada, ainda, pelo aumento da população (a França era o Estado mais populoso da Europa Ocidental) e pelo desequilíbrio climático que prejudicou a produção agrária nos anos de 1787-1788, provocando o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Dessa forma, a população passava fome, os gastos com o pão chegavam a 90% das receitas das famílias.

Diante desse cenário desfavorável ao terceiro estado, a difusão dos princípios iluministas, principalmente entre a burguesia, ressaltava as contradições existentes na França e concedia a base teórica necessária para a Revolução. Vale lembrar que, para os iluministas, era o Estado absolutista e suas rígidas hierarquias sociais que impediam a garantia dos direitos naturais do homem. A liberdade e a igualdade não poderiam ser ameaçadas, o que resultou em críticas à monarquia e à Igreja.

As tensões na França eram ainda mais evidentes, pois, no plano estrutural, existia uma incompatibilidade entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas – vinculadas ao fortalecimento das relações capitalistas – e a persistência de relações sociais e de produção feudais.

Apesar das tentativas de resolução das contendas, estas apenas agravaram a crise do Estado francês. Ministros como Necker, Calonne e Brienne apontavam para a necessidade da extensão dos impostos aos nobres e ao clero. Tais medidas, entretanto, foram rejeitadas pelo primeiro e pelo segundo estados, que não aceitavam a perda de seus privilégios. Por outro lado, o terceiro estado não estava disposto a aceitar o aumento das taxações que recaíam sobre si.

Diante dos impasses e da dificuldade em solucionar a crise, o rei Luís XVI convocou, em agosto de 1788, os Estados Gerais, uma espécie de assembleia deliberativa que tinha representantes dos três estados sociais, que viriam a se reunir efetivamente em 1789. Para os políticos ligados ao rei, a convocação teria a função de promover um acordo entre os diversos setores sociais. A aristocracia esperava, com a convocação dos Estados Gerais, a manutenção de seus privilégios. No entanto, a crise econômica e a crescente força burguesa impulsionaram o movimento revolucionário.

Dos Estados Gerais à Monarquia Constitucional

A convocação dos Estados Gerais permitiu aos representantes do terceiro estado externar as transformações políticas pelas quais lutavam. Após o início das reuniões em Versalhes, no dia 5 de maio de 1789, a primeira conquista desse grupo foi o aumento, concedido por Luís XVI, do número de seus representantes naquele centro de decisões. A razão para a atitude do rei reside no fato de que as votações, de acordo com o tradicional regimento, eram feitas por estado e não por cabeça. Dessa forma, cada um dos estados possuía um voto e, como possuíam interesses convergentes, o primeiro e o segundo estados tendiam a vencer as votações por dois votos a um.

Após as suas primeiras conquistas, o terceiro estado esperava contar também com o apoio de alguns membros da nobreza liberal e do clero, o que de fato viria a ocorrer. A maior parte da aristocracia, no entanto, não admitia a perda de seus privilégios e era contrária àquela alteração. O impasse gerado paralisou as ações dos estados até junho de 1789. No dia 17 do mesmo mês, a solução foi dada pelo abade Sieyès, que sugeriu que o terceiro estado se proclamasse em Assembleia Nacional. Ao acatarem a sugestão de Sieyès, os delegados do terceiro estado se colocaram como representantes de toda a nação e se constituíram como um poder independente dos demais na França.

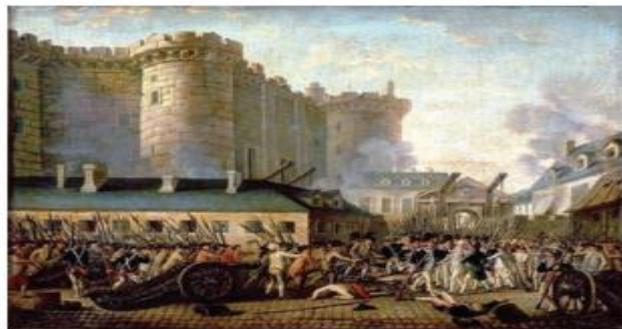
Ao perceber o avanço das ações da burguesia, a aristocracia se reaproximou do rei e o incentivou a

fechar a sala de sessões na qual foi feita a exigência do terceiro estado. Seus representantes, reunidos em um salão de jogos em Versalhes, firmaram um compromisso de só se desmobilizarem após elaborarem uma Constituição para a França. Esse evento simbólico fez com que a Assembleia ganhasse fins constituintes e recebeu o nome de Juramento do Jogo da Péla.

Após o Juramento, as declarações de Luís XVI reafirmavam a sua posição intransigente em relação aos acontecimentos. Para o rei, de concepção absolutista, era inaceitável que um poder se contrapusesse ao seu e, principalmente, que uma Constituição viesse a limitar seus poderes.

Insatisfeitos com a postura do monarca, os membros do terceiro estado se manifestavam e faziam com que as tensões ultrapassassem as reuniões em Versalhes e tomassem as ruas de Paris e de outras regiões da França. Temendo rebeliões, o rei determinou que as tropas cercassem Versalhes e Paris, alegando a proteção da Assembleia. A repressão por parte do rei foi em vão, pois, no dia 9 de julho, a Assembleia Nacional se declarou oficialmente Assembleia Nacional Constituinte e se auto delegou poder e autoridade para decretar leis, tendo como primeira tarefa elaborar e adotar uma Constituição. Estava aberto o caminho para a transformação do sistema político em uma monarquia constitucional.

Tentando conter o movimento do terceiro estado, a nobreza reagiu e forçou o rei a substituir um grupo de ministros, entre eles Necker, por elementos de confiança da aristocracia. As notícias das medidas tomadas por Luís XVI, que chegaram à cidade de Paris, provocaram o desencadeamento de rebeliões a partir do dia 12 de julho de 1789. As tensões sociais chegaram ao seu ápice em 14 de julho, quando, fortalecidos pela recém-criada Milícia Burguesa (futura Guarda Nacional), os membros do terceiro estado tomaram a Bastilha, fortaleza símbolo do absolutismo francês. Tal episódio, que ficou consagrado como a Tomada da Bastilha, foi imortalizado pelos historiadores posteriormente como o marco inicial da Revolução Francesa.



A Queda da Bastilha – 14 de julho de 1789

Em tempos de revolução, nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A Queda da Bastilha, que fez do dia 14 de julho a festa

nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação.

HOBBSAWM, Eric J. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Destacou-se, nesse contexto, a atuação dos sans-culottes, assim denominados por não usarem o mesmo tipo de vestimenta, uma calça, cullote, que os nobres. Esse grupo era formado por trabalhadores urbanos, artesãos, pequenos comerciantes e representava a força da revolução nas cidades.



Nas tradicionais representações dos sans-culottes, são comuns a bandeira tricolor, as calças longas, que os diferenciavam da nobreza, e o barrete frígio, uma espécie de touca ou carapuça utilizada pelos franceses que lutaram pela tomada e queda da Bastilha. Era comum também a representação dos sans-culottes armados.

As repercussões das jornadas populares se fizeram sentir por toda a França. Na zona rural, uma onda de boatos se espalhou, dando origem ao chamado Grande Medo. Ocorreu uma série de ataques, como o assalto às propriedades, a invasão de habitações, o saque de depósitos e a destruição de documentos que comprovavam dívidas dos camponeses para com os seus senhores. Muitos membros da nobreza provincial foram mortos, e os sobreviventes fugiram para outros países no intuito de organizarem uma contrarrevolução. Buscando conter a violência instaurada no campo, a Assembleia Nacional aboliu os direitos e privilégios feudais em 4 de agosto de 1789. Essa era uma forma de a burguesia consolidar a sua posição de liderança no processo revolucionário.

Outras mudanças significativas promovidas nesse contexto foram o estabelecimento da liberdade religiosa, a liberdade de imprensa e, em 26 de agosto, a publicação e divulgação da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Esse documento é um marco na história da Revolução e visava apresentar à sociedade francesa os ideais revolucionários, conscientizando seus compatriotas sobre a necessidade de se pôr um fim à sociedade do Antigo Regime. O conteúdo da Declaração, embora não fosse democrático, defendia algumas propostas lançadas pelos iluministas, como:

- ✓ a igualdade civil e jurídica;
- ✓ a garantia da propriedade privada;
- ✓ a defesa da participação dos cidadãos na elaboração das leis, afinal, a lei deveria ser a expressão da vontade geral;
- ✓ a possibilidade da destituição de governos considerados tirânicos;

- ✓ a soberania da nação;
- ✓ a igualdade de oportunidades na ocupação de cargos e empregos.

Ainda em 1789, no mês de novembro, a Assembleia determinou o confisco dos bens do clero, colocados à disposição da nação. Levadas a leilão, as propriedades clericais foram vendidas por meio da emissão dos assignats, que viriam a se tornar a moeda corrente da França. A renda obtida pelo Estado através dos leilões permitiu uma ligeira recuperação dos cofres públicos franceses.

Em junho de 1790, a Constituição Civil do Clero ratificou a submissão da Igreja ao Estado e transformou os membros do clero em funcionários eclesiásticos eleitos e pagos pelo Estado. Ocorreu a extinção da cobrança dos dízimos, e os clérigos descontentes passaram a constituir o clero refratário, importante articulador da contrarrevolução.

Como se pode perceber, as medidas tomadas entre 1789 e 1791 demonstram o caráter burguês da Revolução Francesa. Inspiradas nos ideais iluministas, as reformas tinham por objetivo a criação de um Estado liberal, laico e que não ameaçasse o direito à propriedade privada.

Na tentativa de organizar um movimento que contivesse a Revolução junto aos nobres emigrados e às demais nações absolutistas, o rei tentou fugir com a família real, mas foi preso na cidade de Varennes e levado de volta a Paris. O episódio, carregado de simbologia, indicava para os revolucionários que Luís XVI não era confiável, pois havia abandonado o povo em um momento de dificuldade.

Em setembro de 1791, a primeira Constituição francesa, de forte inspiração burguesa, enfim ficou pronta. Em seu texto, destacam-se dispositivos que garantiam:

- ✓ a admissão aos cargos e empregos sem outra distinção senão aquela decorrente das virtudes e das aptidões de qualquer cidadão.
- ✓ o julgamento sem distinção daqueles que estivessem envolvidos em delitos.
- ✓ a garantia dos direitos naturais e civis: liberdade para todo homem ir, permanecer e partir sem poder ser impedido ou detido.
- ✓ a liberdade para todo homem de falar, escrever, imprimir e publicar seus pensamentos, sem que os seus escritos possam ser submetidos à censura alguma ou inspeção.
- ✓ a liberdade de culto religioso.
- ✓ a garantia da inviolabilidade das propriedades.
- ✓ a inviolabilidade da lei; o rei reina por ela e não pode exigir a obediência senão em nome da lei.

Apesar do caráter liberal da Constituição, é válido ressaltar que esta refletia os interesses, principalmente, da alta burguesia, tanto que foi estabelecido que o voto para as eleições seria censitário. A renda foi o critério

estabelecido, e apenas 30% da população, os chamados cidadãos ativos, possuíam esse direito. Vale destacar ainda a Lei LeChapelier, que, ao impedir a organização dos trabalhadores urbanos, também contemplava os anseios da alta burguesia.

Sem alternativa, em 14 de setembro de 1791, Luís XVI fez o juramento à Constituição e, naquele momento, foi estabelecida uma monarquia constitucional na França.

Monarquia Constitucional

O início da monarquia constitucional foi extremamente conturbado, pois, enquanto os deputados se dividiam na Assembleia Legislativa, a França vivia uma situação tensa. Internamente, a crise econômica se agravava, a moeda vinha se desvalorizando e perturbações tomavam conta do país. Ao mesmo tempo, o rei e parte da nobreza emigrada tramavam com a Áustria e com a Prússia a reação contra os revolucionários, assim como parte das nações europeias, que assistiam com temor aos eventos ocorridos em território francês e desejavam conter o movimento antes que este se expandisse pelo restante do continente. Mesmo contra a sua vontade, Luís XVI, pressionado pela Assembleia, foi obrigado a declarar guerra aos estrangeiros inimigos da Revolução em abril de 1792.

Em virtude das suas diferentes orientações políticas e mesmo das realidades sociais, os rebeldes que compunham a Assembleia se dividiram em dois grupos:

✓ **Girondinos:** grupo de deputados liderado por representantes da região da Gironda e ligado à alta burguesia e à nobreza liberal. Os girondinos eram partidários da Revolução, mas com posições bem mais moderadas do que os jacobinos, especialmente quanto ao papel das massas populares no movimento revolucionário. Na Assembleia, posicionavam-se à direita.

✓ **Jacobinos ou Montanha:** clube político fundado em 1789, reunindo os “patriotas” da burguesia. Vinculados aos sans-culottes, desejavam a radicalização do movimento e a ampliação das conquistas sociais da Revolução. Na Assembleia, sentavam-se à esquerda.

A divisão da burguesia, as ameaças estrangeiras e as tentativas de conspiração por parte do rei provocaram o aumento das manifestações populares. Políticos, como o advogado Robespierre, divulgaram que o rei e a rainha, Maria Antonieta, estariam fornecendo informações às nações em guerra contra a França.

Após a Assembleia ter declarado a França como pátria em perigo, uma multidão, composta em sua maioria de sans-culottes, invadiu o palácio das Tulherias, em 10 de agosto de 1792. O rei, refugiado na Assembleia, foi suspenso das suas funções. A pressão popular acabou levando à proclamação da República, a Primeira República Francesa.

Convenção

Entre 1792 e 1795, vigorou na França o regime republicano, que era diretamente dirigido por uma Convenção, ou seja, uma Assembleia de deputados, eleita por sufrágio universal masculino.

A primeira ação tomada pelos dirigentes do novo regime foi a abolição da monarquia. Visando ainda, respectivamente, à garantia da ordem e à materialização do movimento por parte dos rebeldes, a Convenção criou o Comitê de Segurança Geral e de Vigilância e estabeleceu 1792 como o ano I da república francesa.

No plano externo, as vitórias do Exército francês, que, em 1793, já dominava o Império Austríaco, a Renânia e a Sardenha, colaboraram para o aumento dos simpatizantes da Revolução entre as classes populares francesas.

Esta aparente estabilização revolucionária não se refletia na população mais pobre da França, que, vivendo uma grande escassez de alimentos, voltou a reivindicar os seus direitos. A insatisfação foi sentida também entre a nobreza e o clero refratário, que, juntos, insuflaram as camadas populares em uma revolta na região francesa conhecida como Vendeia. Contribuiu ainda para as convulsões sociais a descoberta de documentos que comprovavam a traição de Luís XVI, que foi levado a julgamento pela Assembleia. Condenado por traição, Luís foi executado na guilhotina em 21 de janeiro de 1793. Sua esposa, Maria Antonieta, teve posteriormente o mesmo fim.



Execução de Luís XVI – 21 de janeiro de 1793

O ato da execução de Luís XVI representava o fim de uma sociedade aristocrática e abria caminho para o período mais radical da Revolução, agora comandada pelos jacobinos. A guilhotina, criada para amenizar o sofrimento no momento da execução, seria considerada, durante o período, o instrumento da justiça popular.

República Jacobina

Contando com o apoio popular, principalmente dos sans-culottes, as medidas tomadas pelos jacobinos foram responsáveis pela radicalização dos princípios contidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Entre as principais medidas tomadas pelos jacobinos, podem ser destacadas:

✓ declaração de guerra à Inglaterra, à Holanda e à Espanha, que ameaçavam a França;

- ✓ criação de uma tropa de 300 mil homens;
- ✓ criação do Tribunal Revolucionário de Paris, visando julgar e condenar os agentes da contrarrevolução;
- ✓ exclusão dos deputados girondinos da Assembleia;
- ✓ promulgação de uma Constituição em 1793, que estabeleceu o voto por sufrágio universal;
- ✓ decreto sobre o máximo geral dos preços;
- ✓ separação entre Estado e Igreja e adoção de um calendário republicano laico;
- ✓ organização do Comitê de Salvação Pública, que dirigia os negócios políticos e militares, e do Comitê de Segurança Nacional, que se ocupava da polícia política;
- ✓ realização de uma reforma agrária, com a distribuição das terras confiscadas da nobreza aos camponeses franceses;
- ✓ instituição do ensino primário obrigatório e gratuito;
- ✓ abolição da escravidão nas colônias francesas.

Insatisfeitos com as reformas jacobinas, os girondinos insuflaram movimentos de contestação por toda a França. Assim, visando à manutenção da Revolução e à centralização do poder nas suas mãos, os jacobinos instituíram o Terror. Robespierre, que havia sido eleito para o Comitê de Salvação Pública, passou a determinar a prisão e a condenação de qualquer pessoa considerada inimiga da Revolução, situação que suspendia as garantias individuais.

Entre 1792 e 1794, as mortes na guilhotina, determinadas pelo Tribunal Revolucionário, atingiram mais de 30 mil pessoas. Pela política do Terror, visava-se à satisfação do desejo de vingança dos grupos mais radicais, mantinha-se a estabilidade do processo revolucionário e demonstrava-se a força dos jacobinos. Ao longo da República Jacobina, o radicalismo de Robespierre, conhecido como o Incorrutível, atingiu até os próprios radicais, pois, tanto os considerados moderados ou indulgentes, como Danton, quanto os radicais ou enrages (enraivecidos) passaram a ser perseguidos.

Ao contrário do que era previsto, tal divisão fez com que os jacobinos perdessem força e, aproveitando-se disso, os 73 deputados girondinos, excluídos em 1793, retornaram à Convenção. Ainda naquele ano, foi decretada a prisão de Robespierre, que posteriormente foi executado.

Em julho (Termidor, de acordo com o novo calendário) de 1794, tinha início a Reação Termidoriana. As principais medidas tomadas nesse momento tinham como objetivo a eliminação dos excessos da fase jacobina. Dessa forma, diversas conquistas populares – tais como a Lei do Máximo e o Tribunal Revolucionário – foram anuladas, e os jacobinos passaram a ser perseguidos a partir daquele novo movimento, nomeado Terror Branco.

Por fim, vale ressaltar que os deputados girondinos consolidaram a sua volta ao poder através de uma nova

Constituição, que, entre outros dispositivos, instaurava um Diretório – eleito de forma censitária – para governar a França.

Diretório

De acordo com a nova forma de organização, a partir de 1795, o Poder Executivo ficava a cargo do diretório, e o Legislativo estava dividido em duas Câmaras, o Conselho dos Quinhentos e o dos Anciões. Os principais cargos do governo foram ocupados principalmente por membros ligados à alta burguesia, como banqueiros e grandes financistas. O governo do Diretório caracterizou-se no plano externo pela tentativa de contenção da contrarrevolução, que contava com o apoio das potências conservadoras europeias. Nas guerras travadas pelos franceses, já se destacava a figura do general Napoleão Bonaparte. Internamente, essa nova fase da Revolução enfrentou a ocorrência de alguns movimentos radicais fomentados pela baixa burguesia, como a Conspiração dos Iguais, iniciada em 1796. Comandados por Graco Babeuf, os iguais, que foram considerados os precursores do socialismo do século XIX, pretendiam:

- ✓ a volta da Constituição de 1793;
- ✓ a igualdade social;
- ✓ a divisão das terras entre os camponeses;
- ✓ a ascensão das classes populares ao poder político.

Assim como nas batalhas externas, as lideranças do Diretório conseguiram derrotar seus opositores. Dessa forma, os iguais foram reprimidos em 1797, e Graco Babeuf foi executado.

Apesar da contenção do movimento de Babeuf, as ameaças do radicalismo interno e as denúncias de corrupção contra membros do Diretório geraram uma crise interna no governo revolucionário francês e, além disso, a manutenção dos exércitos na guerra contra as nações europeias aumentava os gastos do Estado e fomentava a crise econômica e social. As primeiras derrotas do Exército, como a sofrida pelas tropas comandadas por Napoleão no Egito e também contra a Inglaterra, evidenciavam o enfraquecimento da Revolução e ameaçavam as conquistas burguesas.

A saída encontrada foi a articulação para que Napoleão Bonaparte pudesse assumir o controle do país. Assim, após diversas discussões, no dia 10 de novembro de 1799, 18 de Brumário pelo novo calendário revolucionário, o Diretório foi dissolvido. Para muitos, estava terminada a Revolução e iniciava-se o Período Napoleônico, com a instituição do Consulado.

Exercícios de Fixação

1. (UFF-RJ) A Revolução Francesa foi obra coletiva com a participação de todos os setores da sociedade

francesa, de nobres a camponeses, passando por burgueses e operários. Essa dimensão coletiva também esteve presente nas ideias que deram base à Revolução, como o Iluminismo, sistema de pensamento oriundo das reflexões dos intelectuais franceses. Esses dois aspectos estão presentes numa obra que junta todos os conhecimentos novos, práticos e teóricos.

Assinale a alternativa que indica a obra que denota o caráter renovador da Revolução Francesa.

a) A Enciclopédia dirigida por Voltaire e por Rousseau, que estabelecia as regras de organização da nova sociedade francesa, com destaque especial para o elogio aos modos de vida da nobreza, no que diz respeito à educação e aos costumes refinados.

b) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que anunciava a possibilidade de a Revolução resultar de um acordo entre os filósofos das luzes e o Antigo Regime, com o intuito de manter a ordem nos campos e nas cidades.

c) A Declaração Civil do Clero, que cortava radicalmente as ligações com o feudalismo e introduzia um novo estatuto para os trabalhadores rurais, garantindo-lhes a propriedade das terras da nobreza.

d) A Enciclopédia dirigida por Diderot e por D'Alembert, que condensava todas as novas visões sobre o mundo, o homem e a sociedade. Servia de guia para a oposição aos valores do Antigo Regime.

e) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que preconizava a manutenção da autoridade da nobreza sobre todas as terras de França e dos burgueses sobre as cidades, dividindo o território em duas grandes partes para manter os ideais da Revolução.

2. (Unimontes-MG) Acerca da Revolução Francesa (1789-1799), é correto afirmar que

a) a fase jacobina correspondeu ao período de maiores conquistas da alta burguesia, como o fim dos privilégios feudais e a Lei do Preço Máximo.

b) a fase do Terror, também conhecida por Grande Medo, se caracterizou pela liderança da alta burguesia e pela repressão aos radicais.

c) o Diretório, marcado pela hegemonia girondina, presenciou a “Conspiração dos Iguais” e terminou com o Golpe 18 Brumário.

d) a Convenção Termidoriana foi o período de maior avanço do projeto político da pequena burguesia parisiense, exemplificada na adoção do sufrágio universal.

3. (UFPI–2010 / Adaptado) O frio glacial não parece afetar Luís, que desce do carro vestindo uma camisa, um casaco costurado em forma de colete e calças cinzas [...] O silêncio que acompanha o rei em sua descida do carro se assemelha a uma homenagem solene [...] este povo que há meses humilha publicamente o seu rei compreende que vai assistir a um momento crucial da História da França [...] Eu me lembro que os ajudantes

se aproximam do rei com um objetivo de pegar suas roupas. Sem violência, mas com firmeza, Luís os empurra e tira, ele próprio, seu hábito, sem que o frio o faça minimamente tremer. Em seguida, abre a gola de sua camisa e deixa o pescoço livre [...] um dos ajudantes do carrasco pega as mãos do rei. Este as retira com um movimento violento: ‘o senhor teria a intenção de me amarrar as mãos?’, pergunta, com voz cheia de cólera. ‘Nunca. Nunca consentirei. Faça o que lhe foi ordenado, mas não me prenderás as mãos’ [...] depois disto outro ajudante corta-lhe rapidamente os cabelos. Em seguida, ele começa a subir a escada que o leva à guilhotina [...] São dez horas e vinte minutos no relógio da História [...] gritos se elevam, amaldiçoando aquele que acaba de morrer.

DUFRESNE, Claude. Meu tataravô assistiu à morte de Luís XVI. In: História Viva. Grandes temas da Revolução Francesa. São Paulo: Duetto, 2007. p. 81-82.

O relato acerca do final do poder da aristocracia e o início do governo revolucionário francês nos permite afirmar que

I. A decapitação de Luís XVI foi um momento grandioso do ponto de vista político e, simbolicamente, significativo da queda do absolutismo francês.

II. Mesmo humilhado, o rei francês tentava fazer valer seu poder e arrogância, características que marcaram o seu reinado e o levaram a morrer queimado em praça pública.

III. No momento da morte, o rei francês tinha a seu lado o povo, que assistiu pesaroso e em silêncio aos seus últimos momentos. Entre os itens anteriores, está / estão correto (s)

a) I, II e III.

b) apenas o I.

c) II e III.

d) I e III.

e) nenhum dos itens.

4. (Unimontes-MG–2010) Acerca da Revolução Francesa (1789-1799), é incorreto afirmar que

a) a Declaração dos Direitos Universais, embora significasse um avanço em relação à ordem feudal, não extrapolava os marcos da ordem capitalista, a exemplo da propriedade privada.

b) o processo revolucionário colocou em xeque certos valores tradicionais, como a união entre Estado e Igreja e o caráter sagrado do rei, aspecto bem exemplificado na substituição da monarquia pela república e na execução do rei Luís XVI.

c) o Período do Terror foi uma fase de domínio político dos girondinos, representantes da alta burguesia, que implantou a mais violenta repressão sobre os trabalhadores franceses.

d) a revolução se inscreve em um contexto maior de difusão do pensamento iluminista, de transformações econômicas e políticas, exemplificadas,

respectivamente, pelas chamadas revoluções Industrial e Americana.

(UEMG–2008) Leia, a seguir, o trecho de uma crítica de Jean-Jacques Rousseau, contrapondo-se à concepção de estado de natureza, na perspectiva de Thomas Hobbes: Sobretudo, não vamos concluir, como Hobbes, que o homem, por não ter nenhuma idéia de bondade, seja naturalmente mau [...] Refletindo sobre os princípios que estabelece, esse autor deveria dizer que o estado de natureza, sendo aquele em que o cuidado de preservação é o menos prejudicial à de outrem, consequentemente era o mais favorável à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Coleção Os Clássicos da Política. Editora UNB. São Paulo: Ática, 1989. p. 73.

Comparando as Revoluções Inglesas do século XVII e a Revolução Francesa, no século XVIII, indique a alternativa que apresenta a explicação correta para as diferentes percepções sobre as respectivas revoluções.

- Os conflitos desenvolvidos na Inglaterra foram desencadeados por forças populares desesperadas e famintas, que formaram exércitos organizados no interior, enquanto que a questão, na França, se consolidou por um conflito entre grupos da nobreza.
- Na Inglaterra, os movimentos puritanos defenderam uma restauração da paz e do estado de ordem, baseados no resgate religioso e moral do país, enquanto, na França, o estado de natureza foi desencadeado a partir dos abusos cometidos pelos vícios da sociedade de Corte.
- A expansão das propriedades de terra concentradas na nobreza inglesa permitiram que grupos de operários se concentrassem nas periferias, proporcionando conflitos urbanos sangrentos, enquanto, na França, o campesinato desenvolveu táticas de guerrilha aguardando as tropas do rei, oriundas de Paris.
- O Estado, na Inglaterra, garantiu a ordem através do Parlamento, que se associou ao rei, dando ao país um estado civil constituído, enquanto que, na França, o rei cooptou a nobreza de espada, oferecendo-lhe terras que pertenciam ao campesinato.

Exercícios Propostos

1. (UFRRJ) Nós, habitantes da paróquia de Longey-en-Dunois abaixo-assinados, tendo-nos reunido em virtude das ordens do rei, na sexta-feira, dia 6 do presente mês de maio de 1789, resolvemos o que se segue: Pedimos que todos os privilégios sejam abolidos. Declaramos que, se alguém merece ter privilégios e gozar de isenções, são estes, sem contradição, os habitantes do campo, pois são os mais úteis ao Estado, porque o seu trabalho o fazem viver [...] Desejamos que os que forem deputados aos Estados Gerais sejam recrutados na

classe do terceiro estado, e não nas classes do clero e da nobreza [...]

MATTOSO, Kátia de Queirós. Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea – 1789–1963. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1977.

O texto anterior reflete a insatisfação de setores da sociedade francesa com

- o voto censitário, que excluía politicamente as camadas populares.
- a concentração do poder político nas mãos da burguesia.
- os privilégios da aristocracia.
- o Terror jacobino.
- as medidas napoleônicas que prejudicavam os camponeses.

2. (UERJ) Ocorrida no final do século XVIII, a Revolução Francesa alastrou-se pela Europa absolutista. Na França, a superação do absolutismo monárquico ficou evidenciada a partir do momento em que

- o sufrágio universal e as escolas públicas foram instituídos como algumas reformas radicais da Convenção revolucionária.
- os representantes do terceiro estado exigiram que seu número dobrasse e que a votação fosse por deputado.
- os Estados Gerais se reuniram em maio no Palácio de Versalhes por convocação do monarca Luís XVI.
- o terceiro estado separou-se dos outros dois, formando, logo depois, a Assembleia Nacional Constituinte.
- as camadas populares urbanas começaram a atacar lojas de armas em apoio a Napoleão.

3. (UFU-MG) Sobre a Revolução Francesa de 1789, é CORRETO afirmar que

- os princípios da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do direito à propriedade tornaram-se a espinha dorsal do movimento revolucionário, porque os diferentes segmentos sociais que fizeram a Revolução atribuíram a esses princípios os mesmos valores e graus de importância.
- no período de maior radicalização do movimento revolucionário, os jacobinos promulgaram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelecendo a igualdade de todos perante à lei, o direito à propriedade privada e o direito de resistência à opressão, o que deu à Revolução um caráter popular e democrático.
- considerada como a primeira revolução burguesa da história, esta consolidou o princípio político da liberdade, entendido como direito inalienável de homens e mulheres de escolherem seus representantes para o poder, por meio do voto universal, em eleições quadriênais.
- três anos após a Queda da Bastilha, o movimento revolucionário radicalizou-se sob a liderança dos jacobinos, que assumiram o poder com o apoio dos sans-culottes. O caráter popular e democrático desse período da Revolução expressou-se no direito de voto a

todos os homens maiores de 21 anos, na liberdade de culto, na reforma agrária e no acesso da população pobre à educação.

4. (UFG) As mudanças provocadas pela Revolução Francesa (1789-1815), que alteraram a ordem política na configuração do Estado, foram a

- a) convocação dos Estados Gerais e a reivindicação por igualdade jurídica.
- b) aprovação de uma Constituição e a instauração do regime republicano.
- c) extinção da cobrança de tributos e de privilégios feudais e a criação da Guarda Nacional.
- d) elaboração de leis antigrevés e a proibição da associação de trabalhadores pelo Estado burguês.
- e) consolidação da Convenção Nacional e a promoção de acordos para salvar a vida do rei.

5. (PUC Rio) A sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão não teria pedido tão depressa a supressão da realeza se o rei, fiel a seus juramentos, os tivesse como um dever seu. Agora, conjuramo-los a declarar aqui mesmo que a França não é mais uma monarquia, mas agora é uma república. Mensagem dos Cordeliers à Constituinte O fim da monarquia foi um dos momentos mais importantes da Revolução Francesa. Sobre ele, é Correto afirmar que

- a) a república marca o início de um período de mobilização popular liderado pelos girondinos; esse é o momento em que se constituem os comitês revolucionários e em que se destaca a figura de Robespierre.
- b) com a república foram abolidos os direitos feudais e assinada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pondo um fim nos privilégios da aristocracia.
- c) o novo regime caracterizou-se pela adoção de uma constituição conservadora em que o voto era censitário, e o Poder Executivo era entregue a cinco diretores.
- d) a Tomada da Bastilha marca o início do Período Republicano, em que se consolidam as conquistas burguesas obtidas durante a monarquia constitucional, como o direito à propriedade, à liberdade e à igualdade perante a lei.
- e) ameaçado pela contrarrevolução externa e pressionado pelas massas populares, o governo girondino perde o poder para o grupo jacobino, que dá início ao período conhecido como Terror.

(UFMT–2009) A Revolução Francesa pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos e suas consequências foram, portanto mais profundas.

HOBBSAWM, E. J. A Era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Uma das consequências mais profundas, segundo Hobsbawm, foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Sobre ela, analise as afirmativas:

I. Representou as exigências da maioria dos liberais burgueses contra os privilégios da nobreza e do clero, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária.

II. Significou uma tentativa da monarquia absoluta de permanecer no poder, fazendo concessões à nobreza descontente e aos burgueses jacobinos que lutavam pela igualdade.

III. Foi um manifesto revolucionário a favor de uma sociedade efetivamente democrática e igualitária, do fim da monarquia e da nobreza, do desligamento da Igreja do Estado e da ascensão do povo ao centro da república democrática.

IV. Expressou a vontade de parte da burguesia de governar a partir de uma monarquia regulada por uma Constituição e apoiada numa oligarquia possuidora de terras.

Estão corretas as afirmativas

- a) III e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

7. (FGV-SP) A caricatura a seguir mostra a situação das camadas sociais na sociedade francesa de antes da Revolução de 1789.



Histoire: une terre, des hommes. França: Magnard.

a) Que grupos e que relações sociais estão representados na caricatura?

b) Antes do movimento revolucionário, quais eram as principais críticas do povo em relação às camadas dominantes?

c) Que classe social liderou a Revolução e que transformações ocorreram no período mais radical do processo revolucionário?

8. (UFBA–2010)

Texto I

Trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos

São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade; que, para assegurar esses direitos, se constituíram entre os homens governos, cujos poderes justos emanam do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou aboli-la, instituindo um novo governo, cujos princípios básicos e organização de poderes obedecem às normas que lhes pareçam mais próprias para promover a segurança e a felicidade gerais.

AQUINO, 2005. p. 203.

Texto II

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

No dia 26 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte proclamou a célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo como base o ideário burguês do Iluminismo. Entre os principais pontos defendidos por esse documento, destacam-se:

- O respeito, pelo Estado, à dignidade da pessoa humana;
- A liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei;
- O direito à propriedade individual;
- O direito de resistência à opressão política;
- A liberdade de pensamento e de opinião.

De maneira solene, a Declaração tornava explícitos os pressupostos filosóficos sobre os quais deveria ser construída a nova sociedade liberal burguesa.

COTRIM, 1994. p. 290.

Com base nas declarações que compõem os textos I e II, cite duas características comuns que marcaram o momento histórico no qual foram produzidas essas duas declarações.

9. (UFRJ–2009) Entre os séculos XVII e XIX, a Europa foi sacudida por uma série de revoluções sociais que resultaram na constituição do sistema político liberal e democrático. Entre elas, destacaram-se as revoluções Inglesa de 1688 e Francesa de 1789. Indique um princípio de natureza econômica e outro de natureza política presentes nessas duas revoluções.

Seção ENEM

1. (Enem–2004) Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra “restaurante”. Desde o final da Idade Média, a palavra “restaurant” designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765, surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos restaurateurs, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e malcuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus padrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o dicionário da Academia Francesa oficializou a utilização da palavra restaurante com o sentido atual. A mudança do significado da palavra restaurante ilustra

- a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
- d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
- e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

2. (Enem–2010) Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

Período Napoleônico e Congresso de Viena

Período Napoleônico

O período compreendido entre 1799 e 1815 foi marcado pela expansão francesa pela Europa. As conquistas comandadas por Napoleão Bonaparte representaram não apenas o domínio da França sobre parte da Europa, mas significaram também a expansão da Revolução Francesa e de seus ideais, afinal, mesmo após as derrotas francesas, as transformações provocadas pelos ideais liberais seriam sentidas em grande parte do mundo ocidental.

Os soldados franceses que guerrearam da Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria [...] estenderam a universalidade de sua Revolução mais eficientemente do que qualquer outra coisa. E as doutrinas e instituições que levaram consigo, mesmo sob o comando de Napoleão, eram doutrinas universais, como os governos sabiam e como também os próprios povos logo viriam a saber. HOBBSAWM,

Eric J. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Gradativamente, as medidas revolucionárias foram sendo estendidas aos territórios ocupados pelas tropas francesas. A força desse processo variava de região para região, mas é possível afirmar que os administradores de Napoleão foram responsáveis por instituir o Código Civil, abolir a servidão e o pagamento de impostos senhoriais, igualar a cobrança de impostos e promover a educação pública gratuita nos locais dominados pelos franceses.

Para muitos, como os burgueses mais progressistas, Napoleão era considerado um libertador, para outros, no entanto, o que sobressaía era seu caráter tirânico, já que empregava seus parentes em substituição aos governantes locais e explorava as regiões dominadas em benefício da França.

Consulado

Pela Constituição de 1799, ficava estabelecida uma forma de governo baseada na força do Poder Executivo. Para Napoleão e para os burgueses mais conservadores, a única maneira de estabilizar politicamente a França seria por meio da força de uma liderança incontestável e de sua autoridade. Apesar da existência de três cônsules, ficava clara a força de Bonaparte, como atesta a própria Carta Constitucional.

Em 1802, dando sequência à centralização política, Napoleão foi nomeado cônsul vitalício por meio de um plebiscito realizado entre os franceses, que ainda permitia ao cônsul o direito de indicar um sucessor para o seu cargo.

Externamente, a guerra continuava e a Segunda Coligação dos países europeus foi formada contra a França. A primeira já havia sido contida durante a fase da Convenção.

Dotado, portanto, de poder, Napoleão adotou reformas visando ao benefício do setor social que viabilizou a sua escalada do poder: a alta burguesia. Dessa forma, o cônsul centralizou a cobrança dos impostos, que posteriormente foram aplicados na criação do Banco da França e de uma nova moeda, o franco. As indústrias também foram beneficiadas, haja visto que Napoleão criou a Sociedade de Fomento à Indústria.

Durante seu governo, Napoleão buscou, ainda, se retratar com a baixa burguesia e com o clero. Para tal, foram criados os Liceus (unidades de ensino gratuitas), com o intuito de doutrinar os jovens, futuros funcionários públicos. Vale ressaltar, ainda, que Napoleão promoveu a concordata com a Igreja Católica, reconhecida como a oficial da França.

O fato mais importante ocorrido durante o Consulado, no entanto, talvez tenha sido o estabelecimento do Código Civil. Também conhecido como Código Napoleônico, esse conjunto de leis reunia os princípios liberais e as principais conquistas burguesas ocorridas durante o período revolucionário. Entre seus principais pontos, destacam-se:

- ✓ a garantia da liberdade individual e da igualdade jurídica;
- ✓ a existência de um Estado secular;
- ✓ a garantia da propriedade privada;
- ✓ a instituição do casamento civil;
- ✓ a proibição de greves e sindicatos;
- ✓ a tutela do marido sobre a mulher e filhos.

Apesar de as reformas napoleônicas terem concedido uma certa estabilidade política à França, as pressões estrangeiras e a ameaça provocada pelos nobres emigrados persistiam. Diante desse cenário, o cônsul vitalício tornou-se imperador através de um novo plebiscito realizado em 1804. Naquela ocasião, até o papa Pio VII foi a Paris para a coroação de Napoleão.



Obra de Jacques-Louis David retratando a Coroação de Napoleão Bonaparte como Imperador francês.

Império

A formação do Império deu sequência ao processo de centralização observado desde a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder. Internamente, assistiu-se à formação de uma aristocracia ligada ao imperador e ao aumento da repressão e da censura. Ocorreram prisões e

juízos arbitrários, limitação à liberdade de imprensa e atuação de agentes secretos visando impedir as críticas ao governo. Por outro lado, a centralização imperial permitiu à França conquistar importantes vitórias sobre as coligações estrangeiras que se formavam. As vitórias em terra permitiram o avanço do Império Francês e a reformulação do mapa europeu.

Nos mares, entretanto, as conquistas não se repetiam. As derrotas para a Inglaterra, como a ocorrida na Batalha de Trafalgar, levaram Napoleão a decretar o Bloqueio Continental em 1806-1807. O objetivo do Bloqueio era enfraquecer a Inglaterra, principal rival da França e grande potência econômica no período. Através de dois decretos, o de Berlim e o de Milão, ficava determinada a proibição do comércio entre as nações europeias e a Inglaterra. Os decretos declaravam ainda que os povos que comercializassem com os ingleses seriam considerados inimigos. Com tais medidas, Napoleão visava diminuir a presença dos produtos industrializados ingleses na Europa e, assim, estimular a produção industrial francesa, que deveria ser capaz de suprir a ausência dos produtos ingleses.

A solução encontrada pelos ingleses para a manutenção de seus lucros foi redirecionar o comércio para as colônias espanholas na América. A Inglaterra, no entanto, ainda conseguia contrabandear produtos para as nações europeias que necessitavam de suas mercadorias.

É válido ressaltar que as indústrias francesas não estavam estruturadas para produzir todo o volume necessário aos mercados consumidores. Dessa forma, vários países desrespeitaram o Bloqueio e sofreram, com isso, consequências. No caso de Portugal, a Corte portuguesa, ameaçada pela iminente invasão das tropas francesas e pelas pressões de sua tradicional aliada, a Inglaterra, optou por dirigir-se à sua principal colônia, o Brasil, em 1808, mudando a sede da monarquia e redefinindo as relações de poder no interior do Império Luso-Brasileiro.

Na Espanha, o domínio conquistado em 1808 com a deposição do rei Fernando VII levou ao trono o irmão de Napoleão, José Bonaparte. As dificuldades enfrentadas pelos espanhóis abriram espaço para os movimentos que levariam à Independência da América entre os anos de 1810 e 1830.

Já a Rússia necessitava de um grande mercado consumidor, como o inglês, para a sua produção de trigo e acabou por romper o Bloqueio. Em represália, Napoleão e cerca de 600 mil soldados invadiram o país, chegando próximo a Moscou. A tática de “terra arrasada” adotada pelos russos foi fundamental para a derrota francesa. A estratégia consistia na destruição de qualquer instalação, suprimentos ou fontes de recursos que pudessem ser proveitosas ao inimigo enquanto este avançava em direção a uma determinada área. Assim, em 1812, o Exército napoleônico foi dizimado pelo frio e por epidemias de tifo e, por isso, os sobreviventes

deixaram a Rússia. Segundo alguns autores, apenas 10% do contingente enviado ao território russo retornou para a França.

Com o Exército reduzido, Napoleão teve de recorrer a soldados veteranos, sem idade para servir o Exército, fator fundamental para que as tropas francesas fossem derrotadas em 1813 na Batalha de Leipzig, também conhecida como Batalha das Nações, pela coligação formada pelos exércitos da Rússia, Prússia, Áustria e Suécia. No início de 1814, os inimigos de Napoleão chegaram a Paris e recolocaram no poder a dinastia dos Bourbon, representada por Luís XVIII.

Mesmo exilado na ilha de Elba, na costa italiana, Napoleão conseguiu reunir esforços e soldados no intuito de retornar ao poder. Ao desembarcar na França, as tropas destinadas pelo novo rei francês a enfrentar Napoleão se aliaram ao antigo líder, que retornou a Paris como herói em 20 de março de 1815. O Governo dos Cem dias teve o seu fim após as derrotas para os ingleses e prussianos na Batalha de Waterloo, na Bélgica. Bonaparte seguiu para o exílio em Santa Helena, no Atlântico Sul, onde veio a falecer seis anos mais tarde.



Napoleão em seu exílio, na ilha de Santa Helena.

Congresso de Viena

Entre 1814 e 1815, a Inglaterra, a Rússia, a Áustria, a Prússia e a própria França se reuniram em Viena, capital austríaca, para decretar o fim da Era Napoleônica e discutir o futuro das nações europeias. A intenção era minimizar as marcas deixadas pela Revolução Francesa e pela expansão de Napoleão, restaurando princípios do Antigo Regime e afastando novas ameaças revolucionárias. O mapa europeu, modificado pela expansão napoleônica, também deveria ser refeito.

O Congresso visava também ao estabelecimento de uma paz duradoura e à contenção dos movimentos nacionalistas que vinham se intensificando desde a expansão francesa pela Europa. Apesar da tendência conservadora, simbolizada pelo representante austríaco, o príncipe Metternich, admitia-se a necessidade do estabelecimento de governos constitucionais, a fim de amenizar as crises internas.

Os princípios que nortearam o Congresso foram os da restauração, da legitimidade e do equilíbrio europeu. O primeiro tinha como objetivo restaurar a monarquia absoluta, reconduzir a aristocracia ao poder e conter o avanço do liberalismo. O princípio da legitimidade visava recolocar no poder as dinastias consideradas legítimas, isto é, as que reinavam antes da Revolução. Já o princípio do equilíbrio europeu fundamentava-se no restabelecimento das relações de força entre as potências europeias por meio da divisão territorial do continente e também das possessões coloniais.

Seguindo tais princípios, foram tomadas as seguintes medidas:

- ✓ a volta dos Bourbon ao trono francês, sendo que Luís XVIII, irmão de Luís XVI, assumiu o trono e governou sob uma Constituição outorgada e que estabelecia o voto censitário.
- ✓ a concessão da soberania às monarquias destituídas por Napoleão na Espanha e em alguns Estados germânicos.
- ✓ a perda dos territórios conquistados pela França durante a expansão.
- ✓ a obtenção, pelos ingleses da Ilha de Malta, da região do Cabo, no sul da África, do Ceilão, ex-colônia holandesa, da Guiana, na América do Sul, e de outras ilhas na América Central.
- ✓ a divisão da Península Itálica, restando como Estados autônomos apenas o reino de Piemonte-Sardenha, os Estados Pontifícios e o reino das Duas Sicílias.
- ✓ a incorporação da Bélgica ao Reino Unido dos Países Baixos, liderado pela Holanda.
- ✓ a concessão da maior parte da Polônia à Rússia.
- ✓ a neutralização do Estado da Suíça.
- ✓ a concessão de parte da Polônia e da região do Rio Reno à Prússia.
- ✓ a obtenção de outra parte da Polônia e do norte da Itália pela Áustria.



Ao final do Congresso, a impressão que se tinha era de que nenhum país saíra com força suficiente para conquistar todo o continente, ao mesmo tempo que

nenhuma das nações teria motivos para se sentir prejudicada a ponto de iniciar um novo conflito. Visando à manutenção desse equilíbrio, foi criada uma aliança militar entre Áustria, Prússia, Rússia e Inglaterra, a Santa Aliança, também chamada de Quádrupla Aliança e proposta pelo czar russo Alexandre I.

A organização estabelecia o direito à intervenção nas regiões onde os princípios conservadores estabelecidos pelo Congresso estivessem sendo violados. A justiça era proteger a paz, a justiça e a religião da ameaça representada pelas ideias difundidas pela Revolução Francesa. A atuação da Santa Aliança se deu em especial na luta contra a emancipação da América Espanhola e na contenção dos movimentos liberais de 1820.

Desde a sua formação, no entanto, a Aliança apresentava divergências entre os seus membros, principalmente relacionadas aos interesses ingleses em relação às colônias americanas. Para a Santa Aliança, a autoridade da Espanha deveria ser restabelecida sobre as colônias na América, ao passo que a Inglaterra visava à abertura de tais mercados para a sua crescente produção industrial.

Leitura Complementar

O Decreto de Berlim

Campo Imperial de Berlim, 21 de novembro de 1806, Napoleão, imperador dos franceses, rei da Itália, etc. [...] Considerando,

1°. Que a Inglaterra não admite o direito da gente universalmente observado por todos os povos civilizados;

2°. Que esta considera inimigo todo indivíduo que pertence a um Estado inimigo e, por conseguinte, faz prisioneiros de guerra não somente as equipagens dos navios armados para a guerra mas ainda as equipagens das naves de comércio e até mesmo os negociantes que viajam para os seus negócios;

3°. Que ela estende às embarcações e mercadorias do comércio e às propriedades dos particulares o direito de conquista que só se pode aplicar àquilo que pertence ao Estado inimigo;

4°. Que ela estende às cidades e portos de comércio não fortificados nas embocaduras dos rios o direito de bloqueio que, segundo a razão e o costume de todos os povos civilizados, só se aplica às praças fortes; que ela declara bloqueadas as praças diante das quais não há sequer uma única embarcação de guerra; que ela até mesmo declara em estado de bloqueio lugares em que todas as suas forças reunidas seriam incapazes de bloquear, costas internas e todo um império;

5°. Que este monstruoso abuso do direito de bloqueio tem por objetivo impedir as comunicações entre os povos, e erguer o comércio e a indústria da Inglaterra

sobre as ruínas da indústria e do comércio do continente;

6°. Que, sendo este o objetivo evidente da Inglaterra, qualquer indivíduo, que faça sobre o continente o comércio de mercadorias inglesas, por este meio favorece os seus desígnios e dela se torna cúmplice;

[...]

8°. Que é de direito natural opor ao inimigo as armas de que faz uso, e de combatê-lo do mesmo modo que este combate, quando desconhece todas as ideias de justiça e todos os sentimentos liberais, resultado de civilização humana;

Por conseguinte, temos decretado e decretamos o que segue:

Artigo 1°. As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.

Artigo 2°. Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados. [...]

Artigo 3°. Qualquer indivíduo, súdito da Inglaterra, qualquer que seja sua condição, que for encontrado nos países ocupados por nossas tropas ou pelas tropas de nossos aliados, será constituído prisioneiro de guerra.

Artigo 4°. Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa.

Artigo 5°. O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

[...]

Artigo 7°. Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8°. Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

[...]

Artigo 10°. Comunicação do presente decreto será dada por nosso ministro das relações exteriores aos reis de Espanha, de Nápoles, da Holanda e de Etrúria e aos nossos aliados, cujos de súditos são vítimas, como os nossos, da injustiça e da barbárie legislação marítima inglesa.

Napoleão

Exercícios de Fixação

1. (PUC Minas) O mapa a seguir mostra a Europa Ocidental nos anos iniciais do século XIX. A situação assinalada resultou na vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808.



Portanto, o mapa retrata

- o Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre D. João e Lord Strangford, que garantia liberdade comercial para ingleses e portugueses.
- o Tratado de Fontainebleau, assinado por França e Espanha, que supunha a invasão de Portugal e divisão de suas colônias.
- a Convenção Secreta, acordo entre Inglaterra e Portugal, que determinava a defesa marítima dos lusitanos pelos ingleses.
- o Bloqueio Continental determinado por Napoleão Bonaparte, que proibia os países europeus de comercializarem com os ingleses.

2. (PUC Minas) Em perfeita sintonia com o espírito restaurador do Congresso de Viena, a criação da Santa Aliança tinha por objetivo

- reprimir os movimentos revolucionários e liberais que eclodissem em qualquer parte do continente europeu.
- difundir os princípios democráticos e parlamentaristas, promovendo a modernização das monarquias europeias.
- garantir a liberdade comercial, tida como elemento indispensável à industrialização e à acumulação de capitais.
- combater os focos da resistência aristocrática, geradores de tensão social e alimentadores da oposição burguesa.
- inibir a formação de alianças entre as principais potências, o que ameaçava o equilíbrio de forças na Europa.

3. (Mackenzie-SP) Os soberanos do Antigo Regime venceram Napoleão, que eles viam como o herdeiro da Revolução. A escolha de Viena para a realização do Congresso, para a sede de todos os Estados europeus, foi simbólica, pois Viena era uma das únicas cidades que não havia sido sacudida pela Revolução e a dinastia dos Habsburgo era símbolo da ordem tradicional, da Contrarreforma e do Antigo Regime. René Rémond Entre as decisões acordadas no Congresso de Viena em 1814-1815, podemos assinalar a

- criação de um organismo multinacional, denominado Santa Aliança.
- convocação da reunião dos Estados Gerais.
- criação do Comitê de Segurança Geral.
- formação da II Coligação antifrancesa.

e) restauração dos princípios revolucionários.

4. (UFMG) Leia este texto:

Antes, Napoleão havia levado o Grande Exército à conquista da Europa. Se nada sobrou do império continental que ele sonhou fundar, todavia ele aniquilou o Antigo Regime, por toda parte onde encontrou tempo para fazê-lo; por isso também, seu reinado prolongou a Revolução, e ele foi o soldado desta, como seus inimigos jamais cessaram de proclamar.

LEFEBVRE, Georges. A Revolução Francesa. São Paulo: IBRASA, 1966. p. 573.

Tendo-se em vista a expansão dos ideais revolucionários proporcionada pelas guerras conduzidas por Bonaparte, é correto afirmar que

- os governos sob influência de Napoleão investiram no fortalecimento das corporações de ofício e dos monopólios.
- as transformações provocadas pelas conquistas napoleônicas implicaram o fortalecimento das formas de trabalho compulsório.
- Napoleão, em todas as regiões conquistadas, derrubou o sistema monárquico e implantou repúblicas.
- o domínio napoleônico levou a uma redefinição do mapa europeu, pois fundiu pequenos territórios, antes autônomos, e criou, assim, Estados maiores.

5. (UFRGS) Considere as afirmações a seguir, referentes ao Período Napoleônico.

I. Um dos objetivos do Bloqueio Continental era anular a defasagem industrial da França em relação à Inglaterra.

II. As Guerras Napoleônicas produziram desdobramentos de cunho político na América do Sul.

III. A expansão napoleônica debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu e estimulou o surgimento dos nacionalismos.

IV. O Bloqueio Continental possibilitou a hegemonia do capitalismo industrial francês em toda a Europa.

V. O Congresso de Viena confirmou, na Europa, os avanços sociais e políticos conquistados durante a Revolução Francesa. Quais estão corretas?

- Apenas I e II
- Apenas III, IV e V
- Apenas I e III
- I, II, III, IV e V
- Apenas I, II e III

Exercícios Propostos

1. (FGV-SP) A reconstrução da Europa, após as guerras napoleônicas, foi direcionada pelo Congresso de Viena. É incorreto afirmar que ele estabeleceu a

- criação de um pacto militar internacional (Santa Aliança) para intervir onde houvesse manifestações revolucionárias.

- b) devolução dos territórios conquistados pela França, desde a Revolução.
- c) desobrigação de pagamento de indenização pelos franceses por terem ocupado territórios de outros países.
- d) restauração da monarquia dos Bourbon na França.
- e) autonomia da Itália e da Alemanha, divididas e submetidas à hegemonia húngara.

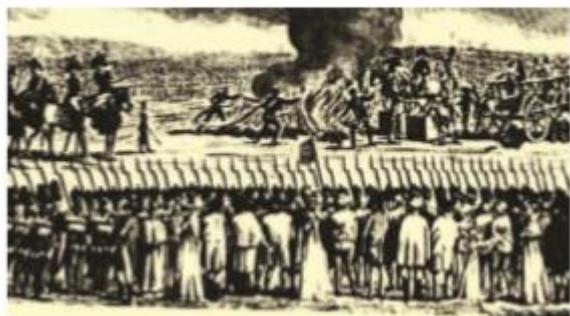
2. (UFMG) Em 1793, Schiller, um crítico da Revolução Francesa, vislumbrou os possíveis resultados contrarrevolucionários gerados pelo movimento de 1789 na seguinte passagem. “A tentativa do povo francês de instaurar os sagrados Direitos do Homem e de conquistar a liberdade política não fez mais que trazer à luz sua impotência e falta de valor a este respeito; o resultado foi que não apenas esse povo infeliz, mas junto com ele boa parte da Europa e todo um século foram atirados de volta à barbárie e à servidão”. O processo contrarrevolucionário que veio confirmar o receio do autor foi

- a) a eclosão da Guerra dos Cem Anos.
- b) a formação da Santa Aliança.
- c) a proclamação da Comuna de Paris.
- d) as jornadas de 1830 e 1848.
- e) o estabelecimento do Comitê da Salvação.

3. (Mackenzie-SP) Sobre o Período Napoleônico, é CORRETO afirmar que

- a) as campanhas napoleônicas apoiaram o movimento denominado Conjura dos Iguais e disseminaram os ideais do proletariado revolucionário francês.
- b) de uma maneira geral, pode ser apontado como o momento em que se consolidaram as instituições burguesas na França.
- c) Portugal, tradicional aliado da França, foi um dos primeiros países a aderir ao Bloqueio Continental em troca da ajuda na transferência da família real para a colônia Brasil.
- d) o império foi marcado pelos acordos de paz com a Inglaterra, que via na França uma aliada na propaganda da mentalidade capitalista burguesa.
- e) a ascensão do império de Bonaparte foi concretizada a partir dos acordos políticos da Península Ibérica, evitando as lutas nacionalistas e oposicionistas.

4. (UFRRJ)



As ordens de Napoleão: soldados franceses queimando importações britânicas em 1810.

HENDERSON, W. O. A Revolução Industrial. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1979. p. 27.

A explicação para o quadro anterior está

- a) na repulsa da população francesa aos produtos ingleses vendidos na Europa Continental, em geral muito caros e de péssima qualidade.
- b) no protesto de operários franceses contra o desemprego causado na Inglaterra pela introdução de máquinas no processo produtivo (início da chamada “Revolução Industrial”).
- c) na disputa, até militar, entre uma Inglaterra já em acelerado estado de industrialização e uma França que busca o mesmo intento, abrindo concorrência ao produto inglês.
- d) na tentativa francesa de evitar que matérias-primas, mais baratas, oriundas da Inglaterra, arruinassem os produtos franceses.
- e) na revolta dos franceses contra o apoio dado pela monarquia inglesa à família real portuguesa quando esta decidiu retornar à Europa, após sua estadia no Brasil.

5. (UNESP–2011)

Artigo 5.º – O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa. [...]

Artigo 7.º – Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8.º – Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

Excerto do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea (1789-1963), 1977.

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de

- a) estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.
- b) impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.
- c) provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.
- d) ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.
- e) debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.

6. (UFC–2006) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma realização de Napoleão Bonaparte, que representou uma consolidação das ideias da Revolução Francesa.

a) O impedimento do retorno do uso de títulos de nobreza, reivindicado pelos seus generais e pela burguesia francesa que desejava tornar-se a nova elite do país.

b) A criação do Código Civil, inspirado no direito romano e nas leis do período revolucionário, que, na sua essência, vigora até hoje na França.

c) A abolição da escravidão nas colônias francesas, reafirmando o princípio da liberdade presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

d) A realização de uma reforma agrária, prometida, mas não efetivada, pelos jacobinos, o que garantiu a popularidade de Napoleão entre os camponeses.

e) A criação da Constituição Civil do Clero, que proibiu toda forma de culto religioso no território francês.

7. (UNESP) No império de Napoleão Bonaparte (1804-1814), foi instituído um Catecismo, que orientava a relação dos indivíduos com o Estado. O cristão deve aos príncipes que o governam, e nós devemos particularmente a Napoleão 1º, nosso imperador, amor, respeito, obediência, fidelidade, serviço militar, os impostos exigidos para a conservação e defesa do império e de seu trono; nós lhe devemos ainda orações fervorosas pela sua salvação, e pela prosperidade espiritual e material do Estado.

Catecismo Imperial de 1806.

O conteúdo do Catecismo contradiz o princípio político da cidadania estabelecido pela Revolução de 1789, porque

a) o cidadão participa diretamente das decisões, sem representantes políticos e comandantes militares.

b) a cobrança de impostos pelo Estado impede que o cidadão tenha consciência de seus direitos.

c) a cidadania e a democracia são incompatíveis com as formas políticas da monarquia e do império.

d) o cidadão foi forçado, sob o bonapartismo, a romper com o cristianismo e com o papado.

e) o cidadão reconhece os poderes estabelecidos por ele e obedientes a leis.

8. (FGV-SP) Entre 1814-1815, representantes das nações europeias reuniram-se no chamado Congresso de Viena. As principais discussões desses encontros giraram em torno

a) da adoção do Código Napoleônico por todos os Estados europeus, como forma de modernizar as instituições sociais e adequá-las ao desenvolvimento capitalista do período.

b) da reorganização da Europa após as guerras napoleônicas, procurando garantir à burguesia os avanços conquistados após anos de revoluções.

c) da definição de fronteiras e governantes europeus a partir da ideia de legitimidade, isto é, a restauração do poder e das divisões territoriais anteriores à Revolução Francesa.

d) da necessidade de banir definitivamente os princípios fundamentais do Antigo Regime, tais como a desigualdade jurídica, a dominação aristocrática e o absolutismo.

e) da implementação do parlamentarismo como a única forma de garantir a dominação aristocrática e a restauração das dinastias destronadas pelas revoluções.

9. (UFES–2009) A atuação de Napoleão Bonaparte na Europa teve desdobramentos diretos sobre o Brasil. Portugal posicionou-se contrariamente aos interesses franceses, ao desobedecer ao Bloqueio Continental. A resposta francesa à atuação política de Portugal foi a assinatura do Tratado de Fontainebleau com a Espanha. A respeito dos desdobramentos advindos das negociações entre França e Espanha, é correto afirmar que d. João, rei de Portugal,

a) organizou forte resistência, assumindo a posição de ministro da Guerra para liderar, em Portugal, o combate aos exércitos da França e da Espanha.

b) assumiu uma posição vacilante que resultou no seu absoluto isolamento político na Europa, não lhe restando outra saída senão fugir, sem o apoio da Inglaterra, com sua Corte para o Brasil.

c) dispensou o apoio da Inglaterra por ocasião da transferência da Corte, ao fechar os portos lusitanos aos navios mercantes e de guerra britânicos.

d) firmou com a França um acordo de paz por meio do qual concordava em deixar Portugal para transferir sua Corte para o Brasil.

e) previu o enfrentamento com Napoleão, razão pela qual assinou com a Inglaterra um acordo secreto para preservar sua Corte e conservar suas colônias.

10. (UEG–2007) Em 1815, representantes das principais potências europeias reuniram-se no Congresso de Viena, com o objetivo de redefinir as relações internacionais, após as Guerras Napoleônicas. Uma das consequências desse encontro foi a formação da Santa Aliança. Analise o papel dessa organização.

Seção ENEM

1. Ao longo da história do Velho Mundo, o continente europeu foi marcado por guerras e conflitos de ordem política e cultural. Vários conquistadores se colocaram como líderes capazes de garantir, através de um único governo, a paz e estabilidade europeia. Napoleão foi

um desses líderes que, com um discurso nacionalista e expansionista, decretou

- a) o Bloqueio Continental.
- b) a Guerra Franco-prussiana.
- c) a Comuna de Paris.
- d) a Conferência de Berlim.
- e) a Revolução Francesa.

2. Napoleão Bonaparte governou a França entre 1799 e 1814, tendo assumido o poder no regime colegiado do Consulado. Tornou-se, em um primeiro momento, o primeiro Cônsul, se apoderando do Executivo, em seguida, ascendeu à condição de cônsul vitalício e, posteriormente, em 1804, se coroou imperador da França. Assim, progressivamente, Napoleão foi concentrando todos os poderes, usando as constituições para legalizar esse processo e os plebiscitos para legitimá-lo.

Tal prática napoleônica, devido ao seu caráter inovador, foi objeto de análise de juristas contemporâneos, como José Afonso da Silva, professor da USP, que adotou o termo Cesarista ou bonapartista para conceituar constituições que não são propriamente outorgadas, mas tampouco democráticas, ainda que criadas com participação popular [...] porque [foram] formadas por plebiscito popular sobre um projeto elaborado por um imperador (plebiscitos napoleônicos) ou de um ditador (plebiscito de Pinochet, no Chile). Ainda de acordo com o jurista, a participação popular, nesses casos, não é democrática, pois visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder. A conduta napoleônica descrita proporcionou um grande êxito econômico para a França, por mais que tenha sido obtido à custa da supressão das liberdades individuais da sociedade francesa. Esta forma de governo, que inspirou diversos governantes ao longo da História – como Napoleão III e Getúlio Vargas –, foi denominada por cientistas políticos de bonapartismo. O “bonapartismo”, como definido pelo texto, deve ser

- a) considerado o regime político, por excelência, capaz de garantir o desenvolvimento econômico, a propriedade privada e o pleno emprego para um Estado.
- b) visto como a forma ideal para a gestão de um Estado, já que expressa a vontade popular, legitimada pelo respaldo plebiscitário e legalizada pelas constituições.
- c) vinculado à fusão entre instrumentos democráticos e de manipulação popular, mediada pela ação de um líder capaz de instaurar o autoritarismo.
- d) compreendido como fenômeno político francês do início do século XIX, já que este sistema político não se aplica à realidade ocidental contemporânea.
- e) tolerado como um “mal necessário” para conter as desigualdades sociais registradas com frequência em momentos históricos distintos.

Revoluções Liberais

Apesar dos esforços restauradores do Congresso de Viena, os movimentos liberais e nacionalistas não foram completamente sufocados. O século XIX seria, desse modo, marcado pelas tentativas de consolidação do modelo liberal e pela luta contra os vestígios absolutistas em várias nações europeias. Não se pode restringir apenas ao liberalismo o conteúdo desses movimentos, já que o crescente nacionalismo levaria ao surgimento de novos Estados. Além disso, os impactos da Revolução Industrial já podiam ser sentidos através da presença do operariado e de ideias socialistas de forma marcante, em especial a partir de 1848.

Movimentos de 1820

Espanha Ao retornar ao trono após a derrota de Napoleão, o rei espanhol, Fernando VII, jurou a Constituição, elaborada ainda durante o domínio francês sobre a Espanha. Não levaria muito tempo, no entanto, para o monarca suspendê-la. Seguiram-se outras medidas de caráter conservador, como a deportação de membros liberais do Parlamento espanhol, o retorno de privilégios do clero e da nobreza, a volta da atuação da Inquisição e o fechamento de órgãos de imprensa e universidades.



Promulgação da constituição espanhola, em 1812.

Diante dessa situação, em 1820, iniciou-se em Cádiz um movimento contra a volta do absolutismo e a favor da constitucionalização. A revolta contou com a participação de militares que estavam embarcando para reprimir os movimentos de emancipação da América e chegou a Madri. Pressionado pelos acontecimentos, o rei jurou novamente a Constituição até que tropas da Santa Aliança fossem acionadas e reprimissem a insurreição.

Portugal

O Estado lusitano vivia uma situação peculiar, pois, mesmo após a derrota dos franceses bonapartistas, o país vinha sendo dominado por oficiais ingleses enquanto a família real se mantinha na nova sede do

Império, o Brasil. A crise econômica era grave e, em 1820, eclodiu a Revolução do Porto. Como meio de solucionar a crise, os revolucionários desejavam o retorno do Brasil à condição de colônia e o fim do domínio inglês. Do ponto de vista político, no entanto, os revoltosos eram liberais e desejavam o retorno do rei e sua submissão a uma Constituição.

Em 1821, D. João VI retornou a Portugal e jurou a Constituição de inspiração espanhola. Contrariando o desejo da Revolução, no entanto, o príncipe D. Pedro permaneceu no Brasil, que acabou não retornando à condição de colônia e se tornou independente um ano mais tarde.

Península Itálica

A Península Itálica, ainda marcada pela fragmentação, assistiu a movimentos de caráter nacionalista. No reino de Nápoles, governado por Fernando IV, militares associados ao grupo nacionalista dos carbonários obrigaram o rei a se submeter a uma Constituição. Agitações liberais também foram sentidas nas regiões da Lombardia e de Veneza, que estavam sob o domínio austríaco. Mais uma vez as tropas da Santa Aliança atuaram, reprimindo os movimentos.

Grécia

A região da Grécia fazia parte do Império Turco-Otomano e, em 1821, um movimento nacionalista e liberal iniciou a luta pela Independência grega. Internamente, a luta contava com o apoio de grande parte da população e, externamente, com o auxílio da Inglaterra, França e Rússia, que possuíam interesses econômicos e estratégicos na região.

Pelo Tratado de Adrianópolis, em 1829, a paz foi selada e a Independência da Grécia reconhecida pelos seus aliados. Interessante notar que parte das nações que compunham a Santa Aliança lutou, nesse caso, a favor de um movimento de tendência liberal e nacionalista. Tal atitude acabou gerando um desentendimento entre os membros da Santa Aliança, que, a partir de então, se enfraqueceu.

Revoluções de 1830

França

Luís XVIII governou a França, como previa a Constituição de 1814. A Carta, outorgada, concedia amplos poderes ao rei, que, no entanto, devia conviver com um Parlamento dividido em duas Câmaras – a dos Pares e a dos Deputados – e eleito pelo voto censitário. Com a participação política restrita, formaram-se nas Câmaras grupos vinculados a diferentes tendências. Os ultrarrealistas defendiam a restauração aos moldes absolutistas e o retorno de seus privilégios.

Os constitucionalistas, representantes da alta burguesia, entendiam serem necessários o poder real, somado ao respeito à Constituição, e os limites impostos pelo Legislativo ao poder do rei. Já os independentes ou liberais eram burgueses e bonapartistas que desejavam maior participação política. Em meio a esse conturbado contexto, Luís XVIII comandou um governo moderado, sem que houvesse grandes conflitos com o Parlamento.

Após a morte de Luís XVIII, seu irmão Carlos, ultrarrealista, assumiu o poder. Além de defender o retorno do absolutismo em seu reinado, Carlos X apoiou a Igreja, concedendo-lhe o controle sobre o ensino, censurou a imprensa e iniciou o processo de indenização da nobreza pela perda de seus bens durante o período revolucionário francês.

O descontentamento da população com a tendência absolutista, com a crise econômica que assolava a França e com o aumento de impostos era tanto que, já nas eleições parlamentares de 1830, os partidários do rei foram derrotados. Em resposta ao crescimento da oposição, o rei tomou medidas que ficaram conhecidas como as Ordenações de Julho.

Entre as medidas repressoras adotadas por Carlos X, destacam-se:

- ✓ a dissolução da Câmara dos Deputados;
- ✓ a elevação do censo eleitoral;
- ✓ a limitação à liberdade de imprensa.

Os dias que se seguiram às Ordenações ficaram conhecidos como Três dias Gloriosos, pois o povo de Paris saiu às ruas e ergueu barricadas, opondo-se às medidas do rei. O resultado foi a deposição de Carlos X, mas, temendo uma nova radicalização, setores da alta burguesia optaram por manter a monarquia, que seria comandada por Luís Felipe de Orléans.



A Liberdade Guiando o Povo. O clássico quadro representa os eventos que levaram à queda de Carlos X. Nele, a liberdade, representada pela figura feminina com o barrete frígio, conduz burgueses e trabalhadores, representados à esquerda.

Bélgica

Inspirados pelos eventos revolucionários de julho na França, um grupo de católicos nacionalistas deu início à luta pela Independência da Bélgica em relação à Holanda. A rebelião começou em Bruxelas após a

apresentação de uma ópera em homenagem ao rei holandês. Após a bem-sucedida ruptura, foi instituída uma monarquia parlamentar, baseada em uma Constituição liberal e que garantia os direitos individuais.

Península Itálica

No norte da Península Itálica, nas regiões de Parma, Módena e Romagna, novos movimentos ocorreram e foram sufocados por tropas austríacas. Vários líderes foram exilados e, entre eles, encontrava-se Giuseppe Mazzini, que, no exterior, fundou a associação da Jovem Itália, uma sociedade secreta cujo objetivo era reforçar os ideais nacionalistas e de unificação da região italiana.

Confederação Germânica

Na região que corresponde à atual Alemanha, composta de uma série de reinos e que sofria forte influência austríaca e prussiana, as repercussões dos movimentos de julho na França também puderam ser sentidas. Por pressão dos movimentos liberais, príncipes da região de Hanover e da Saxônia foram obrigados a se submeter à Constituição, mesmo que outorgadas. Com auxílio de tropas austríacas, no entanto, os movimentos foram contidos e as constituições suspensas.

Polônia

Na região da Polônia, controlada majoritariamente pela Rússia, foi formado um governo nacionalista com sede em Varsóvia. As divergências internas, no entanto, levaram à repressão do movimento pelas tropas russas do czar Nicolau I.

As Revoluções de 1848 – A Primavera dos Povos

França

A Monarquia de Julho, nome pelo qual ficou conhecido o reinado de Luís Felipe, foi responsável pela consolidação da ordem burguesa. Entre as ações liberais adotadas durante o seu governo, podem ser destacadas:

- ✓ o fortalecimento do Poder Legislativo;
- ✓ a redução do censo eleitoral;
- ✓ a retomada da bandeira tricolor;
- ✓ a adoção do liberalismo econômico;
- ✓ o fomento ao desenvolvimento industrial;
- ✓ o controle pela alta burguesia dos setores de ferrovias, bancos e minas de carvão e ferro.

Ao mesmo tempo em que tomava medidas que privilegiavam a burguesia, o chamado rei burguês ou rei dos banqueiros reprimia manifestações de oposição ao seu governo realizadas pelos trabalhadores, como as ocorridas em Paris (1831) e em Lyon (1834), além de censurar a imprensa republicana.

Apesar das tentativas de Luís Felipe em conter seus opositores, nos anos de 1846 e 1847, uma grave crise econômica tomou conta da França. A queda na produção de alimentos levou à fome no campo e ao aumento do preço dos alimentos. Nas cidades, a queda do consumo de produtos industrializados gerou desemprego e diminuição dos salários.

Aproveitando a situação, a oposição, liderada pelos republicanos, passou a incentivar as manifestações de trabalhadores e da pequena burguesia. As reuniões, que se realizavam através de banquetes, tinham como alvos o rei e seu ministro Guizot. Além de clamarem contra a miséria, os revoltosos desejavam a ampliação das liberdades democráticas. Durante a chamada Campanha dos Banquetes, tornavam-se também cada vez mais visíveis as influências dos trabalhadores e dos ideais socialistas.

Após a proibição da realização de um desses banquetes, o proletariado de Paris se rebelou, erguendo barricadas, e, acompanhado pela pequena burguesia e pela Guarda Nacional, que se recusou a reprimir os rebeldes, derrubou a Monarquia de Julho. Em 1848, portanto, foi proclamada a Segunda República Francesa.



Levantes populares ocorridos em Paris, 1848.

É importante ressaltar que os acontecimentos na França tiveram grande repercussão no restante da Europa. Assim, outros movimentos de caráter nacionalista eclodiram por todo o continente, em uma onda de rebeliões que ficou conhecida como a Primavera dos Povos. Nas manifestações, foi marcante a presença dos operários. A ameaça aos princípios burgueses, representada pela luta do proletariado, entretanto, fez com que a burguesia evitasse a radicalização na maioria das regiões.

Império Austríaco

Ainda em 1848, um movimento liberal em Viena, contando com a participação da burguesia e dos trabalhadores, saiu às ruas exigindo a ampliação do direito ao voto e a destituição de Metternich, ministro austríaco, símbolo do conservadorismo do Congresso de Viena.

A fuga de Metternich, que temia a represália popular, levou à outorga de uma Constituição e à convocação de eleições para a Assembleia Constituinte por meio do sufrágio universal. Vale ressaltar que, apesar de ter

participado dos protestos que depuseram o ministro austríaco, a alta burguesia retirou seu apoio às transformações e lutou pela volta de um poder central fortalecido. Isso se justifica pelo temor deste setor abastado em relação à radicalização do movimento.

Confederação Germânica

Pouco após os eventos de Viena, barricadas foram erguidas em Berlim por trabalhadores e burgueses, fazendo com que o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, convocasse uma Assembleia Constituinte. Rapidamente, o movimento se expandiu para o restante da Confederação Germânica, e os liberais de vários Estados se reuniram em Frankfurt com o objetivo de eleger uma Assembleia Nacional Constituinte pelo voto universal. A nova Constituição estabelecia um regime parlamentar, sendo o rei da Prússia imperador da Confederação.

Diante das pressões da Áustria, que não desejava a hegemonia prussiana na região, Frederico Guilherme rejeitou tal proposta. Prontamente, os demais príncipes germânicos também recuaram diante da possibilidade da radicalização popular. No final de 1848, a Assembleia foi dissolvida e o movimento liberal contido.

Península Itálica

Na Península Itálica, envolvida também pela Primavera dos Povos, o rei das Duas Sicílias, Fernando II, foi forçado a se submeter a uma Constituição, que, após a repressão comandada pelo rei, foi anulada. Mais ao norte, Milão e Veneza revoltaram-se contra o domínio austríaco, mas foram reprimidos pelas forças da Áustria. Na região da Toscana e em Roma, foram proclamadas repúblicas sob o comando de Giuseppe Mazzini. Naquele contexto, até o papa Pio IX foi forçado a deixar os Estados Pontifícios, mas tropas francesas restabeleceram a soberania da Igreja na região.

Exercícios de Fixação

1. (Mackenzie-SP) Entre o Congresso de Viena de 1815 e 1848, ocorreram, na Europa, movimentos liberais e nacionais. Considere as seguintes afirmações:

I. As decisões do Congresso de Viena geraram formas de reação da burguesia contra os limites impostos ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

II. A Revolução Liberal de 1830, também chamada de Jornada de Julho, estancou o avanço reacionário iniciado com o Congresso de Viena de 1815.

III. A Revolução de 1848 exaltou o ânimo das massas e irradiou-se pelo continente numa sucessão de eventos que passou à história como Primavera dos Povos.

IV. Do Congresso de Viena surgiu a Santa Aliança, que objetivava a proteção à paz, à justiça e à religião e assegurava as lutas nacionalistas e liberais decorrentes das ideias implantadas pela Revolução Francesa.

Estão corretas

a) apenas I, II e III.

b) apenas I e IV.

c) apenas I, II e IV.

d) I, II, III e IV.

e) apenas I, III e IV.

2. (UEL-PR) A respeito da Revolução de 1848 na Europa, é correto afirmar:

a) Restringiu-se a Paris e às pequenas cidades periféricas.

b) Contou com uma reduzida participação do proletariado.

c) Caracterizou-se pela disputa entre liberais, nacionalistas e socialistas.

d) Foi marcada pelo radicalismo dos camponeses republicanos.

e) Nela, os revolucionários defendiam a continuidade da monarquia e de Luís Filipe à frente do governo.

3. (UFRRJ) Leia o texto a seguir. As revoluções de 1848 [...] tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também porque seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, [...] Era a ‘Primavera dos Povos’ - e, como primavera, não durou.

HOBSBAWM, Eric J. A Era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 33.

A chamada “Primavera dos Povos”, por sua amplitude e radicalidade, apresentou-se como uma enorme esperança de mudanças políticas e sociais no continente europeu e até fora dele (influência na Revolução Praieira em Pernambuco). A alternativa que caracteriza corretamente um dos movimentos revolucionários daquele período é:

a) Em 1848, a rebelião popular em Viena não conseguiu depor o ministro Metternich, dado o apoio do Império Russo ao governo conservador.

b) Na França, a partir da Revolução de Fevereiro, formou-se um governo com a participação de socialistas, responsável pela criação das Oficinas Nacionais.

c) Influenciada pela rebelião ocorrida em Viena, a Lombardia-Veneza rebelou-se contra os austríacos, com sucesso, tornando-se o centro do processo de unificação italiana.

d) Como resistência à invasão prussiana, operários franceses tomaram as ruas e ocuparam as prefeituras das cidades, gerando o movimento da Comuna de Paris, primeiro governo socialista vitorioso da história da humanidade.

e) Na França, a classe média, com o apoio dos camponeses pequenos-proprietários, se rebelou contra Luís Bonaparte, que, apoiado pela burguesia, deu golpe de Estado e implantou uma ditadura.

4. (UFRGS) O ciclo das revoluções europeias de 1848 deu origem a vários acontecimentos. Analise os itens a seguir:

I. Fim do reinado de Luís Filipe na França e início da II República.

II. Destruição do sistema conservador da restauração imposto sob a liderança de Metternich no Congresso de Viena.

III. Revoltas nas províncias brasileiras durante a época da Regência.

Quais deles contêm acontecimentos históricos que tiveram origem no citado ciclo?

- a) Apenas III
- b) Apenas I e II
- c) Apenas I e III
- d) Apenas II e III
- e) I, II e III

4. (UFMG–2009) O ano de 1848 ficou célebre em razão da onda de revoluções que varreu, então, a Europa – evento denominado Primavera dos Povos. O objetivo maior dos revolucionários de toda parte era alcançar a liberdade e combater a opressão; em algumas regiões, porém, as palavras de ordem reivindicavam, também, o fim do jugo estrangeiro, ou seja, demandavam autonomia para as nações. Considerando-se os eventos ocorridos em 1848 e suas consequências, é CORRETO afirmar que,

- a) na Alemanha, se instalou, com sucesso, uma República parlamentar, que aboliu as instituições imperiais e consolidou a unidade do país.
- b) na França, se proclamou, outra vez, a República, mas Luís Napoleão Bonaparte, o presidente eleito, instituiu, por meio de um golpe, o II Império.
- c) na Inglaterra, uma série de greves gerais colocou em xeque a monarquia, que precisou recorrer à Lei Marcial para recobrar a ordem.
- d) na Rússia, os revolucionários ocuparam o poder durante alguns meses, o que provocou reação sangrenta e guerra civil.

Exercícios Propostos

1. (UFRGS) Em 1830, o rei Carlos X, líder dos ultrarrealistas da França, desfechou um golpe com a intenção de restaurar o absolutismo, o que resultou nas Jornadas Gloriosas de Julho, em Paris, que tiveram como consequência a

a) Proclamação da República, em que se destacou Luís Bonaparte, que organizou o Partido da Ordem.

b) liquidação do absolutismo dos Bourbon e a instalação de uma monarquia liberal sob o governo de Luís Filipe de Orléans.

c) instauração do governo do comitê de salvação pública e a declaração de guerra à Santa Aliança.

d) conquista do México para desviar a tensão política interna e restaurar o prestígio dos Bourbons.

e) enunciação da Doutrina Monroe, prevendo a conquista do oeste dos Estados Unidos pela província francesa do Quebec.

2. (UNIFESP–2007) Signos infalíveis anunciam que, dentro de poucos anos, as questões das nacionalidades, combinadas com as questões sociais, dominarão sobre todas as demais no continente europeu. Henri Martin, 1847.

Tendo em vista o que ocorreu século e meio depois dessa declaração, pode-se afirmar que o autor

a) estava desinformado, pois, naquele momento, tais questões já apareciam como parcialmente resolvidas em grande parte da Europa.

b) soube identificar, nas linhas de força da história europeia, a articulação entre intelectuais e nacionalismo.

c) foi incapaz de perceber que as forças do Antigo Regime eram suficientemente flexíveis para incorporar e anular tais questões.

d) demonstrou sensibilidade ao perceber que aquelas duas questões estavam na ordem do dia e como tal iriam por muito tempo ficar.

e) exemplificou a impossibilidade de se preverem as tendências da história, tendo em vista que uma das questões foi logo resolvida.

3. (UFV-MG) Tão logo pisei na rua, pela primeira vez respirei o ar das revoluções: o meio da via pública estava deserto, as lojas não estavam abertas [...] As barricadas estavam sendo construídas com arte e por um número pequeno de homens, que trabalhavam com muito cuidado. Não agiam como culpados, perseguidos pelo medo de serem flagrados em delito, mas com o aspecto de bons operários que querem completar o trabalho rapidamente e da melhor forma [...] Somente o povo portava armas, guardava os locais públicos, vigiava, comandava, punia. Era uma coisa extraordinária e terrível ver, nas mãos unicamente dos que nada tinham toda aquela imensa cidade, cheia de tantas riquezas, ou melhor, aquela grande nação, porque, graças à centralização, quem reina em Paris comanda a França. E, assim, foi imenso o terror de todas as demais classes.

O texto refere-se aos movimentos democráticos de 1848 na Europa, a respeito dos quais podemos afirmar corretamente que

a) se constituíram numa série de revoltas às quais se juntavam trabalhadores e burgueses contra o Antigo Regime.

- b) tiveram pouco significado histórico porque, além de sua curta duração, ficaram restritos à França.
- c) foram um conjunto de revoltas de iniciativa exclusivamente popular, contra o Golpe do 18 Brumário de Napoleão Bonaparte.
- d) Compuseram uma série de movimentos que eclodiram em toda a Europa, cuja reivindicação principal era mudar a forma de governo de autocrática para democrática.
- e) Significaram revoluções autênticas, de inspiração socialista, com ampla mobilização popular, visando à mudança da ordem social.

4. (PUC-Campinas-SP) No contexto histórico da geração de 1848, a França tornou-se palco inicial e de expansão de revoltas em toda a Europa que enfraqueceram definitivamente os movimentos

- a) liberais, que ganhavam força política com a restauração dos Estados absolutistas.
- b) socialistas, que pregavam o fim da propriedade privada e da sociedade sem classes.
- c) nacionalistas, que procuravam enfraquecer a política intervencionista da Santa Aliança.
- d) conservadores, que procuravam restaurar o Antigo Regime desde o Congresso de Viena.
- e) anarquistas, que defendiam o fim do poder político e o domínio superior do ideal humanista.

5. (UNIFESP) O movimento revolucionário de 1848, que abalou, mas não destruiu a ordem social vigente na Europa, pode ser caracterizado como um conflito no qual

- a) a burguesia, ou frações dessa classe, face ao perigo representado pelo proletariado, não tomou o poder.
- b) o campesinato, em luta encarniçada contra a nobreza, abriu espaço para a burguesia tomar o poder.
- c) a nobreza, diante da ameaça representada pela burguesia, fez concessões ao proletariado para se manter no poder.
- d) o proletariado, embora fosse uma classe já madura e com experiência, ficou a reboque dos acontecimentos.
- e) não houve luta de classes, e sim disputas derivadas das tensões e contradições existentes entre ricos e pobres.

6. (UEPG-PR) Sobre a onda de revoluções que sacudiu a Europa, ao longo do ano de 1848, assinale o que for CORRETO.

- 01. Explodiram quase simultaneamente na França, na Itália, nos Estados Alemães, na Suíça, em grande parte do Império Habsburgo e, de forma menos aguda na Espanha, Dinamarca, Romênia e outros.
- 02. A França, mais uma vez, foi o exemplo revolucionário, com a fuga do rei Luís Filipe e, após intensa manifestação operária, a proclamação da Segunda República.

04. As motivações revolucionárias podem ser atribuídas à disseminação dos argumentos apresentados por Thomas Morus em relação à injustiça social e à propriedade. 08. Os diversos movimentos surgidos vão apresentar um ponto em comum: o embate entre três diferentes projetos sociais, como o liberalismo, contrário às limitações impostas pela monarquia absolutista; o nacionalismo, que procurou unir politicamente as populações com a mesma origem e cultura, e o socialismo, força nova, que pregava a igualdade social e econômica através de reformas radicais.

16. Todos esses movimentos defendiam a organização de uma sociedade em classes e sem a propriedade privada.

Soma ()

6. (UFMS) Segundo o historiador Eric J. Hobsbawm, a palavra 'nacionalismo' apareceu pela primeira vez em fins do século XIX, para grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas [...]

HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 203-204.

A partir da análise desse extrato de texto e com base em seus conhecimentos sobre a história mundial, em especial a respeito do fenômeno do nacionalismo, pode-se afirmar que

- 01. a palavra nacionalismo só deve ser empregada quando representar os sentimentos de todos os grupos políticos de um mesmo país, incluindo, nesse caso, os liberais, socialistas e extremistas de direita.
- 02. a essência do nacionalismo, que emergia em Estados-Nação estabelecidos era a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita política.
- 04. o nacionalismo dos grupos e ideólogos de direita tinha como essência a estigmatização de todos os outros grupos políticos como traidores.
- 08. a palavra nacionalismo está associada exclusivamente à definição de um determinado espaço físico para a implantação de uma nação forte e com a sua bandeira nacional. 16. para os grupos de ideólogos de direita, tanto da França quanto da Itália, o que interessava era a união dos dois países para a constituição de uma grande nação.

Soma ()

8. (UFF-RJ) O processo das revoluções democrático-burguesas que animou a Europa e a América nos séculos XVIII e XIX contribuiu, efetivamente, para a institucionalização da vida política contemporânea. Com relação ao enunciado, pode-se afirmar que

- a) a Revolução Francesa não fez parte do processo das revoluções democrático-burguesas, pois apresentou

ideias de vida social incompatíveis com o capitalismo liberal.

b) as revoluções democrático-burguesas, ao conterem a crítica mais radical ao Antigo Regime, desenvolveram as ideias centrais do positivismo e do evolucionismo, contribuindo para o reforço do autoritarismo.

c) a Revolução Francesa, movimento heterogêneo que incluiu setores sociais descontentes com o Antigo Regime, promoveu o desenvolvimento das matrizes ideológicas do século XIX: liberalismo, socialismo e conservadorismo.

d) a Revolução Americana, ao ser incluída nas revoluções democrático-burguesas, excluiu-se do processo ocidental, vinculando-se, apenas, às revoluções atlânticas.

e) a Revolução Francesa não representou o processo das revoluções democrático-burguesas, por não aceitar a hegemonia inglesa na expansão das ideias liberais.

9. (PUC Rio–2011) A gravura a seguir foi difundida pelos revolucionários franceses das barricadas de 1848 e simbolizava a sua principal reivindicação.



França 1848 - O voto ou o fuzil, gravura de M. -L. Bosredon (B.N., Paris). Disponível em: <<http://www.histoire-image.org>>.

Considerando a gravura e o debate político no qual se insere, é CORRETO afirmar que

a) a urna eleitoral representa o sufrágio universal defendido pela burguesia liberal que reconhecia o papel das classes trabalhadoras nas guerras antiabsolutistas.

b) a ampliação do voto é apresentada como uma conquista dos setores militares positivistas, ideia reforçada pela presença simultânea da urna e do fuzil.

c) a defesa do sufrágio universal era um meio de os liberais franceses restaurarem a ordem social após as agitações da Revolução de 1789, como indica a deposição das armas.

d) os democratas eram a favor da soberania popular e a identificavam com o voto universal, masculino e feminino, tal como o demonstra a imagem.

e) a República e a revolução social eram reivindicações de socialistas, democratas e trabalhadores urbanos, como é ilustrado pelo acesso ao voto por parte de um operário.

11. (UFRRJ–2006) Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas, as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a “Primavera dos Povos” – e, como a primavera, não durou.

Hobsbawm, Eric. Era Do Capital. Paz E Terra: Rj, 1982. P. 33.

As revoluções de 1848 tiveram seu início na França, em fevereiro daquele ano, com a derrubada do “rei burguês”, Luís Filipe, e se estenderam por diversos Estados europeus em pouco tempo.

a) Exponha um resultado da forte participação operária, já de base socialista, na derrubada do “rei burguês”.

b) Explique as palavras de Hobsbawm sobre a duração da “Primavera dos Povos”.

Seção ENEM

1. Felizmente, a Revolução Francesa ainda está viva. Pois Liberdade, Igualdade e Fraternidade e os valores da razão e do Iluminismo – os valores que construíram a civilização moderna desde os tempos da Revolução Americana – são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós. É, portanto, uma coisa boa que [...] tenhamos a ocasião de pensar novamente sobre os acontecimentos extraordinários que há dois séculos transformaram o mundo. Para melhor.

HOBBSAWM, Eric. Ecos da Marselhesa. São Paulo: Companhia das Letras. p. 127.

A França foi uma referência para os regimes absolutistas da Europa, mas, talvez por esse motivo, foi também referência de luta contra esses regimes. Podemos considerar como defesa dos ideais revolucionários franceses

a) a Segunda Guerra Mundial, na qual a França lutou contra os regimes fascistas em defesa das liberdades individuais.

b) as revoluções liberais de 1830, que marcaram a luta contra a reação absolutista que ameaçava a Europa pós-Congresso de Viena.

- c) o Período Napoleônico, marcado pela expansão do nacionalismo, com a libertação de regiões da África e da Ásia do domínio europeu.
- d) a Guerra Fria, momento em que a França se posiciona contra o expansionismo do poderio militar e econômico dos Estados Unidos.
- e) a criação da União Europeia, com o objetivo de erradicar a pobreza e as desigualdades socioeconômicas do Velho Mundo.

2.



A Liberdade Guiando o Povo – Delacroix

O quadro representado anteriormente – assinado pelo francês Eugène Delacroix – retrata a Revolução Liberal parisiense de 1830 que destituiu o rei absolutista Carlos X e levou ao trono a monarquia constitucional de Luis Filipe de Orleães, que tinha forte apoio burguês. Na imagem, a Liberdade é representada por uma figura feminina seminua que empunha uma bandeira da França e uma arma. Além da Liberdade, membros de vários setores da sociedade francesa são guiados para frente, passando por cima daqueles que haviam morrido pelos ideais revolucionários. Este quadro reflete alguns dos principais valores burgueses inerentes ao século XIX, já que

- a) denota o caráter socialista preconizado por Karl Marx, expresso, na tela, pela luta revolucionária armada.
- b) ao representar a Tomada da Bastilha, remete à Revolução Francesa que, no final do século, consolidaria a burguesia no poder.
- c) evidencia o republicanismo que, inerente à Revolução de 1830, acabou sendo disseminado pela Europa.
- d) representa a participação das mulheres naquelas lutas, o que levou os países europeus a constituírem leis que as integrassem efetivamente à política.
- e) faz menção ao nacionalismo, um dos elementos presentes nas revoluções que varreram a Europa durante o século XIX.

Revolução Industrial e Movimento Operário

Revolução Industrial

O conjunto de transformações de ordem econômica, social e política que alteraram o modo de produção europeu, consolidando o capitalismo como sistema hegemônico, foi denominado por Marx, no século XIX, de Revolução Industrial. Esse processo iniciou-se no século XVIII e expandiu-se por toda a Europa e por alguns países fora do Velho Mundo, durante o século XIX. A ampliação dos mercados, a divisão social e técnica do trabalho e a introdução de tecnologia no processo produtivo são algumas das características do processo revolucionário. Tal processo pode ser dividido em etapas. A primeira etapa da Revolução Industrial, que vai de aproximadamente 1750 até 1850, é caracterizada pelo predomínio da Inglaterra, e, ao mesmo tempo, pelo início do desenvolvimento industrial na França, nos Estados Unidos e na Bélgica. No entanto, a consolidação da Revolução durante os primeiros cem anos desse processo só ocorreu na Inglaterra, que era chamada de “oficina do mundo”.

A fonte de energia predominante nessa primeira fase foi o carvão, e os setores industriais que mais se desenvolveram foram o têxtil e o siderúrgico. As máquinas eram feitas de ferro fundido e não se utilizava o aço. As empresas, que geograficamente ficavam distantes umas das outras, eram formadas em sua maioria por capitais privados. Normalmente, os próprios donos das empresas trabalhavam nelas e estas eram passadas de pai para filho.

A segunda etapa da Revolução Industrial, que se estendeu de aproximadamente 1850 até 1970, foi caracterizada pela expansão do processo para outros países, como Itália, Alemanha, Japão e Rússia. Alguns novos setores industriais, como o farmacêutico, o petroquímico e, principalmente, o automobilístico, se desenvolveram. Sem dúvida, um dos marcos nas inovações tecnológicas foi a utilização do sistema Bessemer, que permitia transformar ferro em aço, matéria-prima utilizada até os dias atuais na produção de máquinas, ferramentas e veículos automotores. A vantagem do aço em relação ao ferro fundido é que o primeiro pode ser furado, perfilado e dobrado mais facilmente, é mais resistente, mais leve e seu custo não é muito mais elevado do que o do ferro fundido.

Evolução da Produção Siderúrgica (em milhões de toneladas)			
Países	1800	1830	1850
Alemanha	50	100	210
Bélgica	30	90	160
Império Austríaco	30	90	200
Espanha	15	20	40
França	120	225	450
Reino Unido	190	690	2.390

Rússia	160	190	220
Suécia	50	105	140

A partir da Segunda Revolução Industrial, devido ao desenvolvimento tecnológico, os investimentos na indústria se tornaram mais volumosos, e instituições financeiras passaram a investir no setor industrial, gerando, assim, os capitais acionários. Grandes centros industriais com concentração espacial das empresas foram formados, facilitando a interação entre diversos tipos de indústrias. As diferenças entre os dois processos estão resumidas no quadro a seguir:

	1º Rev. Industrial (1750-1850)	2ª Rev. Industrial (1850-1970)
Local	Inglaterra, França, Bélgica e EUA	Itália, Alemanha, Japão e Rússia
Materiais Básicos	Ferro fundido	Aço e produtos sintéticos
Fontes de Energia	Carvão e vapor	Petróleo e Eletricidade
Setores predominantes	Têxtil e Siderúrgico	Petroquímico e automobilístico
Capitalismo	Livre-concorrência	Monopolista e financeiro
Investimentos	Capitais particulares (donos de empresa)	Capitais financeiros (bancário, acionistas e estatal)
Divisão Espacial	Empresas dispersas	Formação de grandes centros industriais
Situação do Operário	Jornadas de trabalho de 16 a 18 horas diárias, trabalho infantil e ausência de legislação trabalhista	Diminuição da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino, e, em alguns casos, proibição do trabalho infantil, existência de leis trabalhistas

O capitalismo vigorou durante as duas fases da Revolução Industrial e, tradicionalmente, ele pode ser dividido em livre-concorrencial, durante a primeira fase, e monopolista, na segunda. Essa divisão é polêmica, uma vez que vários autores não a aceitam, alegando que o que existe é um sistema que sofreu transformações, e não formas diferentes de capitalismo. Podemos caracterizar esses dois momentos da seguinte maneira: no capitalismo livre-concorrencial, não existem fusões de empresas, mas uma competição entre elas. Com a fase monopolista, os investimentos industriais aumentaram, a concorrência tornou-se maior e algumas empresas se fundiram, visando ao domínio do mercado.

Nesse momento, surgem os trustes, os cartéis e os holdings. Cartéis são associações de empresas para dominar o mercado, não havendo fusão administrativa; as empresas mantêm a sua autonomia. Um exemplo foi a Autolatina, associação da Volkswagen e da Ford, empresas do setor automobilístico que estabeleciam estratégias e preços comuns. Já nos trustes, existe a fusão das empresas, que acabam se tornando uma. Um exemplo de truste foi a criação da Ambev, fusão de várias cervejarias, como a Brahma, a Skol e a

Antarctica. Holdings são empresas criadas para administrar outras.

Fatores responsáveis pelo pioneirismo inglês

Acumulação primitiva de capitais Na Inglaterra houve acumulação suficiente de capitais para financiar a transformação das manufaturas em maquinofaturas. Podem-se citar pelo menos três fontes importantes para esse acúmulo. A primeira delas foi a pirataria. O governo inglês financiava piratas para atacarem os navios portugueses e espanhóis, que partiam da América carregados de ouro e prata. O lucro do saque era dividido com o governo que, desse modo, investia pouco, comparando-se ao seu retorno econômico.

Outra fonte lucrativa foi a forma que o mercantilismo assumiu na Inglaterra: o comercialismo. Posto que o país comprava produtos e os revendia por preços bem mais altos, houve uma grande acumulação de capital, caracterizando, assim, o comercialismo como a forma mercantilista mais bem-sucedida entre os países europeus.

A assinatura de tratados comerciais vantajosos foi uma outra fonte lucrativa para os ingleses. O principal desses acordos foi o Tratado de Methuen (1703), também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, assinado entre Portugal e Inglaterra.

O primeiro venderia vinho mais barato e, em troca, compraria produtos manufaturados mais baratos que os demais países da Europa. Devemos nos lembrar de que Portugal era um dos maiores produtores de vinho do mundo, e a Inglaterra, por sua vez, era grande produtora de tecidos. O vinho era mais barato que os tecidos, além disso, Portugal comprava um volume maior nessa relação comercial. Assim, os ibéricos acabaram desenvolvendo poucas manufaturas, tornando-se dependentes da produção inglesa e contraindo enormes dívidas. O ouro brasileiro foi utilizado para pagar as dívidas da metrópole com os ingleses. Uma frase bastante comum diz que “o ouro brasileiro financiou a Revolução Industrial na Inglaterra”.

Mão de obra

Durante a Idade Moderna, a Inglaterra viveu um período de crescimento populacional. Além disso, os cercamentos (enclosures), processo de expulsão dos camponeses das terras comunais para a criação de ovelhas fornecedoras de lã para a manufatura têxtil, contribuíram para gerar a força de trabalho necessária para essas transformações na economia.

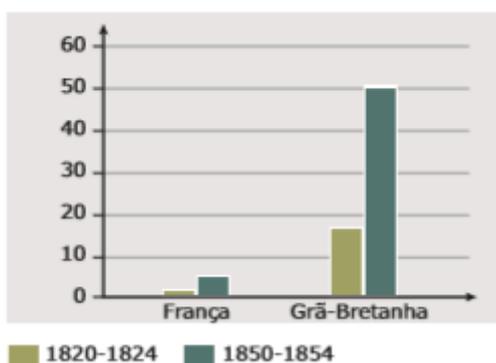
A massa de camponeses expulsos deslocou-se para as cidades, formando um exército de mão de obra barata. Outro fator a se destacar é a utilização do sistema de putting-out, no qual os camponeses recebiam a lã do comerciante, fiavam e teciam em casa, recebendo um

salário por isso. A grande importância desse sistema está no fato de o camponês ter sido preparado e treinado, tornando-se, mais tarde, o proletário.

Matéria-prima

As colônias inglesas na América do Norte forneciam uma das principais matérias-primas da produção têxtil, o algodão, afinal, o sul dos Estados Unidos era o maior produtor mundial de algodão. As reservas de carvão e de minério de ferro da Inglaterra também foram fundamentais para seu desenvolvimento industrial.

Crescimento da produção de carvão (em milhões de toneladas)



HEFFER, J.; SERMAN, W. O Século XIX, 1815-1854. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Mercado Consumidor

O vasto sistema colonial inglês, além de matéria-prima, representava mercado para os produtos ingleses. A poderosa frota naval da Inglaterra também contribuiu para que esse mercado fosse ampliado pelos países da Europa com os quais a Inglaterra comercializava.

Revolução Gloriosa (1688-1689)

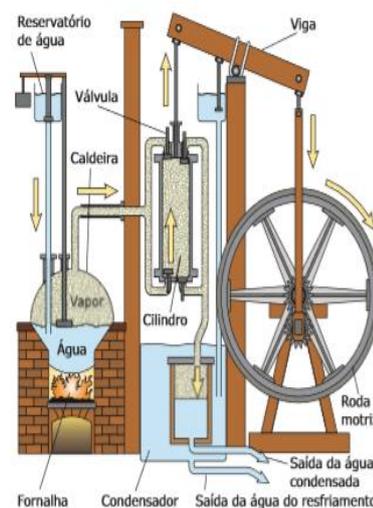
Após as Revoluções Inglesas, a burguesia ascendeu ao poder e criou os mecanismos políticos necessários ao desenvolvimento industrial, como a legalização dos cercamentos. De uma maneira geral, era necessário que a burguesia tivesse alguma forma de poder político para que houvesse desenvolvimento industrial, o que ocorreu após a Revolução Gloriosa, quando o parlamentarismo se consolidou na Inglaterra, favorecendo seu mais forte grupo social, a burguesia.

Inovações Tecnológicas

Alguns avanços tecnológicos foram de fundamental importância para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo industrial. Sem essas inovações, o

aumento da produção e da acumulação de capitais não seria possível. Entre as mais destacadas, pode-se citar:

Invenção	Criador	Ano
Lançadeira volante	John Kay	1733
Spinning-Jenny (máquina de fição)	James Hargreaves	1765
Máquina a vapor	James Watt	1769
Mula (fiadeira mecânica)	Samuel Crompton	1779
Tear mecânico	Cartwright	1785
Descaroçador de algodão	Eli Whitney	1792
Navio a vapor	Robert Fulton	1807
Locomotiva a vapor	George Stephenson	1814
Motor de combustão interna	Nicolau Otto	1876
Telefone	Graham Bell	1876
Telégrafo sem fio	Marconi	1899



Representação do projeto de uma máquina a vapor – modelo muito utilizado durante a Primeira Revolução Industrial.

Essas invenções contribuíram para o aumento da produtividade, crescimento do mercado e diminuição das distâncias. Apesar dos altos investimentos em tecnologia, o retorno financeiro para os capitalistas era imenso, com o poder econômico se concentrando nas mãos de uma parcela cada vez menor da sociedade. Por outro lado, uma parcela cada vez maior era expropriada dos meios de produção e passava a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.

Etapas de desenvolvimento da Produção

O processo produtivo industrial passou por algumas etapas de desenvolvimento. Uma das primeiras e mais significativas foi o taylorismo. Criado pelo engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor (1856-1915), o taylorismo propunha a separação entre o trabalho intelectual e o braçal. Para ele, o operário não deveria pensar sobre o processo produtivo, pois quanto mais movimentos repetitivos o trabalhador fizesse, maior seria a sua produtividade.

No início do século XX, outro engenheiro estadunidense chamado Henry Ford (1863-1947), aprimorando o taylorismo, criou a linha de produção em série. Para Ford, cada trabalhador deveria ser capaz de adquirir o que produzia. Assim, ele diminuiu os custos, aumentou os salários e criou o primeiro carro popular, o modelo T40 da Ford.



A mecanização do trabalho foi retratada pelo filme *Tempos Modernos* (1936), produzido pelo cineasta inglês Charles Chaplin.

O toyotismo, surgido na segunda metade do século XX, na montadora japonesa Toyota, veio criticar o fordismo e propor o fim dos estoques e da padronização. O objetivo era diminuir os gastos, uma vez que a manutenção de estoques representava um custo alto para as empresas. Além disso, com o alto grau de avanço tecnológico, esses estoques podem se tornar obsoletos e gerar prejuízos.

Para ganhar mercado, o toyotismo propunha uma produção que atendesse às especificações dos clientes, ou seja, a montagem do automóvel de acordo com a procura de cada cliente e num tempo satisfatório (*Just in Time*). Esse sistema inovou também na descentralização do espaço industrial, com a ideia de que as empresas devem fugir dos espaços industriais tradicionais, em que a mão de obra, apesar de qualificada, é cara, os sindicatos são fortes e não existem muitos incentivos fiscais. Com isso, regiões do planeta que, antes, não eram espaços industriais passaram a receber investimentos e se tornaram importantes centros produtores.

Consequências da Revolução Industrial

Devido ao caráter inovador trazido pela Revolução Industrial, é importante ressaltar que a Europa e as suas áreas de domínio sofreram diversas repercussões, como:

✓ Consolidação do modo de produção capitalista como dominante: a Revolução Industrial consolidou a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Alguns autores afirmam que só é possível se falar em capitalismo após a Revolução Industrial, sendo que antes existiria apenas um protocapitalismo.

✓ Aumento da média de vida da população: o desenvolvimento da indústria química levou a uma

maior utilização de remédios e vacinas, gerando a erradicação de algumas doenças.

✓ Consolidação de duas novas classes sociais: a burguesia industrial, detentora dos meios de produção e do poder político, e o proletariado, que, expropriado dos meios de produção, passou a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.

✓ Urbanização: formação de grandes núcleos urbanos ao redor das indústrias. Algumas vilas operárias eram construídas pelas próprias empresas que as utilizavam como instrumentos de controle. Caso os operários não se submetessem à empresa, eram demitidos e perdiam a moradia. Devemos nos lembrar de que as cidades que surgiram com a Revolução Industrial eram desestruturadas, com altos índices de prostituição e violência, ou seja, já apresentavam os grandes problemas dos atuais centros urbanos.

✓ Revolução Agrícola: houve significativo aumento da produção agrícola com a utilização de adubos químicos e máquinas na agricultura.

✓ Surgimento de ideologias que criticavam o capitalismo, como o socialismo e o anarquismo, por exemplo.

Além das consequências apresentadas, é válido ressaltar que, com a Revolução, a situação do trabalhador não melhorou, pelo contrário, as jornadas de trabalho eram extensas, chegando a 18 horas diárias, os salários eram baixos, as condições de trabalho eram precárias, sem segurança e insalubres, além de haver a exploração do trabalho feminino e infantil.



Exploração do trabalho infantil numa mina de carvão

Era inevitável que, em determinado momento, os operários comesçassem a se organizar para mudar sua situação, assim como era também previsível que essa organização tivesse início na Inglaterra, onde a exploração era mais intensa e onde ela foi iniciada.

Movimento Operário

A classe operária é fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, mais precisamente, da Revolução Industrial, mas só é possível entender o seu aparecimento e desenvolvimento reconhecendo-a como uma classe social ativa desde o início.

O operário da fábrica era anteriormente o camponês que, com a desagregação do modo de produção feudal,

foi levado a se deslocar para as cidades. Todo esse contingente populacional formou a reserva necessária ao desenvolvimento da indústria, afinal, sem mão de obra excedente, não haveria Revolução Industrial. Vale ressaltar que, no campo, o trabalhador inglês já estava sendo preparado para vender sua força de trabalho através do putting-out, fiando e tecendo nos períodos de inverno, quando não podia trabalhar nas terras, sendo, dessa forma, “treinado” para vender sua força de trabalho.

Controle do Estado sobre o Proletariado

O crescimento da classe operária assustou a burguesia, pois as elites e o governo viam nela uma ameaça em potencial. Por isso, ainda antes do início da Revolução Industrial, as camadas dirigentes criaram mecanismos de controle do proletariado.

Na Inglaterra, em 1547, muito antes do surgimento de indústrias, foi proibida a mendicância, de forma a garantir oferta de mão de obra aos primórdios de manufaturas. Em 1662, a Lei de Residência permitia às cidades expulsarem os vadios que não pertenciam a elas. Seguindo essa política, foram criadas, em 1723, as “casas de trabalho”, que eram centros de trabalhos forçados, onde os mendigos e vadios eram obrigados a trabalhar recebendo basicamente o seu alimento. Com as Leis de Gilbert (1782), essas casas foram fechadas.

Em 1791, em plena França revolucionária, surgiu a Lei Le Chapelier, que proibia greves e associações de trabalhadores. Após a proibição de organização dos alfaiates e a dos marceneiros, foram finalmente aprovadas as Combination Acts (1799), que proibiram toda forma de organização operária na Inglaterra.

A crise social surgida na Inglaterra com o desenvolvimento industrial e a exploração sobre o trabalhador levaram as classes dirigentes a tentarem amenizar o problema com a criação da Lei Speenhamland, uma forma de subsidiar os salários dos trabalhadores até o nível de subsistência, evitando, assim, o pauperismo e as revoltas sociais. Speenhamland acabou sendo abolida em 1834.

Em 1833, enfim, foi aprovada a Lei de Fábrica (Factory Act), uma lei absurda para os padrões atuais, pois permitia o emprego de crianças acima de nove anos, desde que tivessem uma carga horária de até 48 horas por semana.

Como se pode perceber, portanto, os operários estiveram, em grande parte, a mercê da opressão dos seus patrões. Enfatizar esse conjunto de medidas das elites, no entanto, não significa afirmar que o proletariado ficou passivo.

As lutas se davam através de greves e até de sabotagem e assustaram as classes dirigentes, alcançando alguns resultados significativos, como a revogação das Combination Acts em 1825. A redução da jornada de trabalho para dez horas diárias em toda a Inglaterra, em

1847, foi uma outra grande conquista do operariado. Segundo Karl Marx, essa foi a primeira grande vitória do movimento operário organizado como classe política.

Primeiros Movimentos Operários

Ludismo

O Ludismo foi um movimento surgido na Inglaterra, que se caracterizou pela quebra das máquinas.

Os trabalhadores consideravam serem elas as responsáveis pela situação que viviam. Apesar da falta de um projeto claro e objetivo, o movimento se espalhou de tal forma pela Inglaterra que o governo decretou a pena de morte para quem fosse encontrado quebrando máquinas. Segundo Marx, os trabalhadores não haviam, ainda, percebido que não eram as máquinas, mas sim o sistema capitalista o responsável pela exploração.

Cartismo

O Cartismo foi o movimento inglês que percebeu que a luta operária deveria passar pela política, tanto que, em 1837, foi publicada a chamada Carta do Povo, documento contendo reivindicações enviado ao Parlamento Inglês. As principais exigências eram: o voto secreto por sufrágio universal masculino, a redução da jornada de trabalho, a representação política dos trabalhadores e a remuneração aos parlamentares.

É interessante observar que as reivindicações cartistas eram de ordem política, o que demonstra uma maior organização da classe operária. Ainda assim, o Parlamento inglês não atendeu às reivindicações e, com o surgimento do socialismo científico, o Cartismo foi se enfraquecendo até deixar de existir. Vale ressaltar, entretanto, que o movimento foi um importante embrião da luta política dos trabalhadores, inspirando mais tarde o aparecimento de sindicatos.

Trade Unions

Organizações de caráter assistencialista, as Trade Unions foram criadas para prestar auxílio mútuo. Os trabalhadores perceberam que não poderiam contar com o governo ou com os patrões e passaram a criar organizações em que uns ajudavam aos outros. As Trade Unions foram os primórdios dos sindicatos e se espalharam para além da Inglaterra, chegando à França e aos Estados Unidos.



A charge, produzida no século XIX, retrata a confusão estabelecida durante uma reunião de operários ingleses.

Sindicalismo

Os sindicatos surgiram no século XIX e tinham por objetivo unificar as reivindicações dos operários de uma mesma categoria, ou não, diante dos patrões, afinal, os sindicalistas acreditavam que o poder de negociação do trabalhador seria fortalecido se os homens se unissem diante do patrão. Ao longo do tempo, os sindicatos passaram a representar juridicamente os trabalhadores, que, unidos, tornaram-se mais fortes.

Associações Internacionais do Trabalho

Também chamadas de Internacionais, as Associações do Trabalho foram tentativas de organizar um movimento operário em âmbito mundial. A primeira teve início em 1864, e, durante a sua realização, houve um conflito entre os socialistas (liderados por Marx) e os anarquistas (liderados por Bakunin). Os socialistas achavam que o desenvolvimento da luta operária deveria passar por uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo. Já os anarquistas eram contra a ideia de Estado, por considerá-lo uma instituição repressora, e, por isso, defendiam a passagem direta da sociedade capitalista para comunista. Apesar da vitória do primeiro, o movimento acabou por se apresentar como um fracasso, uma vez que o operariado mundial estava dividido entre essas duas ideologias.

Exercícios de Fixação

1. (UFV-MG) Leia o texto a seguir:

Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. [...] Dadas as condições adequadas, as inovações técnicas da Revolução Industrial se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química. Isto não significa que os primeiros industriais não estivessem constantemente interessados na ciência em busca de seus benefícios práticos. Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha.

[...]

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 45-47.

As condições britânicas adequadas à Revolução Industrial foram as seguintes, exceto:

- a) A ampla produtividade agrícola, decorrente de modificações nas formas de produção, permitiu alimentar a população urbana em franco crescimento, bem como acumular capital a ser aplicado em outros setores da economia.
- b) Os Enclosure Acts, que decretaram o cercamento dos campos de uso comum, criaram um problema agrário, mas também permitiram que a produção agrícola fosse direcionada para o mercado.
- c) A infraestrutura urbana de algumas regiões da Grã-Bretanha atuou como fator de atração para as populações oriundas dos campos e permitiu uma organização social intensa e propícia à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.
- d) As políticas implementadas depois da derrubada do absolutismo, ainda no século XVII, caracterizaram-se pelo incentivo à obtenção do lucro privado e ao desenvolvimento econômico, considerados como legítimos e supremos objetivos políticos da nação.
- e) A Grã-Bretanha detinha o controle do mercado colonial de escravos e da produção e comercialização do algodão, além de possuir grande quantidade de matéria-prima, como carvão e ferro, destinados à energia e à construção de máquinas.

2. (UFV-MG) A transição do sistema de produção doméstico para o fabril foi característica do processo histórico conhecido como Revolução Industrial. Ela se deu, primeiramente, na Inglaterra, durante a segunda metade do século XVIII, e foi marcada por uma série de transformações econômicas, sociais, culturais, técnicas e tecnológicas. Entre essas transformações, destacam-se:

- I. O aumento da produção de bens de consumo, especialmente têxteis, devido à substituição da energia humana e hidráulica pela energia a vapor e à invenção do tear mecânico e da máquina de fiar.
- II. A diminuição da divisão social do trabalho e o surgimento de uma nova concepção de tempo, associada à regularidade do padrão de trabalho doméstico.
- III. O desenvolvimento do sistema de produção doméstico, devido ao desemprego e ao aumento do controle dos trabalhadores sobre os resultados do seu trabalho.
- IV. A aceleração do processo de urbanização e o aumento do poderio naval britânico, contribuindo para a conquista de novos mercados em outras regiões do mundo.
- V. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e a divisão das terras comunais, o que

beneficiou principalmente os grandes proprietários rurais.

Está correto o que é dito apenas em

- a) I, III e IV.
- b) I, IV e V.
- c) II, IV e V.
- d) I, II e III.
- e) II, III e V.

3. (FJP-MG–2010) Considerando a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra ao longo do século XVIII e no século XIX, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A introdução das máquinas diminuiu sensivelmente as horas de trabalho dos operários que acompanhavam o frenético ritmo de produção das máquinas, diferentemente do lento trabalho do sistema doméstico.
- b) A máquina a vapor foi o significativo motor da Revolução Industrial, pois possibilitou, pela primeira vez, a produção artificial de energia, acelerando a velocidade da produção nas máquinas de tecer e fiar e na extração de minério.
- c) A política dos cercamentos promovida pelo governo inglês foi responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras e garantiu um grande número de desempregados, que foram absorvidos pelas fábricas que surgiam nos centros urbanos.
- d) As indústrias inglesas foram beneficiadas pelas abundantes reservas naturais de carvão, o combustível nelas utilizado, além da facilidade de obtenção de matérias-primas importadas das colônias inglesas para a fabricação dos produtos.

4. (UEL-PR–2008) Observe a imagem:



PAZZINATO, A. L., SENISE, M. H. V. História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Ática, 1994. p. 177.

Com base na imagem, considere as afirmativas a seguir:

I. No século XIX, com a descoberta de novas técnicas e a consequente mecanização da produção, os industriais intensificaram a exploração da mão de obra para recuperar os investimentos com as maquinarias e aumentar os lucros com a produção. Para conseguir tal intento, os assalariados tinham que cumprir em média 15 horas de trabalho por dia, sendo que mulheres e crianças – consideradas inferiores – foram comumente utilizadas como mão de obra por se constituírem em força de trabalho mais barata.

II. A crise econômica que arrasou a Inglaterra na segunda metade do século XIX abriu espaço para que os Estados Unidos colocassem no mercado seus produtos industrializados. A partir de então, o capitalismo foi se consolidando numa perspectiva mais financeira e abriu espaço para o surgimento das grandes potências bancárias.

III. A luta de classes tornou-se uma realidade a partir do momento em que a sociedade ficou dividida em duas classes antagônicas: burguesia e proletariado.

As diferenças entre aqueles que eram donos dos meios de produção – e do capital – e aqueles que possuíam a força de trabalho – mão de obra – levou estes últimos a organizarem-se em sindicatos, partidos, associações para lutar contra a exploração a que eram submetidos.

IV. O anarquismo, como doutrina política, foi primordial para a constituição da classe burguesa, no século XIX, porque defendia a importância do capital na consolidação dessa nova ordem social. Defendia também que todos os indivíduos tinham o direito de lutar para garantir melhores salários e qualidade de vida.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- a) I e II
- b) III e IV
- c) II, III e IV
- d) I e III
- e) I, II e IV

4. (UFF-RJ–2008) Para que o conhecimento tecnológico tivesse o êxito de hoje, foi preciso que ocorressem, no tempo, alterações radicais que abriram caminho para a introdução de novas relações de mercado e novas formas de transportes.

Assinale a alternativa que melhor identifica o momento inicial da Revolução Industrial.

- a) A utilização da máquina a vapor, que propiciou o desenvolvimento das ferrovias, integrando áreas de produção aos mercados, aumentando o consumo e gerando lucros.
- b) A revolução política de 1688, que garantiu a vitória dos interesses dos proprietários agrícolas em aliança com os trabalhadores urbanos que controlavam as manufaturas. Os cercamentos que modificaram as relações sociais no campo, gerando novas formas de organização da produção rural e mantendo os vínculos tradicionais de servidão.
- c) O desenvolvimento da energia eólica, produzindo um crescimento industrial que manteve as cidades afastadas do fantasma das doenças provocadas pelo uso do carvão.
- d) A máquina a vapor, que promoveu o desenvolvimento de novas formas de organização da produção agrícola e levou ao crescimento dos transportes marítimos na Europa Ocidental, através de investimentos estatais.

Exercícios Propostos

1. (UFU-MG) A divisão do trabalho e a mecanização complementam-se e reforçam-se mutuamente. [...] somente com a introdução da maquinaria, com seu ritmo constante, é possível realizar o sonho – ou o pesadelo – de uma administração exata do tempo e dos movimentos do operário, sem a onerosa necessidade de colocar um capataz e um cronometrador atrás de cada um.

ENGUIITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 235.

Tomando como referência a citação anterior, podemos afirmar que

I. o taylorismo, concepção produtivista desenvolvida por Frederick Taylor nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e início do século XX, tinha como características o controle sobre os gestos e comportamentos do trabalhador, com o intuito de evitar o “desperdício de tempo”, e a decomposição da produção em movimentos monótonos, causando tédio e idiotização do trabalhador.

II. o fordismo, desenvolvido por Henry Ford, seguiu a trilha aberta por Taylor ao utilizar a linha de montagem na fabricação em massa de automóveis, ao fixar o operário em um mesmo posto, subordinando-o à máquina.

III. no mundo contemporâneo, a chamada “desindustrialização” – processo de utilização da microeletrônica para a criação de novos postos de trabalho – substituiu os antigos robôs, provocando a diminuição do desemprego, melhorando a distribuição de renda em países emergentes como o Brasil e criando novas oportunidades de lazer aos trabalhadores.

Assinale

- a) se apenas I e II são corretas.
- b) se apenas I é correta.
- c) se apenas II é correta.
- d) se apenas II e III são corretas.
- e) se todas são corretas.

2. (PUC Minas) No início do século XIX, um grupo de operários ingleses liderados por Ned Ludlam organizou um movimento de protesto contra as precárias condições de vida e trabalho do proletariado. O Ludismo caracterizou-se

- a) pela tomada do poder e instalação de um governo revolucionário que suprimiu a propriedade particular e estimulou a criação de cooperativas.
- b) pela elaboração da chamada Carta do Povo, exigindo do Parlamento britânico a realização de uma série de reformas sociais e políticas.
- c) pela destruição de máquinas e equipamentos industriais considerados responsáveis pelo crescente desemprego e depauperação dos trabalhadores.

d) pela constituição de uma poderosa estrutura sindical e partidária, que permitiu a organização do proletariado e o aumento de sua força política.

2. (Mackenzie-SP)

Em vez de fazer os camponeses trabalharem para eles em suas próprias casas, na chamada estação morta, os empresários manufatureiros os reuniam em grandes oficinas e lhes impunham uma nova divisão técnica de trabalho. Ao fazer isso, estes capitalistas revolucionavam não só as relações sociais de produção, mas também as forças produtivas, ao inventar o trabalhador coletivo, ou seja, um corpo disciplinado e coordenado de produtores especializados.

Paul Singer

A descrição anterior se refere

- a) ao sistema de corporações de ofício que existiu na Europa durante a Alta Idade Média e foi responsável pela consolidação do modo de produção feudal.
- b) às transformações ocorridas na organização do trabalho na transição do feudalismo para o capitalismo.
- c) à superação das relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e à implementação do controle dos produtores sobre o produto de seu trabalho.
- d) à coletivização dos trabalhadores rurais diante das transformações ocorridas pela imposição do sistema de cooperativas estatais.
- e) à difusão do trabalho compulsório para atender à necessidade das indústrias em expansão.

3. (UFPEL-RS-2007) Um fato saliente chamou a atenção de Adam Smith, ao observar o panorama da Inglaterra: o tremendo aumento da produtividade resultante da divisão minuciosa e da especialização de trabalho. Numa fábrica de alfinetes, um homem puxa o fio, outro o acerta, um terceiro o corta, um quarto faz-lhe a ponta, um quinto prepara a extremidade para receber a cabeça, cujo preparo exige duas ou três operações diferentes: colocá-la é uma ocupação peculiar; prateá-la é outro trabalho. Arrumar os alfinetes no papel chega a ser uma tarefa especial; vi uma pequena fábrica desse gênero, com apenas dez empregados, e onde, conseqüentemente, alguns executavam duas ou três dessas operações diferentes. E embora fossem muito pobres, e, portanto mal-acomodados com a maquinaria necessária, podiam fazer entre si 48 000 alfinetes num dia, mas se tivessem trabalhado isolada e independentemente, certamente cada um não poderia fazer nem vinte, talvez nem um alfinete por dia.

FARIA, Ricardo de Moura et al. História. vol. 1. Belo Horizonte: Lê, 1993 (Adaptação).

O documento sobre a Revolução Industrial, na Inglaterra,

- a) relaciona a divisão de trabalho com a alta produtividade, situação bem diferente da produção artesanal característica da Idade Média.
- b) enfatiza o trabalho em série e as condições do trabalhador nas fábricas, reforçando a importância das leis trabalhistas, no início da Idade Moderna.
- c) demonstra que a produtividade está diretamente relacionada ao número de empregados da fábrica, ao contrário das corporações de ofício, em que a produção artesanal dependia do mestre.
- d) destaca a importância da especialização do trabalho para o aumento da produtividade, situação semelhante à que ocorria nas corporações de ofício, de que participavam aprendizes, oficiais e mestre.
- e) evidencia as ideias fisiocráticas e mercantilistas, ao realçar a divisão do trabalho, características marcantes da Revolução Comercial.

5. (UECE–2007) Sobre o processo conhecido como Revolução Industrial, são feitas as seguintes afirmações:

I. Consolida-se na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, e estabelece transformações rápidas e fundamentais na sociedade contemporânea, em especial nas novas formas de organização do trabalho produtivo.

II. Completa a transição do feudalismo para o capitalismo e marca a introdução da maquinofatura e das relações assalariadas.

III. É o processo em que a França apresenta ao mundo a invenção das máquinas têxteis, deixando definitivamente a Inglaterra para trás na corrida capitalista.

Assinale o correto.

- a) Apenas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas I e II são falsas.
- c) Apenas I e II são verdadeiras.
- d) Apenas II e III são falsas.

5. (UFAC-2010) A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da ‘indústria’ como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade ‘burguesa’ liberal; não da ‘economia moderna’ ou do ‘Estado Moderno’, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo. Mas não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução – a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa) – não tanto como uma coisa que pertença à história dos dois países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior. O fato de que as erupções simultâneas ocorreram

na França e na Inglaterra, e de que suas características difiram tão pouco, não é nem acidental nem sem importância.

HOBBSAWM, Eric J. A Era das Revoluções.

Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/2301094/A-Era-das-Revolucoes-Eric-J-Hobsbawm>>.

A respeito do contexto político e social das Revoluções Francesa e Industrial, a leitura do texto de Hobsbawm indica que

- a) ambas, não por acaso, ocorreram em períodos concomitantes, com efeitos sobre os modos de vida, alterando as relações de produção e ordenamentos políticos que se estenderam para outras partes do mundo.
- b) o autor enquadra as duas revoluções como apenas uma grande revolução, embora em países diferentes, cujas consequências são a vitória da indústria, da igualdade e da economia moderna.
- c) o historiador afirma terem ocorrido consequências exclusivas sobre a Grã-Bretanha e a França, com incidência sobre a indústria capitalista, a sociedade burguesa e o estado moderno.
- d) a citação considera a Revolução Francesa como política, enquanto que a Revolução Inglesa seria de caráter industrial, com repercussão de ambas sobre a formação dos Estados Modernos e da criação das monarquias de caráter absoluto.
- e) o texto caracteriza a coexistência das duas Revoluções como uma casualidade histórica, sem significado, descaracterizando o contexto social e político do período.

7. (UEG–2007) No século XIX, a Revolução Industrial provocou inúmeras mudanças, tais como a imigração de camponeses para a cidade e a alteração nas condições dos trabalhadores que estavam submetidos à burguesia, enfrentando longas jornadas de trabalho. Sobre tal contexto, julgue a validade das proposições a seguir:

I. O Ludismo expressou uma forma de resistência dos trabalhadores ao autoritarismo do patrão e, ao mesmo tempo, caracterizou-se pelas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho.

II. O Cartismo representou a busca por participação política dos trabalhadores de forma referendada pelos pontos das cartas, entre os quais se destaca o sufrágio universal e o direito dos operários de participarem do Parlamento.

III. As Revoluções de 1848 consolidaram os interesses da burguesia liberal, representados pela implantação de parlamentos e constituições e pela legitimação política de suas nações, através do nacionalismo e do liberalismo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.

8. (Unicamp-SP-2010) Na Europa, até o século XVIII, o passado era o modelo para o presente e para o futuro.

O velho representava a sabedoria, não apenas em termos de uma longa experiência, mas também da memória de como eram as coisas, como eram feitas e, portanto, de como deveriam ser feitas. Atualmente, a experiência acumulada não é mais considerada tão relevante. Desde o início da Revolução Industrial, a novidade trazida por cada geração é muito mais marcante do que sua semelhança com o que havia antes.

HOBBSAWM, Eric. O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 37-38.

a) Segundo o texto, como a Revolução Industrial transformou nossa atitude em relação ao passado?

b) De que maneiras a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX alterou o sistema de produção?

Seção ENEM

1. (Enem-2001) [...] Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; [...]

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Investigação sobre a sua natureza e suas causas. vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



Jornal do Brasil, 19 fev. 1997.

A respeito do texto e do quadrinho, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada e o quadrinho, à produção artesanal.
- III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Entre essas afirmações, apenas

- a) I está correta.
- b) I e II estão corretas.
- c) II está correta.

d) I e III estão corretas.

e) III está correta.

2. (Enem-2010) A evolução do processo de transformação de matérias-primas em produtos acabados ocorreu em três estágios: artesanato, manufatura e maquinofatura. Um desses estágios foi o artesanato, em que se

- a) trabalhava conforme o ritmo das máquinas e de maneira padronizada.
- b) trabalhava geralmente sem o uso de máquinas e de modo diferente do modelo de produção em série.
- c) empregavam fontes de energia abundantes para o funcionamento das máquinas.
- d) realizava parte da produção por cada operário, com uso de máquinas e trabalho assalariado.
- e) faziam interferências do processo produtivo por técnicos e gerentes com vistas a determinar o ritmo de produção.

3. (Enem-2010) A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros, Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altosfornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.

DEANE, P. A Revolução Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Adaptação).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

Brasil Colônia: bandeirantismo, mineração e Período Pombalino

A Interiorização da Colônia

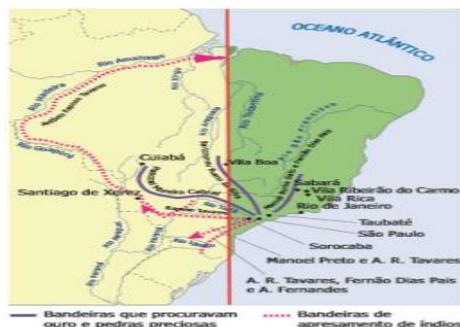
Um dos aspectos mais marcantes da estrutura colonial portuguesa na América, até a primeira metade do século XVII, foi a ocupação da faixa litorânea sem a realização de esforços para a interiorização. Essa situação advém da opção por um regime econômico vinculado aos interesses metropolitanos e que, portanto, exigia uma logística para a obtenção de lucros. Assim, estar no litoral facilitava o escoamento das mercadorias como o pau-brasil e a cana-de-açúcar, que visavam ao mercado externo. Nas palavras de frei Vicente do Salvador, os portugueses, semelhantemente aos caranguejos, apenas arranhavam a costa do Brasil.

Esse cenário apresentou substancial mudança com o avançar do século XVII. A penetração pelo interior da América Portuguesa se explica pela necessidade econômica, uma vez que algumas áreas litorâneas não conseguiram se desenvolver satisfatoriamente vinculadas ao projeto exportador. É o caso da capitania de São Vicente, que, nas primeiras décadas do século XVI, empreendeu uma agricultura de cana-de-açúcar que se mostrou fracassada devido à inadequação do solo e à distância dos principais mercados. Por consequência, a vila teve de buscar alternativas econômicas para a sua sobrevivência, desenvolvendo as chamadas bandeiras, atividade extremamente importante para o processo de interiorização da colônia portuguesa.

Bandeiras

A capitania de São Vicente se notabilizou por apresentar uma estrutura econômica de subsistência e por possuir um quadro social marcado por intensa miscigenação, com considerável presença de mamelucos, que seguiam os hábitos indígenas no cotidiano das vilas fundadas na região. No decorrer do Período Colonial, a precariedade socioeconômica exigiu a busca de alternativas para a sobrevivência dos habitantes dessa região.

Principais Bandeiras



Bandeiras de Apresamento

Na primeira metade do século XVII, a região de São Vicente se destacou pela realização de expedições para o interior do Brasil no intuito de capturar indígenas para serem escravizados. Essa possibilidade de enriquecimento ocorreu em virtude da agressiva política externa holandesa, que resultou na invasão das praças fornecedoras de escravos na costa africana. Uma vez que os flamengos garantiam apenas o abastecimento das regiões controladas por suas companhias de comércio, por exemplo, o Nordeste brasileiro, algumas áreas ficaram carentes de mão de obra, como é o caso das cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Assim, os paulistas partiram em expedições pelo interior da colônia na intenção de aprisionar os gentios e vendê-los para essas regiões. Eram as chamadas bandeiras de apresamento, responsáveis pela destruição de inúmeras missões jesuíticas, principalmente na província de Guairá, território do atual estado do Paraná.

Muitos missionários optaram por avançar ainda mais para o Sul, com o intuito de fugir das ações abusivas dos bandeirantes. Foi nesse contexto que ocorreu a fundação da redução jesuítica de Sete Povos das Missões, a partir de 1687.

Bandeiras de Prospecção

Na segunda metade do século XVII, intensificou-se a busca de metais preciosos no interior da colônia. Vários fatores foram determinantes para essa situação, como a necessidade de revitalização econômica do Estado português após a danosa dominação espanhola, além da crise da economia açucareira. A experiência obtida pelos paulistas através das bandeiras de apresamento, em crise naquele período histórico, contribuiu para a desenvoltura na busca de metais e de pedras preciosas pelo interior da colônia, como foi o caso da marcante expedição de Fernão Dias Pais, em 1674, em busca de esmeraldas. É importante lembrar que a Coroa portuguesa contribuiu financeiramente para determinadas bandeiras de prospecção, através da formação das chamadas Entradas Reais. Portanto, na segunda metade do século XVII, houve uma junção de esforços entre o Estado português e os bandeirantes, no sentido de se buscar uma nova atividade econômica que gerasse maior rentabilidade, no caso, a mineração.

Fernão Dias Pais

Fernão Dias Pais, nascido provavelmente em Piratininga, em 1608, é um dos mais famosos bandeirantes. Descendente dos primeiros povoadores de São Vicente, tomou parte de várias expedições de apresamento indígena no Sul do Brasil, na primeira metade do século XVII [...] Foi com a expedição denominada “bandeira das esmeraldas”, iniciada em 21 de julho de 1674, quando tinha 67 anos de idade, que acabou explorando e tornando conhecida grande parte das terras do que seria mais tarde a capitania de Minas Gerais, desde a cabeceira do Rio das Velhas até a Zona do Serro Frio, região que

se tornou uma das mais ricas e cobiçadas com a descoberta do ouro. O bandeirante achou somente “pedras verdes”, na verdade turmalinas e não esmeraldas, como buscava e acreditava. Junto com ele, conforme o costume dos “paulistas”, fi zeram parte da expedição vários parentes, entre os quais Borba Gato (futuramente descobridor do rico veio aurífero em Sabará), seu genro, e dois filhos, Garcia Rodrigues Pais e José dias Pais. O último, filho ilegítimo, foi enforcado pelo pai por ter liderado uma conspiração. Durante sete anos, Fernão Dias Pais andou em busca das “esmeraldas”, mas acabou morrendo de febre palustre, no arraial denominado Sumidouro, próximo a Sabará, em 1681.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p. 232.

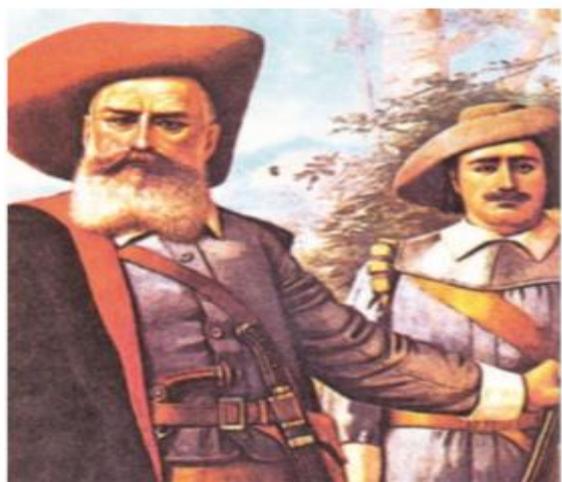


Imagem do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Antônio Rodrigues de Arzão foi o primeiro bandeirante a localizar jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais, em 1693, nas proximidades de Cataguases. Já em 1698, foi encontrado ouro por Antônio Dias Oliveira na região que passaria a ser designada de Vila Rica. A vila, hoje conhecida por Ouro Preto, foi o principal núcleo de exploração mineral na América Portuguesa, mudando por completo as estruturas políticas e econômicas vigentes na relação entre Portugal e Brasil com o avançar do século XVIII. Cabe ressaltar que a atuação dos bandeirantes contribuiu para a delimitação das atuais fronteiras brasileiras.

Monções

A expansão para o interior do Brasil Colonial também contou com a colaboração das monções, ou seja, expedições que utilizavam as vias fluviais para o processo de deslocamento para as regiões longínquas da América Portuguesa. Os rios brasileiros passaram a ser utilizados como aliados no processo de ocupação, já que muitas vezes impediam o avanço das expedições terrestres quando o leito era muito extenso e dificultavam a passagem dos bandeirantes. O nome monções se origina dos ventos que colaboravam para trazer as caravelas portuguesas para a costa da colônia americana. Curioso notar que as embarcações que iam para o interior partiam no mesmo período em que os

barcos europeus se deslocavam para a América, ou seja, entre os meses de março e abril. Porém, cabe ressaltar que as pequenas embarcações que buscavam o interior não utilizavam a energia eólica, sendo movidas apenas pela força dos remos.

No contexto da mineração do século XVIII, as monções assumiram um importante papel no processo de abastecimento da região, saindo para o interior algumas frotas que contavam com aproximadamente 300 embarcações. A opção pelos comboios era fundamental para se evitar os ataques indígenas e outras adversidades que o interior colonial poderia apresentar. Também deve ser lembrado, como atividade vinculada aos bandeirantes, o sertanismo de contrato, que consistia na contratação de bandeirantes com o intuito da captura de escravos fugidos ou mesmo da destruição de quilombos. O dinheiro para o pagamento de tal ação, normalmente, advinha dos grandes proprietários, que se uniam para a eliminação de ameaças ao sistema escravista. O grande exemplo dessa ação consiste na destruição do Quilombo de Palmares, em fins do século XVII, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Bandeirantes: a construção do mito

A historiografia acerca dos bandeirantes mostra-se intensamente controversa. Os primeiros compêndios da história brasileira, produzidos no século XIX, construíram a imagem dos bandeirantes como pioneiros no processo de desenvolvimento do Brasil. A ideia de coragem, de espírito civilizador e missionário soma-se ao desejo de vincular a figura do bandeirante à presença portuguesa no interior da colônia. Seria a contribuição lusa para a formação territorial de nossa nação. Com o avançar do século XX, a historiografia buscou aproximar o bandeirante de uma concepção mais realista para o cenário colonial português dos séculos XVII e XVIII. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a presença de poucos portugueses nessas expedições. As bandeiras eram compostas, em sua maioria, de miscigenados. Com hábitos tipicamente indígenas, esses mamelucos não foram responsáveis por estender a civilização portuguesa para o interior, já que sequer compartilhavam desse conceito civilizatório. Destacase, portanto, que as bandeiras foram movidas pelo desejo de enriquecimento pessoal, e que as ações dos “paulistas” no interior do Brasil se distanciaram, em virtude da ganância e da violência, especialmente contra comunidades indígenas, das idealizadas ações referendadas pelos historiadores do século XIX.

Mineração

A notícia a respeito das minas de ouro e de diamante rapidamente se espalhou no território brasileiro e em Portugal. A consequência imediata dessa situação foi a

ampliação do fluxo migratório, em especial o português, para a região.

Calcula-se que, do final do século XVII até os últimos anos do século XVIII, o Brasil passou de 300 mil habitantes para aproximadamente 3 300 000. Essa situação exigiu um controle maior pela Coroa portuguesa, já que, diferentemente da cana-de-açúcar, o ouro era uma riqueza não renovável, e, portanto, se a tributação fosse perdida, não seria possível uma segunda arrecadação.

Assim, já em 1702, foi fundada a Intendência das Minas, órgão português responsável pela gerência das atividades de exploração da região aurífera. A Intendência apresentava duas atribuições fundamentais:

✓ Distribuir as datas de ouro para a extração. O principal critério para a aquisição desses lotes por seus pretendentes era ter a propriedade de escravos, que seriam os braços responsáveis pela extração do ouro. Esse critério favorecia os exploradores com maior poderio econômico e permitia à Coroa portuguesa maior arrecadação tributária.

✓ Promover a tributação do ouro, visando garantir o aumento do erário português.

Nesse sentido, a política tributária na região das Minas variou conforme as circunstâncias presentes no decorrer do século XVIII. Naturalmente, a opressão tributária ocasionou vários conflitos, como a Revolta de Felipe dos Santos em 1720. Destaca-se a cobrança do quinto, ou seja, 20% do ouro extraído pelo minerador. Para facilitar e registrar a tributação, o ouro era quintado nas casas de fundição, criadas em 1720. A Coroa portuguesa também chegou a cobrar a capitação, caracterizada pela cobrança de 17 gramas de ouro por cada cabeça de escravo. A ganância lusitana chegou ao auge quando se estabeleceu a finta em 1750, que consistia na arrecadação anual mínima de

100 arrobas de ouro (1 468,9 Kg). Caso essa cota não fosse atingida, seria realizada a derrama, marcada pela cobrança de impostos atrasados e confisco do ouro até atingir a meta estabelecida pela finta. A Coroa também cobrava impostos para a circulação de mercadorias na região das minas, conhecidos como impostos de entrada.

A mineração foi marcada pela fundação de núcleos urbanos em torno das principais áreas de exploração do ouro, como Vila Rica, Mariana e Sabará. A formação dessas cidades exigia a necessidade de abastecimento, visto o considerável número de pessoas dedicadas a setores vinculados direta ou indiretamente à extração do ouro. A consequência óbvia dessa situação foi o fortalecimento do comércio intercolonial, com destaque para a vinda de gado do Sul. Dessa forma, pode-se notar que a colônia iniciava o lento processo de integração territorial. Com o intuito de fácil lucro, muitos fazendeiros intensificaram a atividade agrícola em torno das minas com o objetivo de abastecer os milhares de

habitantes da região. Essa situação não impediu momentos de precariedade e crises de abastecimento, objeto de constante preocupação da Coroa portuguesa, já que isso ocasionava instabilidade sociopolítica.

A relação de trabalho se baseava na exploração da mão de obra escrava. O universo urbano ocasionava, naturalmente, novas relações entre senhores e escravos, que reduziam, em algumas situações, o quadro de opressão tão presente nas atividades rurais. A presença dos escravos de ganho em setores de comércio e serviço enriquecia a diversidade social das minas. Essa situação não esconde a opressão que muitos escravos sofreram quando foram submetidos a longas jornadas de trabalho nas minas com o objetivo de enriquecer seus proprietários mineradores.



Arquitetura barroca em Minas

Desclassificados do ouro

A região das Minas também se destacou pela diversidade social comum do espaço urbano. Comerciantes, artistas, padres, funcionários públicos, escravos e mineradores se misturavam a outros estratos sociais, fazendo das minas um espaço até então nunca visto no território colonial, com o nascimento de uma cultura urbana, dotada de suas próprias peculiaridades e promotora de uma maior circulação de informação e conhecimento. A historiografia tradicional vincula essa variação populacional e cultural a uma maior possibilidade de ascensão social, visto a riqueza imediata que o ouro representava e as inúmeras atividades econômicas que surgiram em torno do ouro. A despeito dessa situação, cabe ressaltar que o escritor Sérgio Buarque de Holanda referencia que os negócios em torno do ouro e dos diamantes ocupavam apenas 1/3 da população, sendo que o restante vivia de atividades secundárias à mineração.

Justifica-se, portanto, a afirmativa de Celso Furtado de que, apesar da intensa utilização do trabalho escravo na extração do ouro, esse tipo de mão de obra não constituiu a maioria na capitania das Minas.

Porém, é válido lembrar, conforme muito bem analisa a historiadora Laura de Mello e Souza em sua obra

Desclassificados do ouro, que o quadro social das Minas era fortemente marcado pela marginalização de grande parte da população, que, a despeito de toda a riqueza que o ouro representava, ficava mergulhada em profunda pobreza. É o chamado falso fausto, ou seja, o esplendor das Minas não foi, necessariamente, o enriquecimento de uma sociedade.

[...] A sociedade era pobre, e creio poder dizer que as festas eufóricas do século XVIII tenham sido grandemente responsáveis por uma manipulação “autoritária” da estrutura social, na medida em que uma das visões possíveis da sociedade foi imposta como a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social – no caso, a visão de riqueza e de opulência. Na sociedade mineradora – como, de resto, nas outras partes da colônia –, eram privilegiados os elementos que tivessem mais número de escravos. Mais da metade das lavras estavam concentradas nas mãos de menos de 1/5 dos proprietários de negros; o próprio critério de concessão de datas assentava-se na quantidade de cativos possuídos, as maiores extensões indo para as mãos dos grandes senhores. Para estes, o luxo e a ostentação existiram de fato – não como sintomas de irracionalidade, conforme disseram muitos, mas como sinal distintivo do status social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando. Acumulação de escravos e luxo aparecem, aqui, como características de uma sociedade escravista específica, própria ao sistema colonial, e indicam o seu caráter extremamente restritivo [...]

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Grall, 1996.

Entre 1740 e 1770, ocorreu o auge da mineração no Brasil. Após essa fase, a atividade aurífera entrou em crise. Vários fatores contribuíram para esse novo cenário, com destaque para o esgotamento do ouro de aluvião, retirado nos barrancos e nas encostas de rios, e para as técnicas rudimentares que inviabilizavam a exploração do ouro em regiões subterrâneas, como viria a ocorrer a partir do século XIX. A retração econômica da região não significou o desaparecimento dos núcleos urbanos, mas assinalou o fim de uma importante fase do sistema colonial português na América. É importante lembrar que grande parte da riqueza produzida no período acabou por ser transferida para a Europa, sendo parte componente do processo de acumulação de capital pela Inglaterra.

Arraial do Tijuco – Diamantes

Durante a exploração do ouro nas Minas, foram descobertos os primeiros diamantes na região do Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina. A exploração, iniciada em torno de 1729, era de complexa fiscalização, já que o diamante é um produto facilmente contrabandeado, além de difícil tributação. A situação extrema da região do Serro acabou levando a Coroa portuguesa a empreender um controle direto da extração de diamantes, fundando a Real Extração, em 1771. A área do Arraial do Tijuco ficou submetida ao controle direto do Estado lusitano, sendo a livre entrada para a região proibida. O intendente do diamante, responsável pela exploração da região, era nomeado diretamente pelo rei, não sendo submetido ao controle das

autoridades coloniais, como o governador geral. O modelo da Real Extração adentrou o século XIX, sendo mantido pelo Estado imperial após a Independência, e somente foi abolido no Segundo Reinado.

Período Pombalino

Na segunda metade do século XVIII, o Estado português passou por uma série de reformas realizadas pelo então ministro do rei José I, o chamado marquês de Pombal. O intuito era promover uma modernização nas estruturas administrativas do reino, reduzindo a dependência portuguesa dos outros impérios europeus. O impacto dessas realizações foi determinante para a história portuguesa e, por consequência, para as regiões coloniais controladas pelo reino. O que se percebeu foi uma clara influência dos conceitos racionais iluministas nas medidas tomadas por Pombal, possibilitando defini-lo como um déspota esclarecido, embora não realizasse suas ações na condição de monarca.



Marquês de Pombal, representante do despotismo esclarecido em Portugal

Curioso notar que, mesmo sobre a influência do pensamento da Ilustração, Pombal reiterou medidas mercantilistas no trato das questões coloniais. Essa negação das práticas liberais, em voga entre os pensadores da época, justificava-se pelo anseio de fortalecer o reino português, mediante uma exploração mais racionalizada das áreas coloniais, por meio da acumulação de capital, essencial para a independência lusitana frente aos poderosos países da época, como Inglaterra e França. Deve-se lembrar de que, durante o Período Pombalino, um forte tremor causou grandes estragos em Lisboa, gerando uma demanda extra por capital. Entre as medidas tomadas pelo marquês de Pombal, destacam-se:

- ✓ centralização administrativa no Brasil, por meio da extinção do sistema de capitanias hereditárias;
- ✓ expulsão dos jesuítas do reino em 1759, com o intuito de reduzir o poder político da ordem religiosa e de ampliar as ações laicas;
- ✓ criação do subsídio literário, imposto que deveria custear a educação, já que a expulsão dos jesuítas enfraqueceu as estruturas educacionais;

✓ proibição da escravidão indígena em 1757, passando a considerar o nativo submetido legalmente às regras portuguesas;

✓ criação de companhias de comércio que seriam responsáveis pelo monopólio mercantil das regiões designadas, garantindo o aumento das rendas da Coroa.

A Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco são exemplos desse modelo;

✓ maior controle fiscal das atividades mineradoras. Como exemplo, cabe ressaltar a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), a instauração da primeira derrama (1762-1763) e a criação da Real Extração (1771).

Apesar das grandes realizações entre 1750 e 1777, Pombal não se sustentou no poder após a morte do monarca José I. Seus adversários políticos conseguiram manipular a monarca D. Maria I para afastar o governante de seus encargos – provocando uma reação conservadora, contrária às medidas modernizantes de Pombal – e implementar a reaproximação do reino luso com a Inglaterra, elemento determinante para o rumo da Coroa portuguesa nas décadas iniciais do século XIX.

Fronteiras

O século XVIII também foi fundamental para o estabelecimento das novas fronteiras que separavam as possessões portuguesas e espanholas na América.



O Tratado de Madrid (1750) foi fundamental para a definição das fronteiras brasileiras.

O novo limite substituiu o Tratado de Tordesilhas de 1494 e apresentou como principal ponto de referência a aplicação do princípio do *Uti Possidetis*, ou seja, as fronteiras seriam traçadas conforme a ocupação territorial realizada até a metade do século XVIII. Assim, os avanços portugueses promovidos durante os primeiros séculos de ocupação foram reconhecidos, fortalecendo o espaço de domínio lusitano na América. Como principais pontos dessa nova limitação, destacam-se:

✓ a ampliação da fronteira norte para o oeste, chegando ao limite das últimas missões jesuíticas portuguesas na Bacia Amazônica;

✓ a ampliação da região central do Brasil para oeste, conforme a ocupação realizada pela pecuária e pela extração aurífera;

✓ a anexação do território de Sete Povos das Missões pelos portugueses no Sul do Brasil;

✓ a entrega da colônia de Sacramento aos espanhóis, visto que essa região se apresentava incrustada nas possessões espanholas da América.

Apesar dos vários desacordos entre as duas Coroas após a assinatura do Tratado de Madrid, devido aos conflitos europeus da segunda metade do século XVIII – fato responsável pela assinatura de novos acordos –, as fronteiras do Tratado de Madrid marcam de maneira mais legítima as atuais fronteiras do Brasil.

Exercícios de Fixação

1. (Fatec-SP-2010) Neste caso, como em quase tudo, os adventícios [que chegaram depois] deveriam habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra. Às estreitas veredas e atalhos que estes tinham aberto para uso próprio nada acrescentariam aqueles de considerável, ao menos durante os primeiros tempos. Para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena. Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas apuradas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 19 (Adaptação).

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, sobre os indígenas e os sertanistas que circulavam pelo sistema de estradas que ligavam a vila de São Paulo ao Sertão e à Costa, é correto afirmar que

- os sertanistas precisaram construir muitas vias de acesso entre São Paulo e o Sertão, substituindo as poucas e estreitas veredas abertas pelos indígenas.
- os indígenas foram importantes colaboradores dos paulistas nas entradas.
- os sertanistas, ao contrário dos indígenas, pouco sabiam da arte de transpor as matas e escolher o melhor lugar para fazer pouso.
- os sertanistas não conseguiram se adaptar aos recursos materiais dos indígenas.
- os indígenas se diferenciavam dos sertanistas por terem uma capacidade maior de transpor montanhas e de plantar mantimentos.

2. (FUVEST-SP-2010) E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moeda para os reinos estranhos e a menor quantidade é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil [...]

ANTONIL, João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711. Essa frase indica que as riquezas minerais da colônia

- produziram ruptura nas relações entre Brasil e Portugal.
 - foram utilizadas, em grande parte, para o cumprimento do Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra.
 - prestaram-se, exclusivamente, aos interesses mercantilistas da França, da Inglaterra e da Alemanha.
 - foram desviadas, majoritariamente, para a Europa por meio do contrabando na região do Rio da Prata.
 - possibilitaram os acordos com a Holanda, que asseguraram a importação de escravos africanos.
3. (UFMG) Leia o texto.

Doenças, acidentes, deserções, combates com os índios iam dizimando paulatinamente a tropa. [...] Num dos momentos mais difíceis da aventura, o filho bastardo de Fernão, José Pais, compreendeu que a única maneira de retornar à casa seria matando o obstinado líder da bandeira. Mas Fernão descobriu a conspiração e quem morreu – enforcado à vista do Arraial – foi José. E com ele seus companheiros de conjura.

SANTOS, C. Moreira dos. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 27 abr. 1974.

Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta sobre as bandeiras que penetraram o Sertão brasileiro no século XVII.

- O caráter nômade e provisório das bandeiras impediu que elas iniciassem a fixação de população no interior.
- A adversidade da natureza impediu que os bandeirantes dessem início a qualquer tipo de atividade de subsistência.
- Os índios encontrados pelo caminho eram exterminados, quando impediam a captura de mão de obra negra e escrava.
- Os bandeirantes paulistas, soltos no Sertão bravo, muitas vezes usurpavam do rei o poder que este lhes delegara.

4. (FGV-SP) [...] assistimos no final do século XVII, após a descoberta das minas, não a uma nova configuração da vila nem à ruptura brusca com o padrão anterior, ao contrário, à consolidação de todo um processo de expansão econômica, de mercantilização e de concentração de poder nas mãos de uma elite local.

A articulação com o núcleo mineratório dinamizará esse quadro, mas não será, de forma alguma, responsável por sua existência.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 125.

O texto anterior refere-se

- à vila de São Luís e ao seu papel de núcleo articulador entre a economia exportadora e o mercado interno colonial.

- à vila de São Paulo, cuja integração a uma economia de mercado teria ocorrido antes da descoberta dos metais preciosos.

- à vila de Ouro Preto, importante centro agrícola e pecuarista encravado no interior da América Portuguesa.

- à vila de Cuiabá, principal entreposto de tropeiros e comerciantes que percorriam as precárias rotas do Centro-Sul.

- à vila de Mariana, importante centro distribuidor de indígenas apresados pelos bandeirantes.

5. (Mackenzie-SP) Como decorrência do caminho, constituiu-se a civilização paulista [...] Na faina sertaneja e predadora dos paulistas, desenvolveram-se hábitos próprios, tributários dos indígenas e incorporados mesmo por aqueles que haviam nascido na Europa, como o alentejano Antônio Raposo Tavares. Laura de Mello e Souza O texto reporta-se às características da vida paulista no Período Colonial e seu significado. Sobre esses fatos, não podemos dizer que

- o isolamento e a reduzida importância econômica da região resultaram num forte senso de autonomia entre a gente paulista.
- casas de taipa, móveis rústicos, tendo com o idioma dominante o tupi-guarani até o século XVIII, essa era a vila de São Paulo.
- mestiços rudes, os mamelucos paulistas vagavam pelos sertões, apresando índios, buscando ouro ou atacando quilombos.
- o alargamento da fronteira foi uma consequência inconsciente da luta desses homens pela sobrevivência.
- o prestígio do bandeirante deve-se à integração dos vicentinos à economia exportadora açucareira.

Exercícios Propostos

1. (UFMG) Em relação à política de abastecimento das autoridades metropolitanas para a capitania de Minas Gerais, os fatores econômicos foram menos determinantes que os políticos.

Essa afirmação justifica-se porque tais autoridades

- se encarregavam de estocar os alimentos e de reparti-los entre todos os moradores da região, evitando a ação dos atravessadores.
- adotavam medidas para evitar a escassez de produtos, especialmente a carne, buscando impedir motins e tumultos na região.
- concentravam as sesmarias nas mãos de indivíduos com grandes plantéis de escravos, tendo em vista a expansão da monocultura.
- distribuíam as datas visando ao aumento da safra anual de grãos, que atenderia às demandas da população.

2. (UNESP) Já se verificando nesta época a diminuição dos produtos das Minas, viu-se o capitão Bom Jardim obrigado a voltar suas vistas para a agricultura [...] Seus vizinhos teriam feito melhor se tivessem seguido exemplo tão louvável em vez de desertar o país, quando o ouro desapareceu.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos Distritos do Ouro e Diamantes.

Segundo as observações do viajante inglês, os efeitos imediatos da decadência da extração aurífera em Minas Gerais foram

- a esterilização do solo mineiro e a queda da produção agropecuária.
- a crise econômica e a consolidação do poder político das antigas elites mineiras.
- a instalação de manufaturas e a suspensão dos impostos sobre as riquezas.
- a conversão agrícola da economia e o esvaziamento demográfico da província.
- a interrupção da exploração do ouro e a decadência das cidades.

3. (FUVEST-SP) As reformas pombalinas propuseram, em relação ao Brasil,

- a expulsão dos mercenários e o afrouxamento das práticas mercantilistas.
- a expulsão dos jesuítas e uma política de liberdade do indígena.
- a criação de um sistema de intendências e a formação de companhias privilegiadas.
- a subordinação da Igreja ao Estado e a permissão para o surgimento da imprensa.
- o fomento às atividades manufatureiras na colônia e o combate aos espanhóis no Sul.

4. (UECE) Entre as principais medidas tomadas pelo marquês de Pombal com relação à colonização do Brasil, pode-se assinalar corretamente:

- Permissão para a criação de manufaturas e de indústrias no Brasil, liberalização dos impostos alfandegários sobre os produtos brasileiros e maior controle sobre as atividades religiosas.
- Criação de companhias de comércio, expulsão dos jesuítas e maior pressão fiscal sobre as áreas produtoras de ouro.
- Transferência da capital da colônia do Rio de Janeiro para Salvador, expulsão da Companhia de Jesus dos territórios portugueses e criação de mesas de negociação de impostos com os produtores de ouro.
- Extinção dos monopólios comerciais estatais, assinatura de acordos com a Igreja sobre a ação dos jesuítas e transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.

5. (UFMG) Leia estes trechos de documentos relacionados ao Brasil Colonial, atentando para os processos históricos a que se referem:

I. [...] a grande constância de outros, desprezando as inclemências do tempo, desatendendo ao trabalho das marchas, vencendo os desconfortos da vida, e perdendo o temor aos assaltos, continuavam a cortar bosques, a abrir caminhos, a penetrar sertões, a combater com o gentio bárbaro, fazendo a muitos e algumas mulheres prisioneiros [...]

II. [...] quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas, perpetuamente ardentes; as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio; os etíopes, ou cíclopes, banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo [...] não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.

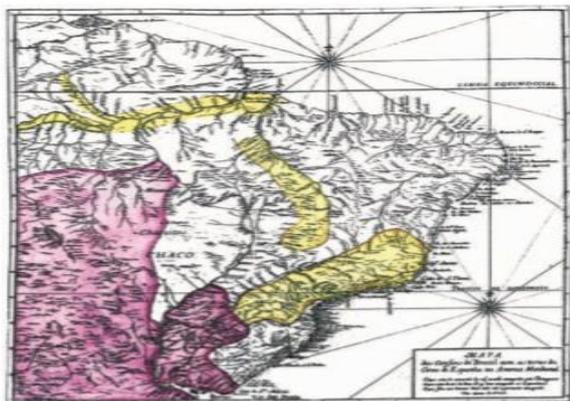
III. Ali ignora-se o uso da verruma, o método de conhecer o interior e as diversas camadas de terras: as ciências naturais, a mineralogia, a química, o conhecimento da mecânica, das leis do movimento e da gravidade dos corpos, tudo está ali muito na sua infância; das máquinas hidráulicas apenas se conhece ainda muito imperfeita, a que, pela sua figura e construção, chamam rosário [...]

IV. [...] o conde enriqueceu e ornou com edifícios vilas e cidades. Construiu pontes e palácios para utilidade e beleza. Erigiu, em parte por sua munificência, um templo para a piedade e para o serviço divino. Teve consigo e favoreceu, na paz e na guerra, os mais eminentes artistas [...] para que eles mostrassem, vencidos, [...] os lugares, as terras e as cidades que ele próprio vencesse.

Os trechos I, II, III e IV fazem referência, respectivamente,

- à ação dos quilombolas, aos motins coloniais, às atividades agrícolas indígenas e à construção da cidade de Salvador.
- à pecuária, ao batuque dos negros, à arte naval portuguesa e à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.
- ao bandeirantismo, aos engenhos de açúcar, às técnicas de mineração e à presença holandesa no Nordeste açucareiro.
- ao tráfico negreiro, aos rituais indígenas, às moedas de açúcar e à urbanização das vilas das Minas Gerais.

6. (UFMG) Observe este mapa:



MAPA DAS CORTES [Mapa do Rio de Janeiro].
Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Esse mapa serviu de base aos representantes das Coroas portuguesa e espanhola para o estabelecimento do Tratado de Madrid, assinado em 1750, que definiu os novos limites na América entre as terras pertencentes a Portugal e à Espanha.

Considerando-se essa informação, é correto afirmar que o Tratado de Madrid

- substituiu o Tratado de Tordesilhas e conferiu às possessões lusas e espanholas na América uma feição mais próxima do que tinha sido a efetiva ocupação de terras pelas duas Coroas.
- estabeleceu uma conformação do território brasileiro muito distante da sua aparência atual, por ter respeitado espaços previamente ocupados pelos espanhóis no continente americano.
- manteve, com poucas alterações, o que já estava estabelecido pelos tratados anteriormente negociados entre as monarquias de Portugal e da Espanha, desde a Bula Intercoetera, editada em 1493.
- levou Portugal a desistir da soberania sobre grande parte da Amazônia em troca do controle da Bacia do Prata, área estratégica para o domínio do interior do Brasil após a descoberta de ouro.

7. (UFMG) Antonil, jesuíta que viveu no Brasil, no Período Colonial, destacou a importância da posse de escravos, descrevendo-os como “as mãos e os pés do senhor”. Na perspectiva da economia colonial, essa importância pode ser confirmada pela vinculação entre o número de escravos possuídos e a doação de

- capitanias hereditárias, lotes de terras em que foi dividida a colônia.
- datas de ouro, lotes de terra destinados à exploração mineral.
- sesmarias, para exploração, de acordo com o Regimento de Tomé de Souza.
- títulos de nobreza, necessários à obtenção de terras para a agricultura.

8. (UESPI–2010) O Tratado estabelecido entre Portugal e Espanha, em 1750, bem diferente do firmado em 1494, propiciou o reconhecimento internacional de uma

configuração dos limites do Brasil, quase idêntica à atual, e recebeu o nome de

- Tratado de Santo Idelfonso.
- Tratado de Methuen.
- Tratado de Madrid.
- Tratado de Tordesilhas.
- Tratado de Westfália.

9. (Unicamp-SP–2011) A arte colonial mineira seguia as proposições do Concílio de Trento (1545-1553), dando visibilidade ao catolicismo reformado. O artífice deveria representar passagens sacras. Não era, portanto, plenamente livre na definição dos traços e temas das obras. Sua função era criar, segundo os padrões da Igreja, as peças encomendadas pelas confrarias, grandes mecenas das artes em Minas Gerais.

SANTIAGO, Camila F. G. Traços europeus, cores mineiras: três pinturas coloniais inspiradas em uma gravura de Joaquim Carneiro da Silva. In: FURTADO, Junia. (Org.) Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica. Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008. p. 385 (Adaptação).

Considerando as informações do enunciado, a arte colonial mineira pode ser definida como

- renascentista, pois criava na colônia uma arte sacra própria do catolicismo reformado, resgatando os ideais clássicos, segundo os padrões do Concílio de Trento.
- barroca, já que seguia os preceitos da Contrarreforma. Era financiada e encomendada pelas confrarias e criada pelos artífices locais.
- escolástica, porque seguia as proposições do Concílio de Trento. Os artífices locais, financiados pela Igreja, apenas reproduziam as obras de arte sacra europeias.
- popular, por ser criada por artífices locais, que incluíam escravos, libertos, mulatos e brancos pobres que se colocavam sob a proteção das confrarias.

10. (UFC) Leia o trecho a seguir.

Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo entretanto os interstícios ocupados pelo trabalho livre ou semilivre.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro: pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 68.

Com base nesse trecho sobre o trabalho livre praticado nas áreas mineradoras do Brasil Colônia, é correto afirmar que,

- devido à abundância de escravos no período do apogeu da mineração, os homens livres conseguiam viver exclusivamente do comércio de ouro.
- em função da riqueza geral proporcionada pelo ouro, os homens livres dedicavam-se à agricultura comercial, vivendo com relativo conforto nas fazendas.
- perseguidos pela Igreja e pela Coroa, os homens livres procuravam sobreviver às custas da mendicância e da caridade pública.

- d) sem condições de competir com as grandes empresas mineradoras, os homens livres dedicavam-se à “faiscagem” e à agricultura de subsistência.
- e) em função de sua educação, os homens livres conseguiam trabalho especializado nas grandes empresas mineradoras, obtendo confortáveis condições de vida.

11.(UERJ)

Ano	Produção aurífera (kg)
1699	725
1701	1 785
1704	9 000
1720	25 000
1725	20 000

LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

O século XVIII foi marcado por inúmeras descobertas de ouro no Brasil, possibilitando um aumento da extração desse metal, como se observa na tabela anterior.

Essas descobertas provocam mudanças significativas na organização colonial, tais como

- a) recuperação agrícola do Nordeste e redução das atividades pastoris.
- b) estabelecimento da capital na cidade do Rio de Janeiro e incentivo às atividades urbanas.
- c) declínio da utilização de mão de obra escrava e ampliação do trabalho assalariado nas Minas.
- d) superação da condição de colônia e elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves.

12. (UERJ–2010) As expedições destinadas ao apresamento de indígenas constituíram, como se pode observar no mapa a seguir, a principal atividade realizada pelos bandeirantes paulistas entre os séculos XVI e XVIII.

Esquema geral das expedições de apresamento (1550-1720)



Estabeleça a relação existente entre as expedições de apresamento e as atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes da capitania de São Vicente. Em seguida, identifique um efeito dessas expedições para a colônia portuguesa na América.

13. (Unicamp-SP) No Brasil Colonial, além da produção açucareira escravista, o historiador Caio Prado Júnior (em Formação do Brasil Contemporâneo) enumera outras atividades econômicas importantes, como a mineração do século XVIII, que era também uma atividade voltada para o comércio externo.

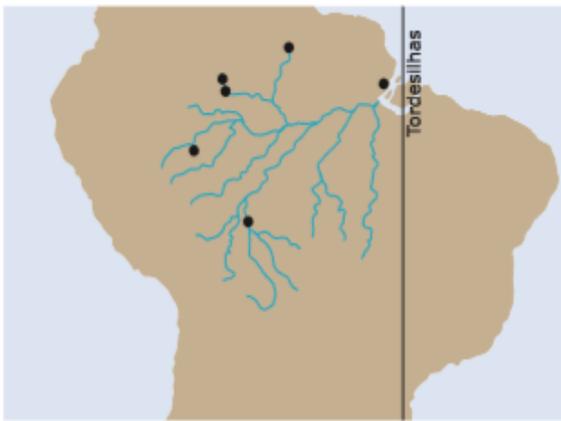
a) Caracterize a mineração no século XVIII em termos de região geográfica, organização do trabalho e desenvolvimento urbano.

b) Cite e caracterize duas outras atividades econômicas do Brasil Colonial que não eram voltadas para o comércio externo.

Seção ENEM

1. (Enem–2003) O mapa a seguir apresenta parte do contorno da América do Sul, destacando a Bacia Amazônica.

Os pontos assinalados representam fortificações militares instaladas no século XVIII pelos portugueses. A linha indica o Tratado de Tordesilhas revogado pelo Tratado de Madrid, apenas em 1750.



MATTOS, Carlos de Meira de. Geopolítica e teoria de fronteiras (Adaptação).

Pode-se afirmar que a construção dos fortes pelos portugueses visava, principalmente, a dominar

- militarmente a bacia hidrográfica do Amazonas.
- economicamente as grandes rotas comerciais.
- as fronteiras entre nações indígenas.
- o escoamento da produção agrícola.
- o potencial de pesca da região.

2. (Enem–2010) Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil Colonial. A palavra tropeiro vem de “tropa” que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em <http://www.tribunadoplanalto.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à

- atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
- atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

3. (Enem–2006) No princípio do século XVII, era bem insignificante e quase miserável a Vila de São Paulo. João de Laet dava-lhe 200 habitantes, entre portugueses e mestiços, em 100 casas: a Câmara, em 1606, informava que eram 190 os moradores, dos quais 65 andavam homiziados*. *homiziados = escondidos da Justiça

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1964

Na época da invasão holandesa, Olinda era a capital e a cidade mais rica de Pernambuco. Cerca de 10% da população, calculada em aproximadamente 2 000 pessoas, dedicavam-se ao comércio, com o qual muita gente fazia fortuna. Cronistas da época afirmavam que os habitantes ricos de Olinda viviam no maior luxo.

Fest, Hildegard. Pequena história do Brasil Holandês. São Paulo: moderna, 1995 (adaptação).

Os textos anteriores retratam, respectivamente, São Paulo e Olinda no início do século XVII, quando Olinda era maior e mais rica. São Paulo é, atualmente, a maior metrópole brasileira e uma das maiores do planeta. Essa mudança deveu-se, essencialmente, ao seguinte fator econômico:

- maior desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no planalto de Piratininga do que na Zona da Mata Nordestina.
- atraso no desenvolvimento econômico da região de Olinda e Recife, associado à escravidão, inexistente em São Paulo.
- avanço da construção naval em São Paulo, favorecido pelo comércio dessa cidade com as Índias.
- desenvolvimento sucessivo da economia mineradora, cafeeicultura e industrial no Sudeste.
- destruição do sistema produtivo de algodão em Pernambuco quando da ocupação holandesa.

4. (Enem–2010)

Gregório de Matos definiu, no século XVII, o amor e a sensualidade carnal O Amor é finalmente um embaraço de pernas, união de barrigas, um breve tremor de artérias. Uma confusão de bocas, uma batalha de veias, um rebuliço de ancas, quem diz outra coisa é besta.

VAINFAS, R. Brasil de todos os pecados. Revista de História. Ano1, nº 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, novo 2003.

Vilhena descreveu ao seu amigo Filopono, no século XVIII, a sensualidade nas ruas de Salvador Causa essencial de muitas moléstias nesta cidade é a desordenada paixão sensual que atropela e relaxa o rigor da Justiça, as leis divinas, eclesiásticas, civis e criminais. Logo que anoutece, entulham as ruas libidinosos, vadios e ociosos de um e outro sexo. Vagam pelas ruas e, sem pejo, fazem gala da sua torpeza.

VILHENA, L.S. A Bahia no século XVIII. Coleção Baiana. V. 1. Salvador: Itapuã, 1969. (Adaptação).

A sensualidade foi assunto recorrente no Brasil Colonial. Opiniões se dividiam quando o tema afrontava diretamente os “bons costumes”. Nesse contexto, contribuía para explicar essas divergências

- a) a existência de associações religiosas que defendiam a pureza sexual da população branca.
- b) a associação da sensualidade às parcelas mais abastadas da sociedade.
- c) o posicionamento liberal da sociedade oitocentista, que reivindicava mudanças de comportamento na sociedade.
- d) a política pública higienista, que atrelava a sexualidade a grupos socialmente marginais.
- e) a busca do controle do corpo por meio de discurso ambíguo que associava sexo, prazer, libertinagem e pecado.

Rebeliões Nativistas e Separatistas

No final do século XVII e no decorrer do século XVIII, o Brasil foi marcado por rebeliões que objetivavam contestar a exploração portuguesa do território colonial, apontando, com relativa clareza, a crise na relação metrópole-colônia, centrada na insatisfação de uma parcela da população quanto ao excessivo controle português do território brasileiro.

As revoltas ocorridas nos últimos séculos da colonização são comumente divididas em dois blocos: as rebeliões nativistas e as rebeliões separatistas. As primeiras reagem contra as posturas metropolitanas que estivessem desagradando setores da sociedade em certa época e local, porém, sem um esforço emancipatório, típico das rebeliões separatistas, que, conforme a indicação do nome desejavam a ruptura política entre a colônia portuguesa e a metrópole.

Enquadram-se nas revoltas nativistas: a Revolta de Beckman, a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a Revolta de Felipe dos Santos. São consideradas rebeliões separatistas aquelas que, a partir de finais do século XVIII, manifestavam ideias de ruptura política em relação a Portugal. Podemos citar como exemplos a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Insurreição Pernambucana, entre outras.

Rebeliões Nativistas

Revolta de Beckman (Maranhão, 1684)

Inúmeras foram as divergências entre os europeus quanto à questão indígena nos primeiros anos de colonização. O testemunho desse embaraço ficou registrado na ampla, complexa e contraditória legislação lusitana a respeito do gentio, personagem sujeito à escravidão nas primeiras leis portuguesas, mas poupado de tamanha violência com o decorrer dos

séculos, pelo menos na lei. Como o jogo de interesses em torno da questão indígena era amplo, as críticas à legislação régia partiam de inúmeras áreas coloniais, entre as quais se destacavam as regiões de São Paulo e Maranhão, locais nos quais houve conflitos entre colonos e jesuítas por causa da escravização dos nativos.

Enquanto os religiosos estabeleciam as missões que evangelizavam os índios, os colonos queriam utilizá-los nas fazendas como mão de obra cativa. Deve-se lembrar de que, no século XVII, devido às invasões holandesas, em especial, ocorreram graves problemas de mão de obra na América Portuguesa. No caso maranhense, a crise levou à expulsão da Companhia de Jesus, em 1661, por causa da oposição à transformação do índio em escravo. A presença dos jesuítas na região foi retomada apenas em 1680, quando o governo português declarou ser totalmente proibida a utilização dos indígenas, também chamados no período de “negros da terra”, como mão de obra forçada, tendo os religiosos a jurisdição espiritual e temporal das aldeias indígenas.

Para solucionar o problema da falta de abastecimento de escravos, a metrópole criou a Companhia de Comércio do estado do Maranhão, em 1682, que tinha as funções de fornecer escravos, vender manufaturas europeias e comprar os produtos coloniais, durante um período de 20 anos. Esse monopólio comercial da Companhia permitiu uma série de abusos, como os exorbitantes preços cobrados na venda das mercadorias europeias, além dos baixos preços pagos pela compra de baunilha, cacau, pau-cravo, cana-de-açúcar, algodão e tabaco. A situação tornou-se insustentável quando se explicitou a incapacidade da Companhia em garantir o abastecimento dos 500 escravos anuais, conforme havia sido acordado com os colonos.

Insatisfeita com essa situação, parcela do clero, junto aos fazendeiros abastados, resolveu apoiar, em 25 de fevereiro de 1684, a revolta liderada por Manuel Beckman, rico fazendeiro que conseguiu tomar o governo do Maranhão, expulsando os jesuítas e abolindo a Companhia de Comércio. Foi enviado para Portugal Tomás Beckman, irmão do líder da revolta, que deveria informar ao rei as principais exigências dos rebelados à metrópole. No entanto, Tomás foi preso ao expor suas ideias à Coroa. O rei português enviou um novo governador para o Maranhão, Gomes Freire de Andrada, que conseguiu restabelecer a ordem, perseguindo o fugitivo Manuel Beckman, que, após ser delatado por seu sobrinho, foi preso e enforcado. O governo português permitiu o retorno dos jesuítas e restabeleceu a Companhia de Comércio do Maranhão, acabando, porém, com o monopólio que ela detinha.

Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1708-1709)

Quando a notícia da descoberta das minas de ouro na colônia chegou a Portugal, houve um fluxo natural de

lusitanos para a região aurífera, na busca de riqueza fácil e rápida. Segundo o padre João Antônio Andreoni (Antonil):

A sede do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão [...]

ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711.

A presença cada vez maior de portugueses desagradou aos paulistas, responsáveis pela descoberta do ouro, que enxergavam os lusitanos como invasores do rico território conquistado com muito esforço.

Os paulistas reivindicavam o direito exclusivo de exploração da região, tratando com desdém os estrangeiros, chamados, de modo pejorativo, de emboabas, já que estavam sempre de botas, com panos enrolados nos pés, lembrando uma ave da região, que tinha os pés emplumados, conhecida como emboaba. Essa crítica era baseada no fato de os bandeirantes paulistas estarem sempre descalços, comportamento natural para uma população mestiça e acostumada a participar das bandeiras pelo interior da colônia. Esse cenário de rivalidade era aflorado pela insuficiente presença da Coroa Portuguesa, em um contexto de forte deslocamento populacional para a região mineradora.

Um dos líderes dos paulistas era o conhecido bandeirante Manuel de Borba Gato. Entre os líderes dos portugueses, estava o riquíssimo Manoel Nunes Viana, governador de Minas. O conflito armado aconteceu em várias regiões de Minas Gerais, como Caeté, Sabará, Vila Rica e São João Del Rei, onde os paulistas, menos preparados para o combate, sofriram derrotas sucessivas. O episódio mais dramático da batalha ficou conhecido como Capão da Traição. Alguns paulistas, cercados pelos portugueses liderados por Bento do Amaral Coutinho, receberam a promessa de que suas vidas seriam poupadas, caso entregassem as armas. Porém, ao se desarmarem, foram massacrados impiedosamente. Os paulistas tiveram força para se organizar posteriormente, mas não foram capazes de derrotar os portugueses.

Ao perder a guerra, parte dos paulistas partiu para outras regiões em busca de novas minas de ouro, encontrando-as, em 1718, na região do atual Mato Grosso. Com o objetivo de ampliar o controle da região, a Coroa portuguesa promoveu a criação da capitania de Minas Gerais e São Paulo, separando-a do Rio de Janeiro. A mudança política assinalou uma característica fundamental do conflito: a disputa pelo poder administrativo de uma nova área de exploração colonial pelos poderes emergentes nas minas no início do século XVIII. A vitória dos emboabas acabou por possibilitar a sistematização da retirada do ouro de Minas Gerais, que durou, aproximadamente, 80 anos.

Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710)

Ocorrida em Pernambuco, a Guerra dos Mascates representou uma consequência da decadência da produção açucareira da região de Olinda, desde o início da concorrência holandesa nas Antilhas. A aristocracia de Olinda, anteriormente rica e poderosa, vivia uma situação de crise econômica. Para manter o status, costumava pedir empréstimos aos comerciantes portugueses de Recife, cidade marcada por uma profunda expansão econômica desde a presença holandesa na região, na primeira metade do século XVII, e cujos moradores eram tratados pejorativamente de mascates pelos olindenses. Já os cidadãos de Recife chamavam os fazendeiros de Olinda de pés-rapados, já que viviam em plena decadência e pobreza. Dessa forma, pode-se constatar que a elite de Olinda, fragilizada pela perda do poder econômico, encontrava-se prestes a também ver a diminuição de seu domínio político.



Vista da cidade Maurícia e do Recife.

Em 1709, devido ao desenvolvimento econômico de Recife, o rei Dom João V elevou a região à condição de vila, o que desagradou os olindenses, já que a emancipação de Recife daria maior poder aos fortalecidos comerciantes. Quando se iniciou a demarcação da separação das duas vilas, teve início o conflito, sendo os recifenses chefiados por João da Mota, enquanto os olindenses eram coordenados por Bernardo Vieira de Melo. Nas primeiras batalhas, o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, foi atingido por um tiro na perna e fugiu para a Bahia, deixando para trás uma tensa situação entre as duas cidades, que se armaram para novos conflitos. A guerra entre esses grupos assumiu uma postura antilusitana, visto que a maioria dos habitantes de Olinda nascera no Brasil, e os comerciantes de Recife eram portugueses. A solução só veio com a nomeação, em 1714, de um novo governador, Felix José Machado de Mendonça, que anistiou os envolvidos no conflito e confirmou a autonomia da vila de Recife perante Olinda.

Revolta de Felipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (Minas Gerais, 1720)

A Revolta de Felipe dos Santos ocorreu devido à rigidez metropolitana na elaboração de instrumentos eficazes para a cobrança tributária na região das Minas. Sua origem está relacionada à proibição da circulação de ouro em pó por parte da Coroa portuguesa no ano de 1720.

Nesse período, foi determinada a transformação de todo ouro circulante em barras nas casas de fundição, evitando a sonegação do quinto, imposto referente a 20% da produção aurífera. A notícia da implantação das casas de fundição e da proibição da circulação do ouro em pó, demonstrando um Estado português cada vez mais atuante e mercantilista no trato com as Minas, levou à eclosão de um levante armado que contou com a participação de, aproximadamente, dois mil mineradores e teve a liderança de Pascoal da Silva Guimarães, rico português que sofria as pressões do fisco da Coroa. A Revolta de Vila Rica se voltou contra o conde de Assumar, governador recém-chegado a Minas e conduzido ao cargo com o intuito de impor as ordens vindas de Portugal.

O governador, não podendo reagir imediatamente contra os revoltosos, já que não detinha força militar para restabelecer a ordem, aceitou as reivindicações dos mineradores contra as leis metropolitanas. Porém, assim que conseguiu tropas suficientes, o conde de Assumar massacraram os revoltosos e ordenou a queima de suas casas. Felipe dos Santos, português pobre e considerado uma das lideranças dos setores menos favorecidos do movimento, foi condenado à morte, sendo enforcado e esquartejado em plena Vila Rica, como demonstração de força da Coroa portuguesa. As casas de fundição foram efetivamente implantadas em 1724, e a capitania de Minas foi separada da capitania de São Paulo, com o intuito de ampliar o controle administrativo na região.

A Revolta de Vila Rica representou um prelúdio do atrito entre colonos e metrópole no conturbado universo social da mineração, repleto de crises e conflitos, que culminou na tentativa de sedição ocorrida em 1789 com a Inconfidência Mineira.

Rebeliões Separatistas

Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789)

O movimento da Inconfidência Mineira não pode ser compreendido sem que esteja relacionado com a situação econômica de Minas Gerais no período da revolta. Na segunda metade do século XVIII, a região já apresentava sinais de decadência devido à redução da quantidade de ouro extraído, fato que deixou os grandes mineradores sob pressão, já que estes estavam, em grande parte, endividados com a Coroa portuguesa. Em meio à elite de Vila Rica, encontravam-se pessoas

letradas, que conheciam as ideias iluministas divulgadas nas universidades europeias. Informados da Independência dos Estados Unidos, ocorrida no ano de 1776, esses membros da elite começaram a planejar uma possível ação semelhante na colônia portuguesa, numa nítida reação contra os abusos metropolitanos. Alguns estudantes já haviam sondado Thomas Jefferson, um dos redatores da Declaração de Independência americana, então embaixador americano na França, quanto à possibilidade de os Estados Unidos apoiarem uma revolta no Brasil. Além da conversa entre José Joaquim Maia e Thomas Jefferson, mereceu destaque a busca de apoio de José Álvares Maciel junto aos comerciantes ingleses para uma possível rebelião em Vila Rica.

Assim, o pensamento sobre a ruptura frente a Portugal foi se constituindo através do exemplo bem-sucedido dos Estados Unidos e do contato com os princípios iluministas e liberais que exortavam o homem à liberdade, servindo, assim, de arcabouço intelectual para os colonos.

Como é perceptível, já que o movimento da Inconfidência teve o apoio de mineradores, de estudantes da elite e de alguns membros da classe média, seu caráter foi elitista, ou seja, não havia preocupação com a melhoria de vida da população mais pobre, muito menos com a da grande massa de escravos. As mudanças desejadas pelos inconfidentes se restringiam ao âmbito político e econômico, estando as questões sociais a ocupar um local periférico.

Entre os principais líderes, estavam os poetas Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Melo e Manuel Rodrigues da Costa, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire Andrade, os coronéis Domingos de Abreu e Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Este último foi o articulador da sedição junto aos setores populares, visto que possuía menor condição econômica e era mais próximo da população.

Como o movimento da Inconfidência não se concretizou, é difícil estabelecer com plena fidelidade as principais propostas da revolta, sendo apenas conhecidas as que foram expostas por alguns inconfidentes nos autos da devassa. Entre os objetivos, estava a separação apenas da capitania de Minas Gerais, apesar do contato de lideranças do movimento com setores da vida política de SP e RJ, formando uma República que teria como base a Constituição dos Estados Unidos. Além disso, seria criada uma universidade em Vila Rica, e a capital da nova nação teria sede na cidade de São João del Rei. Os inconfidentes incentivariam a formação de indústrias e a participação no Exército seria obrigatória; a nova nação teria uma bandeira com o escrito em latim: *Libertas quae sera tamen*, que significa “Liberdade

ainda que tardia”. Quanto à questão da escravidão, não havia a intenção dos inconfidentes de libertarem os cativos, já que parte dos envolvidos no levante era senhores de escravos. O único compromisso de que se tem notícia nesse sentido é a liberdade dos escravos e mulatos nascidos no Brasil.



Tiradentes esquartejado

Com a chegada do novo governador das Minas, visconde de Barbacena, a tensão na capitania aumentou ainda mais, já que era conhecida a ordem do rei de Portugal de se declarar a derrama, ou seja, o confisco de ouro até se atingir a quantidade de 100 arrobas estabelecida pela Coroa Portuguesa. Junto com a cobrança da derrama, seria realizada a cobrança de outras dívidas que houvesse entre os mineradores e o governo português.

Assim, aproveitando o clima de tensão, os inconfidentes estabeleceram o seguinte acordo: no dia em que fosse decretada a derrama, seria aproveitado o cenário de insatisfação e de revolta para dar início à insurreição. Porém, os inconfidentes não contavam com uma traição: Silvério dos Reis, membro participante da Inconfidência, resolveu entregar uma lista dos traidores em troca do perdão de sua dívida com a Coroa portuguesa. O visconde de Barbacena deu por suspensa a derrama e prendeu os envolvidos. Como foram pegos de surpresa e possuíam limitada capacidade de organização e mobilização, todos negaram a participação no movimento. Apenas Tiradentes, que estava no Rio de Janeiro, assumiu a participação. Após a maioria dos delatados ter sido condenada à morte, D. Maria I, rainha de Portugal, resolveu substituir a pena capital pelo envio dos condenados para o degredo na África.

Já para Tiradentes, por ser o mais pobre entre os inconfidentes e, para servir de exemplo, foi mantida a condenação à morte por enforcamento. Tiradentes foi então executado no Rio de Janeiro e seu corpo esquartejado e espalhado pela estrada de Minas. Sua casa foi derrubada e a terra foi salgada, prática comum

da época. Sua cabeça foi exposta na praça central de Vila Rica dois elementos da Inconfidência Mineira são fundamentais. Em primeiro lugar, cabe observar que, apesar de a tentativa de sedição ter ocorrido no ano da Revolução Francesa (1789), esta não influenciou os fatos ocorridos em Vila Rica, cabendo a influência externa apenas às ideias iluministas e liberais e à Independência dos Estados Unidos, o que nos permite afirmar que a Inconfidência foi uma utopia americana, de acordo com o historiador Kenneth Maxwell.

Em segundo lugar, a imagem mítica de Tiradentes, tratado como herói do movimento, só foi construída positivamente no contexto da Proclamação da República, quando a historiografia brasileira carecia de um mártir para o movimento republicano nacional. No período anterior, orientado pelos anseios de um regime monárquico, a imagem de Tiradentes fugia desse referencial heroico, sendo ele tratado com desdém e com desinteresse pelos primeiros historiadores do Brasil.

Conjuração Carioca (Rio de Janeiro, 1794)

Assim como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Carioca não chegou a ser concretizada. Inspirado pelas ideias do Iluminismo, um grupo de intelectuais fluminenses fundou a Sociedade Literária, em 1786, realizando inúmeras reuniões na cidade do Rio de Janeiro. Esses encontros, comuns na Europa, buscavam discutir variados temas, sem nenhuma pretensão de modificação social. No momento em que os membros da Sociedade Literária Fluminense começaram a intensificar a crítica aos elementos sociais do Brasil Colônia, eles foram denunciados por um dos signatários, conhecido como José Bernardo da Silva Frade, que acusou o grupo de conspirar contra a religião e o governo português.

Foram delatados como membros do movimento o poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga, Vicente Gomes e João Manso Pereira. Durante dois anos e meio, esses homens ficaram presos, tendo sido colocados em liberdade no ano de 1797, por falta de provas.

Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (Bahia, 1798)

Das insurreições que ocorreram durante o Período Colonial, aquela que apresentou um caráter mais popular foi a Conjuração Baiana, que, além de ter a participação de médicos, advogados e comerciantes, teve o apoio de ex-escravos, sapateiros e vários alfaiates, motivo pelo qual ficou também conhecida como Revolta dos Alfaiates.



Gravura representando a cidade de Salvador no período da Conjuração

As razões que provocaram a eclosão do movimento foram variadas. Em termos estruturais, depois da decadência da produção açucareira no Nordeste, a primeira capital brasileira já não apresentava todo o seu esplendor, ainda mais quando o eixo econômico do Brasil havia se deslocado para o Sudeste. Isso ocorreu devido à exploração do ouro, levando à transferência da capital brasileira por Pombal para o Rio de Janeiro em 1763. Com uma carga tributária elevada recaindo sobre uma população pobre, as ideias de liberdade começaram a se ampliar cada vez mais.

As notícias da Revolução Francesa, junto com as ideias iluministas, percorriam cada vez mais o círculo da população baiana, que já vislumbrava o sucesso de episódios como a Independência Americana e a revolução dos escravos ocorrida no Haiti, que acabou por culminar na independência da região em 1793.

Essas informações eram discutidas em sociedades secretas, que conspiravam contra as autoridades portuguesas, destacando o grupo conhecido como Cavaleiros da Luz, coordenado pelo farmacêutico Figueiredo Melo.

No momento em que se estabeleceu o interesse comum das classes em realizar uma conspiração e em promover a sedição, a discussão partiu para as mudanças internas que deveriam ser postas em prática. Os grupos populares insistiam em promover algumas reformas sociais após a ruptura, levando os grupos da elite a se afastar da direção do movimento.

Entre os líderes do levante, podemos citar os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Luís Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro, o padre Francisco Gomes, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, o professor Francisco Barreto e o médico Cipriano Barata.

Entre as principais ideias defendidas pelo motim, encontram-se o fim da escravidão, o aumento de salário para os soldados e a formação de um governo republicano, além do desejo de emancipação frente à Coroa Portuguesa.

Apesar do radicalismo presente nas ideias da Conjuração Baiana, nota-se uma ausência de organização na preparação da conspiração. Os revolucionários, no dia 12 de agosto de 1798, fixaram panfletos nos principais prédios públicos e nas igrejas, convidando as pessoas a participarem da rebelião. Rapidamente o governador conseguiu informações, através de denúncias, sobre os líderes da rebelião, prendendo mais de uma dezena de pessoas. Muitos deles foram condenados ao enforcamento e ao esquadramento, como João de Deus, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luís Gonzaga. Os membros da elite foram condenados a penas menores ou foram apenas inocentados.

A Inconfidência Baiana foi marcada pela mescla de interesses políticos de emancipação, comum a muitos setores da sociedade colonial do século XVIII, e pelas propostas de cunho social que acarretariam possíveis transformações na lógica estrutural do sistema econômico, construído durante os séculos de colonização portuguesa. O fracasso do movimento não escondeu a ansiedade dos setores menos privilegiados da sociedade por lutar por um sistema mais justo no Brasil no final do Regime Colonial.

Conspiração dos Suassunas (Pernambuco, 1801)

Uma das conspirações contra o controle de Portugal de que se tem menor conhecimento foi a Conspiração dos Suassunas, ocorrida em Pernambuco, em 1801. O nome da revolta originou-se do fato de que os principais líderes do movimento eram proprietários do Engenho Suassuna: Francisco de Paula, Luís Francisco e José Francisco, tratados como os irmãos Cavalcanti de Albuquerque.

Segundo os autos da devassa, os conspiradores faziam parte de uma sociedade secreta chamada Areópago de Itambé, que era ligada à maçonaria e pretendia criar uma república liberal no Brasil com o auxílio de Napoleão Bonaparte, que então dominava a França.

Como nos episódios anteriores, membros da própria sociedade conspiraram contra as ideias levantadas dentro do grupo, acusando seus companheiros de traidores do reino português. Os possíveis conspiradores foram presos, mas libertados logo em seguida, devido à falta de provas.

Revolução Pernambucana (Pernambuco, 1817)

Esse movimento revolucionário tem sua origem no aumento considerável dos impostos estabelecidos por

D. João VI, príncipe regente de Portugal, quando da presença da família real portuguesa no Brasil. A Revolução de 1817 também foi marcada pela busca por autonomia da elite local frente aos desmandos vindos da Corte sediada no Rio de Janeiro, além de possuir um claro espírito antilusitano.

A região de Pernambuco ainda sentia as dificuldades oriundas da decadência da produção açucareira, que completava quase um século, quando começou a perceber a crescente pressão econômica do Rio de Janeiro, através da alta dos impostos. Essa excessiva tributação visava manter os exorbitantes gastos da família real, que se encontrava no Brasil, após a fuga de Portugal devido à invasão napoleônica.

Assim, membros da elite e da classe média se organizaram para estabelecer uma república no Nordeste, separada do Brasil, que teria a sua capital na cidade de Recife. A rebelião contou com o apoio das províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Entre os principais líderes do movimento, destaca-se o comerciante Domingos José Martins e os padres João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida e Castro, este último conhecido como Padre Miguelinho.



Os mártires de 1817. Na tela, a execução do padre Miguelinho, um dos líderes da insurreição.

Mais organizado do que as Inconfidências anteriores, esse movimento conseguiu derrubar o governador da região e decretar a República, além de promover a extinção dos impostos, a liberdade de imprensa e a igualdade entre os cidadãos. Dava também garantia à propriedade, inclusive a de escravos, ou seja, o movimento não tocou na questão da mão de obra cativa. Os revolucionários tentaram obter, sem resultado, o reconhecimento dos governos da Inglaterra, EUA e Argentina.

Apesar da ocorrência de alguns conflitos entre os participantes da sedição e soldados da Coroa, o resultado foi o fracasso, devido à rápida reação de D. João VI, que derrotou o movimento ainda em 1817. Mais de duzentas pessoas foram presas, sendo muitas condenadas à morte, como o padre Miguelinho. Somente em 1821, parte dos revoltosos foram soltos, por meio da anistia concedida pelas cortes portuguesas.

Conclusão

Tanto as revoltas nativistas quanto as rebeliões separatistas não conseguiram promover a ruptura das estruturas coloniais entre Brasil e Portugal. Porém, essas revoltas assinalaram a saturação, o esgotamento existente no modelo de relação entre metrópole e colônia que perdurou entre os séculos XVI e XVIII. Inspirados nas ideias iluministas de liberdade ou nos

movimentos revolucionários da América e da França, esses conspiradores buscaram reproduzir o que ocorria nas variadas partes do planeta, em uma onda inevitável de revoluções. A falta de organização, somada à violenta repressão portuguesa, impediu que o Brasil produzisse uma ruptura do sistema colonial que fosse natural, sem a participação do próprio monarca português como intermediário da emancipação.

Assim, no momento em que a Independência do Brasil foi formalmente decretada por Pedro I, faltou à população o espírito de ruptura, que se reflete na sociedade até os dias de hoje, quando se nota a ausência de uma percepção de fundação tão necessária para a construção de um conceito de cidadania. Apesar de sermos uma nação que lutou por sua independência, sua chegada não garantiu as reivindicações precursoras das revoltas e das rebeliões. A Independência brasileira não retratou os anseios de sua sociedade nas décadas de luta pela emancipação.

Exercícios de Fixação

1. (UFMG–2010) O século XVIII foi palco de uma série de movimentos e sedições, nos quais, em diferentes graus e a partir de diferentes estratégias, os vassallos da América Portuguesa procuraram redefinir o formato de suas relações com a Coroa portuguesa. Considerando-se esse contexto, é CORRETO afirmar que

- a) a Revolta de Felipe dos Santos, em Minas Gerais, na primeira metade desse século, reforçou os mecanismos de controle sobre os vassallos.
- b) a Revolta do Vintém e a do Quebra-quilos, na segunda metade desse século, ao desafiarem a Coroa, colocaram em crise a sede do vice-reinado.
- c) a Revolta dos Távoras procurou estabelecer novos limites para a cobrança do subsídio literário, destinado à educação dos vassallos.
- d) os conflitos entre paulistas e emboabas, nas Minas Gerais, levaram à instalação das casas de fundição nessa capitania.

3. (PUC-Campinas-SP) Leia o texto:

As ordens já são mandadas,
já se apressam os meirinhos.
Entram por salas e alcovas,
relatam roupas e livros:
[...]

Compêndios e dicionários,
e tratados eruditos
sobre povos, sobre reinos,
sobre invenções e Concílios...

E as sugestões perigosas
da França e Estados Unidos,
Mably, Voltaire e outros tantos,
que são todos libertinos...

A respeito da caracterização dos inconfidentes, tema presente em todo o Romancero, considere o texto adiante. A análise da extração social dos revolucionários indica, claramente, que em Minas a inquietação está lastreada pela prosperidade (de lavras, terras de lavoura, de gado e de escravos): a revolução é intentada por homens de posse.

MOTA, Carlos Guilherme. A ideia da Revolução no Brasil (1789-1801). São Paulo: Cortez, 1989. p. 115.

A medida da Coroa que incidiu sobre essas posses e acirrou os desejos de rompimento com a metrópole foi a

- resolução da rainha, D. Maria I, de proibir a agricultura de subsistência na região de Minas Gerais.
- ameaça da derrama, cobrança de 100 arrobas de ouro anuais a todos os habitantes, de forma indiscriminada.
- nomeação de contratadores, encarregados de cobrar todos os tributos destinados à metrópole.
- oficialização do quinto, imposto que incidia sobre a produção mineradora, da qual 20% destinavam-se a Portugal.
- instituição da devassa, apuração dos proprietários suspeitos de conspirarem contra a Coroa.

3. (UFPE) A luta para construir a autonomia política do Brasil contou com várias rebeliões, em que se destacaram reflexões sobre a questão da escravidão, que tanto atingiu a nossa história. Os escravos foram decisivos para a produção da riqueza social e sofreram com a exploração política e física dos seus senhores. Sobre a luta contra a escravidão no Brasil, podemos afirmar que

- não houve resistências dos grandes proprietários, preocupados apenas com os lucros da exportação de seus produtos.
- a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, mostrou-se contra a escravidão e teve apoio da população mais pobre de Salvador.
- todas as rebeliões políticas do século XVIII foram claramente contra a escravidão; sobretudo, as que ocorreram em Pernambuco.
- a vinda das ideias liberais para o Brasil em nada contribuiu para o fim da escravidão no século XIX.
- o fim do tráfico em 1850 não teve relação com a luta contra a escravidão, não abrindo, pois, espaços para novas reivindicações de liberdade.

4. (UFPI) Acerca da Inconfidência Mineira (1789), é correto afirmar que

- a Coroa Portuguesa, diante da possível vitória do movimento, negociou com os inconfidentes e propôs a anistia total aos revoltosos.
- o projeto dos inconfidentes, com o objetivo de deslocar mão de obra para as Minas, incluía o fechamento de engenhos e de fábricas de tecidos.

c) a maior parte da direção do movimento era formada por pessoas pobres, e em suas propostas havia a defesa da extinção da propriedade privada.

d) a rebelião ocorreu em um contexto no qual acontecia a diminuição da produção do ouro e o aumento na cobrança de imposto por parte da Coroa portuguesa.

e) a introdução do trabalho livre em substituição à mão de obra escrava e a indenização aos grandes proprietários escravagistas eram defendidas pelos inconfidentes.

5. (UFPI–2008) A crise do antigo sistema colonial no Brasil expressa-se, inicialmente, através dos chamados movimentos nativistas, acentuando-se com os movimentos de independência nacional. Esses movimentos de rebelião colonial, assim como o processo de emancipação política do Brasil, estão ligados às transformações do mundo ocidental no final do século XVIII. Considerando-se esse enunciado, é correto afirmar que

- o desenvolvimento de indústrias no Brasil, algo que se acentua desde o início do século XVIII, tende a reforçar o pacto colonial, na medida em que os novos industriais passam a ver o Brasil como uma reserva de mercado para os seus produtos.
- a crise referida deu-se de forma localizada no Brasil, na medida em que os principais movimentos de emancipação partiram de centros importantes como Rio de Janeiro e São Paulo.
- a emancipação política, no caso brasileiro, seguiu-se de uma nítida separação entre os grupos portugueses, hostilizados como agentes da metrópole, e os colonos brasileiros, interessados na constituição de um Estado republicano.
- as reações ao domínio português foram movimentos autóctones das elites coloniais, não se ligando ao processo geral da crise do Antigo Regime.
- as rebeliões coloniais só podem ser compreendidas dentro de um quadro mais geral, marcado por ideias liberais, eclodidas a partir de eventos como as revoluções Francesa e Americana, que propunham a superação do Antigo Regime.

Exercícios Propostos

1. (UFMG–2008) Leia este trecho, que contém uma fala atribuída a Joaquim José da Silva Xavier:

[...] se por acaso estes países chegassem a ser independentes, fazendo as suas negociações sobre a pedraria pelos seus legítimos valores, e não sendo obrigados a vender escondido pelo preço que lhe dessem, como presentemente sucedia pelo caminho dos contrabandos, em que cada um vai vendendo por qualquer lucro que acha, e só os estrangeiros lhe tiram a verdadeira utilidade, por fazerem a sua negociação livre, e levado o ouro ao seu legítimo valor, ainda ficava

muito na capitania, e escusavam os povos de viver em tanta miséria.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. v. 5. p. 117.

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que os inconfidentes mineiros de 1789

- acreditavam que o contrabando aumentava o valor recebido pelas pedras e ouro, pois dificultava sua circulação.
- consideravam que o monopólio comercial explicava por que as regiões de que se compunha Minas Gerais, cheias de pedras e ouro, ficavam mais ricas.
- defendiam o livre-comércio, por meio do qual pedras e ouro adquiririam seu real valor, uma vez que seriam vendidos aos estrangeiros legalmente.
- pensavam que os estrangeiros poderiam tirar vantagens do livre-comércio das pedras e ouro, visando a aumentar seus lucros.

2. (UFRGS) Levando-se em consideração a origem social dos seus protagonistas, pode-se afirmar que a chamada Inconfidência Mineira foi

- um movimento de contestação ao sistema colonial que teve como seus principais agentes idealizadores os grandes fazendeiros e mineradores, além de burocratas e militares.
- um movimento encabeçado pelos grandes proprietários de escravos, insatisfeitos com a cobrança da taxa de capitação sobre a mão de obra cativa.
- uma revolta dos mineradores, liderados por Felipe dos Santos, que protestaram contra a instalação das casas de fundição.
- uma sedição que teve a decisiva participação das massas populares (especialmente artesãos e camponeses), lideradas pelo soldado José Joaquim da Silva Xavier, conhecido como o Tiradentes.
- uma conjuração liderada pelos intelectuais residentes nas vilas mineiras, que se reuniam para conspirar contra o governo metropolitano nos encontros da Sociedade Literária.

3. (PUC Minas) Ó vós homens cidadãos; ó vós povos curvados e abandonados pelo rei, pelos seus despotismos, pelos seus ministros. Ó vós povo que nascestes para seres livres e para gozardes dos bons efeitos da liberdade... O dia da nossa revolução está para chegar, animai-vos, que sereis felizes para sempre.

PANFLETO: Aviso ao povo bahiense. O fragmento apresentado se refere ao movimento conhecido como Conjuração dos Alfaiates.

Com relação a esse movimento ocorrido na Bahia em 1798, é correto afirmar que os revoltosos pretendiam

- instalar uma República Provisória na cidade de São Salvador, com apoio da elite burocrática e de alguns membros do alto clero.

b) defender o fim da dominação colonial, garantindo, porém, a preservação do regime monárquico e a manutenção da escravidão.

c) estabelecer um governo democrático na capitania da Bahia de Todos os Santos, com igualdade de direitos, sem distinção de cor ou riqueza.

d) protestar contra a política mercantilista portuguesa, buscando conseguir o apoio do governo norte-americano para pôr fim ao pacto colonial.

4. (FGV-SP) A respeito da Revolta dos Alfaiates de 1798, podemos afirmar:

- Trata-se de uma revolução burguesa que tinha por objetivo eliminar o sistema colonial e estimular a entrada de imigrantes no Brasil.
- Os rebeldes foram influenciados pelas ideias do comunismo francês, que pregava a igualdade social e a distribuição de terras entre os mais pobres.
- Influenciados pelas doutrinas sociais da Igreja francesa, os líderes da revolta pretendiam garantir o ingresso no clero de homens de todas as raças.
- O discurso rebelde era marcado pelo anticlericalismo e defendia uma reforma na ordem vigente, de modo a eliminar as diferenças sociais.
- O movimento foi liderado pela elite baiana, descontente com a falta de incentivos do governo metropolitano com relação às necessidades da produção açucareira.

5. (UFC) Ao mesmo tempo que se desenvolvia, em Portugal, uma política de reforma do absolutismo, surgiram conspirações na colônia. Elas estavam ligadas às novas ideias e a acontecimentos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, mas também à realidade local. A ideia de uma nação brasileira foi se definindo à medida que setores da sociedade da colônia passaram a ter interesses distintos da metrópole ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Uma dessas conspirações foi a Inconfidência Mineira. Sobre o grupo que organizou esse movimento, é correto dizer:

- Era heterogêneo, de origem social variada, com ideias diferentes sobre as transformações sociais que o movimento deveria provocar.
- Era um pequeno grupo de mineradores, preocupados unicamente em não pagar mais impostos à metrópole, pois a extração do ouro tinha diminuído, e a Coroa continuava a cobrar o quinto.
- Era um grupo homogêneo de intelectuais, inspirados no Iluminismo e no liberalismo da Revolução Americana.
- Eram todos jovens, filhos da elite colonial, que tinham ido estudar na Europa.
- Teve forte presença de homens pobres, livres, libertos e escravos, e, por isso, o fim da escravidão era um de seus principais objetivos.

6. (Fatec-SP) A Conjuração ou Inconfidência Mineira foi o primeiro movimento a manifestar de forma clara a intenção de romper completamente com Portugal. Entre os muitos planos desses revolucionários, estava

- a) fixar a capital em Sabará e implantar a República, sendo o primeiro presidente Alvarenga Peixoto.
- b) fixar a capital em Mariana e criar uma bandeira com um triângulo vermelho com a divisa “Libertas Quae Sera Tamen”.
- c) fixar a capital em São João del Rei e acabar com a escravidão negra.
- d) fixar a capital em São João del Rei e acabar com o Exército; em seu lugar, atuariam as milícias.
- e) fixar a capital em Sabará e premiar as mulheres brancas que tivessem muitos filhos.

7. (UEL-PR) Leia o texto. Passava-se, efetivamente, nesta quadra de crise do Antigo Regime e de seu sistema colonial, das indagações teóricas sobre a legitimidade do regime para a prática política de sua superação. Em dois momentos pelo menos, em Minas Gerais em 1789 e na Bahia em 1798, transcendeu-se a tomada de consciência da situação colonial, e se projetou a mudança, intentando-se a tomada do poder [...] Emancipacionistas, ambos os movimentos refletem, no plano político, o agravamento das tensões derivadas do próprio funcionamento do sistema colonial, e por aí se inserem no quadro geral da revolução do Ocidente. O exemplo secessionista da América Inglesa esteve permanentemente vivo em todo o processo da rebelião mineira; o espectro libertário da França revolucionária acompanha os insurretos baianos de 1798, que para além da emancipação chegaram a visar “uma inteira revolução” de que resultaria uma nova ordem “sem diferença de cor branca, preta e parda”.

NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1981. p. 169-171.

A partir da análise do texto, pode-se depreender que o autor

- a) mostra que os dois movimentos defendiam os mesmos princípios de igualdade social e política para o povo brasileiro.
- b) considera os movimentos emancipacionistas brasileiros os únicos responsáveis pela crise do Antigo Regime e do sistema colonial.
- c) destaca a influência da Revolução Francesa em todo o processo revolucionário desenvolvido na rebelião mineira.
- d) ressalta a pequena influência que tiveram os movimentos emancipacionistas no processo de Independência do Brasil.
- e) defende a ideia de que os movimentos emancipacionistas estavam inseridos dentro do próprio mecanismo do sistema colonial.

8. (Mackenzie-SP) Já na Bahia, em 1798, a inquietação é orientada por elementos de “baixa esfera”, pequenos artesãos, ex-proprietários de lavoura de cana, militares de baixo escalão [...] O problema é mais social que colonial.

MOTA, Carlos Guilherme.

Sobre a Inconfidência Baiana, descrita no texto anterior, podemos afirmar que

- A) se inspirava nas ideias revolucionárias francesas e propunha mudanças na ordem social da colônia.
- B) liderada pela elite preocupava-se com a preservação dos direitos dos grandes proprietários e da estabilidade social.
- C) tinha como único suporte ideológico as ideias da Independência dos EUA.
- D) com sólido apoio militar e popular ofereceu sério risco ao domínio colonial português.
- E) como a Revolução Pernambucana de 1817 foi derrotada por ser elitista e sem propostas sociais.

9. (UFC-2008) Se, na monarquia, Tiradentes, quando lembrado, era apresentado como um homem sem habilidades e realização profissional, no início da República ele passou a ser descrito como personagem de múltiplos talentos, entre os quais o talento político e revolucionário. Já no Estado Novo, tornava-se exemplo do brasileiro laborioso e dotado de inúmeras qualidades [...].

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A imagem do herói. In: Nossa História. São Paulo: Editora Vera Cruz, n. 3, 2004. p. 81.

Considerando o texto anterior, responda:

a) A que episódio célebre da história brasileira se liga a personagem supracitada?

b) Qual a razão imediata da deflagração desse episódio?

c) O que explica a construção da imagem de Tiradentes em cada um dos contextos históricos mencionados?

I. Monarquia

II. Início da República

III. Estado Novo

10. (UFC) Na manhã de 12 de agosto de 1798, um panfleto revolucionário afixado em vários lugares da cidade de Salvador dizia: “Povo, o tempo é chegado para vós defendêreis a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes.”

PRIORE, Mary Del et al (Org.). Documentos de História do Brasil – de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 38.

A partir desse texto e de seus conhecimentos, responda às questões propostas.

a) Que movimento produziu o panfleto citado?

b) Cite três acontecimentos ocorridos no período, na esfera internacional, que podem ser relacionados a esse movimento.

c) Cite dois objetivos do movimento ao qual o texto anterior se refere.

d) Apresente a relação entre a dureza das penas impostas aos principais acusados e a condição social da maioria dos participantes desse movimento.

11. (UFU-MG) O final do século XVIII foi um momento de grande turbulência política internacional, com ressonâncias no sistema colonial montado pelas nações europeias. As ideias liberais agitavam as mentes, acenavam com a possibilidade de mudanças. Para as colônias traziam a esperança de independência política.

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. Rumos da História: a construção da modernidade – O Brasil Colônia e o mundo moderno. São Paulo: Atual, 1996. p. 238.

Tomando como referência a citação anterior e seus conhecimentos sobre as revoltas coloniais no Brasil, Identifique as diferenças entre a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana.

Seção ENEM

1. (Enem–2003) A primeira imagem a seguir (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda mostra Tiradentes esartejado por ordem dos representantes da Coroa Portuguesa.



A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

I. Os artistas registraram a antropofagia e o esartejamento praticados no Brasil.

II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena e o esartejamento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.

III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre “bárbaros” e “civilizados”, indígenas e europeus. Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II, apenas.
- e) I e II, apenas.

2. (Enem–2010) O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que “Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância”.

MAXWELL, K. Condicionismos da independência do Brasil. SILVA, M. N. (Org.) O Império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

- a) defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- b) introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.
- c) propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.
- d) apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.
- e) defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

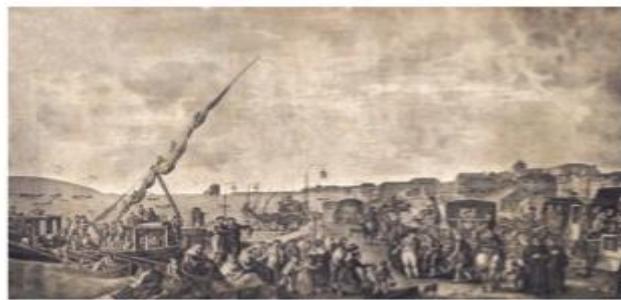
Período Joanino e Independência do Brasil

No início do século XIX, os Estados Nacionais da Europa assistiam à expansão das ideias liberais por meio das revoluções burguesas. No centro desse processo, encontrava-se a França, que, a partir do ano de 1799, estava sob a liderança de Napoleão Bonaparte, responsável por consolidar os valores burgueses no período posterior à Revolução. Com o objetivo de fortalecer as atividades comerciais da França, Napoleão proibiu as nações do continente europeu de realizarem quaisquer atividades comerciais com a Inglaterra, inimiga histórica. Esse fato, ocorrido no ano de 1806, ficou conhecido como Bloqueio Continental.

Como muitas nações tinham suas economias ligadas à Inglaterra, tornava-se difícil obedecer às determinações de Napoleão. Entre esses países, estava Portugal, que carecia de manufaturas e dependia dos produtos industriais britânicos. Assim, os lusos se encontravam em uma delicada situação diplomática: se mantivessem os vínculos econômicos com os ingleses, poderiam ver seu país invadido pela França. Ao mesmo tempo, a Inglaterra pressionava para a manutenção das práticas comerciais, visto que os dois países eram tradicionalmente aliados.

Com o objetivo de manter o mercado, a Inglaterra passou a pressionar a Coroa portuguesa para que ela não aderisse ao Bloqueio Continental, refugiando-se no Brasil em caso de uma invasão francesa. Essa ideia, que já era defendida pela Coroa portuguesa desde o século XVIII, passou a ser encorajada pelo habilidoso diplomata inglês Strangford, que tentava convencer o príncipe regente Dom João da necessidade do deslocamento da Corte para a colônia.

A dúvida de Dom João quanto à vinda para o Brasil foi sanada quando as tropas francesas e espanholas entraram em solo português logo após assinarem o Acordo de Fontainebleau (entre França e Espanha), que estabelecia, além da ocupação de Portugal, a derrubada do governo de Bragança e o desmembramento do reino e de suas colônias. Restava à Corte, sediada em Lisboa, a fuga para o Rio de Janeiro em 1807, iniciando a ruptura necessária que levaria à Independência do Brasil. Esse período histórico ficou conhecido como Período Joanino, já que o Brasil foi governado pelo príncipe Dom João.



Príncipe regente de Portugal e toda a família real embarcando para o Brasil no cais de Belém.

A Abertura dos Portos (1808)

Ao chegar ao Brasil, a Corte portuguesa deixou a população colonial completamente atordoada, afinal, em um momento inesperado, o príncipe regente português e parcela da nobreza lusitana, em um total aproximado de 15 mil pessoas, estavam no Rio de Janeiro para ficar por tempo indeterminado.

Entre as primeiras ações de D. João no Brasil, destaca-se a Abertura dos Portos. Esse decreto, assinado em 1808, estabelecia a liberação do comércio colonial a qualquer nação amiga de Portugal, beneficiando, diretamente, a Inglaterra, que passou a vender seus produtos à numerosa Corte sediada no Brasil. Porém, o significado da Abertura dos Portos às nações amigas é muito mais amplo.

No momento em que o príncipe regente permitia ao Brasil o livre-comércio, ele estava estabelecendo o fim da exclusividade metropolitana portuguesa, base das relações econômicas entre Brasil e Portugal, e iniciando o processo de introdução do liberalismo econômico no Brasil, mesmo que de forma rudimentar. A medida de 1808 significou o início do processo de Independência da principal colônia portuguesa, já que o controle econômico da metrópole havia se encerrado.

A certeza da importância da Abertura dos Portos para a formação de uma colônia independente era compartilhada até por Dom João, que, ao assinar o decreto, estabeleceu que este seria provisório, enquanto houvesse interesse da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Porém, o processo histórico nos mostra que o decreto de 1808 foi o início da emancipação brasileira, completada no ano de 1822, por meio da ruptura política.

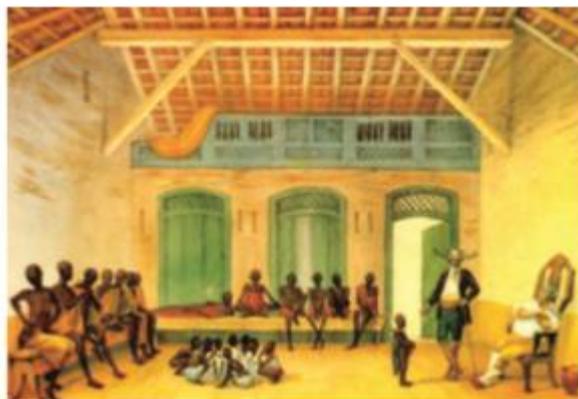
Além da Abertura dos Portos, Dom João extinguiu a ordem portuguesa de 1785 que proibia a existência de manufaturas no Brasil. O efeito prático dessa medida foi quase nulo, já que os produtos industrializados ingleses chegavam a um preço bem inferior a qualquer produção nacional nascente, impedindo o desenvolvimento das manufaturas nacionais. Esse cenário negativo foi agravado pela assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, destacando-se o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade. Por esses acordos, ficava clara a profunda influência britânica nos rumos da Corte portuguesa, dependente econômica e politicamente da Inglaterra, visto que os produtos vindos da Inglaterra pagariam uma taxa de importação de 15% ao entrarem no Brasil, enquanto os vindos de Portugal pagariam 16%, e os dos demais países, 24%. A facilidade gerada pela lei foi um golpe quase que mortal na frágil estrutura manufatureira do Brasil. Além da redefinição das taxas alfandegárias, os acordos de escravidão definiam uma série de privilégios para os ingleses

dentro da colônia, como o direito de foro especial em caso de crime.

A presença da Corte no Brasil, além de redefinir a condição colonial brasileira, deu início à criação de um sentimento de nacionalidade. Isso porque, até a chegada da Corte, não havia a ideia cristalizada do que era ser brasileiro.

A elite brasileira se sentia, até então, como um português no Brasil e, a partir da presença da Corte, ficou claro que havia uma grande diferença entre o português e o sujeito nascido no Brasil. Não se pode esquecer de que esse sentimento ganhou relevância progressivamente, somente criando uma identidade nacional no Segundo Reinado.

A presença da Corte portuguesa no Brasil exigiu, ainda, a transformação do Rio de Janeiro, mediante o reordenamento do espaço urbano, em uma cidade capaz de se adequar a uma elite europeia saudosa do Velho Mundo. Assim, Dom João criou ministérios e tribunais, fundou a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. O príncipe regente fundou também a Faculdade de Medicina na Bahia, primeiro núcleo de ensino superior do Brasil, e promoveu o desenvolvimento cultural no país através da vinda de importantes artistas europeus, tendo destaque a Missão Francesa de 1816, após a queda de Napoleão, que contou com nomes como Felix Émile Taunay e Jean-Baptiste Debret, responsáveis por representar o cotidiano do Rio de Janeiro no início do século XIX através de centenas de telas.



Mercado da Rua do Valongo

Nesse período, foram fundados, ainda, o Jardim Botânico, a Imprensa Real, a Academia de Belas Artes, a Academia Real Militar, o Teatro Real e a Biblioteca Real. D. João criou uma fábrica de pólvora e aproveitou para invadir dois territórios dos seus inimigos europeus: a Guiana Francesa e a Cisplatina, pertencentes à França e à Espanha, respectivamente. Os dois territórios deixaram de pertencer ao Brasil no decorrer da primeira metade do século XIX.

Em 1815, o Brasil recebeu o título de Reino Unido de Portugal e Algarves, fundamental para garantir a presença portuguesa no Congresso de Viena, segundo o

princípio da legitimidade, pois apenas um rei que estivesse governando seu reino, e não uma colônia, poderia ter assento nesse encontro conservador. Já para o Brasil, a elevação representou mais um passo rumo à emancipação e ao rompimento da condição colonial. Em 1818, a rainha D. Maria I veio a falecer, e o príncipe regente foi coroado rei com o título de D. João VI.

A presença da Corte portuguesa no Brasil e as realizações empreendidas a partir dessa transferência assinalam uma mudança fundamental: algo semelhante à inversão nas relações entre colônia e metrópole. Ficou evidente, a partir de 1808, que as ordens do Império Lusitano passaram a ser emitidas na antiga colônia, colocando Portugal em segundo plano nas determinações políticas. A consolidação do ideal emancipatório no Brasil seria uma consequência sentida em médio prazo nesse novo cenário.

Enquanto o Brasil via a mudança de sua face com certas liberdades e realizações promovidas por D. João VI, Portugal enfrentava uma grave crise. Após a expulsão dos invasores, com a ajuda inglesa, o reino português ficou sob o controle de autoridades britânicas, merecendo destaque o papel empreendido pelo lorde Beresford. Uma parcela da Corte portuguesa que retornou à metrópole, somada à maioria da população, não aceitava que o monarca continuasse a administrar os interesses do reino estando no Rio de Janeiro.

Assim, a partir de 1818, iniciou-se uma luta coordenada por Manuel Fernandes Tomás, que, na Cidade do Porto, criou uma associação liberal responsável por organizar uma revolução que eclodiu em 24 de agosto de 1820, conhecida como Revolução do Porto.

Além de não aceitarem mais a autoridade do lorde inglês, os revolucionários da Corte prepararam uma comissão que estabeleceria as mudanças importantes para a reorganização de Portugal. Entre as principais medidas, podem-se citar a formação de uma Constituição liberal e o desejo de transformar o Brasil de D. João VI, novamente, em colônia. Essas medidas mostram as contradições da revolução: liberal internamente e autoritária para com o Brasil. Dessa forma, fazia-se necessária a volta de D. João VI para Portugal, até então adaptado à vida no Brasil e agastado com a possível ideia de abandonar a antiga colônia. Porém, a pressão exercida pelos lusos do reino e a possibilidade da perda do trono levaram D. João VI a retornar a Portugal no ano de 1821, deixando o Brasil sob o controle de seu filho, D. Pedro. O rei D. João VI sabia que a autonomia do Brasil era um processo irreversível, chegando a orientar o jovem príncipe quanto à possibilidade de promover a emancipação do Brasil, evitando que a antiga colônia, em que ele viveu durante mais de 11 anos, caísse nas mãos de revolucionários.

A Independência do Brasil (1822)

Temendo a ação das cortes portuguesas, grupos da elite brasileira começaram a discutir a urgência de um processo de Independência, formando o que se convencionou chamar de Partido Brasileiro, constituído, em sua maioria, pela aristocracia rural, responsável pela dominação do cenário político colonial durante séculos.

Entre os líderes desse partido, destacam-se os nomes de Gonçalves Ledo, Januário Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrada e Silva. A oposição ao Partido Brasileiro vinha do chamado Partido Português, composto de comerciantes nascidos em Portugal e favoráveis ao processo de recolonização do Brasil. Deve-se recordar que a concepção do período, acerca dos partidos, não possui o mesmo sentido atualmente.

Nas primeiras reuniões das cortes portuguesas, assembleias responsáveis pelo andamento das reformas em Portugal, tornou-se consenso a necessidade de se exigir o retorno do príncipe regente à metrópole, já que sua presença no Brasil dificultaria o processo recolonizador. A pressão vinda do reino levou o Partido Brasileiro a realizar um abaixo-assinado, com cerca de 8 mil assinaturas, pedindo a permanência de D. Pedro. No Brasil, ao receber o documento, o príncipe declarou: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. A data de 9 de janeiro de 1822 acabou eternizada como o Dia do Fico. Era o primeiro embate entre D. Pedro e as cortes portuguesas que levaria à Independência. Alguns portugueses, sediados no Brasil, não aceitaram a postura de D. Pedro, como é o caso das tropas lusas, lideradas por Jorge Avilez, que se amotinaram contra a medida, nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, mas foram expulsas do Brasil sob a ordem do príncipe regente. Depois disso, foi proibido o desembarque de novas tropas portuguesas no território brasileiro.

Logo em seguida, D. Pedro nomeou um gabinete composto de brasileiros, sob a liderança de seu amigo pessoal, José Bonifácio, político influente e favorável ao processo de emancipação do Brasil. Assumindo o cargo de ministro do reino e dos estrangeiros, José Bonifácio, com o auxílio de seus irmãos, Antônio Carlos e Martin Francisco, iniciou uma considerável luta de reação frente às medidas das cortes portuguesas. Em 16 de fevereiro de 1822, foi criado o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil com o objetivo de auxiliar D. Pedro na administração. Porém, a principal função do Conselho seria evitar a radicalização de alguns setores que defendiam a emancipação a partir de um processo mais democrático, temido pela aristocracia brasileira, inclusive por José Bonifácio. Em maio de 1822, D. Pedro assinou o decreto do “Cumpra-se”, determinando que qualquer ordem que viesse de Portugal deveria ser aprovada pelo príncipe regente. Em 13 de maio de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, apoiando o novo decreto,

conferiu a Dom Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Sob a pressão do liberal Gonçalves Ledo, d. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte para o Brasil no mês de junho de 1822.

Como a situação se encaminhava para uma ruptura definitiva, as cortes portuguesas exigiram o retorno imediato de D. Pedro para a metrópole, em setembro de 1822. Orientado por José Bonifácio, por meio de uma carta, e insatisfeito com as ordens vindas da Europa, D. Pedro declarou, no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil independente de Portugal.

A partir da narrativa anterior, fica claro que a ruptura colônia-metrópole não foi construída através da participação popular. A Independência do Brasil, realizada por um português, assinala a ausência de uma fundação política inovadora que garantisse as mudanças necessárias para um país explorado como colônia durante séculos.

A ruptura política não foi acompanhada de transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira. Assim, apesar da existência de liberais empenhados na formulação de uma nova nação, como Gonçalves Ledo, que propunha eleições diretas e um país mais democrático, a tendência da política brasileira, após a Independência, foi optar por uma linha conservadora, liderada por José Bonifácio. Quanto a D. Pedro, nota-se que foi o instrumento da aristocracia rural para que o Brasil rompesse com Portugal, sem permitir as mudanças tão temidas por essa elite. Além da ausência de uma luta revolucionária, nosso país também representou uma exceção na América: foi criado um sistema monárquico que governou a nação até o final do século XIX.



Representação da Independência brasileira conferindo heroísmo à liderança de D. Pedro

Após setembro de 1822, ocorreram algumas lutas para a consolidação da Independência. Essas batalhas se concentraram nas províncias da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina, onde existiam tropas portuguesas dispostas a permanecer fiéis ao governo lusitano. Para combater a resistência, D. Pedro I, título obtido ao se tornar imperador do Brasil, organizou tropas brasileiras, que foram orientadas por oficiais estrangeiros, principalmente mercenários ingleses. A guerra pela Independência chegou a mobilizar um grupo de mais de 20 mil homens, número maior do que o das tropas que promoveram outras independências no

restante da América, inclusive a Independência norte-americana. Após sangrentas batalhas, o país foi pacificado, sendo eliminadas as forças resistentes ao novo governo brasileiro: o Império de D. Pedro I.

Leitura Complementar

A atuação das elites brasileiras na Independência e na definição do perfil político nacional partiu de uma estrutura escravista oposta a uma meta de ampliação dos direitos populares e mesmo contra o envolvimento participativo do conjunto da população brasileira. Até porque, por suas raízes, predominavam entre nossas elites as posições ideológicas de padrão bastante autoritário e conservador, mesmo quando se aproximavam das tendências liberais europeias do período.

A preocupação das elites brasileiras em criar um Estado Nacional que evitasse a fragmentação política da América Espanhola foi prioritária sobre a construção de uma democracia liberal. Além do que, os liberais brasileiros, diferentemente das elites crioulas latino-americanas, eram avessos ao liberalismo radical francês, considerado como propenso à anarquia, e optaram pelo liberalismo lockiano e pré-democrático da tradição inglesa, que dominava os cursos jurídicos de Coimbra.

TRINDADE, Héglio. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. In: BAQUERO, Marcello (Org.). Cultura política e democracia: desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994. p. 47-48.

Exercícios de Fixação

1. (FUVEST-SP-2010) Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à Corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco, em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido [colocar] sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos tratar.

VARNHAGEN. F. A. História geral do Brasil, 1854.

O texto trata da Revolução Pernambucana de 1817. Com relação a esse acontecimento, é possível afirmar que os insurgentes

- pretendiam a separação de Pernambuco do restante do reino, impondo a expulsão dos portugueses desse território.
- contaram com a ativa participação de homens negros, pondo em risco a manutenção da escravidão na região.
- dominaram Pernambuco e o norte da colônia, decretando o fim dos privilégios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

d) propuseram a Independência e a República, congregando proprietários, comerciantes e pessoas das camadas populares.

e) implantaram um governo de terror, ameaçando o direito dos pequenos proprietários à livre exploração da terra.

2. (UESPI-PI-2010) A chamada Revolução Liberal do Porto, de 1820, entre seus desdobramentos, contribuiu para a declaração da Independência do Brasil, uma vez que

a) entre as reivindicações do movimento estava a volta de D. João VI a Portugal e a recondução do Brasil à condição de colônia.

b) o seu caráter liberal não aceitava o regime monárquico, pretendendo instituir o parlamentarismo no Brasil e em Portugal.

c) a Abertura dos Portos do Brasil, em 1808, e o Tratado de 1810 fortaleceram a economia portuguesa que passou, então, a exigir a presença da Corte.

d) na organização das cortes gerais e na constituinte, a presença de deputados brasileiros não foi permitida.

e) propiciou a formação dos partidos Brasileiro e Português, que, unidos, articularam o movimento de Independência do Brasil.

3. (UFMG) Leia este trecho de documento:

Pernambucanos [...] o povo está contente, já não há distinção entre Brasileiros, e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem [...] Um governo provisório iluminado escolhido entre todas as ordens do Estado, preside a vossa felicidade [...] Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso país [= Pernambuco] subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos cidadãos. Ajudai-os com [...] a vossa aplicação à agricultura, uma nação rica é uma nação poderosa. A pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos lusos, sois portugueses, sois americanos, sois brasileiros, sois pernambucanos.

Proclamação do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco, em 9 de março de 1817.

Considerando-se os princípios que fundamentam a Revolução Pernambucana de 1817, é incorreto afirmar que seus participantes

a) consideravam irrelevantes as questões tributárias e desigualdades existentes entre “brasileiros”, “pernambucanos” e “portugueses”.

b) entendiam que a riqueza tornava uma nação poderosa, sendo a agricultura vista como uma atividade econômica importante para a pátria.

c) promoveram a constituição de um governo provisório em Pernambuco, em oposição ao governo monárquico chefiado por d. João.

d) reconheciam como identidades coletivas os “pernambucanos”, os “portugueses” e os “brasileiros”, defendendo que todos eles eram filhos da pátria.

4. (UNESP-2010) A Independência do Brasil do domínio português significou o rompimento com

a) a economia europeia, sustentada pela exploração econômica dos países periféricos.

b) o padrão da economia colonial, baseado na exportação de produtos primários.

c) a exploração do trabalho escravo e compulsório de índios e de povos africanos.

d) o liberalismo econômico e a adoção da política metalista ou mercantilista.

e) o sistema de exclusivo metropolitano, orientado pela política mercantilista.

5. (UFMG) Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre a Independência do Brasil, exceto

a) A crença no liberalismo de D. Pedro I e a expectativa positiva quanto a uma constituição brasileira estavam presentes em 1822.

b) A Declaração de Independência estava diretamente relacionada às determinações das cortes de Lisboa enviadas a D. Pedro.

c) A ideologia monárquica enraizada fez com que o povo e os políticos apoiassem o príncipe.

d) A ideia do federalismo era mais importante para os radicais do que a defesa da República.

e) A participação popular determinou os rumos da constituição do novo Estado Nacional.

Exercícios Propostos

1. (UFG-2008) Leia os fragmentos a seguir.

Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo!

Revista de História da Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 2005. p. 24.

Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si mesmo. Sabendo-se incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranquilidade ou o ócio para que nasceu.

MONTEIRO, Tobias. História do Império: a elaboração da Independência. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 55 (Adaptação).

O embarque da família real para o Brasil, em 1807, deu origem a contraditórias narrativas. A frase anterior, atribuída à rainha D. Maria I, tornou-se popular, passando a constituir uma versão narrativa ainda vigorosa. Nos anos de 1920, os estudos sobre a Independência refizeram o percurso do embarque, assegurando uma interpretação republicana sobre esse acontecimento, tal como exemplificado no trecho do

jornalista e historiador Tobias Monteiro. Sobre essa versão narrativa em torno do embarque, pode-se dizer que pretendia:

- a) conquistar a simpatia da Inglaterra, ressaltando a importância do apoio inglês no traslado da Corte portuguesa para o Brasil.
- b) associar a figura do rei ao pragmatismo político, demonstrando que o deslocamento da Corte era um ato de enfrentamento a Napoleão.
- c) ridicularizar o ato do embarque, agregando à interpretação desse acontecimento os elementos de tragédia, comicidade e ironia.
- d) culpabilizar a rainha pela decisão do embarque, afirmando-lhe o estado de demência lamentado por seus súditos.
- e) explicar o financiamento do ócio real por parte da colônia, comprovando que o embarque fora uma estratégia articulada pelo rei.

2. (FUVEST-SP-2008) Em novembro de 1807, a família real portuguesa deixou Lisboa e, em março de 1808, chegou ao Rio de Janeiro. O acontecimento pode ser visto como

- a) incapacidade dos Bragança de resistirem à pressão da Espanha para impedir a anexação de Portugal.
- b) ato desesperado do príncipe regente, pressionado pela rainha-mãe, Dona Maria I.
- c) execução de um velho projeto de mudança do centro político do Império português, invocado em épocas de crise.
- d) culminância de uma discussão popular sobre a neutralidade de Portugal com relação à guerra anglo-francesa.
- e) exigência diplomática apresentada por Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul da França.

3. (PUC Rio-2008) Sobre as transformações político-sociais e econômicas ocorridas durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil (1808-1821), estão corretas as afirmações a seguir, à exceção de

- a) A vinda da família real para o Brasil transformou a colônia no principal centro das decisões políticas e econômicas do Império Português.
- b) A Abertura dos Portos favoreceu os interesses dos proprietários rurais produtores de açúcar e algodão, uma vez que se viram livres do monopólio comercial.
- c) A permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro satisfaz os interesses dos diferentes grupos sociais da colônia e trouxe benefícios para todas as regiões do Brasil.
- d) Durante o Período Joanino, organizaram-se novos órgãos e instituições, como o Banco do Brasil e a Casa da Moeda.
- e) Entre as medidas que mudaram o perfil político-econômico da colônia, destacaram-se os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, que deram benefícios aos ingleses.

4. (PUC Rio) À exceção de uma, as alternativas a seguir apresentam de modo correto algumas das transformações culturais e científicas promovidas pelo Governo Joanino (1808-1821), durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil. Assinale-a.

- a) Ainda que tivessem sido criados a Imprensa Régia e o primeiro jornal do Brasil, a existência da censura e a ação da Intendência Geral de Polícia coibiriam com sucesso a difusão de ideias contrárias ao Governo Joanino.
- b) Pouco depois de chegar ao Brasil, D. João fundou o Real Horto (o Jardim Botânico do Rio de Janeiro), onde foram aclimatadas e introduzidas novas espécies vegetais.
- c) Logo após a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, o Príncipe Regente autorizou a vinda da Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, da qual faziam parte artistas como Jean-Baptiste Debret.
- d) Com o acervo trazido do velho reino, foi criada a Biblioteca Real, origem da atual Biblioteca Nacional.
- e) Chegaram à América Portuguesa cientistas e viajantes estrangeiros, como o zoólogo Spix, o botânico Martius e o naturalista Saint-Hilaire, que percorreram o território realizando inventários de comunidades, da geografia, da fauna e da flora.

5. (UEG) A transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 causou intensa movimentação no panorama da colônia. Estima-se que mais de 10 000 pessoas aportaram no Rio de Janeiro. Sobre tal contexto, é correto afirmar:

- a) A ruptura do pacto colonial e o processo de Independência são dois acontecimentos estreitamente relacionados com o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil.
- b) D. João VI transferiu-se de Portugal para o Brasil em função do intenso progresso econômico da colônia, garantido pela exploração aurífera.
- c) A chegada da família real trouxe como resultado uma repressão sistemática ao comércio de escravos e, ao mesmo tempo, o incentivo à exportação de produtos manufaturados para a Europa.
- d) A reciprocidade de interesses entre a Coroa portuguesa e as elites locais pode ser percebida no esforço conjunto para escapar da influência econômica inglesa.

(Mackenzie-SP-2011) No ano de sua independência, o Brasil tinha [...] tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente [...] O medo de uma rebelião dos cativos assombrava a minoria branca. O analfabetismo era geral. [...] Os ricos eram poucos e, com raras exceções, ignorantes. O

b) à pressão exercida pela Inglaterra, para que o governo de D. João permitisse a entrada de cientistas e artistas no Brasil.

c) à transferência da capital do Império Português de Salvador para o Rio de Janeiro, modificando o eixo econômico da colônia.

d) à reafirmação do pacto colonial, em função das proposições liberais da Revolução do Porto.

e) à política de vários países europeus, que buscavam ampliar o conhecimento geral sobre o mundo, na esteira do humanismo platônico.

10. (UFTM-MG–2008) Há quase 200 anos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil deu início a uma série de transformações, principalmente no Rio de Janeiro. Constituem exemplos de mudanças na economia, política e cultura, respectivamente,

a) a ruptura do pacto colonial, a transferência da capital do vice-reino para o Rio e a criação da primeira universidade no Brasil.

b) a introdução do cultivo de café, a supremacia do Rio como sede do Império Português e a publicação do primeiro jornal brasileiro.

c) o fim do monopólio comercial, a elevação do Brasil a Reino Unido e a influência de costumes estrangeiros no cotidiano do Rio.

d) o início da dependência da Inglaterra, o estabelecimento do Poder Moderador no governo e o apogeu do estilo Barroco nas artes.

e) o alvará de proibição industrial, o fim do sistema de capitâneas hereditárias e a fundação da Biblioteca Real na capital.

11. (UFLA-MG–2008) Leia o seguinte texto:

Na manhã de 29 de novembro de 1807, circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a Corte estava fugindo para o Brasil, sob a proteção da Marinha britânica. Nunca algo semelhante tinha acontecido na história de qualquer país europeu, rei nenhum havia ido tão longe a ponto de cruzar um oceano para viver e reinar do outro lado do mundo.

Superinteressante, Out. 2007

Com base no texto, responda:

a) Indique uma das ordens imediatas do príncipe regente ao pisar em terras brasileiras.

b) No que diz respeito à chegada da família real ao Brasil em 1808, apresente duas consequências que tenham tido significativa relevância no sentido de modificar o rumo histórico do país.

12. (UERJ–2008) Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América Portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que [...] nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. Memórias para servir à história do reino do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981.

O texto anterior revela o entusiasmo e as esperanças daqueles que assistiram à chegada da família real portuguesa ao Brasil. Indique duas inovações de caráter científico ou cultural decorrentes da política de D. João. Indique também uma mudança política ou econômica observada durante a permanência da Corte e sua respectiva consequência para o Brasil.

13. (UFRJ) A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, representou uma alternativa para um contexto de crise política na metrópole e a possibilidade de implementar as bases para a formação de um Império Luso-brasileiro na América.

a) Cite duas medidas adotadas pelo regente D. João que contribuíram para o estabelecimento de bases para a formação de um Império Luso-brasileiro na América.

b) A despeito de a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro ter sido analisada como mera fuga frente à invasão francesa em Portugal, estudos têm revelado que a ideia da mudança para o Brasil não era nova. Cite dois argumentos apresentados por aqueles que, já no século XVIII, defendiam essa medida.

Seção ENEM

1. (Enem–2009) As imagens reproduzem quadros de D. João VI e de seu filho d. Pedro I nos respectivos papéis de monarcas. A arte do retrato foi amplamente

utilizada pela nobreza ocidental, com objetivos de representação política e de promoção social. No caso dos reis, essa era uma forma de se fazer presente em várias partes do reino e, sobretudo, de se mostrar em majestade.

Imagem I



Jean-Baptiste Debret, Retrato de D. João VI, 1817, óleo s/ tela, 0,60m x 0,42m. Acervo do Museu de Belas Artes/IPHAN/ MINC. Rio de Janeiro.

Imagem II



Henrique José da Silva. Retrato do imperador em trajes majestáticos. Gravura sobre metal feita por Urbain Massard 0,64m x 0,44m. Acervo do Museu Imperial.

Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em : 17 dez. 2008.

A comparação das imagens permite concluir que

- as obras apresentam substantivas diferenças no que diz respeito à representação do poder.
- o quadro de D. João VI é mais suntuoso, porque retrata um monarca europeu típico do século XIX.
- os quadros dos monarcas têm baixo impacto promocional, uma vez que não estão usando a coroa, nem ocupam o trono.
- a arte dos retratos, no Brasil do século XIX, era monopólio de pintores franceses, como Debret.
- o fato de pai e filho aparecerem pintados de forma semelhante sublinha o caráter de continuidade dinástica, aspecto político essencial ao exercício do poder régio.

2. (Enem–2010) Eu, o príncipe regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.

ALVARÁ de liberdade para as indústrias (1º de Abril de 1808). In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. Textos políticos da História do Brasil. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (Adaptação).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

2. (Enem–2010) Em 2008, foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a Família Real Portuguesa permaneceram no Brasil. Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a Família Real Portuguesa para o Brasil, sob a proteção da Marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.

Rio de Janeiro – 1808: desembarque da Família Real Portuguesa na cidade onde residiram durante sua permanência no Brasil.

Pernambuco – 1817: As tropas de D. João VI sufocam a Revolução Republicana.

GOMES, L. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (Adaptação).

Uma das consequências desses eventos foi

- a decadência do Império Britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.
- o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.
- a conquista da região do Rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.
- a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.
- o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

Brasil Império: Primeiro Reinado

A história do Brasil Império pode ser dividida em três fases políticas:

✓ **Primeiro Reinado (1822-1831):** Período de nove anos em que o Brasil foi governado por D. Pedro I, caracterizado por forte instabilidade político-econômica, sendo encerrado no ato de sua abdicação. Como o filho do imperador, D. Pedro II, era muito novo para ascender ao trono, ocorreu uma fase de transição entre os dois imperadores, conhecida como Regência.

✓ **Regência (1831-1840):** O Período Regencial, um dos mais conturbados da história do Brasil, compreende o início da administração do país por brasileiros. Devido, principalmente, ao insucesso da administração na época, as regências encerraram-se antes do previsto, para que D. Pedro II pudesse assumir o governo do Brasil. Nesse momento, os dois grupos, brasileiros e portugueses, que já vinham se confrontando desde o processo de Independência, passaram a ter projetos políticos claramente antagônicos.

✓ **Segundo Reinado (1840-1889):** Período de quarenta e nove anos em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. Vítima de um golpe republicano em 1889, que exigiu sua saída do país, o imperador foi exilado na França. Essa foi uma fase estável de nossa história, na qual se destacam a manutenção do trabalho escravo e a opção pelo café como principal produto de exportação.

Primeiro Reinado (1822-1831)

Após declarar a Independência do Brasil e coordenar a repressão aos focos de resistência à emancipação, D. Pedro I lutou pelo reconhecimento da nova nação no exterior. O primeiro país a reconhecer o Brasil foram os Estados Unidos (1824), baseados na política da Doutrina Monroe (“a América para os americanos”), auxiliando a diplomacia brasileira a obter o apoio de outros Estados. Em 1825, o México já reconhecia a Independência brasileira. No mesmo ano, Portugal aceitou a separação da ex-colônia, mediante as seguintes condições: deveria ser concedido a D. João VI o título de imperador honorário do Brasil e deveria ser paga uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas ao governo português. O Brasil aceitou os termos do acordo, tendo de recorrer à Inglaterra para conseguir um empréstimo de tal valor. O dinheiro, porém, não saiu da Inglaterra, já que o governo português tinha uma dívida com os britânicos, ocorrendo apenas uma transferência do pagamento do compromisso dos cofres brasileiros para os ingleses. Em 1827, a Inglaterra também reconhecia a Independência do Brasil, exigindo a renovação dos Tratados Comerciais de 1810, que davam aos ingleses privilégios comerciais. Novamente, o Brasil cedeu, sendo obrigado a manter tais taxas para outras nações, com intuito de garantir o reconhecimento de sua Independência.



D. Pedro I durante seu atribulado reinado.

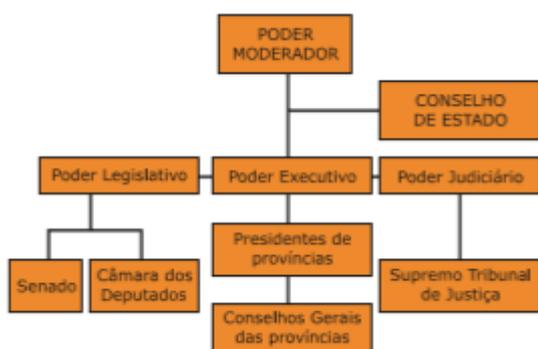
No âmbito da política interna, o primeiro conflito entre D. Pedro I e a elite brasileira ficou por conta da elaboração da Constituição brasileira. Apesar de a convocação da Assembleia ter ocorrido no mês de junho de 1822, os trabalhos começaram apenas em maio de 1823, liderados por Antônio Carlos Andrada, irmão de José Bonifácio. O caráter liberal do projeto, que defendia o Poder Legislativo, tornava o papel do imperador apenas decorativo, retirando de D. Pedro I a força absoluta na administração pública. Inspirada em alguns princípios iluministas, a nova Constituição defendia o liberalismo econômico e a soberania nacional, deixando claro, em seus 272 artigos, um sentimento de xenofobismo em relação aos portugueses. Além disso, o projeto era antidemocrata e delegava o direito de voto aos latifundiários detentores de certa quantidade de alqueires de mandioca, garantindo a participação no pleito a poucos brasileiros, o que prejudicou os comerciantes lusitanos e a maioria da população. Esse projeto constitucional ficou conhecido como “Constituição da Mandioca”.

Não aceitando a limitação ao seu poder, D. Pedro I ordenou o fechamento da Assembleia Legislativa e a prisão de inúmeros deputados, entre os quais estavam os irmãos Andradas (José Bonifácio, Martin Francisco e Antônio Carlos). Os argumentos utilizados pelo monarca para justificar sua atitude arbitrária foram as tentativas de limitação do seu poder no projeto constitucional, além das críticas realizadas pelos deputados do Partido Brasileiro aos portugueses e ao imperador nos jornais de oposição (A Sentinela e Tamoio). A invasão da Assembleia Constituinte e a respectiva prisão dos deputados ficaram conhecidas como a “Noite da Agonia” (12 de novembro de 1823). Estava claro o interesse de D. Pedro I em governar o Brasil com um regime centralizado e com total aproximação dos portugueses que residiam em território brasileiro. Nota-se que a pretensão da elite brasileira em implementar uma ordem política liberal encontrou em

D. Pedro I um obstáculo. Desse modo, a Constituição da Mandioca nunca foi colocada em prática, fazendo-se necessário um novo projeto constitucional, que acabou sendo organizado de acordo com os interesses de D. Pedro I, legalizando suas tendências centralizadoras.

Constituição de 1824

Devido ao grande incômodo gerado pelo fechamento da Assembleia Constituinte, D. Pedro I convocou um conselho para que seus membros, um total de 10 pessoas, pudessem redigir uma nova Constituição, que foi finalizada em 40 dias. Baseada, em muitos pontos, na Constituição da Mandioca, a nova Carta apresentava duas características que a diferenciava da antiga. Em primeiro lugar, o voto não seria mais determinado pelo número de alqueires de mandioca, mas pela renda dos cidadãos (voto censitário), evitando uma possível participação popular, e, ao mesmo tempo, garantindo a presença dos portugueses no pleito eleitoral. O segundo destaque da Constituição de 1824 foi a criação de um quarto poder: o Poder Moderador, que se colocava acima dos outros três poderes e tinha o princípio político de equilibrá-los, com a função prática, porém, de controlá-los. O novo projeto outorgado por D. Pedro I dava a ele o controle desse poder e, conseqüentemente, o total comando da nação. Deve-se considerar que não há consenso em torno do estatuto do governo de d. Pedro I. Setores da historiografia divergem em considerá-lo absolutista ou somente autoritário. Já o Conselho de Estado, que assessorava o imperador, era um órgão consultivo, composto de membros de destaque na sociedade, que tinham um elevado poder econômico. O catolicismo foi considerado religião oficial (apesar da liberdade de culto), e o imperador cumpriria o papel de chefe da Igreja no Brasil, através do Regime de Padroado. O país foi dividido em províncias e o Judiciário, exercido por juízes e tribunais, estaria subordinado ao Supremo Tribunal de Justiça, nomeado pelo imperador.



Organograma do Brasil Império

Desse modo, a nova Constituição, com o Poder Moderador personificado em d. Pedro I, e o voto censitário beneficiando os portugueses, representou,

novamente, a ausência de uma planificação democrática para a nação.

Boris Fausto, em sua obra *História do Brasil*, explica como funcionava o processo eleitoral da Constituição de 1824:

A eleição para a Câmara de Deputados se processava da seguinte forma. Nas eleições primárias, votavam os cidadãos brasileiros, inclusive os escravos libertos, mas não podiam votar, entre outros, os menores de 25 anos, os criados de servir, os que não tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego. Os candidatos, por sua vez, só podiam ser pessoas que, além dos requisitos dos votantes, tivessem renda de, no mínimo, 200 mil-réis anuais e não fossem escravos libertos. Os escolhidos nessas eleições primárias formavam o corpo eleitoral que elegeria os deputados. Para ser candidato nessa segunda etapa, as exigências aumentavam: além dos requisitos anteriores, era necessário ser católico e ter uma renda mínima anual de 400 mil-réis. Não havia referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas desses direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882, era praxe admitir o voto de grande número de analfabetos, tendo em vista o silêncio da Constituição a esse respeito.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*.

Muitos setores da sociedade ficaram insatisfeitos com a Constituição de 1824, o que levou os grupos da elite do Partido Brasileiro a exercerem uma considerável pressão sobre D. Pedro I para que ele diminuísse a centralização do poder presente em seu projeto. O foco mais intenso de resistência à política de D. Pedro I ocorreu no Nordeste, através da Confederação do Equador.

Confederação do Equador

A oposição nordestina ao governo sediado no Rio de Janeiro já vinha ocorrendo desde 1817, com a Revolução Pernambucana. A tradição federalista e republicana da região não havia desaparecido e, com o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823, esse sentimento voltou à tona.

Os liberais de Pernambuco, inflamados pelas palavras publicadas nos jornais de oposição, como a *Guarita de Pernambuco*, *Sentinela da Liberdade* e *Tífis Pernambucano*, este publicado por frei Caneca, acabaram por levar a população a incentivar um possível levante contra o governo imperial.

A oposição acirrou-se ao extremo quando foi nomeado para presidente da província um político da confiança de D. Pedro I, Francisco Pais Barreto.

Não aceitando tal imposição, os políticos pernambucanos continuaram a hostilizar o imperador. Este, mesmo tentando colocar na presidência da província o político Mayrink da Silva Ferrão, viu a situação tornar-se insustentável, quando, em 2 de julho de 1824, os políticos da região criaram uma república independente no Nordeste, conhecida como Confederação do Equador, que recebeu esse nome devido à localização geográfica das províncias. Atendendo à separação de Pernambuco, juntaram-se à

rebelião as províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Após ser criada a república, os revoltosos utilizaram a Constituição colombiana como base do governo provisório. Entre os líderes do movimento, pode-se citar o papel fundamental de frei Caneca, Paes de Andrade e o antigo líder da Conjuração Baiana, Cipriano Barata.



Mapa demonstrando a proporção da Confederação do Equador.

A reação do governo central foi conduzida sob a liderança de Francisco de Lima e Silva e com a ajuda de mercenários ingleses, que derrotaram o movimento em poucos dias. Após a vitória das forças imperiais, 16 revoltosos foram condenados ao enforcamento, entre eles o próprio frei Caneca, que teve sua pena modificada para o fuzilamento, pois nenhum carrasco se dispôs a executar o frei carmelita. Entre as consequências da Confederação do Equador, destaca-se o aumento da dívida externa brasileira, fruto dos gastos com a reação imperial a tal movimento e do desgaste político do imperador, devido à forte repressão ao movimento revoltoso.



Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, condenado à morte.

Questões Externas

Dois problemas externos complicaram ainda mais a situação de D. Pedro I, aumentando a oposição ao seu governo: o primeiro foi a Guerra da Cisplatina, e o segundo foi a intervenção a favor de sua filha em Portugal. A Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828, originou-se quando o líder uruguaio Lavalleja

desembarcou na província da Cisplatina com o intento de promover uma batalha para separar a região do resto do Brasil, anexando o território às províncias unidas do Rio da Prata. O governo de D. Pedro I reagiu, provocando o derramamento de sangue de milhares de brasileiros e um gasto exorbitante com a guerra, sem o sucesso esperado. A solução para o conflito partiu da intervenção diplomática da Inglaterra, que acordou para que a região não ficasse nem com o Brasil, nem com a Argentina, mas se tornasse um novo país, chamado Uruguai. O interesse inglês estava baseado na busca da formação de um novo território sob sua influência que pudesse facilitar acesso da Inglaterra à região da Bacia Platina. O conflito pela Cisplatina provocou uma crise inflacionária, decorrente da emissão de moeda para manter a guerra, e a falência do Banco do Brasil, em 1829, porém em crise desde 1821 – após o retorno de D. João VI a Portugal com parte considerável do capital da instituição – e que se encontrava cada vez mais abalado economicamente pelos gastos imperiais.

Além da impopular guerra na região do Prata, D. Pedro I desagradou a elite brasileira ao iniciar uma intervenção no reino português em favor de sua filha, em 1826. Nesse ano, havia morrido D. João VI em Portugal e, pela ordem de sucessão, D. Pedro I deveria assumir o trono daquele país. Porém, como governava o Brasil, ele cedeu o trono português à sua filha, Maria da Glória. Como a nova rainha era muito jovem, D. Pedro I solicitou a seu irmão, D. Miguel, que lhe servisse de tutor até que ela tivesse plena condição de governar. D. Miguel aproveitou-se da circunstância e realizou um golpe político, retirando Maria da Glória do trono e assumindo o controle do governo de Portugal, levando D. Pedro I a reagir a favor de sua filha, empenhando-se para mantê-la no controle do reino português. Esse constante envolvimento do monarca na vida política portuguesa causava grande desconforto na elite brasileira, desejosa de um distanciamento de Portugal e de uma consequente consolidação da nascente nação.

Abdicação

Com a situação econômica e política conturbada, a balança comercial desfavorável, a falta de um produto de grande expressividade para exportação e uma política externa completamente desastrosa, D. Pedro I enfrentava diariamente a oposição do Partido Brasileiro e a crítica de vários jornais adversários. Aliados de D. Pedro I, com o objetivo de silenciar a oposição ao imperador, assassinaram, em São Paulo, o jornalista liberal Líbero Badaró, em 1830, aumentando ainda mais a indignação da elite brasileira.

Com o objetivo de melhorar a sua imagem na região de maior foco de oposição, D. Pedro I realizou uma viagem a Minas Gerais, sendo vaiado em sua entrada em Ouro Preto, onde estavam afixadas faixas que o

acusavam de assassinar Líbero Badaró, além de panos pretos na janela que simbolizavam luto.

No seu retorno ao Rio de Janeiro, os portugueses, conscientes das hostilidades sofridas pelo imperador em Minas Gerais, resolveram realizar uma festa na sua chegada à capital do Império. Essa festa atraiu os opositores brasileiros que, dispostos a atrapalhar o encontro, entraram em choque com os portugueses, provocando o conflito conhecido como a Noite das Garrafadas (13 de março de 1831).

Buscando estabelecer um diálogo com a oposição, D. Pedro I resolveu nomear um ministério composto apenas de brasileiros, no dia 19 de março de 1831. Porém, 15 dias depois, o imperador, enfrentando atritos com o novo gabinete, resolveu dissolvê-lo e recolocar no comando do Brasil um ministério só de portugueses, conhecido como Ministério dos Marqueses. Milhares de pessoas saíram às ruas indignadas com a postura de D. Pedro I que, não resistindo à pressão sofrida, abdicou do trono brasileiro no dia 7 de abril de 1831, dando o direito de posse à seu filho, D. Pedro II. Devido à impossibilidade de o novo imperador assumir o trono, já que tinha apenas 5 anos de idade, seria necessário, como determinava a Constituição, a formação de uma Regência até que o rei tivesse idade para assumir o controle do país. D. Pedro I retornou para Portugal, onde venceu Miguel e assumiu o controle do país como Pedro IV. Enquanto isso, o Brasil começava a viver um dos períodos de maior instabilidade política de sua história: o Período das Regências.

O Primeiro Reinado representou, em sua essência, a fase de consolidação do Brasil como Estado Nacional através da imposição de uma ordem monárquica centralizadora, ao mesmo tempo em que o novo governo se empenhava em reprimir os projetos políticos dissidentes, apesar de suas intensas manifestações ainda no Período Regencial. As articulações internacionais, sejam diplomáticas ou bélicas, garantiram o reconhecimento do Brasil como força importante na América do Sul e permitiram o entendimento externo do país como uma unidade, mesmo com a existência de forças regionais sedentas de poder e, em alguns casos, de plena autonomia. A ordem imperial construída, legalizada através da Constituição de 1824, serviria de referência política durante o transcorrer do século XIX, inviabilizando a ascensão de forças políticas sólidas que promovessem a fragmentação política ou a ameaça à propriedade e à ordem social tão caras aos interesses das elites nacionais.

Exercícios de Fixação

1. (UFMG–2008) Analise estas duas representações do chamado Grito do Ipiranga, de 7 de setembro de 1822:



Independência ou morte, de Pedro Américo (1888)



Proclamação da Independência, de François René – Moreaux (1844)

A partir da análise dessas duas representações e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que, em ambas,

- a) a disposição dos atores – coletivos e individuais –, bem como dos aspectos que compõem o cenário, é diferenciada e expressa uma visão particular sobre D. Pedro – na primeira, como o protagonista central; na segunda, como líder de uma ação popular.
- b) as mesmas concepções históricas e estéticas fundamentam e explicam a participação dos mesmos grupos sociais e personagens históricos – o príncipe, os militares, as mulheres, os camponeses e as crianças.
- c) D. Pedro, embora seja o protagonista, se destaca de modo diferente – na primeira, ele recebe o apoio de diversos grupos sociais; na segunda, a participação das camadas populares é mais restrita.
- d) os artistas conseguem causar um mesmo efeito – descrever a Independência do Brasil como um ato solene, grandioso, sem participação popular e protagonizado por D. Pedro.

2. (UFTM-MG–2010) Em 1823, durante o I Reinado brasileiro, a Assembleia Constituinte foi dissolvida. Esse ato pode ser explicado, entre outras razões,

- a) pela insistência da aristocracia rural do Centro-sul em defender a igualdade política entre brasileiros e portugueses, o que descontentava os deputados constituintes de posição liberal radical.
- b) pela oposição dos constituintes representantes das elites agrárias do Centro-sul ao projeto do imperador de estabelecer a igualdade política por meio do voto universal masculino.
- c) pela decisiva interferência da diplomacia britânica no Brasil, que não aceitou o modelo de monarquia constitucional federalista e o reforço à escravidão, propostos pela maioria dos constituintes.

d) pelo descontentamento do imperador com o anteprojeto constitucional – denominado Constituição da Mandioca –, no qual o poder ficaria centrado no Legislativo e não nas mãos do imperador.

e) pela tentativa das elites das províncias do Norte-Nordeste de impor um modelo de organização política do Império a partir da fragmentação do poder central e da adoção de um federalismo.

3. (UESPI-PI–2010) A Constituição de 1824, resultante da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, marcou o início da institucionalização do poder monárquico no Brasil. Essa Constituição

a) criou o Poder Moderador de exclusividade do imperador, o que na prática significava conceder-lhe poderes quase absolutos.

b) provocou a insatisfação em diversas províncias, estando na base da eclosão de diversas rebeliões, como a Confederação do Equador, a Sabinada e o Contestado.

c) favoreceu o reconhecimento do Brasil como nação independente, o que ocorreu sem reveses, à exceção dos Estados Unidos, por conta da Doutrina Monroe.

d) estabeleceu a eleição pelo voto censitário para os governadores das províncias.

e) determinou que representantes para o Senado e a Câmara seriam eleitos pelo voto direto e secreto.

4. (FUVEST-SP) Durante o período em que o Brasil foi Império, houve, entre outros fenômenos, a

a) consolidação da unidade territorial e a organização da diplomacia.

b) predominância da cultura inglesa nos campos literário e das artes plásticas.

c) constituição de um mercado interno nacional, integrando todas as regiões do país.

d) incidência de guerras externas e a ausência de rebeliões internas nas províncias.

e) inclusão social dos índios e a abolição da escravidão negra.

5. (PUC RS) A situação econômica e social do Brasil, após o movimento de Independência, em 1822, pode ser descrita da seguinte forma:

a) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação aos EUA e sofreu profundas mudanças na estrutura social.

b) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal, adquirindo liberdade política e social.

c) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à Inglaterra, não alterando sua estrutura social colonial.

d) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à França, alterando sua estrutura social colonial.

e) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal e não modificou sua estrutura social colonial.

Exercícios Propostos

1. (UFJF-MG–2007) Segundo José Murilo de Carvalho: A principal característica da Independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a Coroa portuguesa e a Inglaterra.

CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil.

Dessa forma, em comparação com os demais países da América Latina, é incorreto dizer que

a) no Brasil o processo de Independência foi relativamente pacífico, com conflitos militares isolados, como no Maranhão e na Bahia.

b) na América Hispânica houve a formação de grandes exércitos e a ascensão de figuras emblemáticas de “libertadores”, como Simón Bolívar e Sucre.

c) um ponto comum no processo de Independência da América Espanhola e do Brasil envolve a questão do trabalho, ou seja, em ambos, o processo levou à abolição da escravidão indígena e africana.

d) enquanto no Brasil foi instituída uma monarquia constitucional e mantida a unidade territorial, na América Hispânica, o movimento de Independência, em geral, resultou na criação de diversas repúblicas.

e) a Inglaterra, direta ou indiretamente, apoiou o movimento de Independência do Brasil e do restante da América Latina e também a formação do exército de libertação de Bolívar.

2. (UFPE–2007) Uma análise das relações sociais de poder no Brasil Império mostra mudanças importantes com relação ao Período Colonial. Na época do Império, a sociedade brasileira

a) tornou-se mais democrática, com o declínio acentuado da escravidão depois de 1840 e com a vinda de imigrantes europeus que traziam ideias modernizadoras.

b) manteve a escravidão como fonte de produção de riqueza, embora restrita à cultura do café, no Oeste Paulista e no interior do Rio de Janeiro.

c) conseguiu livrar-se das influências europeias, afirmando uma matriz, respeitando as tradições seculares de sua história.

d) permaneceu marcada pelo escravismo, embora já houvesse mudanças de muitos hábitos, por influência da modernização de alguns setores.

e) conviveu com rebeliões políticas frequentes, lideradas pelos liberais radicais e movidas por ideias abolicionistas e republicanas.

3. (UFPI–2008) [...] todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos [...] Se se continua a falar dos Direitos dos homens, da igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos que em qualquer outra parte [...]

O texto anterior, escrito provavelmente por volta de 1823-1824, é parte de uma carta sobre a Independência do Brasil, enviada por um observador europeu a D. João VI. Leia com atenção o texto e, a seguir, assinale a alternativa que expressa a configuração social do processo brasileiro de Independência.

- A democracia racial, decorrente de uma intensa miscigenação durante o Período Colonial, contribuiu para conciliar, logo nos primeiros anos do Império, os interesses dos distintos grupos sociais.
- A “solução monárquica”, através da qual a jovem nação optava por afastar-se de seus vizinhos americanos e por adotar modelos políticos europeus, foi historicamente necessária como instrumento de conciliação das raças no Brasil.
- O “haitianismo”, temor da elite branca brasileira de que se repetisse no Brasil uma revolução negra, tal qual ocorrera no Haiti, limitou as bases sociais da Independência e justificou manifestações como essa da carta transcrita.
- Em razão de temores como aquele expresso na carta citada, a Independência fez-se acompanhar de um processo crescente de enfraquecimento da escravidão. Os mesmos grupos que lideraram o processo de Independência liderariam, anos depois, a Abolição da Escravatura.
- O temor expresso na carta é infundado, pois além de contar com um número pequeno de escravos à época da Independência, as relações entre os escravos e seus senhores, no Brasil, sempre foram cordiais, decorrendo justamente disso a noção de “democracia racial”.

4. (FGV-SP-2007) Comparando-se o processo de Independência das colônias da América Espanhola com o do Brasil, no início do século XIX, é correto afirmar que,

- em ambos, a ideologia predominante foi o liberalismo, que influenciou a organização dos novos Estados sob governos republicanos com três poderes.
- no primeiro, os criollos conduziram a emancipação política, mas, no segundo, as camadas médias conseguiram controlar o aparelho de Estado.
- em ambos, o domínio econômico das respectivas metrópoles foi encerrado e desenvolveu-se o caudilhismo, forma de dominação local das elites de origem nativa.
- no primeiro, ocorreu a fragmentação do território em vários países, já o Brasil manteve-se politicamente unido e governado pelo herdeiro português.
- em ambos, o contexto das guerras napoleônicas foi determinante, embora o primeiro tenha sido singularizado pela transferência da Corte para a América.

5. (FUVEST-SP) A economia brasileira, durante o Período Monárquico, caracterizou-se fundamentalmente

- pelo princípio da diversificação da produção agrária e pelo incentivo ao setor de serviços.
 - pelo estímulo à imigração italiana e espanhola e pelo fomento à incipiente indústria.
 - pela regionalização econômica e pela revolução no sistema bancário nacional.
 - pela produção destinada ao mercado externo e pela busca de investimentos internacionais.
 - pela convivência das mãos de obra escrava e imigrante e pelo controle do déficit público.
6. (PUCPR) Entre as características da Carta Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I, não está incluído (a)
- o voto universal e secreto.
 - o exercício do Poder Moderador pelo monarca.
 - a forma unitária do Estado.
 - o casamento apenas religioso, com efeitos civis.
 - a divisão do território nacional em províncias.

7. (UEL-PR) Analise a imagem a seguir.



DEBRET, João Baptista. In: Retrato do Brasil, n. 22, 1984. p. 254.

O pintor francês João Baptista Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, registrou, como cronista e ilustrador, a vida do Rio de Janeiro colonial. Na imagem em destaque, que retrata o passeio de uma família abastada, estão registrados alguns elementos da diferenciação social no país. Com base na imagem e nos conhecimentos sobre escravismo no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

I. A frequente integração dos escravos negros às famílias de brancos abastados garantiu, após a abolição da escravidão, um melhor posicionamento dos libertos na economia urbana, como mão de obra qualificada.

II. Após a Independência, o escravismo continuou sendo à base do sistema produtivo, embora a estruturação do Estado Nacional tenha fortalecido a burocracia estatal e a camada de profissionais liberais urbanos.

III. Com a iminência do fim do escravismo, a implantação de pequenas e médias propriedades converteu-se na preocupação fundamental tanto dos homens públicos quanto dos fazendeiros.

IV. A interdição das terras somada à inserção de um número crescente de imigrantes estrangeiros na economia brasileira foram fundamentais no processo de marginalização dos escravos libertos. Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, III, e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

8. (Mackenzie-SP-2011)



NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. História do Brasil para Principiantes: 500 anos de idas e vindas. p. 43

A charge se refere à

- a) promulgação do Ato Adicional de 1834, quando D. Pedro I estabeleceu a criação do Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.
- b) promulgação da Constituição de 1824 por D. Pedro I, estabelecendo o Poder Moderador, de uso tanto do imperador quanto do Conselho de Ministros.
- c) outorga da Constituição de 1824, por D. Pedro II, estabelecendo o Poder Moderador, de uso tanto do imperador quanto do Conselho de Ministros.
- d) outorga da Constituição de 1824 por D. Pedro I, estabelecendo o Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.
- e) promulgação da Constituição de 1891 pelo Mal. Deodoro da Fonseca, estabelecendo o Poder Moderador, de uso exclusivo do presidente.

9. (UFMS-RS)



TEIXEIRA, Francisco M. P. Brasil história e sociedade. São Paulo: Ática, 2000. p. 162.

O quadro Independência ou Morte, de Pedro Américo, concluído em 1888, é uma representação do 7 de setembro de 1822, quando o Brasil rompeu com Portugal. Essa representação enaltece o fato e enfatiza a bravura do herói D. Pedro, ocultando que

- a) o fim do pacto colonial, decretado na Conjuração Baiana, conduziu à ruptura entre o Brasil e Portugal.

b) o processo de emancipação política iniciara com a instalação da Corte portuguesa no Brasil e que as medidas de d. João puseram fim ao monopólio metropolitano.

c) o Brasil continuara a ser uma extensão política e administrativa de Portugal, mesmo depois do 7 de setembro.

d) a Abertura dos Portos e a Revolução Pernambucana se constituíram nos únicos momentos decisivos da separação Brasil-Portugal.

e) a separação estava consumada, o processo estava completo, visto que havia, em todo o Brasil, uma forte adesão militar, popular e escravista à emancipação.

10.(Unicamp-SP-2007) Se eu pudesse alguma coisa com Deus, lhe rogaria quisesse dar muita geada anualmente nas terras de serra acima, onde se faz o açúcar; porque a cultura da cana tem sido muito prejudicial aos povos:

- 1_i-) porque tem abandonado ou diminuído a cultura do milho e do feijão e a criação dos porcos; estes gêneros têm encarecido, assim como a cultura de trigo, e do algodão e azeite de mamona;
- 2_i-) porque tem introduzido muita escravatura, o que empobrece os lavradores, corrompe os costumes e leva ao desprezo pelo trabalho de enxada;
- 3_i-) porque tem devastado as belas matas e reduzido a taperas muitas herdades;
- 4_i-) porque rouba muitos braços à agricultura, que se empregam no carroto dos africanos;
- 5_i-) porque exige grande número de bestas muares que não procriam e que consomem muito milho;
- 6_i-) porque diminuiria a feitura da cachaça, que tão prejudicial é do moral e físico dos moradores do campo.

SILVA. José Bonifácio de Andrada e. [1763-1838]. Projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 181-182 (Adaptação).

Retome o texto apresentado, escrito por José Bonifácio de Andrada e Silva.

- a) Identifique dois aspectos negativos da cultura da cana-de-açúcar mencionados no texto.

b) A Assembleia Constituinte, à qual José Bonifácio encaminhou seus projetos sobre a escravidão, foi dissolvida em novembro de 1823 por D. Pedro I, que promulgou uma Constituição em março de 1824. Essa Carta outorgada instituiu o Poder Moderador. De que maneira o Poder Moderador levou à centralização da monarquia?

c) Aponte dois fatores que contribuíram para a abolição da escravidão no Brasil.

11. (UNIFESP–2008) A Independência do Brasil, quando comparada com a Independência dos demais países da América do Sul, apresenta semelhanças e diferenças. Indique as principais

a) semelhanças.

b) diferenças.

12. (PUC Rio) Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...] promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição [...]

Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, juntos em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição [...]

Preâmbulo da Constituição Política do Império do Brasil, 1824.

a) Tomando como referência os textos apresentados, identifique uma característica da Constituição de 1824 e uma característica da Constituição de 1988.

b) Explique a relação entre o Poder Moderador e os demais poderes políticos de Estado, instituídos pela Constituição brasileira de 1824.

Seção ENEM

1. (Enem–2009) A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de Independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares que passaram então a questionar não apenas o autoritarismo do poder central, mas o da própria aristocracia da província. Os líderes mais democráticos defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social. Essas idéias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar do movimento. Abandonado pelas elites, o movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta opressão organizada pelo governo imperial.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996 (Adaptação). Com base no texto, é possível concluir que a composição da Confederação do Equador envolveu, a princípio,

a) os escravos e os latifundiários descontentes com o poder centralizado.

b) diversas camadas, incluindo os grandes latifundiários, na luta contra a centralização política.

c) as camadas mais baixas da área rural, mobilizadas pela aristocracia, que tencionava subjugar o Rio de Janeiro.

d) as camadas mais baixas da população, incluindo os escravos, que desejavam o fim da hegemonia do Rio de Janeiro.

e) as camadas populares, mobilizadas pela aristocracia rural, cujos objetivos incluíam a ascensão de D. Pedro I ao trono.

2. (Enem–2004) Constituição de 1824: Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador. [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado. Frei Caneca: O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador.

VOTO sobre o juramento do projeto de Constituição.

Para frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo imperador em 1824 era

a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo imperador.

- b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do Poder Legislativo.
- c) arbitrário, porque permitia ao imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.
- d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da nação.
- e) capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

3. (Enem–2007) Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, I.; WILLHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações anteriores, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da Independência política (1822), é correto afirmar que o país

- a) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no Período Colonial.
- b) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- c) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- d) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- e) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

Independência da América Espanhola

Contexto Europeu

O domínio europeu na América, iniciado no final do século XV, acabou sendo colocado em xeque na passagem do século XVIII para o XIX, pois, entre outros motivos, as transformações ocorridas no Velho Continente provocaram um contexto no qual se tornaram inevitáveis as lutas por independência. O desenvolvimento industrial da Inglaterra, por exemplo, fez crescer a demanda por matéria-prima e por mercados. Apesar de a América Colonial ser parte do mercado inglês, o comércio era mediado pelas metrópoles, ou seja, atravessadores que, por vezes, inviabilizavam as relações comerciais inglesas. Mesmo sendo favorável à Independência das Américas, a Inglaterra vivia um dilema, pois não podia perder seu mercado europeu. Era necessário, portanto, apoiar as Independências sem entrar em conflito com as metrópoles, afinal, o objetivo dos ingleses era aumentar o seu mercado consumidor, e não transferi-lo. Esse paradoxo foi resolvido com o apoio indireto da Inglaterra às Independências, por meio da concessão de empréstimos às colônias e de financiamentos a mercenários, como o Lorde Cochrane, que lutaram ao lado dos colonos.

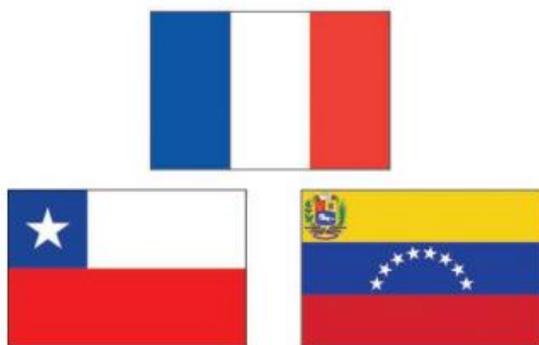
O pensamento iluminista, que atingiu seu ápice na Europa no século XVIII, chamado de Século das Luzes, também teve influência nos processos de Independência das Américas. Por acreditarem em uma ideologia essencialmente burguesa, os iluministas eram contrários às distinções sociais oriundas do Período Feudal, defendendo, assim, a igualdade entre os homens, pelo menos juridicamente. O Iluminismo também pregava o liberalismo econômico, que, na prática, significava a não intervenção do Estado na economia. Dessa forma, as relações existentes entre as metrópoles e as colônias – baseadas completamente nos princípios mercantilistas – eram vistas com extremo desprezo não só pela Inglaterra, como também pelos ilustrados, afinal, os nativos não tinham os mesmos direitos políticos que os indivíduos da metrópole, a colônia não possuía liberdade comercial e mesmo a liberdade de expressão era coibida no continente americano.

Posta, portanto, a divergência entre o sistema colonial e as ideias iluministas, as metrópoles buscaram meios de proibir a circulação das obras consideradas subversivas, principalmente francesas, em seus domínios. Mesmo assim, livros de autores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, por exemplo, chegavam às colônias, fosse por intermédio das elites que iam estudar na Europa e lá tomavam consciência dos ideais ilustrados, fosse por meio do contrabando de livros para a América. Dessa maneira, formou-se uma elite colonial que via na Independência a única saída para seu desenvolvimento econômico e político. Além disso, essa elite de

formação europeia se considerava igual aos europeus, por mais que estes adotassem uma visão etnocêntrica que vinculasse a América à barbárie.

Além de influências ideológicas, como o Iluminismo, os colonos tomaram como exemplo algumas lutas liberais burguesas ocorridas durante o século XVIII. Uma delas foi a Revolução Francesa, afinal, aquele processo revolucionário burguês, ocorrido em 1789, foi uma das mais importantes lutas contra o absolutismo. Além de conseguirem derrubar o governo, que era considerado o mais despótico de toda a Europa, os revolucionários franceses implementaram novos modelos políticos no país e, assim, evidenciaram o fracasso do Antigo Regime.

Uma clara manifestação da influência revolucionária francesa nos processos de emancipação do continente americano é a grande recorrência de bandeiras tricolores como estandartes das novas nações que se formaram. Porém, ao contrário do azul, branco e vermelho – que representam, respectivamente, liberdade, igualdade e fraternidade – da bandeira francesa, as nações americanas adotaram cores que faziam alusão a elementos próprios do continente, por exemplo, o amarelo, que representava a riqueza oriunda dos metais preciosos.



Inspirados na bandeira da França, os estandartes do Chile e da Venezuela apresentam variações tricolores.

Mesmo tendo passado cerca de dez anos do início da Revolução Francesa, as lutas no continente europeu não cessaram e, já no início do século XIX, a Europa vivenciava as guerras napoleônicas, quando o poderio bélico francês se impôs em praticamente todo o continente. A Europa se rendia ao Exército de Napoleão Bonaparte, e a Inglaterra era a única potência que, devido à sua força econômica e à sua posição insular, conseguia resistir à expansão napoleônica.

Diante da resistência inglesa, o imperador francês decretou o Bloqueio Continental (1806), que proibia os países europeus de comercializarem com os britânicos. A Espanha, assim como outros países da Europa, tinha uma economia muito dependente dos ingleses, e, como a França não estava no mesmo patamar industrial que a Inglaterra, os espanhóis romperam o Bloqueio.

A reação francesa foi imediata e se manifestou através da invasão da Espanha e da deposição do rei daquele

país, Fernando VII. José Bonaparte, irmão de Napoleão, foi colocado no trono espanhol e, além da resistência interna ao seu governo, o novo rei enfrentou a desobediência das colônias que compunham a América Espanhola.

Contexto Interno das Américas

Apesar da importante contribuição europeia para as lutas de Independência dos hispano-americanos, é necessário compreender a realidade do continente americano à época, assim como as estruturas internas das colônias espanholas, para se ter uma noção da realidade dos novos Estados formados a partir desse processo emancipacionista.

Formados a partir desse processo emancipacionista. Se a Revolução Francesa foi a maior inspiração europeia para os colonos que ansiavam por liberdade, o melhor exemplo de luta em pleno continente americano foi a Independência das Treze Colônias, processo também conhecido como Revolução Americana, ocorrido no século XVIII. A luta dos estadunidenses serviu de exemplo aos hispano-americanos, pois o norte da América foi a primeira região do continente a conquistar a liberdade, livrando-se, inclusive, da nação mais poderosa da época, a Inglaterra. Além disso, o considerável desenvolvimento tecnológico alcançado por parte dos estados que compunham aquele país levava as elites coloniais a acreditarem que a independência seria a melhor saída naquele momento. Uma clara manifestação da influência estadunidense nas Américas foi o sistema político adotado pela maioria dos Estados formados, que, assim como os Estados Unidos, se tornaram republicanos.

Internamente, as colônias que compunham a América Espanhola apresentavam uma sociedade estratificada. Os chapetones, espanhóis que vinham para a América, tinham a posição social mais privilegiada e, por isso, ocupavam os altos cargos administrativos e controlavam o comércio externo. Outra camada que ocupava posição de destaque era os criollos, elite nativa descendente de espanhóis, que controlava a economia colonial e tinha poderes políticos limitados. A classe intermediária era formada por mestiços e índios, que, por não terem grande prestígio social, eram excluídos de certos direitos políticos, como o voto. Finalmente, é importante apontar a posição social inferior ocupada pelos negros que, estando abaixo de qualquer outro elemento social, muitas vezes eram submetidos à escravidão e, logo, aos interesses das elites coloniais.

Com o desenrolar da colonização espanhola, os criollos acabaram entrando em divergência com os chapetones, pois a elite nativa ganhou muita força econômica pelo fato de controlar as estruturas produtivas das colônias espanholas, estruturas estas que, ao longo do tempo, se desenvolveram bastante. Apesar de parecer um paradoxo, o investimento estrutural nas colônias era

importante para a metrópole, que, a partir de então, teria condições de cobrar mais impostos sobre uma produção mais volumosa. Assim, em virtude da força econômica alcançada pelos criollos, estes passaram a reivindicar maior representação política, uma vez que sustentavam a economia colonial com suas minas e fazendas. A única forma de obter essa participação, no entanto, era rompendo com a metrópole, já que, por serem espanhóis, os chapetones tinham maior influência junto à Coroa.

Além do desejo de liberdade por parte da elite colonial, a maior parte da sociedade, formada por pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados, mestiços, índios e negros, também via a Independência com bons olhos, pois acreditava que, vivendo em um país independente, conquistaria maiores direitos sociais e políticos. Às vésperas do século XIX, portanto, a sociedade colonial espanhola, por mais que apresentasse projetos políticos distintos, demonstrava seus anseios de liberdade, situação preocupante para a metrópole, que via o seu controle sobre as Américas ameaçado.

Processo de Emancipação Política

No processo de emancipação política da América Espanhola, há algumas peculiaridades e diferenças em relação ao das Treze Colônias e ao do Brasil. No caso das Treze Colônias, o que ocorreu após a Independência foi um processo de expansão territorial. A Marcha para o Oeste estava associada ao ideário do Destino Manifesto, uma crença quase religiosa da missão dos estadunidenses em expandir os valores da democracia e da liberdade. Já no caso brasileiro, houve a manutenção da unidade territorial, se desconsiderarmos pequenas alterações sofridas ao longo do século XIX e início do XX.

O processo de Independência da América Latina, mais precisamente da América Espanhola, no entanto, gerou uma grande fragmentação territorial em relação às antigas possessões espanholas, que, já no século XIX, se desmembraram em vários Estados politicamente autônomos. É importante ressaltar que, mesmo dentro de alguns desses Estados, houve sedições políticas, pois, em virtude da disputa do poder entre os caudillos – líderes das independências –, países que haviam conquistado sua emancipação, como a Grã-Colômbia, acabaram sofrendo fragmentações posteriores.

Outra reflexão interessante que devemos fazer é a respeito do termo utilizado: emancipação política. A preferência por esse termo, ao contrário de simplesmente independência, tem por objetivo mostrar que, ao conquistar a sua liberdade política, a América Latina não conseguiu se livrar do jugo econômico europeu. O apoio dado pela Inglaterra às Independências acabou por manter laços de domínio econômico, uma vez que as estruturas econômicas e

mesmo culturais da região favoreciam a manutenção dessa dependência. Muitos membros das elites coloniais tinham ligações econômicas com a Europa e acreditavam que o Velho Mundo poderia contribuir culturalmente para o desenvolvimento da América, já que grande parte dos membros dessa elite teve sua formação intelectual na Europa.

Um dos mais importantes precursores das Independências latino-americanas aconteceu no vice-reino de Nova Granada – atual Peru –, onde a mita e a encomienda, tipos de trabalho compulsório indígena, eram utilizadas de forma extensiva nas minas e haciendas. José Gabriel Tupac Amaru, que afirmava ser um descendente dos incas, liderou, em 1780, uma rebelião contra a exploração sofrida pela população indígena e, reunindo índios, mestiços e criollos, chegou a derrubar esses tipos de trabalho compulsório em várias cidades da região.

Apesar do sucesso inicial, o movimento acabou fracassando devido a fatores como a inexperiência militar dos rebeldes. Além disso, a elite colonial, que a princípio apoiava o movimento, temendo a radicalização do projeto emancipacionista, passou a facilitar a ação das tropas espanholas na repressão aos rebeldes. Traído, Tupac Amaru foi preso, julgado na cidade de Cuzco e condenado à morte em 1781.

É importante ressaltar que, apesar do aparente fracasso do projeto emancipacionista elaborado por Tupac Amaru, através daquele ato, a Espanha pôde perceber, já no século XVIII, que a contestação ao domínio colonial estava em andamento, e que, no caso da América Hispânica, as massas reivindicavam não só maior liberdade, mas também mudanças sociais. Essa rebelião, ocorrida em uma das principais zonas mineradoras da América, assustou não só a elite metropolitana, como também as elites coloniais, que sentiram que seus privilégios sociais estavam sendo ameaçados. Mais tarde, a Revolução de São Domingos (Haiti) mostrou novamente às elites que as camadas exploradas das sociedades americanas estavam se mobilizando.

Ocorrido majoritariamente durante o século XIX, o processo de Independência da América Espanhola pode ser dividido em dois momentos. No primeiro momento (1810-1816), as elites coloniais foram beneficiadas pelas guerras napoleônicas, afinal, diante da desordem criada pelo imperador francês, os criollos tomaram frente na política colonial e transformaram os cabildos em juntas governativas, órgãos com maior autonomia política. Ainda assim, nesse primeiro momento, não houve grandes conquistas por parte dos colonos, ou seja, apesar das lutas, a maioria dos países não garantiu a sua emancipação política em relação à Espanha. Tal situação se justifica pelo fato de a Inglaterra – diretamente interessada na Independência da América – estar envolvida nas guerras napoleônicas, o que acabou

inviabilizando o apoio daquela importante nação aos movimentos emancipacionistas.

Em 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado definitivamente pelas forças conservadoras que, através do Congresso de Viena, reconduziram o rei espanhol Fernando VII ao trono. Devido à sua tendência absolutista, o rei logo se empenhou em reafirmar a sua autoridade política e econômica sobre as colônias instaladas na América. Tal imposição, no entanto, não agradou aos criollos, uma vez que a elite nativa americana não estava disposta a abrir mão da autonomia conquistada. Assim, entre 1816 e 1825, houve um segundo momento emancipacionista, quando a maioria dos países da América conquistou sua autonomia política.



Fernando VII

Apesar da concretização das Independências, é importante ressaltar que a Espanha, que não concordava em perder seus domínios, passou a reprimir violentamente as lutas de Independência. Os espanhóis contaram ainda com o apoio da Santa Aliança e de países como a França que, através do Congresso de Verona (1822), se dispôs a enviar tropas à América em auxílio aos espanhóis.

A vitória dos colonos sobre a Espanha só foi possível por causa da aliança realizada entre as elites coloniais e a Inglaterra, diretamente interessada nas relações comerciais com o continente americano. Tal postura da Coroa inglesa, no entanto, causou uma crise na Quintupla Aliança (criada durante o Congresso de Viena), uma vez que, desrespeitando o caráter conservador dos aliados, a Inglaterra defendeu os movimentos liberais emancipacionistas nas colônias espanholas da América. A partir de então, os ingleses se desvincularam da Aliança, o que enfraqueceu o movimento conservador na Europa, facilitando a Independência da América Espanhola e abrindo espaço para novos movimentos liberais.

Após a Independência, os caudillos, como ficaram conhecidas as lideranças políticas e militares que haviam figurado à frente dos movimentos de Independência, passaram a controlar politicamente as

novas nações formadas. O principal desses líderes foi Simón Bolívar, responsável pela Independência de países como Bolívia, Grã-Colômbia, Venezuela e Equador. Bolívar, um dos libertadores da América, defendia o pan-americanismo, através do qual toda a América Espanhola se unificaria em torno de uma confederação. Segundo ele, a união das ex-colônias espanholas seria a melhor saída para viabilizar a formação de uma nação hegemônica no cenário mundial, nação esta que se estenderia da Terra do Fogo, na Argentina, até o Alasca.

Em 1826, foi organizado o Congresso do Panamá, quando, com base nas ideias de Simón Bolívar, houve uma tentativa de reunir os chefes políticos dos Estados recém-formados, com o objetivo de manter a unidade do continente. A maioria dos representantes, entretanto, não compareceu, pois os caudillos, que exerciam grande influência nos seus países, não tinham interesse na união desejada por Bolívar. Os participantes do Congresso entraram em divergência também no que se refere ao sistema político ideal para o país a ser formado. Os adeptos de José de San Martín – outro libertador da América – defendiam que o regime republicano, semelhante ao dos Estados Unidos, seria o mais propício ao desenvolvimento econômico da grande nação hispano-americana. Já os adeptos de Simón Bolívar acreditavam que o sistema monárquico seria o mais viável, pois, desde a colonização, a América, em geral, já estava ambientada com os regimes europeus. Assim, em virtude dessas divergências surgidas durante o Congresso, o projeto de formação de uma grande nação americana não foi concretizado.



Encontro entre Simón Bolívar e José de San Martín, dois dos libertadores da América, em Guayaquil (atual Equador), em 1822.

Em parte, a fragmentação das ex-colônias espanholas em Estados autônomos distintos pode ser justificada pelos aspectos geográficos que, por vezes, dificultavam a comunicação entre as diversas regiões americanas. A Cordilheira dos Andes, que se estende por grande parte da América do Sul, é um claro exemplo dessa “fronteira natural” existente entre os novos países.

Outro fator fundamental para o fracasso da união da América foi a participação da Inglaterra no processo de emancipação, afinal, os ingleses não desejavam o aparecimento de uma nação forte e poderosa no

continente. É importante ressaltar, ainda, que a própria divisão política da América Espanhola, promovida pela metrópole, que não permitia a comunicação entre os vice-reinos e as capitânicas gerais, foi responsável pela falta de unidade política.

Porém, o elemento mais importante para a fragmentação da América Espanhola foi as diferenças de interesses entre os caudillos, que, após as Independências, passaram a disputar o poder conforme seus interesses. Assim, em vez de ceder parte dos seus poderes ao chefe do grande Estado projetado por Bolívar, os caudillos preferiram manter a sua influência nos Estados que dominavam.

Casos Particulares

Argentina

As Províncias Unidas do Prata compreendiam o território onde hoje se situam a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia. Já em 1811, a região iniciou um processo de emancipação fragmentada, pois, naquele ano, o Paraguai se tornou independente. Logo depois, foi a vez dos argentinos, que, apesar de jurarem fidelidade ao rei espanhol, Fernando VII, não toleraram as atitudes absolutistas tomadas pelo monarca após a sua volta ao poder, em 1815. Assim, reunidos no Congresso de Tucumã (1816), os argentinos se declararam independentes sob o comando de José de San Martín. Mesmo com a Independência argentina, o processo de fragmentação continuou, afinal, poucos anos após a libertação da Argentina, o Brasil anexou a região da Cisplatina, hoje chamada de Uruguai.

A fragmentação do vice-reino do Prata, no entanto, nunca agradou aos argentinos, que sempre mantiveram vivo o sonho de reconstrução da unidade do Prata. Posicionamento paradoxal, uma vez que, até a década de 1960, não havia unidade política nem mesmo na Argentina, pois, até então, cabia ao presidente argentino comandar a província de Buenos Aires. Em cada uma das outras províncias, o poder era exercido por caudillos, que faziam oposição ao governo central.

México

As lutas pela Independência do México começaram em 1810, tendo sido lideradas pelos padres Hidalgo e Morelos, que defendiam mudanças sociais favoráveis à população indígena. Observa-se que essas lutas tinham, em sua origem, um caráter de movimento revolucionário social. Miguel Hidalgo, por exemplo, decretou que os indígenas não seriam obrigados a arrendar suas terras e que elas seriam trabalhadas exclusivamente pelos seus proprietários.

Já José María Morelos apoiou Hidalgo na supressão da escravidão e foi além: defendia a extinção das qualificações discriminatórias entre índios, mulatos e

negros, condenando qualquer medida que representasse opressão.

O caráter revolucionário do México assustou não só as elites metropolitanas, mas todos os poderosos da própria colônia. Assim, esses padres foram assassinados, mas a luta pela Independência continuou.



El grito de Dolores, mural que retrata o padre Hidalgo à frente do povo mexicano durante a luta pela Independência.

As lutas emancipacionistas chegaram ao seu ápice em 1821, quando o general Iturbide – até então responsável pela contenção às rebeliões separatistas – proclamou o Plano Iguala. Apesar de concretizar a Independência mexicana, este plano assegurava os privilégios da Igreja Católica e a proteção à propriedade, favorecendo, assim, os grandes proprietários de terras. A única mudança de fato gerada pela emancipação foi que as riquezas do país não iriam mais para a Espanha, permanecendo agora no México, nas mãos da elite econômica, responsável pelo comando de uma monarquia personificada pelo general Iturbide.

O regime monárquico durou até 1823, quando Iturbide foi forçado a abdicar e a se exilar na Europa, o que levou à implantação da república no México. Assim, a partir daquele ano, o Brasil passou a ser a única monarquia no continente americano.

Confederação da Grã-Colômbia

Em 1819, as elites coloniais do vice-reino de Nova Granada se reuniram no Congresso de Angostura, quando anunciaram o rompimento da região com a metrópole e a criação da Confederação da Grã-Colômbia. Naquele momento, os colonos indicaram Simón Bolívar como o presidente da república ali instalada, e, como vice-presidente, foi nomeado Santander, que foi, de fato, quem governou, já que Bolívar continuava liderando lutas de independências em outras regiões americanas.

Apesar da emancipação política, os chefes de Estado da recém-formada Grã-Colômbia entraram em

divergência, afinal, enquanto Bolívar defendia o unitarismo, através de um governo forte e centralizado, Santander apoiava o federalismo, com descentralização do poder. As disputas internas entre os dois grupos foram tantas que, em 1829, a Confederação da Grã-Colômbia iniciou um processo de fragmentação em três países: Colômbia, Equador e Venezuela.

Cuba

Último país da América Espanhola a se livrar do domínio colonial, Cuba recebeu o apoio dos Estados Unidos para sua Independência, o que contrariava os interesses espanhóis. A justificativa para tal atitude veio em 1898, quando um navio estadunidense, ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado. Alguns autores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, que serviria como um motivo para o conflito. Fato é que tal incidente provocou a Guerra Hispano-Americana, travada entre os Estados Unidos e a Espanha, que acabou sendo derrotada.

Pelo Tratado de Paris (1898), além da Independência de Cuba, os espanhóis reconheciam o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, até hoje sob controle daquele país. Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que foi incorporada à Constituição cubana. Esse dispositivo concedia a emancipação aos cubanos, mas, ao mesmo tempo, dava ao governo dos EUA o direito de intervir e de construir bases militares no país, sendo que, até hoje, uma delas, Guantánamo, funciona como uma prisão estadunidense em solo cubano.

Uruguai

O Uruguai foi incorporado ao território brasileiro em 1820. As pretensões lusas na região eram antigas, pois Portugal desejava o controle sobre a Bacia do Prata. D. João, usando o argumento de que sua esposa, Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, da Espanha, era herdeira da região, acabou por anexar a região ao Brasil.

Em 1825, apoiados pela Argentina, que também tinha interesses na região, os uruguaios iniciaram uma guerra para se livrarem do domínio brasileiro. Devemos lembrar que o Brasil, nesse momento, já era independente. A Guerra da Cisplatina (1825-1828), como ficou conhecida, terminou com a intervenção da Inglaterra, que, para não fortalecer um lado ou outro, acabou determinando a criação da República da Banda Oriental do Uruguai, desvinculada do Brasil e também da Argentina.

Haiti

O Haiti faz parte da Ilha de Hispaniola (atual São Domingos), dividida durante o Período Colonial entre Espanha, lado oriental, e França, lado ocidental. O lado francês da ilha possuía três classes sociais distintas: a maior parte da população era composta de escravos; os mulatos e negros libertos, que podiam inclusive se tornar donos de escravos, compunham uma classe intermediária; e, finalmente, os brancos, socialmente privilegiados, compunham a minoria responsável pela exploração econômica e pela administração colonial.

O processo de Independência de São Domingos se iniciou durante a Revolução Francesa, em 1791, tendo como líder Toussaint Louverture, que, inspirado no movimento burguês europeu, acabou se convencendo de que o Haiti deveria se tornar uma federação ligada à França. Assim, após a Convenção Nacional abolir a escravidão nas colônias francesas, Louverture se incorporou ao Exército francês na luta contra os ingleses, o que acabou lhe concedendo prestígio o suficiente para realizar mudanças administrativas na ilha. Louverture criou hospitais, construiu parques, estimulou a produção das lavouras de açúcar, criou escolas e chegou a redigir uma Constituição para o Haiti.

A liderança de um negro na América, no entanto, assustou as elites brancas e, principalmente, Napoleão Bonaparte, o homem mais poderoso do mundo na época. A mando do imperador francês, uma expedição militar, comandada pelo general Leclerc, chegou ao Haiti em 1802. Louverture foi derrotado, preso e enviado à França, onde morreu um ano mais tarde.

Apesar da aparente derrota do movimento emancipacionista haitiano, Jean-Jacques Dessalines deu continuidade à obra de Louverture e, assim, proclamou a Independência da ilha – agora denominada Haiti – em 1804. Dessalines se proclamou imperador com o título de Jacques I, mas, em 1806, acabou sendo assassinado.

A Independência do Haiti teve um caráter singular, uma vez que foi o segundo país da América a conquistar a liberdade, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, a emancipação foi realizada por uma classe socialmente subordinada, os escravos, que, com requintes de crueldade, exterminaram a elite branca daquela região. Vale ressaltar, no entanto, que essa conquista não significou o fim do preconceito étnico: a minoria mulata, que assumiu o comando da nova nação, discriminava a maioria negra.

Exercícios de Fixação

1. (UNIRIO-RJ) Ao compararmos os processos de formação dos Estados Nacionais no Brasil e na América Hispânica, no século XIX, podemos afirmar que

- a) a unidade brasileira foi garantida pela existência de uma monarquia de base popular, enquanto que o caudilhismo, na América Hispânica, impediu qualquer tipo de participação das camadas mais baixas da população.
- b) a unidade brasileira relacionou-se, exclusivamente, ao forte carisma dos representantes da casa de Bragança, enquanto, na América Hispânica, não surgiu nenhuma liderança que pudesse aglutinar os diversos interesses em disputa.
- c) as diferenças regionais, no Brasil, não ofereceram nenhum obstáculo à obra centralizadora em torno da Coroa, ao passo que, na América Hispânica, as diferenças regionais contribuíram para a sua fragmentação.
- d) os interesses ingleses, na América Hispânica, eram mais presentes e foram os únicos determinantes da sua fragmentação, ao passo que, no Brasil, aqueles interesses não existiram de maneira tão marcante, de forma a impedir a obra da centralização.
- e) não existiu, na América Hispânica, uma facção oligárquica hegemônica que conseguisse levar adiante a obra da unidade, enquanto, no Brasil, os interesses escravistas aglutinaram as elites em torno de um projeto centralista.

2. (UFMG) Leia este trecho:

[...] não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis: em suma, sendo americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos de disputar estes aos do país e mantermo-nos nele contra a invasão dos invasores – encontramos-nos, assim, na situação mais extraordinária e complicada.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica, 1815.

Ao escrever esse texto, o autor refere-se à situação ambígua dos

- a) criollos, formados na tradição europeia, mas identificados com o novo continente.
- b) escravos negros americanos, que perderam seus laços culturais com a África.
- c) mulatos libertos nascidos na América, divididos entre diferentes tradições culturais.
- d) cholos, indígenas educados por europeus, afastados das suas raízes identitárias originais.

3. (UFJF-MG–2010) A seguir, se encontram descritas diferentes características dos processos de Independência da América Latina e da América do Norte. Sobre esse contexto, leia as afirmativas seguintes.

I. Nos Estados Unidos, como consequência imediata de seu processo de Independência, ocorreu a abolição da escravatura.

II. Em toda a América Espanhola, ocorreu uma aliança entre as elites locais e os setores populares contra os interesses metropolitanos, sem, contudo, produzir mudanças nas formas de governo.

III. Na América Portuguesa, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, bem como a abertura dos portos às nações amigas, constituiu-se em importante fator para a crise do sistema colonial.

IV. O processo de Independência no Haiti caracterizou-se por uma rebelião escrava, constituindo-se em um singular modelo de luta anticolonial.

Marque a opção correta.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas a I e IV estão corretas.
- d) Apenas a I e III estão corretas.
- e) Apenas a III e IV estão corretas.

4. (FGV-SP) O hispano-americano principia como uma justificação da independência, mas se transforma quase imediatamente num projeto: a América é menos uma tradição a seguir que um futuro a realizar. Projeto e utopia são inseparáveis do pensamento hispano-americano, desde o final do século XVIII até nossos dias.

PAZ, Octavio. Labirintos da solidão. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 109.

Sobre o processo de Independência na América Espanhola, é correto afirmar:

- a) O Congresso do Panamá, de iniciativa de Simón Bolívar, tinha como objetivo a criação de uma confederação pan-americana e contava com a simpatia britânica.
- b) A utopia da unidade era compartilhada por líderes da Independência, como San Martín, Hidalgo e Morelos.
- c) A luta pela Independência visava à libertação dos criollos da tutela do domínio metropolitano, possibilitando, assim, a modificação da estrutura social e econômica das colônias.
- d) As guerras de Independência, inicialmente lideradas pelas elites nativas, ganharam força com a participação de índios e escravos que concretizaram a emancipação do domínio espanhol.
- e) Bolívar, chamado de o “libertador”, era um político conservador, defensor de uma monarquia pan-americana.

4. (UNESP–2008) Os donos da terra e os grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto se ampliava a pobreza das massas populares oprimidas [...] A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas pelo liberalismo [...] As burguesias dessas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina.

A partir do texto, é possível afirmar:

- a) As indústrias da América Latina independente tornaram-se competitivas em relação às britânicas, no mercado internacional.
- b) A América Latina independente caracterizou-se pela igualdade, pelas leis autoritárias e pelo desenvolvimento nacional autônomo.
- c) Os Estados Nacionais independentes criaram leis baseadas nos princípios democráticos e na autonomia econômica em relação ao capital externo.
- d) Na América Latina, a Independência preservou a economia colonial dependente do mercado externo e aprofundou as desigualdades sociais.
- e) As burguesias latino-americanas lutaram pela sua autonomia política e econômica em relação ao capital internacional.

Exercícios Propostos

1. (UFU-MG) Em relação aos processos de Independência das Américas Espanhola e Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- a) Os dois principais líderes dos movimentos emancipacionistas, Simón Bolívar e José de San Martín, tinham em comum a origem popular, propiciando a condução unificada das Independências e instalação de regimes republicanos que romperam com as estruturas coloniais.
- b) A Independência da Argentina foi um exemplo típico de manutenção da influência dos caudilhos, líderes da oligarquia rural e grandes pecuaristas, enquanto a do Haiti, um dos países mais pobres da América Central, ex-colônia francesa, foi realizada com a participação maciça de negros, defendendo a liberdade, igualdade e o direito à propriedade de terras.
- c) A vinda da família real portuguesa para o Brasil proporcionou o fortalecimento dos laços coloniais entre Brasil e Portugal, por meio da decretação da Abertura dos Portos e da assinatura dos tratados comerciais de 1810 com a Inglaterra, os quais impediram a afirmação de uma economia colonial autônoma.
- d) A vitória obtida nos processos de Independência do Paraguai e do México propiciou um distanciamento das ex-colônias espanholas da influência inglesa, assim como sua aproximação com os Estados Unidos, concretizando o sonho do pan-americanismo dos libertadores, expresso no lema: “A América para os americanos”.

2. (UFMG) Considerando-se a formação dos Estados Nacionais na América Latina, é correto afirmar que

- a) as ilhas caribenhas de colonização espanhola, seguindo o exemplo do continente, se emanciparam da metrópole nas primeiras décadas do século XIX.
- b) os Estados emergentes mantiveram as fronteiras que separavam os vice-reinos e as capitânias-gerais, unidades administrativas do Império Espanhol.

- c) os novos Estados adotaram a república, com exceção do México e do Haiti, com suas breves experiências monárquicas, e do Brasil.
- d) os novos Estados se consolidaram lentamente, superando numerosos obstáculos, mas mantendo a ordem política e a unidade nacional.

3. (UFMG) Para a América Espanhola e, pode-se acrescentar, para o Brasil oitocentista e os Estados Unidos, o Haiti foi um exemplo e uma advertência, observados com crescente horror tanto por governantes como por governados.

LYNCH, John. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. v. 3. p. 69.

Nesse trecho, faz-se referência

- a) ao subdesenvolvimento e à miséria da ilha caribenha, país mais pobre da América Latina.
- b) à desagregação da sociedade haitiana, reforçada pelas constantes turbulências econômicas.
- c) ao aumento crescente da influência dos ideais anarquistas e evolucionistas na ilha caribenha.
- d) ao processo de Independência da ilha, marcado por uma sublevação maciça de escravos negros.

4. (UFU-MG) Sobre o pan-americanismo do século XIX, é CORRETO afirmar:

- a) O bolivarianismo defendia a criação de uma zona de livre-comércio na América do Sul, abolindo todas as tarifas alfandegárias.
- b) Ao formular suas ideias de união das sociedades americanas, Bolívar propunha a formação de uma poderosa república sob seu governo, unindo o Equador, Peru, Argentina e Chile.
- c) O monroísmo, substituto do bolivarianismo, representou o mais alto grau de solidariedade continental, garantindo a manutenção da independência de cada país e realizando muitos dos ideais de Bolívar.
- d) Pode ser entendido como um movimento de solidariedade continental, com o objetivo de manter a paz nas Américas, defender a independência dos Estados americanos e estimular seu interrelacionamento.
- e) O monroísmo e o bolivarianismo coexistiram como doutrinas que pregavam a igualdade entre todos os Estados. Tinham como objetivo maior a formação de uma Confederação de Estados na América do Sul.

5. (FUVEST-SP-2007) Nas reivindicações dos movimentos políticos que levaram à Independência dos países da América Espanhola, encontram-se alguns traços comuns. Entre eles, a

- a) proposta de igualdade social e étnica.
- b) proposição de aliança com a França revolucionária.
- c) defesa da liberdade de comércio.
- d) adoção do voto universal masculino.
- e) decisão de separar o Estado da Igreja.

6. (UFJF-MG-2006) A respeito do processo de Independência na América Espanhola, é incorreto afirmar:

- a) A invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas levou à reorganização do comércio das colônias, favorecendo a desarticulação do pacto colonial e a implantação de práticas comerciais mais livres.
- b) A Inglaterra ofereceu apoio à Independência das colônias espanholas, pois via na região uma possibilidade de ampliação dos mercados para seus produtos industrializados.
- c) Os índios lutaram contra a Independência e para manutenção do trabalho forçado, pois viam no sistema colonial a única maneira de preservação de suas atividades econômicas.
- d) Os criollos pretendiam romper o exclusivo colonial, mas não pretendiam encaminhar uma alteração na estrutura social das colônias.
- e) A emergência de uma revolução liberal na Espanha dificultou o envio de tropas para as colônias, favorecendo o processo de Independência.

7. (FMCMG-2011) O rápido processo de Independência da América Espanhola ocorreu em um contexto político-social de lutas internas e interesses estrangeiros, entre os quais se pode identificar

- a) a atuação de Simón Bolívar, cuja marcha popular libertadora contra os interesses da Espanha e dos Estados Unidos defendia a formação de uma confederação de países soberanos e latinos na América do Sul.
- b) a vitória de diversas rebeliões populares lideradas por indígenas, como as do Peru e México, que lutavam contra a opressão das elites espanholas e criollas, criando novos países livres no continente.
- c) a atuação dos criollos, membros das elites hispano-americanas, que buscavam romper com a política metropolitana monopolista, que dificultava suas transações mercantis, sobretudo com a Inglaterra.
- d) a derrota de Napoleão na Europa, o que ocasionou o enfraquecimento das monarquias europeias comprometidas com o centralismo político e com o pacto colonial mercantilista na América.

8. (UFMG) O caudilhismo foi um fenômeno político surgido na América Hispânica, na primeira metade do século XIX, a partir da crise do sistema colonial e em meio às guerras de Independência que se seguiram.

- a) Explique por que a ação dos caudilhos dificultou a consolidação dos Estados Nacionais em vários países hispano-americanos.

b) Explique por que o Brasil, ao contrário do que ocorreu em países da América Hispânica, conseguiu manter sua unidade territorial em meio ao processo de Independência verificado na primeira metade do século XIX.

9. (UNESP-2010) Leia atentamente o texto.

O período de Pré-Independência assistiu ao nascimento de uma literatura de identidade, na qual os americanos glorificavam seus países, proclamavam seus recursos e louvavam seu povo. Enquanto mostravam a seus compatriotas as suas qualidades, esses autores apontavam as qualificações dos americanos para os cargos públicos e, na verdade, para o autogoverno. Os próprios termos instilavam confiança por repetição – pátria, país, nação, nossa América, nós americanos. Embora ainda se tratasse de um nacionalismo mais cultural do que político e não fosse incompatível com a unidade imperial, mesmo assim ele preparava as mentes dos homens para a Independência, ao lembrar-lhes de que a América tinha recursos independentes e as pessoas para administrá-los.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. História da América Latina, 2001.

Indique os principais motivos que levaram as colônias espanholas à Independência.

11.(Unicamp-SP-2010) A Revolução de Saint Domingue (Haiti), entre 1791 e 1803, destruiu a economia de plantation na colônia europeia mais rica da época. Como resultado disso e da abolição do tráfico de escravos para as colônias britânicas, em 1807, a exportação de açúcar, café e outros produtos tropicais cresceu em Cuba e no Brasil, que experimentaram um enorme aumento no afluxo de escravos. Essas regiões são caracterizadas no século XIX por uma “segunda escravidão”, mais próxima de um sistema industrial na disciplina do trabalho e na inovação técnica na produção. Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, esta “segunda escravidão” demonstrou sua adaptabilidade e vitalidade.

TOMICH Dale W. Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p. 69, 80. (Adaptação).

- a) Segundo o texto, o que caracterizava a vitalidade e a adaptabilidade da “segunda escravidão”, desenvolvida no século XIX?

b) Identifique duas características da Revolução de Saint Domingue (Haiti).

Seção ENEM

1. Após as Independências dos países latino-americanos, a autonomia política foi sendo limitada pela dependência econômica. Na maioria das vezes, a Inglaterra substituiu as antigas metrópoles na exploração econômica, mantendo, com isso, o baixo padrão de vida das camadas populares. Podemos afirmar que essa situação pós-Independência da América Latina foi fruto do (a)

- descaso das elites nativas em participarem do processo de emancipação política, o que foi feito por uma massa de camponeses sem consciência política.
- falta de participação política das massas durante o Período Colonial e da ligação comercial das elites nativas ao capital inglês.
- oposição dos EUA às Independências latino-americanas, o que levou essas jovens nações a buscarem o apoio da Inglaterra.
- fragmentação territorial da América Espanhola, levando à sua fragilidade, apesar da coalizão dos caudilhos, chefes políticos locais.
- baixo desenvolvimento econômico do subcontinente, que possuía uma economia baseada somente no extrativismo mineral e animal.

2.

Divisão administrativa	Ano de criação	Regiões atuais
Capitania de Guatemala	1527	Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica
Vice-reino da Nova Espanha	1537	Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Utah, México
Vice-reino do Peru	1543	Peru, parte da Bolívia e parte do Equador
Vice-reino de Nova Granada	1717	Colômbia, Panamá e parte do Equador
Capitania da Venezuela	1773	Venezuela
Vice-reino do Rio da Prata	1776	Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia
Capitania de Cuba	1777	Caribe e Flórida
Capitania de Chile	1778	Chile

Disponível em: <<http://n.i.uol.com.br/licaodecasa/ensmedio/historiageral/capit-espanholas.gif>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

A tabela anterior evidencia a divisão política da América Espanhola no contexto da Independência. Entre os vários fatores que justificam essa fragmentação, destaca-se

- a manutenção de um modelo econômico tipicamente colonial após o processo emancipatório.
- a ação das lideranças regionais, conhecidas por caudilhos, que não aceitaram a submissão a qualquer projeto de unificação.
- o apoio norte-americano à Independência, orientado pela Doutrina Monroe e seu projeto da “América para os americanos”.
- a interferência brasileira por meio de vários conflitos, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.
- a existência de uma unidade linguística e religiosa que estimulou conflitos e divergências em toda a região.

3. Leia o texto a seguir.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do

desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão de obra.

GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Esse texto retrata o quadro de exploração experimentado historicamente pela América Latina. Diante dessa relação, é possível afirmar que

- a) a América Latina mantém-se como área de exploração das grandes potências mundiais, mas reproduz em escala interna a relação de dominação à qual foi submetida desde o período de colonização europeia.
- b) o processo de Independência dos países da América Latina conferiu, aos mesmos, autonomia para determinarem internamente o melhor processo de relação geopolítica.
- c) a dominação produzida pelos países mais desenvolvidos da América Latina aos países menores da região não pode ser considerada como relação de exploração, como a verificada anteriormente.
- d) o autor se equivoca quando afirma que terra, homens e capacidade de consumo foram explorados no processo de colonização, devido ao fato de serem valores imateriais de uma região.
- e) atualmente a América Latina não pode ser considerada área de exploração, devido ao desenvolvimento verificado em alguns países como o Brasil.

Ideias sociais e políticas do Século XIX

O século XIX foi marcado por grandes transformações de ordem econômica, social, política e ideológica. Abordaremos, agora, os aspectos ideológicos que caracterizaram o século XIX europeu e que deram configuração ao século seguinte.

Um dos grandes debates surgidos no século XIX foi se o avanço tecnológico poderia ou não tornar o homem feliz. Os críticos do capitalismo acreditavam que era possível alcançar a felicidade desde que fosse em uma outra ordem econômica. Vale ressaltar que, apesar de serem críticos do capitalismo, tais pensadores propuseram ideologias que muitas vezes divergiam entre si.

Socialismo Utópico

Os socialistas utópicos criticavam o capitalismo sem, no entanto, propor soluções reais para os problemas apresentados. Alguns chegavam a idealizar a sociedade

perfeita, mas sem demonstrar os caminhos para a construção dessa sociedade, tendo sido esse um dos motivos que levou Marx a chamá-los de socialistas românticos. Outros chegavam a acreditar que o próprio capitalismo encontraria solução para seus problemas estruturais.

Principais socialistas e suas ideias Charles Fourier (1772-1837)

Fourier defendia a criação de falanstérios, que funcionariam como cooperativas em que produtores industriais, agrícolas e trabalhadores produziriam juntos. Cada um ganharia conforme a sua participação, ou seja, os trabalhadores receberiam menos. Para ele, a função dos falanstérios não era distribuir riquezas igualmente entre os homens. Nos falanstérios, cada um iria produzir o que quisesse, e, com isso, os homens seriam mais felizes. O projeto de Fourier acabou sendo prejudicado pela falta de financiamento dos patrões, que acreditavam que quanto mais sofrida fosse a vida dos trabalhadores, mais eles produziriam para esquecerem suas mazelas.

Louis Blanc (1811-1882)

De origem francesa, Blanc propunha a criação de oficinas nacionais ou sociais, também conhecidas como ateliers, nas quais todos os trabalhadores de um mesmo setor se uniriam para produzir juntos. O objetivo principal era conseguir melhor preço para os produtos e enfrentar a concorrência dos produtos ingleses, que levavam vantagem sobre os franceses. Em 1848, durante a Revolução que derrubou o rei francês Luís Felipe, a burguesia criou os ateliers buscando o apoio do proletariado, mas, assim que os burgueses assumiram de fato o poder, estes fecharam as oficinas.

Robert Owen (1771-1858)

Empresário, filho de artesãos, Owen construiu creches para os filhos dos seus empregados, diminuiu a jornada de trabalho nas suas empresas e dividiu os lucros com os funcionários, entre outras medidas. Robert Owen – também conhecido como “Patrão Esclarecido” – chegou a criar uma empresa nos Estados Unidos e entregou o controle aos operários. Acreditava, ao fazer isso, que outros empresários o seguiriam e assim mudariam o mundo. Como agiu sozinho, enfrentando a oposição dos outros industriais, Owen viu as suas empresas, dentre elas a norte-americana New Harmony, falirem.



Representação da New Harmony, indústria idealizada por Robert Owen nos Estados Unidos.

Saint-Simon (1760-1825) Nobre francês, Saint-Simon propunha uma sociedade na qual não haveria ociosos e nem exploração de um homem sobre o outro. Defendia a associação dos produtores, combinando propriedade privada com planejamento centralizado, projeto que contestava o liberalismo econômico vigente até então. Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) Considerado por alguns como o pai do anarquismo, Proudhon defendia a destruição do Estado, da Igreja e da propriedade privada, que para ele seria um roubo. De acordo com alguns historiadores, Proudhon não foi um socialista utópico, haja vista a sua contribuição para a doutrina anarquista.

Socialismo Científico

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) também criticaram o capitalismo, mas, diferentemente de seus antecessores, propuseram um sistema, criado a partir de análises históricas, que visava à substituição do capitalismo. O conjunto de ideias defendido por Marx e Engels ficou conhecido como marxismo. A primeira grande obra dos dois foi o Manifesto Comunista de 1848, mas a principal obra veio somente em 1867, O Capital. Para eles, a transformação da sociedade se daria pela via revolucionária com a derrubada do capitalismo pela classe proletária. Podemos sintetizar o marxismo em quatro teorias fundamentais: a luta de classes, o materialismo histórico, o materialismo dialético e a mais-valia.



Monumento erguido em Xangai, China, em homenagem a Marx e Engels.

Teoria da luta de classes

Segundo Marx e Engels, “a história da humanidade é a história das lutas de classes”, ou seja, toda sociedade sofre transformações devido aos conflitos existentes no seu interior. Dessa forma, sempre existiria uma classe dominante e outra dominada: a primeira quer aumentar cada vez mais seu domínio, e a segunda quer sair da condição de dominada. No capitalismo, o grupo dominante é a burguesia e o dominado é o proletariado. Ainda de acordo com a ideologia marxista, a grande contradição existente no capitalismo é que, para que haja um desenvolvimento cada vez maior desse sistema, o proletariado deve ser cada vez mais explorado. Tal imposição, apesar de parecer benéfica aos capitalistas, geraria uma revolução proletária, através da qual os operários tomariam o poder e os meios de produção.

Teoria do Materialismo Histórico

De acordo com a Teoria Marxista, toda sociedade é determinada pelo seu modo de produção. A economia é a infraestrutura que sustenta a sociedade. Já a política, a religião, a ciência e a cultura representam a superestrutura que se apoia na economia. Assim, o modo de produção de cada período histórico seria o fator responsável por ditar as características de toda a sociedade. Entre os modos de produção registrados pela história, Marx enfatizou o escravista, o feudal e o capitalista.

Teoria do Materialismo Dialético

Ao afirmarem que “todo sistema já traz em si os germes da sua destruição”, Marx e Engels dão a entender que os mesmos elementos que levam um sistema a crescer e a se desenvolver também contribuem para o seu declínio. O capitalismo se assenta na exploração do capitalista sobre o proletariado, e é justamente essa exploração que vai criar as condições para a revolução proletária. Segundo Marx e Engels, quanto mais o capitalismo cresce, mais aumenta a exploração da burguesia sobre o proletariado e, quando o capitalismo chegar ao seu auge, haverá o máximo da exploração. Como o proletariado não terá nada a perder a não ser os seus grilhões, este fará a revolução que vai derrubar o capitalismo e implantar uma nova ordem, a socialista.

Teoria da mais-valia

O marxismo defende a ideia de que o proletário vende sua força de trabalho, mas produz um excedente que é apropriado pelo capitalista. Tal ideologia tem as suas origens no pensamento de David Ricardo, que afirma ser o valor de uma mercadoria determinado pelo trabalho embutido nela. Portanto, se o operário produz,

deveria ficar com o resultado da venda, afinal, ele produz com o seu trabalho mais do que recebe. Tal excedente é denominado mais-valia.

Segundo a análise marxista, seria necessário a conscientização do proletariado quanto à exploração da mais-valia. Quando os trabalhadores assumissem tal consciência, portanto, seria o momento ideal para a realização da revolução proletária já prevista pelas outras teorias. A burguesia seria derrubada do poder e os meios de produção passariam para as mãos do Estado, que distribuiria as riquezas igualmente. Essa fase de socialização das riquezas foi denominada de Socialismo.

Anarquismo

O anarquismo – representado por Peter Kropotkin (1842-1921) e Mikhail Bakunin (1814-1876) – defendia a abolição de toda espécie de autoridade. Para os anarquistas, os homens somente devem estar submetidos à natureza, ao bom senso e ao senso comum. A sociedade seria organizada em comunidades de autoabastecimento, em que as trocas não teriam fins lucrativos. Ainda de acordo com os anarquistas, todo Estado é opressor, devendo ser, portanto, abolido, assim como a propriedade privada e as classes sociais. Em outras palavras, o objetivo final do anarquismo e do marxismo é o mesmo.



Mikhail Bakunin, um dos idealizadores do Anarquismo.

Apesar das semelhanças iniciais, é válido ressaltar que a forma de atingir esse objetivo é controversa entre as duas ideologias. Para o marxismo, a construção do comunismo passa pela fase de transição, o socialismo. Já o anarquismo, contrário ao Estado – existente na fase socialista –, defende a passagem direta do capitalismo ao comunismo. Observe o esquema a seguir, que diferencia o anarquismo do marxismo:



Surgiu, paralelamente ao anarquismo, o anarcossindicalismo, teoria que defende os sindicatos como meios de educação ideológica do operário. Os anarquistas se opuseram a essa adaptação por negarem toda espécie de estrutura hierárquica, inclusive os sindicatos. Assim, o que os diferencia é que os anarcossindicalistas veem uma funcionalidade nos sindicatos, responsáveis por educar o trabalhador para a posterior implantação da sociedade anárquica. Apesar das diferenças, essas duas vertentes tiveram forte influência no movimento operário brasileiro, na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX.

Cristianismo Social ou Socialismo Cristão

Percebendo os avanços de movimentos sociais que questionavam as estruturas vigentes e, com isso, temendo perder adeptos, a Igreja Católica passou a se posicionar em relação a tais problemas. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em uma tentativa de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho. O documento condenava o capitalismo selvagem, no qual os capitalistas exploravam desmedidamente os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, também condenava o socialismo marxista, por seu caráter ateísta e materialista, considerando-o pecado.

Para a Igreja Católica, era possível existir uma variação do capitalismo sem a exploração exagerada, desde que o patrão controlasse sua ânsia excessiva pelo lucro, e o trabalhador, sua natural insubordinação contra “aqueles que o alimentavam”. Na verdade, a Igreja, através da *Rerum Novarum*, continuava a adotar um posicionamento neutro diante dos grandes debates da sociedade.

A *Rerum Novarum* foi a inspiração para outros posicionamentos da Igreja, como a *Quadragesimo Anno* (1931), do papa Pio XI; a *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII, e as *Populorum Progressio* (1967) e *Humanae Vitae* (1968), de Paulo VI.

Liberalismo e Democracia

Apesar de ser propagado ainda no século XVIII através do Iluminismo e da Revolução Francesa, o liberalismo – seja em âmbito político ou mesmo econômico – também teve uma grande importância para o ideário dos homens do século XIX. O liberalismo, no entanto, não deve ser confundido com os ideais democráticos, pois os primeiros liberais pregavam a limitação do poder real, mas não a participação democrática de todos os homens na política. Para eles, as massas incultas, consideradas inexperientes e mesmo selvagens, não tinham capacidade de se organizar politicamente e de atuar como agentes transformadores da sociedade.

Assim, por terem sido lideradas pela burguesia liberal, as revoluções liberais do século XIX não efetivaram mudanças estruturais profundas na sociedade europeia. Foi comum, naquele período, portanto, a adoção de regimes políticos que protegessem a propriedade privada e, principalmente, adotassem o sistema de voto censitário, restringindo a participação política àqueles homens mais abastados.

Mesmo se opondo à democracia, a ideologia liberal favoreceu o surgimento e a ascensão desta posteriormente. Os ideais de igualdade jurídica e política, de liberdade de expressão e do fim dos privilégios sociais defendidos pelos iluministas serviram de inspiração para o aumento das reivindicações das massas. Assim, no decorrer do século XIX e principalmente no início do século XX, os trabalhadores de vários países europeus conquistaram o sufrágio universal masculino, além de melhores condições de trabalho e maiores salários. Tais conquistas só foram possíveis por meio de muitas lutas e, principalmente, de concessões por parte da alta burguesia, que, estrategicamente, passou a fazer pequenas concessões de caráter democrático no intuito de evitar rupturas mais traumáticas, como uma revolução proletária, por exemplo.

Romantismo

Apesar de o Romantismo também ter surgido no final do século XVIII, ele influenciou fortemente a cultura europeia no início do século XIX. Os românticos eram conhecidos por discordarem dos iluministas e, ao contrário de valorizar a razão, como faziam os ilustrados, ressaltavam os sentimentos como os principais elementos para a vida de um homem e, logo, para a sociedade. A essência do Romantismo foi bem representada na obra de John Keats, que escreveu: “Oh! Uma vida de sensações é muito melhor que uma só de pensamentos”.

A fala de Keats também revela outra característica do Romantismo: a valorização do “eu interior”, elemento explorado como força primitiva e fonte de inspiração criativa do homem. Esse “eu interior”, tão admirado

pelo Romantismo, foi reinterpretado posteriormente e denominado de inconsciente por Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, um dos principais expoentes influenciados pelo pensamento romântico.

Os regimes fascistas surgidos no século XX também se basearam na exaltação dos sentimentos e no desprezo pelo racionalismo para construir sua base de apoio das massas. Deve-se ressaltar, entretanto, que os românticos possuíam um enorme respeito pela individualidade humana, contrariando o nacionalismo exacerbado e racial do nazismo, por exemplo. Dessa forma, não se pode dizer que o pensamento romântico foi o responsável pelo sentimento racista e belicista surgido na Alemanha no início do século XX.



A tela retrata as lutas que compuseram a revolução liberal belga de 1830. Assim, é possível afirmar que o Romantismo foi contemporâneo e esteve associado ideologicamente ao nacionalismo e ao liberalismo europeu do século XIX.

As divergências entre os ilustrados e os românticos também passavam pela interpretação que ambos faziam sobre a Idade Média. Enquanto os iluministas a consideravam uma idade de trevas, mitos e superstições religiosas, os românticos consideravam-na rica em heróis, mistérios e emoções. Para os românticos, a História era dotada da alma e dos sentimentos dos indivíduos que haviam participado da sua construção. Assim, cada período histórico, mesmo o Medieval, seria um momento dotado de mitos e de características culturais próprias, o que o tornaria portador de heranças distintas e necessárias para a composição do ideário dos homens.

Vale ressaltar, também, que os românticos, assim como os socialistas, foram importantes críticos do capitalismo industrial, que, segundo eles, apesar de gerar um grande desenvolvimento tecnológico, acarretava uma subordinação do indivíduo aos interesses do capital e, por isso, era um dos piores males do novo século que se iniciava.

Nacionalismo

O nacionalismo está relacionado a símbolos como bandeira, língua, cultura, tradição, etc. Esses elementos criam a identidade de um grupo de pessoas que partilham de um sentimento de união, apesar de suas diferenças. A essência do nacionalismo – que ganhou

enorme força durante o século XIX – pôde ser percebida ainda no início da Idade Moderna, quando houve a consolidação da maioria dos Estados Nacionais europeus e, logo, a implantação de línguas, bandeiras e culturas comuns nos novos Estados unificados.

A disseminação do nacionalismo no século XIX pode ser atribuída principalmente à atitude de Napoleão Bonaparte. Ainda no início do século, o imperador francês promoveu invasões em diversas partes do continente europeu, exaltando sempre os ideais da Revolução Francesa. Assim, grande parte dos povos que foram submetidos ao Império Napoleônico passou a se apropriar de princípios como a soberania e a cidadania buscando se desvincular econômica, política e racialmente do domínio francês. Os maiores exemplos da ideologia nacionalista do século XIX foram materializados pelas unificações da Itália e da Alemanha, processos que aumentaram ainda mais a rivalidade entre os Estados Nacionais europeus e resultaram em diversos conflitos armados, como a Primeira Guerra Mundial.

Exercícios de Fixação

1. (Fatec-SP) O Movimento Ludista e o Cartismo foram, respectivamente,

a) uma reação de defesa dos trabalhadores franceses que foram aprisionados pelos alemães na Guerra Franco-Prussiana; e uma ação pacífica em defesa dos trabalhadores irlandeses explorados pelos ingleses.

b) uma reação da camada operária inglesa, quebrando máquinas, pois as identificavam como causadoras de desemprego; e uma das primeiras tentativas de organização da classe operária através de reivindicações contidas na “Carta do Povo”.

c) um movimento operário inglês, que reivindicava melhores condições de trabalho através da introdução de máquinas; e um movimento operário que defendia um governo socialista.

d) uma ação isolada de trabalhadores ingleses que, influenciados por Karl Marx, reivindicavam a introdução das máquinas; e um movimento de trabalhadores escoceses que defendiam o fim da servidão em seu território.

e) um movimento liderado por Willian Ludd, que defendia melhores condições de trabalho; e uma reação liderada por lord Strangford em defesa de 8 horas de trabalho, por meio da “Carta do Povo”.

2. (UFMG) Todas as alternativas contêm características relativas à organização dos trabalhadores europeus no século XIX, exceto

a) A legislação impedia a organização dos trabalhadores em nível nacional.

b) As demonstrações de massa, os motins e petições eram as principais formas de manifestação.

c) O movimento operário defendia o sufrágio universal e a igualdade econômica.

d) Os sindicatos incentivavam a quebra das máquinas para denunciar a exploração do trabalho.

e) Os sindicatos surgiram com força nova no cenário político.

3. (FAAP-SP) O socialismo científico tem as seguintes características, exceto

a) Desenvolvimento por Marx e Engels.

b) A crise do capitalismo daria origem ao socialismo.

c) Luta de classes entre burguesia e proletariado.

d) Ditadura do proletariado.

e) Teoria da mais-valia com ênfase na defesa da propriedade privada.

4. (FUVEST-SP–2010) No Ocidente, o período entre 1848 e 1875 “é primariamente o do maciço avanço da economia do capitalismo industrial, em escala mundial, da ordem social que o representa, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo”.

HOBBSAWM, E. J. A era do capital: 1848-1875.

A “ordem social” e as “ideias e credos” a que se refere o autor se caracterizam, respectivamente, como

a) aristocrática e conservadores.

b) socialista e anarquistas.

c) popular e democráticos.

d) tradicional e positivistas.

e) burguesa e liberais.

5. (Unicamp-SP) O liberalismo tornou-se ideologia predominante na sociedade ocidental a partir da segunda metade do século XIX.

a) Quais direitos naturais que o liberalismo se propõe a garantir?

b) Quais as principais características do liberalismo econômico?

c) Quais correntes de pensamento se opuseram ao liberalismo no século XIX?

Exercícios Propostos

1. (UFJF-MG) Exalta o direito de propriedade individual e da riqueza; opondo-se, conseqüentemente, à intervenção do Estado na economia. Defende intransigentemente que deve haver total liberdade de produção, circulação e venda. Considera que o homem, enquanto indivíduo, deve desfrutar de todas as satisfações, não se submetendo, senão, aos limites da

razão. Crê no progresso como sendo resultado de um fenômeno natural e decorrente da livre-concorrência, que, ao estimular as atividades econômicas, é a única forma aceitável de proporcionar liberdade, felicidade, prosperidade e igualdade entre todos os homens. O trecho anterior pode ser considerado uma síntese dos valores constitutivos da ideologia política intitulada

- a) Catolicismo Social.
- b) Liberalismo.
- c) Socialismo Utópico.
- d) Anarquismo.
- e) Socialismo Científico.

2. (PUC-SP) No século XIX, o desenvolvimento socialmente desigual da sociedade capitalista liberal deu origem à “questão social”. Para resolvê-la, surgiram então

I. o socialismo utópico e reformista (de Fourier e outros), que pretendia reconstruir a sociedade a partir de um plano ideal, igualitário e justo;

II. o catolicismo social, preocupado com a defesa da justiça social ameaçada pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista;

III. o socialismo científico de Marx e Engels, baseado no materialismo histórico e dialético, que propunha uma sociedade sem classes;

IV. o Movimento Cartista, vitorioso na Inglaterra (1838-1842), que preconizava o anarcossindicalismo.

Assinale se estão CORRETAS apenas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

3. (Cesgranrio) “Trabalhadores de todo o mundo, unidos!” Com essa frase, que se tornou famosa, Marx e Engels começavam o Manifesto Comunista, no fervilhar de um período de profundas agitações em toda a Europa, no período entre 1830 e 1848. Acerca dessa conjuntura, podemos afirmar que

- a) as barricadas de 1848, em Paris, exigiam mudanças sociais na França e culminaram com a queda da monarquia de Luís Bonaparte.
- b) com a formação do II Reich, em 1830, os estados alemães unificados começaram a atender aos anseios nacionalistas dos movimentos sociais.
- c) as vitórias do Movimento Cartista inglês criaram as bases para o surgimento do Labour Party, intérprete das demandas operárias na vida política nacional.
- d) a consolidação da Internacional Socialista, em 1848, unificando os vários partidos social-democratas europeus colocou em xeque os governos democratacristãos.
- e) a atuação dos “déspotas esclarecidos” contra o avanço do nacionalismo e do liberalismo reafirmou os compromissos do Congresso de Viena.

4. (UECE) Reagindo à economia clássica, o socialismo corporifica-se com as teorias de Karl Marx e Friedrich Engels. A teoria desses dois pensadores

- a) resulta da observação crítica das realidades socioeconômicas da Europa na fase da Revolução Industrial e no período imediatamente posterior.
- b) defende a propriedade privada como instrumento indispensável para a superação das desigualdades sociais.
- c) prega a diminuição do Estado (Estado mínimo) e mais espaço para a iniciativa privada.
- d) apresenta a síntese mais acabada do chamado “socialismo utópico”.

5. (PUC-Campinas-SP) O desenvolvimento das ideias socialistas, no século XIX, principalmente aquelas relacionadas às teorias de Marx e Engels, adquire importância ímpar na organização e constituição dos partidos políticos operários que estão associados à

A) publicação, no final do século XIX, de O estado e a revolução de Lênin e à Revolução Russa de 1917.

B) publicação, em 1848, do Manifesto Comunista e à organização em Londres, em 1865, da Primeira Internacional.

C) publicação de A origem da família, da propriedade privada e do Estado, de Engels, e à fundação da Associação Internacional de Trabalhadores em 1876.

D) publicação de O capital, em 1855, e à fundação do Partido Socialista Francês, em 1870.

E) publicação do romance Os miseráveis, de Victor Hugo, e à fundação do Partido Trabalhista Inglês, em 1870.

6. (Mackenzie-SP) O historiador Eric J. Hobsbawm considera que o período de 1789 a 1848 foi assinalado por uma “Dupla Revolução”, a Francesa e a Industrial Inglesa. Essas revoluções

a) subordinaram o trabalho ao capital, propiciando transformações muito mais técnicas do que sociais, rompendo os laços de dominação burguesa.

b) consolidaram os valores burgueses, disciplinando a ação do capital, com o objetivo de dar à maioria, que dispunha unicamente desse meio para sobreviver, condições de se sublevar.

c) ocasionaram transformações econômicas, sociais e políticas que superaram os resquícios do feudalismo e marcaram o triunfo do capitalismo liberal burguês.

d) condicionaram o capital ao trabalho, acentuando o caráter igualitário das novas relações

político-ideológicas expressas nos chamados Direitos do Homem, permitindo o triunfo do capitalismo liberal.

e) estabeleceram novas relações de produção, nas quais o proletário, possuidor dos meios de produção e da força de trabalho, acumula capital, para desenvolver a propriedade industrial e superar os laços feudais.

Documento 1

[...] a conversão da propriedade privada em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito que não fosse o de tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário [...] e toda a possibilidade de aumentar o seu patrimônio e melhorar a sua situação [...] A propriedade privada e pessoal é para o homem de direito natural [...]

O homem deve tomar com paciência a sua condição; é impossível que, na sociedade civil, toda a gente seja elevada ao mesmo nível [...] Contra a natureza todos os esforços são vãos [...] O erro capital [...] é o de crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente... Não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concordância engendra a ordem e a beleza [...] Toda a economia das verdades religiosas [...] é de natureza a aproximar [...] os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus mútuos deveres [...]

Documento 2

O Congresso reunido em Saint Imier declara:

1. Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado.
2. Que toda organização de um poder que pretende ser provisório e revolucionário para efetivar aquela destruição é um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos que existem hoje.
3. Que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária.

Os documentos anteriores correspondem a duas interpretações sobre a realidade social do século XIX. Respectivamente,

- a) ao socialismo científico e à doutrina social da igreja.
- b) à doutrina social da igreja e ao socialismo libertário.
- c) ao socialismo libertário e ao socialismo utópico.
- d) ao socialismo utópico e ao socialismo científico.
- e) à doutrina social da igreja e ao socialismo científico.

8. (UFOP-MG) Ao longo do século XIX, a difusão da Revolução Industrial alterou as condições de vida nas diversas áreas atingidas pelo processo de industrialização, o que fez surgirem novas concepções e doutrinas comprometidas com o desenvolvimento ou

com a reforma da sociedade capitalista. Entre as propostas dessas doutrinas sociais, identificamos corretamente a

- a) crítica da propriedade privada, formulada pelo marxismo científico.
- b) submissão integral do trabalhador ao capital, expressa pela doutrina social da Igreja, na *Rerum Novarum*.
- c) defesa da livre associação dos trabalhadores em corporações e sindicatos profissionais, proposta pelo liberalismo doutrinário.
- d) subordinação do cidadão a um Estado totalitário, pregada pelo movimento anarquista.
- e) opção pela democracia partidária, defendida pelos socialistas utópicos, sendo o sufrágio universal censitário o único meio de o proletariado alcançar o poder.

9. (UFPR) As transformações estruturais que atingiram a Europa, ao longo do século XIX, alteraram as relações sociais e as práticas políticas em diversos países europeus. Entre essas transformações, pode-se apontar corretamente o (a)

- a) formulação da doutrina social da Igreja, definida na encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, que apoiou a doutrina marxista da luta de classes em defesa dos pobres, criando a Teologia da Libertação.
- b) instituição do Segundo Império, na França, entre 1852 e 1870, por Napoleão III, que liderou a restauração da monarquia absoluta baseada nas relações senhoriais e nas instituições políticas do Antigo Regime.
- c) unificação da Itália, em 1871, em consequência da vitória do movimento anarquista, chefiado por Garibaldi, contra os grupos republicanos e as forças militares monarquistas apoiadas pelo papado.
- d) ideário socialista, expresso nos movimentos populares que eclodiram na Alemanha em 1848, o qual conduziu à unificação do país, constituindo uma República Federativa presidida por Bismarck.
- e) fortalecimento das associações de trabalhadores com a formulação, a partir da Segunda Internacional, reunida em 1889, de um ideário reformista político baseado na social-democracia.

10. (UFF-RJ) Assinale a opção que sintetiza alguma das ideias do líder anarquista Bakunin.

- a) Bakunin é chamado de anarquista porque, em 1881, suas ideias resultaram em uma Internacional Socialista separada da Primeira Internacional, semeando anarquia nas hostes do movimento operário europeu.
- b) A sociedade livre deve recusar qualquer forma de organização que limite a liberdade individual; por tal razão, o anarquismo pode ser considerado um movimento antissocial e antipolítico.
- c) O anarquismo de Bakunin foi uma tentativa burguesa divisionista de opor ao marxismo uma contrafação de

socialismo baseada em ideias absurdas, mas de apelo para os operários.

- d) A sociedade livre deve organizar-se espontaneamente em grupos de vizinhos (comunas) e de pessoas que trabalham juntas (cooperativas); entre tais grupos podem surgir confederações livres, mas sem que se institua acima deles uma autoridade controladora.
- e) Bakunin era um fidalgo russo boêmio e profundamente reacionário, cujas ideias resumiam-se na recusa de qualquer autoridade ou associação de qualquer tipo e nível, tanto na economia quanto na política.

Seção ENEM

1. (Enem–1999) A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX. Pode-se afirmar que as conquistas no início desse século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com

- a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
- b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
- c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
- d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.
- e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

2. (Enem–2010) Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria? Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem? Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. Os homens da Inglaterra. Apud HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial.

Tal contradição está identificada

- a) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.

b) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.

c) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.

d) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.

e) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

3. (Enem–2010) O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no princípio do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas). A Revolução Francesa lhes deu confiança; a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente.

HOBSBAWM, E. J. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

No texto, analisa-se o impacto das Revoluções Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a “confiança” dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a “necessidade da mobilização permanente”, trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que

a) a competitividade do trabalho industrial exigia um permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.

b) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.

c) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material para os operários.

d) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.

e) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com as manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

Unificação Italiana, Alemã e Comuna de Paris

Para se entender o processo de unificação da Itália e o da Alemanha, é necessário analisar a configuração geopolítica da Europa já no início do século XIX, tendo como base as decisões tomadas pelo Congresso de Viena (1814-1815). O princípio de compensações utilizado durante esse Congresso definia que as grandes potências que derrotaram Napoleão, libertando a Europa, deveriam receber uma recompensa em contrapartida. A Áustria, governada pelos Habsburgo, era uma dessas potências, cabendolhe os territórios italianos da Veneza e Lombardia e, ainda, o direito de indicar os governantes dos estados italianos de Módena, Parma e Toscana. O único estado que manteve a sua autonomia na Península Itálica foi o reino de Piemonte-Sardenha, situado ao norte.

Já entre os estados alemães, foi formada a Confederação Germânica, composta inicialmente de 38 estados associados e presidida politicamente pela Áustria. Para que houvesse de fato uma unificação, quer seja entre os estados itálicos ou germânicos, seria necessário, portanto, eliminar a influência austríaca daquelas respectivas regiões.

Devido à hegemônica força política e militar do Império Austríaco, tanto o processo de unificação da Itália quanto o da Alemanha ocorreram somente no século XIX e foram marcados por conflitos internos e externos. É importante ressaltar que, após o Congresso de Viena, estabeleceu-se relativa paz no continente europeu. Assim, os principais conflitos ocorridos na Europa, no período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, foram as guerras decorrentes das unificações e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Outro ponto a se ressaltar é que as duas unificações foram processos elitistas e, logo, nada democráticos. O povo, colocado à margem dos processos, assistiu à burguesia italiana do norte e à aristocracia prussiana liderarem as unificações na Itália e na Alemanha, respectivamente. Além da participação das elites nos projetos centralizadores, dois estados independentes – Piemonte, no caso italiano, e Prússia, no caso alemão – tiveram grande influência na condução dos novos governos. Devido ao desenvolvimento desse processo coordenado, vários historiadores consideram que a Itália e a Alemanha até hoje guardam claras heranças dos estados que as originaram e, por isso, podem ser

consideradas extensões de Piemonte e da Prússia, respectivamente.

Ao final do século XIX, os dois países – que até então eram compostos de vários estados sem unidade – se encontravam em acelerado desenvolvimento, afinal, as mesmas elites que patrocinaram a centralização política de ambos os Estados passaram a comandá-los politicamente. Assim, itálicos e germânicos passaram a concorrer com as grandes potências da época, Inglaterra e França, provocando o fim do equilíbrio europeu. Por esse motivo, as unificações foram responsáveis pela exacerbação dos nacionalismos europeus que levaram à Primeira Guerra Mundial.

Unificação Italiana

Desde o contexto das revoluções liberais, no século XIX, os reinos da Península Itálica já demonstravam o desejo de promover um processo de unificação. Naquele momento, Giuseppe Mazzini, à frente da sua instituição – Jovem Itália –, comandou uma insurreição em prol da unificação. O projeto de Mazzini incluía as massas italianas, acreditando que a unificação emanaria das camadas populares.

A proposta democrática de Mazzini não agradava às elites da região, que, visando a enfraquecer aquele movimento, dividiram os rebeldes, apoiando outra proposta de unificação, que deveria ocorrer sob a tutela de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha, o único reino independente do norte da Península.

Dessa forma, coube a Camilo de Cavour, primeiro-ministro de Vítor Emanuel II e defensor da causa monárquica, a responsabilidade pelo início do processo de unificação. Uma das justificativas para a liderança de Piemonte-Sardenha no processo de unificação era a riqueza desse reino, que contrastava com o caráter agrário dos estados do sul da Península. Apesar de serem vistos como os líderes ideais do processo de unificação, os piemonteses tinham como grande obstáculo para esse processo a hegemonia da Áustria, que, desde o Congresso de Viena, dominava diversos estados itálicos.

Percebendo as dificuldades que enfrentaria, Cavour passou a buscar aliados no continente europeu, afinal, a Áustria era uma potência militar. Assim, a França, que desejava enfraquecer o Império Austríaco e, logo, aumentar a sua zona de influência na Europa, prontificou-se a apoiar a causa da unificação, desde que, em troca, recebesse as regiões de Nice e Savoia. Com o apoio das tropas de Napoleão III, Cavour pôde, enfim, travar uma guerra contra a Áustria, que foi derrotada pelas tropas francesas e piemontesas em 1859.

Ainda naquele ano, como sanção à derrota na guerra, a Áustria foi punida com a perda de Lombardia, Toscana, Romagna, Parma e Módena, regiões anexadas ao reino de Piemonte. As regiões de Savoia e Nice também se

libertaram do domínio austríaco e, conforme havia sido acertado, passaram para o controle dos franceses.

A exceção foi a região de Venécia, que, apesar de também estar no norte da Península Itálica, continuou subordinada ao Império Austríaco.

Fases do processo de Unificação da Itália



SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. Atlas Bordas géographique et historique. Paris, Bordas, 1996. The Times atlas of world history. London, Times Books Limited, 1990.

Diante da vitória das tropas unificadoras, diversas outras regiões da Península Itálica, como os Estados Pontifícios, que também se encontravam subordinadas a outras nações, organizaram revoltas buscando a sua libertação. Essa expansão das revoltas, no entanto, não interessava aos católicos franceses, que temiam pela integridade do poder do papa, que até então governava o centro da Península. Assim, a ala católica conservadora francesa pressionou Napoleão III a retirar o seu apoio a Piemonte-Sardenha, o que de fato ocorreu.

Se, ao norte, o reino de Piemonte foi o grande responsável pela libertação de diversos estados, no sul, destacou-se a figura de Giuseppe Garibaldi, revolucionário republicano que havia lutado na Farrroupilha, no Sul do Brasil, e que, comandando mil homens, os Camisas Vermelhas, invadiu o reino das Duas Sicílias e o de Nápoles em 1860. Devido ao seu caráter republicano, Garibaldi não concordava com o processo de unificação comandado pelo reino de Piemonte. Ao mesmo tempo, ele também sabia que os sulistas não eram fortes o bastante para liderarem a unificação. Diante dessa situação, Garibaldi acabou se retirando das lutas para não atrapalhar o processo iniciado por Piemonte-Sardenha, entregando, assim, as regiões conquistadas ao sul para serem integradas às conquistas piemontesas.



Representação de Giuseppe Garibaldi

Em 1866, enquanto ocorria a Guerra Austro-Prussiana, conflito que fez parte do processo de unificação da Alemanha, os italianos aproveitaram-se das derrotas austríacas para conquistar a Venécia. Assim, a Áustria, tendo de enfrentar dois inimigos, em duas frentes de batalhas, acabou derrotada em ambos os conflitos e, logo, foi obrigada a ceder a Venécia aos italianos.

No final da década de 1860, portanto, foi criado um Estado unificado, com as suas fronteiras bem definidas no norte e no sul da Península Itálica, sendo que os Estados Pontifícios, protegidos por Napoleão III e situados na região central, impediam a completa unificação italiana. Foi necessário o início da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, para que os italianos, aproveitando-se do enfraquecimento francês, conquistassem os Estados papais. Vale ressaltar que, naquele momento, a França estava sendo derrotada pelos prussianos e, por isso, retirou suas tropas da Itália. Como o chefe da Igreja Católica e os seus domínios ficaram desprotegidos, as tropas piemontesas não hesitaram e, naquele mesmo ano, asseguraram a conquista dos territórios sob domínio do papa. Estava praticamente completo, portanto, o processo de unificação da Itália, apesar de pequenas regiões — Trieste e Trentino, regiões conhecidas como Itália Irredenta — no norte italiano continuarem sob domínio austríaco até o final da Primeira Guerra, quando foram, então, entregues aos italianos.

Também no século XX, foi resolvido o conflito gerado entre a Igreja Católica e o Estado italiano, conhecido como Questão Romana. O processo de unificação italiana havia desagradado ao papa, que se declarou um prisioneiro dos italianos. A solução, em 1929, veio com o Tratado de Latrão, pelo qual Mussolini, primeiro-ministro da Itália fascista, desejando o apoio da Igreja, criou o Estado do Vaticano, indenizou a Igreja pelos territórios perdidos e instituiu o Ensino Religioso nas escolas italianas.

Unificação Alemã

A Confederação Germânica, ratificada pelo Congresso de Viena, era uma entidade política formada por estados alemães e submetida ao controle político da Áustria. Assim como no caso italiano, em 1849, após as revoluções liberais que se alastraram pela Europa,

houve uma fracassada tentativa de eliminar o domínio austríaco na região e de promover a unificação. O fracasso do movimento deveu-se ao poderio bélico austríaco e também à atuação das elites germânicas, que, percebendo a participação de operários no processo revolucionário, abandonaram o projeto unificador e criaram meios de facilitar a repressão por parte do Império Austríaco.

Apesar da repressão ao movimento de unificação na primeira metade do século XIX, o projeto de libertar e unificar os estados subordinados aos austríacos não foi abandonado. Nesse sentido, conforme o desejo das elites germânicas, a unificação alemã foi arquitetada por Otto Von Bismarck, primeiro-ministro da Prússia e também representante dos junkers, grandes proprietários de terras que defendiam o uso da força para a construção do Estado Nacional alemão. Antes de concretizar a sua hegemonia sobre os estados germânicos, no entanto, os prussianos deveriam eliminar por completo a influência austríaca que era exercida na região.



Otto von Bismarck

O primeiro passo nesse processo foi a instituição da Zollverein (1818), uma tentativa de unificar a economia dos estados germânicos e a da Prússia. O acordo estabelecia uma união aduaneira entre as regiões, o que facilitaria a circulação de seus produtos em toda a Alemanha. Assim, se a Áustria exercia um domínio político sobre os estados germânicos, a partir da criação da Zollverein, cabia à Prússia controlar a economia da Confederação, o que gerou uma grande insatisfação por parte dos austríacos.

Além da eliminação das barreiras alfandegárias no comércio entre a Confederação Germânica e a Prússia, esta procurou, principalmente sob o comando de Bismarck, organizar um grande Exército que pudesse fazer frente às forças que se mostrassem contrárias ao projeto unificador. Pode-se afirmar, portanto, que a unificação alemã, assim como a italiana, foi concretizada por meio de diversas guerras, que serão detalhadas a seguir.

Guerra dos Ducados (1864) – Interessadas nos ducados de Schleswig e Holstein, até então vinculados à Dinamarca, a Áustria e a Prússia deixaram suas diferenças de lado para expandirem suas respectivas zonas de influência. Dessa forma, as duas forças se uniram contra a Dinamarca, que não tinha condições de resistir à investida. Conforme havia sido previamente combinado, após a derrota dos dinamarqueses na Guerra dos Ducados, os prussianos ficaram com o controle de Schleswig e aos austríacos coube o controle do ducado de Holstein.

É importante ressaltar que, apesar da união entre a Áustria e a Prússia em uma guerra contra a Dinamarca, o objetivo de Bismarck era realizar um confronto militar com o Império Austríaco, já que a Confederação Germânica continuava politicamente vinculada aos austríacos.

Fases do Processo de Unificação da Alemanha



Guerra Austro-Prussiana (1866) – Logo após a Guerra dos Ducados, Bismarck alegou que o Império Austríaco havia descumprido o acordo de divisão dos ducados, pois estaria realizando uma má gestão no ducado de Holstein. Esse, no entanto, era apenas um pretexto para iniciar um conflito com os austríacos, que, de fato, veio a ocorrer em 1866. No momento em que a Guerra Austro-Prussiana se iniciou, a Itália, interessada em domínios austríacos, aliou-se à Prússia, o que favoreceu a derrota do Império Austríaco em poucas semanas.

Após a vitória dos prussianos, estes puderam, enfim, eliminar a influência austríaca na região alemã e, assim, criar a Confederação Germânica do Norte, reunindo não só economicamente, como previa a Zollverein, mas também politicamente vários estados que, a partir de então, foram integrados aos domínios da Prússia.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – Diante da concretização do projeto unificador alemão, a França, que temia a perda de seu prestígio no continente europeu, manifestou-se contrária à continuidade do processo liderado pela Prússia. Através do seu

imperador, Napoleão III, os franceses enviaram diversas cartas ao kaiser prussiano, Guilherme I, ameaçando-o quanto às possíveis sanções caso o projeto de unificação fosse levado à frente. Temendo a represália francesa, em uma de suas cartas, Guilherme respondeu a Napoleão, alegando que não pretendia unificar toda a Alemanha.

Bismarck, no entanto, não era favorável à postura pacificadora tomada pelo kaiser prussiano e, por isso, alterou o conteúdo da carta, fazendo com que esta passasse a ter um tom ameaçador e ofensivo a todo o povo francês. Além de alterar o conteúdo do documento, Bismarck ainda fez com que a carta fosse divulgada pela imprensa, o que tornou o conflito entre a França e a Prússia inevitável.

Como se pode perceber, o objetivo do primeiro-ministro prussiano era eliminar a resistência francesa à unificação alemã, além de fomentar o nacionalismo e unir todos os estados alemães em torno de um inimigo em comum, o que de fato ele conseguiu. Em aproximadamente seis meses, a França foi derrotada pela união dos alemães e Guilherme I foi coroado imperador de toda a Alemanha dentro da Sala dos Espelhos, em pleno Palácio de Versalhes, em território francês.

A França, pelo Tratado de Frankfurt, foi obrigada a entregar a Alsácia e a Lorena para os alemães, regiões ricas em minério de ferro e carvão. A conquista dessas regiões, em 1871, significou a finalização do processo de unificação da Alemanha e contribuiu para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, para os franceses, que tiveram de passar a importar minério de ferro e carvão, a perda dessas regiões acabou criando um forte sentimento de revanche, fator que, em partes, foi responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial logo no início do século XX.



Representação do brasão da Prússia em 1871. Nas asas da águia negra, é possível ler o nome de alguns estados germânicos anexados pelos prussianos.

Reflexos na Europa

Itália e Alemanha, após suas unificações, passaram por um intenso processo de industrialização e entraram na corrida imperialista disputando mercados com a

Inglaterra e com a França, até então as grandes potências da Europa. O equilíbrio de forças na Europa se alterou e os conflitos tornaram-se latentes. A rivalidade entre os países europeus contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra, afinal, além do revanchismo francês gerado pela perda da Alsácia e da Lorena, as nações alemã e italiana entraram na corrida imperialista atrasadas e acabaram, para atender seus interesses imperialistas, formando uma aliança militar, que foi um dos elementos responsáveis pela deflagração do conflito.

Reflexos no Brasil

Com as guerras de unificação, o número de pessoas fugindo dos conflitos aumentou. Assim, o fluxo de imigrantes, majoritariamente italianos e alemães, para o Brasil se intensificou, aumentando a oferta de mão de obra, principalmente na cafeicultura. Essa imigração resolveu o problema brasileiro da carência de mão de obra, uma vez que a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibia o tráfico negreiro justamente no momento em que a cafeicultura passava por uma fase de expansão devido ao aumento da demanda no mercado externo.

A expansão do café para o Oeste Paulista, que data da segunda metade do século XIX, levou os cafeicultores da região a buscarem o trabalho assalariado, representado, principalmente, pelo imigrante europeu. Além disso, o governo brasileiro incentivava a vinda desses imigrantes, com base na crença da superioridade europeia, tão em voga no Velho Continente durante o século XIX. As elites brasileiras acreditavam que o negro era inferior e despreparado para o trabalho na indústria, já que o trabalhador europeu tinha experiência nesse ofício.

Vale ressaltar, porém, que, apesar das contribuições que os trabalhadores europeus concederam à agroexportação, estes também tinham experiência na luta operária e foram os líderes do início do movimento operário brasileiro. Os imigrantes, além disso, contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira em várias áreas, como alimentação, cultura, técnicas agrícolas e capitais para o desenvolvimento industrial.

Comuna de Paris (1870)

Quando a França se envolveu na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, Napoleão III foi para a frente de batalha, imaginando que a sua presença iria aumentar o fervor militar de seus soldados, que sofriam sucessivas derrotas para o Exército prussiano, mais bem preparado que o francês. A vitória esperada, no entanto, não aconteceu, e, assim, Napoleão III tornou-se prisioneiro dos prussianos após a Batalha de Sedan. Naquele momento, o imperador francês foi obrigado a assinar a rendição do seu país, decisão que não foi aceita pela

população francesa em geral. Diante do impasse instalado no país, o Legislativo da França, que até então auxiliava o rei, se organizou e proclamou uma república na França, conhecida também como Terceira República Francesa.

Essa república, liderada por Thiers, insistiu em manter a soberania francesa e, para isso, manteve as suas tropas na guerra. Mesmo com os esforços empregados pelo novo governo diante dos prussianos, as tropas não resistiram e voltaram a sofrer sucessivas derrotas. Temendo uma rebelião ainda maior, o governo republicano acabou optando pelo mesmo caminho de Napoleão III, ou seja, assinar a rendição, reconhecendo a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana.

Se a atitude dos governistas republicanos assemelhou-se à do imperador deposto, as consequências sofridas pelo regime foram as mesmas e, em 1871, diante do fiasco das tentativas de defesa, as massas de Paris, lideradas por anarquistas e, principalmente, por comunistas, revoltaram-se e tomaram o controle da cidade. Milícias populares formaram-se e foi implantada a gestão operária em várias fábricas durante o período em que a chamada Comuna de Paris comandou as ações da capital francesa. Durante esse curto período de aproximadamente 72 dias, apesar das evidentes conquistas operárias, houve também uma indecisão entre os communards, revolucionários que comandavam o movimento, pois, enquanto alguns achavam que era necessário criar uma aliança com a burguesia, outros defendiam a ideia da luta isolada do povo, sem o auxílio burguês.



Barricada montada pelos communards em Paris

Aproveitando a indecisão dos communards, as elites parisienses, que haviam sido prejudicadas pela Comuna e temiam a realização de reformas ainda mais profundas, aliaram-se aos prussianos para acabar com a revolta. Assim, a aliança formada entre a alta burguesia francesa e as tropas prussianas derrotou a Comuna através de batalhas que resultaram na morte de milhares de franceses e também na detenção de vários outros. Apesar da aparente derrota do movimento de tendência comunista e anarquista, é importante ressaltar que a Comuna de Paris foi uma das primeiras experiências de

governo popular da modernidade, chegando a inspirar Lênin, revolucionário russo de 1917.

Leitura Complementar

Texto I

Atores e atrizes de Paris, pouco tempo depois de acabado o confronto entre versalheses e communards, eram convidados a encenar os principais episódios da Comuna. Cenas de massas em que os “vilões” eram os communards. Para que essas encenações? Para tirar fotos, a arte então em moda em Paris. E de muitas dessas fotos hoje não é possível dizer com certeza se correspondem à realidade ou a uma reconstrução “mitológica”. Bem, essa linha difusa de separação, a encontramos permanentemente presente em tudo o que diz respeito à Comuna. Mas ela não parece ser apenas esse tênue fiapo com que se mantêm juntas a reconstrução fotográfica e a realidade. É, na verdade, produto radical de uma transfiguração do espaço histórico que permite que uma guerra entre nações vá se deslizando passo a passo em direção a uma guerra civil. Não há história da Comuna se não se faz a história dessa transfiguração. No entanto, não são essas as linhas historiográficas mais frequentes. Os historiadores da “nação francesa” vêem a Comuna como um momentâneo desvio de rota, uma excrescência originada na derrota francesa às mãos de Bismarck. Basta uma rápida consulta a Seignobos para exemplificar esse modelo de tratamento. Por sua parte, os historiadores do “movimento operário” – aqui, por exemplo, bastaria uma não menos rápida pesquisa nos volumes escritos por Édouard Deolléans – interpretam-na como um ensaio vigoroso, talvez prematuro, da primeira caminhada revolucionária dos movimentos operários europeus, cheia de ensinamentos para os movimentos sociais posteriores. Não é sustentável, porém, a ideia de que a Comuna surge em um momento de “descuido” da nação em guerra exterior, como também não é convincente o elo rígido que a une aos movimentos revolucionários contemporâneos. Nem uma “exceção”, nem uma “necessidade”; ou, dito de melhor forma, ela parece ter muito de “necessária” aí onde os historiadores tradicionais a vêem como um assalto inesperado e fora de qualquer regra, e parece ter muito de descuido e de “excepcionalidade” aí onde os historiadores dos movimentos trabalhistas a vêem como o anúncio inexorável, apenas um pouco corrigível e modelável, que pede e reproduz infinita e linearmente seus herdeiros. Se essas nuanças são válidas, elas justificarão este livro e seu duplo distanciamento (por diferentes razões) a respeito das duas grandes abordagens que, contemporâneas à própria Comuna, vêm nos dizendo uma ou outra vez como sonharam, como lutaram e como morreram os homens que

ocuparam o Hôtel de Ville durante março, abril e maio de 1871.

GONZÁLEZ, Horácio. A Comuna de Paris: os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114-115

Texto II

Na Paris sitiada, a lógica da guerra civil.

Quando chega a Paris a notícia de Sedan – Bonaparte III e o marechal Mac Mahon presos pelos prussianos –, os deputados republicanos, reunidos no Palais Bourbon, a velha sede do Legislativo, não duvidam. Era preciso não deixar escapar essa oportunidade única que lhes oferecia a marcha da guerra. É domingo em Paris e se proclama a República. Estamos a 4 de setembro de 1870. Dúvidas e hesitações. Onde proclamá-la? Uma voz, muitas vozes: “Ao Hôtel de Ville!” A partir de então, os acontecimentos terão como epicentro o edifício da municipalidade de Paris, antiga construção de linhas renascentistas, muito severas, datada de meados do século XVI. Sempre associado às insurreições urbanas, o velho prédio cairá com a Comuna, menos de um ano depois, entre as chamas de um fantástico incêndio. Entre gritos esparsos de “Vive la Commune” – um presságio – começa sua marcha à República, em mãos de um governo de defesa nacional, cuja tarefa principal será a de prosseguir a guerra que o Império tinha começado com tão pouco êxito. Diz-se “defesa nacional” como no século seguinte se dirá “resistência”.

Todos estão de acordo quanto a isso.

GONZÁLEZ, Horácio. A Comuna de Paris: os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 30-31.

Exercícios de Fixação

1. (Cesgranrio) Os movimentos nacionais, na Alemanha e na Itália, na 2ª metade do século XIX, além das diferenças políticas, têm como objetivo a

- unidade política e econômica como requisito para o desenvolvimento capitalista através do fortalecimento do Estado e da integração geográfica dos mercados.
- independência econômica frente à intervenção econômica inglesa com a manutenção de estruturas de produção medievais.
- valorização do arianismo como instrumento de recuperação do homem germânico e italiano e criador do “espaço vital”.
- construção de um Estado forte inspirado nos modelos orientais como base política para a recuperação da posição que Itália e Alemanha haviam ocupado no final do século XVIII.
- manutenção de uma política de proteção territorial contra os interesses franceses, resultantes da expansão napoleônica, assentados numa perspectiva política conservadora.

2. (Cesgranrio) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre o processo de unificação da Alemanha (1871) e da Itália (1870).

- Na Itália, a proclamação da República por Giuseppe Garibaldi, líder do movimento carbonário e republicano, estabilizou economicamente o país, permitindo a fixação das fronteiras internacionais italianas e sua unificação interna.
- Na Itália, com o apoio do papa Pio IX, o movimento unificador difundiu-se a partir da cidade de Roma, sendo contrário aos interesses econômicos da burguesia do Piemonte e do norte do país.
- Na Alemanha, Bismarck implementou a unificação com a ajuda econômica e militar do Império Austríaco, opondo-se à política separatista da Prússia de Guilherme I.
- A criação da União Alfandegária (Zollverein) entre os estados alemães desenvolveu a industrialização e a economia da Confederação Germânica, culminando na unificação política com a criação do Segundo Reich (Império) Alemão.
- Ambos os processos unificadores resultaram da derrota dos movimentos nacionalistas locais frente à reação das forças monárquicas reunidas pelo Congresso de Viena.

3. (UFTM-MG–2010) Pode-se apontar como característica comum das unificações da Alemanha e da Itália

- a criação de uma república liberal, comandada pela pequena burguesia e ligada às tradições românticas do século XIX, em especial com a música.
- a participação de todas as classes – em especial do operariado – associada à constituição de uma monarquia que respeitava as culturas regionais.
- o apoio militar da Áustria para efetivar os interesses nacionais dos povos que lutavam contra as forças reacionárias francesas e do papado.
- a ação inglesa contra as forças reacionárias que, apoiadas nas decisões do Congresso de Viena, impediam a formação de novos Estados.
- o fato de esse processo ter sido liderado pelas classes dominantes de regiões de crescente industrialização.

4. (PUC-SP) A Itália foi uma nação que se unificou tardiamente, na segunda metade do século XIX. Levando em conta os fatores históricos desse processo, é incorreto afirmar que

- as determinações do Congresso de Viena (1814-1815) assinalaram a divisão da Itália em sete estados, submetidos parcialmente à ocupação austríaca.
- o norte da Península Itálica era industrializado, com investimentos nos setores mecânicos e ferroviários, na instalação de companhias de créditos e no estabelecimento de bancos e redes comerciais.

c) após a unificação, a burguesia do sul da Península Itálica promoveu um desenvolvimento capitalista a partir de um intenso surto de industrialização.

d) interessava à burguesia do norte da Península Itálica superar todos os obstáculos que emperravam o crescimento capitalista. A Península Itálica, dividida em vários reinos, apresentava diversas leis e impostos que retardavam a livre-circulação das mercadorias.

e) no norte da Península Itálica evidenciou-se a formação de uma burguesia industrial interessada em fortalecer os empreendimentos capitalistas, combatendo o domínio das forças conservadoras.

5. (CEFET-PR) Sobre a unificação italiana, é CORRETO afirmar que

I. após o Congresso de Viena, a Itália foi dividida e transformada numa simples “expressão geográfica”, motivando o Risorgimento.

II. a liderança na luta pela unificação coube ao reino de Piemonte-Sardenha, sob orientação de Benito Mussolini.

III. foi na década de 1870 que os italianos conquistaram Roma e completaram a unificação. IV. a conquista da unidade deu origem à Questão Romana, monarquia italiana versus papa, que só foi resolvida com o Tratado de Latrão, em 1929, quando foi criado o Estado do Vaticano.

Das proposições anteriores, são corretas somente:

a) II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) I, II e III.

d) I e IV.

e) I e II.

Exercícios Propostos

1. (FUVEST-SP) Fizemos a Itália, agora temos de fazer os italianos. Ao invés da Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia. Essas frases, sobre as unificações italiana e alemã,

a) aludem às diferenças que as marcaram, pois, enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para capital, contemplou todas as regiões.

b) apontam para as suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrentes do passado fascista, no caso italiano, e nazista, no alemão.

c) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das duas unificações, imposta pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.

d) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática e a italiana foi democrática e popular.

e) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter impositivo de processo

liderado por Cavour, na Itália, e por Bismarck, na Alemanha.

2. (Mackenzie-SP) A unificação política da Alemanha (1870-1871) teve como consequências

a) a ruptura do equilíbrio europeu, o revanchismo francês, a revolução industrial alemã e política de alianças.

b) enfraquecimento da Alemanha e miséria de grande parte dos habitantes do sul, responsável pela onda migratória do final do século XIX.

c) a anexação da Alsácia e Lorena, o empobrecimento do Zollverein e a retração do capitalismo.

d) corrida colonial, revanchismo francês, enfraquecimento do Reich e anexação da Áustria.

e) o equilíbrio europeu, a aliança com a França, a formação da união aduaneira e a Liga dos Três Imperadores.

3. (PUC RS) Em 1871, alterava-se profundamente o quadro geopolítico europeu com a conclusão do processo de unificação da Alemanha sob hegemonia prussiana e a criação do Segundo Reich.

É correto afirmar que um componente político fundamental da estratégia prussiana de unificação foi o _____, tendo como base social decisiva _____.

a) republicanismo, a alta burguesia.

b) nacional-socialismo, os operários fabris.

c) militarismo, a aristocracia fundiária.

d) nacional-socialismo, a alta burguesia.

e) militarismo, os operários fabris.

4. (UFRGS-2006) Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que está correta em relação ao processo de unificação italiana, concluída na segunda metade do século XIX.

a) O Congresso de Viena concluiu o processo de integração nacional italiano na medida em que este veio ao encontro dos interesses das elites locais.

b) O processo de unificação nacional resultou das fortes pressões da burguesia do sul do país, cuja economia demandava um mercado interno homogêneo, dinâmico e integrado para a colocação da sua moderna produção industrial.

c) A construção do Estado Nacional implicou enfrentar e expulsar as tropas de ocupação pertencentes aos impérios Britânico, Russo e Espanhol, estabelecidas na Península Itálica desde os acontecimentos de 1848.

d) O movimento de unificação partiu das áreas mais industrializadas, teve forte presença de uma burguesia interessada na ampliação do mercado interno e foi sustentado pela ideologia do nacionalismo.

e) A consolidação da formação do Estado Nacional italiano ocorreu com a anuência do papa Pio IX e o reconhecimento, pelo primeiro-ministro Cavour, da

existência e da soberania do Estado do Vaticano, a pós as negociações da Questão Romana.

5. (UNESP) As unificações políticas da Alemanha e da Itália, ocorridas na segunda metade do século XIX, alteraram o equilíbrio político e social europeu. Entre os acontecimentos históricos desencadeados pelos processos de unificações, encontram-se

- a) a ascensão do bonapartismo na França e o levante operário em Berlim.
- b) a aliança da Alemanha com a Inglaterra e a independência da Grécia.
- c) o nacionalismo revanchista francês e a oposição do papa ao Estado italiano.
- d) a derrota da Internacional Operária e o início da União Europeia.
- e) o fortalecimento do Império Austríaco e a derrota dos fascistas na Itália.

6. (UEL-PR) Sobre a unificação da Itália (1870) e a da Alemanha (1871), analise as afirmativas a seguir:

I. Os movimentos liberais, que nesses países assumiram um aspecto fortemente nacionalista, tiveram importante participação no processo de unificação.

II. A ausência de guerras ou revoltas marcou a unificação italiana e alemã.

III. O processo de unificação acelerou o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e na Itália, o que resultou em disputas que desembocaram na Primeira Guerra Mundial.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- b) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- c) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- e) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

7. (PUC Minas) No processo de unificação da Itália de meados do século XIX, destacam-se, exceto

- a) a preocupação da burguesia em evitar qualquer aliança com a massa camponesa.
- b) a permanência de um sistema oligárquico que garante os interesses dos grandes proprietários da terra.
- c) a ação dos liberais moderados, liderado por Cavour, para impedir as tentativas revolucionárias.
- d) a obtenção da unidade através do alargamento do estado piemontês e não de um movimento nacional.
- e) o papel decisivo dos movimentos populares para a concretização da unidade italiana.

8. (UFRGS–2007) A unificação alemã, habilmente arquitetada por Otto von Bismarck, realizou-se em torno de guerras bem-sucedidas contra potências vizinhas. Assinale a alternativa CORRETA em relação às motivações e aos acontecimentos que desencadearam esse processo de unificação.

a) A fragmentação política obstaculizava o pleno desenvolvimento comercial e industrial da região. A unificação promoveria um mercado ágil e ampliado, com condições de enfrentar a concorrência inglesa através da proteção governamental.

b) A unificação foi liderada pela Áustria, o mais poderoso dos estados germânicos e sucessora do extinto Sacro-Império, capaz de eliminar as pretensões da Prússia. Aliado da França, o país austríaco contou com o seu apoio para vencer as resistências germânicas do sul.

c) A constituição, redigida por Bismarck, inaugurou uma era democrática nos estados alemães, sob influência dos ideais da Revolução Francesa, baseados na soberania e na participação popular.

d) As decisões do Congresso de Viena, ao reconhecerem o direito de independência da Alemanha, foram fundamentais para a consolidação da unificação, pois inibiram as pretensões italianas aos territórios do sul da Alemanha.

e) O processo de unificação alemã contou com o apoio da França, que, acossada pela supremacia britânica, via no novo Estado um importante aliado na corrida imperialista.

9. (UFMG) Sobre a unificação alemã no século XIX, Marionilde Magalhães afirma:

Desde o final do século XVIII, a criação de inúmeras associações resultou num determinado patriotismo cultural e popular, num território dividido em estados feudais dominados por uma aristocracia retrógrada. Tais associações se dirigem à nação teuta, enfatizando o idioma, a cultura e as tradições comunitárias, elementos para a elaboração de uma identidade coletiva, independentemente do critério territorial.

E, de fato, esse nacionalismo popular, romântico ilustrado (uma vez que pautado no princípio da cidadania e no direito à autodeterminação dos povos), inspirará uma boa parcela dos revolucionários de 1848. Mas não serão eles a unificar a Alemanha. Seus herdeiros precisarão aguardar até 1871, quando Bismarck realiza uma revolução de cima, momento em que, em virtude do poderio econômico e da força militar da Prússia, a Alemanha se unifica como Estado forte, consolidando a sua trajetória rumo à modernização.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. A Reunificação:

enfim um país para a Alemanha? Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 28. 1994. p. 102. (Adaptação).

Tendo-se como referência essas considerações, pode-se concluir que

a) o principal fator que possibilitou a unificação alemã foi o desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, iniciado com o estabelecimento do Zollverein – liga aduaneira que favoreceu os interesses da burguesia.

- b) a unificação alemã atendeu aos interesses de uma aristocracia rural desejosa de formar um amplo mercado nacional para seus produtos, alicerçando-se na ideia do patriotismo cultural e do nacionalismo popular.
- c) na Alemanha, a unificação nacional ocorreu, principalmente, em virtude da formação de uma identidade coletiva baseada no idioma, na cultura e nas tradições comuns.
- d) na Alemanha, a unificação política pôde ultrapassar as barreiras impostas pela aristocracia territorial, que via no desenvolvimento industrial o caminho da modernização.

10. (UFG–2006) A unificação italiana, no final do século XIX, ameaçou a integridade territorial da Igreja. Esse impasse resultou

- a) no reforço dos sentimentos nacionalistas na Itália, provocando a expropriação das terras da Igreja.
- b) no envolvimento da Igreja em lutas nacionais, criando congregações para a expansão do catolicismo.
- c) na adoção de atitudes liberais pelo papa Pio IX, como forma de deter as forças fascistas.
- d) na assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando Mussolini criou o Estado do Vaticano.
- e) no Risorgimento, processo em que segmentos ligados à Igreja defenderam a Itália independente.

seção ENEM

1. A História possui rupturas e permanências, em que determinados processos se assemelham e, alguns, até se repetem. Dentro da história europeia, é possível observar permanências durante o longo processo de construção de nacionalidade da Alemanha e na atual tentativa de promover a unificação europeia.

Podemos considerar como pontos comuns a esses dois momentos distintos da Europa:

- a) Nos dois momentos, há a presença de uma economia forte que pretende se expandir a partir de uma unificação econômica.
- b) Nos dois momentos, os objetivos principais foram atingidos a partir de um conflito armado de grandes proporções.
- c) A Inglaterra assumiu a liderança nos dois momentos citados, devido à sua visão cosmopolita da sociedade europeia.
- d) A eliminação do xenofobismo foi um elemento que garantiu o sucesso das unificações nos momentos citados.
- e) A rivalidade entre França e Alemanha atrasou tanto a unificação alemã quanto a formação da União Europeia.

2. A unificação da Itália foi dificultada pelo controle que o Império Austro-Húngaro exercia em alguns estados do norte da Itália e pela presença de Estados sobre o controle do papado. Dessa forma, a centralização política foi viabilizada graças

- a) à presença de um estado livre e independente, o Piemonte-Sardenha, que liderou esse processo.
- b) ao fortalecimento do papado, que desejava criar uma unidade religiosa na Itália, região de influência protestante.
- c) à liderança de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte, ferrenho defensor do republicanismo.
- d) ao grande desenvolvimento econômico do Sul, desenvolvido industrialmente, que liderou a unificação.
- e) ao apoio dado à Itália pela França, que desejava ter um aliado católico, na Europa, para se opor à Inglaterra anglicana.

Estados Unidos no Século XIX

O século XIX foi importante para a história dos Estados Unidos, pois foi o momento da expansão territorial e do desenvolvimento econômico e bélico, o que fez com que as Treze Colônias se transformassem em um dos maiores países do mundo. No início daquele século, já era propagada a doutrina do Destino Manifesto, que defendia a superioridade dos estadunidenses. Segundo essa ideologia, os Estados Unidos tinham recebido de Deus a missão de levar o desenvolvimento a toda a América, favorecendo, assim, a postura imperialista do país.

Data do século XIX, também, a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1812-1815). Naquele contexto, a Inglaterra, envolvida nas guerras napoleônicas, passou a apreender navios e a utilizar suas tripulações nos navios de guerra ingleses. Como existiam embarcações estadunidenses entre as apreendidas pelos ingleses, houve um embate diplomático entre as duas nações, o que acabou desembocando em um conflito entre a Inglaterra e a sua ex-colônia. Uma vez que os Estados Unidos não estavam envolvidos em outros conflitos, estes venceram a guerra, consolidando de uma vez por todas a Independência das Treze Colônias.

Fortalecidos ainda mais após a Segunda Guerra de Independência, os estadunidenses lançaram, em 1823, a Doutrina Monroe. O então presidente, James Monroe, fez um discurso alegando que não aceitaria a interferência europeia na América e que qualquer tentativa de recolonização seria considerada um ataque aos Estados Unidos. É importante ressaltar que, ao utilizarem a frase “A América para os americanos”, os estadunidenses defendiam não só o interesse dos colonos americanos que buscavam sua soberania, mas também os seus próprios interesses, no intuito de exercer um domínio hegemônico sobre o continente americano.



Presidente James Monroe

Expansão Territorial

A expansão territorial dos Estados Unidos relaciona-se com sua expansão imperialista e com o Destino Manifesto. Inicialmente, o país se restringia ao território das antigas Treze Colônias, e, por isso, a conquista do oeste significaria a expansão de mercado e a aquisição de novas terras para o cultivo de monoculturas de exportação ou agricultura para o mercado interno.

Dando início ao projeto expansionista, os estadunidenses, em 1803, compraram de Napoleão Bonaparte, imperador da França, que estava em guerra contra a Inglaterra, o território de Louisiana, por 15 milhões de dólares. Em 1819, foi a vez da compra da Flórida, que pertencia à Espanha, favorecendo, assim, o acesso às Antilhas.

O número enorme de colonos no México levou à Independência do Texas, em 1836. Em 1845, para impedir a influência da Inglaterra e da França, os Estados Unidos, com a anuência da própria população local, anexaram o Texas.

Em 1848, após uma guerra contra o México, os estadunidenses deram um importante passo para a sua empreitada sobre o Pacífico. Pelo Tratado de Guadalupe-Hidalgo, o México perdia 2 milhões de quilômetros quadrados, que abrigariam posteriormente regiões que possuíam jazidas de ouro, como os estados da Califórnia, do Novo México, do Arizona, de Utah e de Nevada.

Vale ressaltar ainda que, em 1867, os Estados Unidos compraram o Alasca da Rússia, ampliando, assim, a sua produção de petróleo, uma vez que o estado é um grande produtor petrolífero.



A partir da segunda metade do século XIX, ou seja, concomitantemente ao processo de expansão territorial, vários homens partiram para o oeste, porção pouco habitada e vista como uma terra sem leis. As regiões mais procuradas eram a Califórnia, o Colorado e Nevada, que, juntas, tinham uma população que não ultrapassava 400 000 pessoas. Além de apresentar a possibilidade de extração aurífera – o que proporcionou a corrida do ouro e, logo, a obtenção de uma renda per capita elevada –, essa região favorecia a caça de animais, como o castor e o bisão, o cultivo da cana-de-açúcar e de algodão, a pecuária e o comércio.

Apesar de ter sido importante para o desenvolvimento dos Estados Unidos, a Marcha para o Oeste provocou a morte de milhares de indígenas que habitavam a região.

O choque com os nativos foi inevitável, pois a incorporação dos indígenas à nova cultura americana não estava prevista na doutrina do Destino Manifesto, que pregava a superioridade dos estadunidenses diante das demais etnias. Assim, além de não respeitarem os legítimos donos das terras a oeste, os estadunidenses se limitaram a demarcar pequenas porções de terras para as poucas tribos que conseguiram sobreviver à Marcha para o Oeste.

Devemos ressaltar, ainda, que, mesmo após a grande expansão territorial garantida pelos Estados Unidos durante o século XIX, estes continuaram expandindo suas fronteiras, exercendo um forte imperialismo, principalmente na América do Norte e na América Central. Apesar de o México ter sido o país mais prejudicado territorialmente, devido à sua proximidade com os Estados Unidos, outras nações, como Cuba e Porto Rico, sofreram intervenções militares por parte dos estadunidenses, que, principalmente no final do século XIX, adotaram essa tática militar para viabilizar seus interesses econômicos. Essa política de intervenção, que afetou toda a América e favoreceu o imperialismo estadunidense, ficou conhecida como Big Stick.

Guerra Civil Americana (1861-1865)

A Guerra Civil americana, também conhecida como Guerra de Secessão, foi um dos eventos mais

importantes para o desenvolvimento dos Estados Unidos, pois, apesar de ter deixado um saldo de mais de seiscentos mil mortos e de ter destruído grande parte da produção de algodão do sul, o conflito contribuiu para o avanço das forças produtivas capitalistas no país. Para compreender melhor o conflito deflagrado no século XIX, entretanto, é necessário remontar o contexto do século XVIII, quando as divergências internas entre os estadunidenses já se demonstravam latentes. Mesmo com a vitória dos colonos nas lutas pela emancipação em 1776, a realidade do país ainda era muito heterogênea, pois o norte, mais voltado às atividades industriais, e o sul, majoritariamente agrário, divergiam em várias questões, criando um ambiente propício à eclosão de uma guerra civil.

Algumas questões foram fundamentais para o início da Guerra de Secessão. A primeira delas foi a questão alfandegária: o norte advogava a favor do protecionismo alfandegário com o objetivo de evitar a concorrência estrangeira aos seus produtos industrializados. Já o sul estava a favor da diminuição das barreiras alfandegárias, pois era consumidor e queria estimular a concorrência, diminuindo os preços finais dos produtos industrializados. Diante do impasse gerado, o governo estadunidense buscou amenizar a situação por meio da adoção de tarifas alfandegárias moderadas, sendo que estas seriam aumentadas gradativamente a cada ano. Mesmo com a intervenção do governo dos Estados Unidos, a situação continuou não sendo favorável nem ao norte nem ao sul, o que fomentou ainda mais a animosidade entre esses dois lados.

O segundo impasse interno entre os estadunidenses girava em torno da questão escravista: o norte visava à expansão do mercado consumidor interno para os seus produtos e, por isso, defendia a abolição da escravidão e, logo, a adoção do trabalho assalariado. Posto que nos estados do sul a economia era agroexportadora e a mão de obra predominante era a escrava negra, os sulistas eram contrários à abolição, o que caracterizou mais um conflito de interesses dentro de um país claramente dividido politicamente.

Como as leis eram criadas pelo Congresso dos Estados Unidos, formado por representantes do norte e do sul, surgiu um novo problema, a questão da expansão para o oeste. À medida que as terras a oeste iam sendo incorporadas aos Estados Unidos e ocupadas, estas se tornavam estados. Havia, então, a preocupação por parte do norte e do sul se esses novos estados seriam abolicionistas ou escravistas.

A fim de manter o equilíbrio, um dos mecanismos adotados foi o Acordo do Missouri (1820), determinando que todo estado surgido acima do paralelo de 36° 30' deveria ser abolicionista, e os estados surgidos abaixo desse paralelo deveriam ser escravistas. Como esse paralelo corta o território dos Estados Unidos quase ao meio, pretendia-se, com isso,

manter a harmonia entre abolicionistas e escravistas no Congresso.



Apesar da tentativa da imposição de um equilíbrio, em 1849, a Califórnia, estado abaixo do paralelo, pediu a sua entrada na União como estado abolicionista, e o pedido foi aprovado pelo Congresso. Em 1850, foi a vez de o Novo México mostrar a fragilidade do Acordo do Missouri. Diante dos precedentes abertos, portanto, o governo instituiu o Compromisso de 1850, que facultava aos novos estados a decisão sobre a questão da escravidão e, ao mesmo tempo, criava um clima ainda mais favorável à guerra civil.

As decisões tomadas pelo governo estadunidense, na segunda metade do século XIX, revelavam claramente que os estados sulistas estavam com menos influência política do que os estados nortistas. A diferença era tanta que, nas eleições presidenciais de 1860, o vencedor foi Abraham Lincoln, candidato republicano que havia feito uma campanha aberta em favor do protecionismo e do abolicionismo. Não aceitando a derrota, a Carolina do Sul, seguida por mais dez estados, declarou-se em secessão, formando os Estados Confederados com a capital em Richmond e tendo por presidente Jefferson Davis.

Diante da separação dos sulistas, Lincoln, o presidente de fato, argumentou a favor da questão da União, o que talvez tenha sido o principal elemento responsável pela guerra. Lincoln dizia que a manutenção da União era mais fundamental que a abolição e, de acordo com ele, se fosse necessário manter a escravidão para manter a União, ele o faria. Por isso, em 1861, não aceitando a separação do sul, o norte se empenhou para reincorporar os estados sulistas ao país e, assim, iniciou-se o mais violento conflito da história dos Estados Unidos da América.

Perante a investida nortista, o sul levava vantagem, pois sua população estava acostumada a atirar, a caçar e a montar. Além disso, estava defendendo o seu próprio território, que conhecia bem. Por outro lado, o norte tinha um maior contingente populacional, algo em torno de onze milhões a mais de pessoas, lembrando que um percentual enorme do sul era composto de escravos. O norte possuía também uma melhor rede de transportes,

favorecendo a movimentação de tropas e armas e maior autossuficiência industrial. Tais recursos, portanto, faziam com que o sul se tornasse dependente dos produtos industrializados do norte e da Europa. Dessa forma, uma das saídas adotadas pelos nortistas durante a guerra foi a realização de um bloqueio marítimo, o que impedia os Confederados de venderem sua produção agrícola e comprarem armas junto aos europeus.

Durante os conflitos, Lincoln, atuando como presidente dos Estados Unidos, além de bloquear as vias de acesso aos estados do sul, tomou duas medidas fundamentais para a vitória dos nortistas. A primeira foi o Homestead Act (1862), que previa a doação de terras no oeste para quem fosse viver na região por 5 anos sem utilizar mão de obra escrava; com isso, houve um significativo esvaziamento da guerra e o aumento da expansão rumo ao oeste.



Abraham Lincoln, presidente eleito em 1860.

A segunda foi a Abolição da Escravidão (1863), que permitiu a participação dos negros no Exército, além de provocar a fuga de milhares de negros do sul para o norte, aumentando mais ainda o contingente militar da União. Apesar da conquista por parte dos escravos, é importante ressaltar que os negros tiveram de servir por mais tempo, usar armas inferiores e ganhar menos que os soldados brancos. Assim, a consequência foi, ao final da guerra, um número de soldados negros mortos três vezes maior do que o de soldados brancos.

Após os quatro anos de duração da Guerra Civil, o general confederado Robert Lee se rendeu ao comandante do Exército do norte, general Ulysses Grant, em 1865. Naquele ano, portanto, foi determinado o final dos combates e a reincorporação dos estados do sul aos Estados Unidos. Além de garantir a recomposição dos estadunidenses, os conflitos renderam também a morte de Abraham Lincoln, que, cinco dias antes do final da guerra, foi assassinado por John Booth, um ator sulista.

Estados Unidos após a guerra

A Guerra Civil americana matou mais estadunidenses do que as duas Grandes Guerras e a do Vietnã juntas – no total, foram mais de 600 000 pessoas. Se, por um lado, a guerra gerou uma grande perda humana e

material, ao final dos conflitos, dada a vitória do norte, a política protecionista e industrializante foi colocada em prática em todo o território dos Estados Unidos. Desde então, foi registrado um grande desenvolvimento industrial e populacional, o incentivo à instalação de imigrantes, a ampliação da malha ferroviária e a mecanização da agricultura, fatores fundamentais para o fortalecimento do capitalismo no país.

No campo social, houve a aprovação da 13ª Emenda, que ratificava a abolição da escravidão, e da 14ª Emenda, que concedia alguns direitos civis aos negros. Porém, na prática, a situação dos negros era difícil, pois existiam leis discriminatórias em alguns estados, que chegavam mesmo a proibir o casamento de negros com brancos. Surgiram grupos como a Ku Klux Klan, os Cavaleiros da Camélia Branca, os Cavaleiros do Sol Nascente, entre outros. Esses grupos, formados por brancos radicais, perseguiram os negros e seus aliados, promovendo linchamentos em grande parte dos estados do país.



Membros da Ku Klux Klan durante uma cerimônia

A mais importante consequência da Guerra, no entanto, talvez tenha sido a expansão da influência estadunidense para além de seu território. Os Estados Unidos, após o conflito interno, passaram a se dedicar a uma expansão ideológica, cultural, política e econômica que ultrapassava os seus limites territoriais. Tal postura seria fundamental para as pretensões do país, que, durante o século XX, foi hegemônico no continente americano.

Leitura Complementar

Texto I

Guerra Civil Americana

A Guerra Civil norte-americana (1861-1865) merece a atenção do estudante brasileiro por diversos motivos. Primeiro, foi uma guerra que marcou profundamente a evolução histórica dos Estados Unidos da América (EUA). Até essa guerra, todos os conflitos políticos

mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, do norte e do sul, tinham sido resolvidos, adiados ou escamoteados entre as linhas da Constituição de 1787, e através de processos pacíficos de barganha, conchavo, negociação e voto. A guerra representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução. Foi uma prova de que, mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos políticos.

O total dos mortos ajuda a apreciar a magnitude desse evento traumático para os EUA. Calcula-se que um total de 618 000 americanos combatentes morreram nos dois lados, um total que excede o de todos os mortos americanos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918, com 125 000 mortos americanos); na Segunda Guerra Mundial (1939-1945, com 322 000 mortos americanos), na Guerra da Coreia (1950-1953, com 55 000 mortos americanos) e na Guerra do Vietnã (1961-1975, com 57 000 mortos americanos).

Em segundo lugar, essa guerra lembra vários aspectos da história do Brasil, quando questões semelhantes surgiram. Para começar, a guerra foi uma reação a um movimento separatista.

O sul declarou a sua independência do norte e estabeleceu uma nova nação, os Estados Confederados da América (ECA). O norte teve de invadir o sul e lutar por quatro anos até destruir esse separatismo. Da mesma forma, o governo imperial brasileiro teve de reprimir com armas a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824, a República de Piratini e a República Catarinense, criadas pela Revolução dos Farroupilhas no Rio Grande do Sul, em 1835-1845.

A abolição da escravidão foi outra questão que convulsionou a vida política dos EUA e do Brasil, no século XIX. No sul dos EUA, a escravidão foi tão importante quanto nas regiões brasileiras de grande lavoura. Em ambos os países, os setores escravistas passaram a maior parte do século à procura de maneiras de preservar essa relação de trabalho contra as restrições gradativamente colocadas por grupos fora desses setores. Mas nos EUA a abolição final foi imposta a ferro e fogo pela vitória do norte no fim da Guerra Civil, enquanto no Brasil a abolição resultou de uma combinação de longas campanhas de mobilização popular, das revoltas dos próprios escravos e do oportunismo dos escravocratas, que, antes da abolição, já acharam substitutos para os seus escravos, ou entre os trabalhadores nacionais, ou entre os imigrantes estrangeiros.

Finalmente, muitos historiadores norte-americanos entendem a Guerra Civil como um conflito entre duas sociedades diferentes: a do norte, baseada nas manufaturas e caminhando rapidamente para a industrialização, e a do sul, baseada na economia agrária de exportação e procurando expandir a área

dessas lavouras. Embora em escala bem menor, e em data bem posterior, o Brasil também experimentou momentos de atrito entre o setor nascente das manufaturas e o setor agrário, como nos debates sobre o nível de tarifas aduaneiras na Primeira República. É notável, entretanto, que a historiografia brasileira moderna em geral reconheça uma certa complementaridade dos interesses dos industriais e dos grandes agricultores, ao contrário da situação nos EUA no século passado.

Os paralelos entre a história dos EUA e a do Brasil, nessas questões de separatismo, abolição e competição entre a indústria e a agricultura, convidam a uma reflexão bem maior sobre a razão pela qual, no Brasil, tais questões encontraram um encaminhamento e uma solução às vezes bastante diferente dos encontrados pelos EUA, e o que isso teria a ver com as diferenças atuais entre as políticas, as economias e as sociedades dos dois países. Ao longo dessa história, que, aliás, não pretende fornecer mais do que uma introdução ao estudo da guerra, procuraremos levantar diversos pontos de comparação específica entre os EUA e o Brasil, no século XIX. Caberia ao leitor, entretanto, partir dessas informações para desenvolver as suas próprias explicações das diferenças.

EISENBERG, Peter Louis. Guerra Civil americana. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Texto II

A guerra dos ricos... travada pelos pobres

A Guerra de Secessão, iniciada com um ataque confederado ao Forte – I Sumter, em abril de 1861, foi considerada como a primeira das grandes guerras modernas. “Durante quatro longos anos a luta continuou, com enormes perdas de vidas de ambos os lados (620 000 mortos). Primeiro, ambos os lados recrutaram voluntários; depois, os homens eram convocados para o Exército. Isso causou profundo ressentimento, tanto no norte como no sul. Tanto em um como em outro lado era permitido pagar substitutos para prestar o serviço militar. No sul havia muitas brechas nas leis de convocação, através das quais escapavam os proprietários de grandes plantações, ou os que possuíam mais de 15 escravos (isto quando a guerra tinha sido provocada por eles mesmos). No norte, um indivíduo convocado podia ser isento da convocação se pagasse ao governo 300 dólares. Não se admira que muitas pessoas pobres se referissem à guerra como ‘a guerra dos ricos na qual lutam os pobres’.”

HUBERMAN, Leo. Nós, o povo. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Exercícios de Fixação

1. (UFU-MG) Entre os diversos fatores que contribuíram para o rápido desenvolvimento industrial e agrícola dos Estados Unidos no século XIX, podemos destacar:

I. A construção das ferrovias transcontinentais, que aceleraram a conquista do oeste, atraindo mais imigrantes.

II. A criação de um sistema bancário de âmbito nacional, baseado no poderio econômico dos grandes bancos estaduais de cada estado da União.

III. A redução ou eliminação significativa das tarifas aduaneiras, como forma de estimular a concorrência da indústria local com as europeias.

IV. O aperfeiçoamento técnico dos transportes e das comunicações, com o desenvolvimento do telégrafo, das ferrovias e das hidrovias. V. O afluxo de capitais europeus, investidos na agricultura e nas bolsas de valores.

Assinale

- a) se apenas I e IV forem corretas.
- b) se apenas II e III forem corretas.
- c) se apenas III e IV forem corretas.
- d) Se apenas I e II forem corretas.
- e) se apenas I e V forem corretas.

2. (UFMG) Leia este trecho de documento: Odeio-a porque impede a nossa República de influenciar o mundo pelo exemplo da liberdade; oferece possibilidade aos inimigos das instituições livres de taxar-nos, com razão, de hipocrisia e faz com que os verdadeiros amigos da liberdade nos olhem com desconfiança. Mas, sobretudo, porque obriga tantos entre nós, realmente bons, a uma guerra aberta contra os princípios da liberdade civil. Discurso de Abraham Lincoln, em 1859. Nesse trecho de discurso, Abraham Lincoln, que seria eleito presidente dos Estados Unidos no ano seguinte, faz referência

- a) à política de segregação racial existente nos estados do sul dos Estados Unidos, que gerou a formação de organismos voltados ao extermínio dos negros, à destruição de suas propriedades e a atentados constantes contra suas comunidades.
- b) à posição dos estados do sul de defesa intransigente de tarifas protecionistas, o que levava os Estados Unidos a comprometer a crença na liberdade de mercado, numa conjuntura de predomínio do capitalismo liberal.
- c) à questão da escravidão, que levou a uma guerra civil, nos Estados Unidos, entre o norte, industrializado, e o sul, que lutava para preservar a mão de obra escrava nas suas plantações de produtos para a exportação.
- d) à defesa, pelos imigrantes, do extermínio dos índios nas terras conquistadas a oeste, especialmente após a edição do Homestead Act, visando ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária naquelas áreas.

(Fatec-SP-2010) No caso da história americana, um dos eventos mais retratados pela memória social é, sem dúvida, a chamada Marcha para o Oeste. Mesmo antes do surgimento do cinema, esses temas já faziam parte das imagens da história americana. A fronteira foi um

tema constante dos pintores do século XIX. A imagem das caravanas de colonos e peregrinos, da Corrida do Ouro, dos cowboys, das estradas de ferro cruzando os desertos, dos ataques dos índios marcam a arte, a fotografia e também a cinematografia americana.

CARVALHO, Mariza Soares de. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/primeirosescrito./files/pe02-2.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2009.

Entre os fatores que motivaram e favoreceram a Marcha para o Oeste, está

- a) a possibilidade de as famílias de colonos tornarem-se proprietárias, o que também atraiu imigrantes europeus.
- b) o desejo de fugir da região litorânea afundada em guerras com tribos indígenas fixadas ali, desde o período da colonização.
- c) a beleza das paisagens americanas, o que atraiu muitos pintores e fotógrafos para aquela região.
- d) o avanço da indústria cinematográfica, que encontrou no oeste o lugar perfeito para a realização de seus filmes.
- e) a existência de terras férteis que incentivaram a ida para o oeste, de agricultores que buscavam ampliar suas plantações de algodão.

4. (UFV-MG) Leia os trechos de notícias de jornais publicados nos Estados Unidos no século XIX:

1. [...] um espírito de interferência hostil [de outras nações] para conosco, com o objetivo confesso de deformar nossa política e prejudicar nosso poder, limitando nossa grandeza e impedindo a realização de nosso Destino Manifesto, que é estendermo-nos sobre o continente que a Providência fixou para o livre desenvolvimento de nossos milhões de habitantes, que ano após ano se multiplicam.

Democratic Review

2. A universal nação ianque pode regenerar e libertar o povo do México em poucos anos; e cremos que é parte de nosso destino civilizar esse belo país e capacitar seus habitantes para apreciar algumas das numerosas vantagens e bênçãos de que dispõem.

New York Herald

Citados por AQUINO, R.S.L. et al. História das sociedades americanas. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1981. p. 140-141.

Quanto à história do expansionismo norte-americano no século XIX, pode-se afirmar que

- a) na época, os Estados Unidos apossaram-se de várias áreas do território mexicano sem o pagamento de indenizações e, da mesma forma, apropriaram-se de colônias da França, da Inglaterra e da Rússia, orientados por seu Destino Manifesto.
- b) as ações expansionistas dos Estados Unidos visavam a empurrar suas fronteiras até o Oceano Pacífico e excluir a região sul do país, porque nela predominava uma economia agroexportadora que impedia o avanço da industrialização.
- c) o expansionismo norte-americano sobre as colônias espanholas contou com o apoio da Santa Aliança porque ela pretendia ver instauradas repúblicas, livres e

democráticas, nas metrópoles europeias e em suas colônias.

d) por força de seu Destino Manifesto, a descoberta do ouro nas colinas californianas estreitou as relações entre mexicanos e americanos, evitando novos conflitos e disputas nas fronteiras, o que permitiu o acesso dos Estados Unidos ao Oceano Pacífico.

e) a imprensa dos Estados Unidos, na época, acreditava que eles tinham uma predestinação: a missão de civilizar povos inferiores do continente americano por causa de seu Destino Manifesto, ou seja, o seu domínio representava a vontade de Deus.

5. (UFJF-MG) Sobre a história dos Estados Unidos, no contexto da Guerra de Secessão, aponte a afirmativa correta.

a) A emergente burguesia industrial propunha a criação de uma civilização com bases mais aristocráticas, em que a elite tivesse um comportamento semelhante ao da nobreza inglesa.

b) Os estados do norte eram contra o protecionismo alfandegário, porque queriam importar livremente produtos manufaturados.

c) No sul dos EUA, concentrava-se a elite agrária escravista, que se opunha aos estados do norte, onde se concentrava a elite industrial.

d) Após a Guerra de Secessão, foi abolida a escravidão e houve uma significativa melhora nas condições de vida dos negros, que foram beneficiados por vários programas do governo.

e) Mesmo com a vitória dos Estados Confederados, não houve uma reconciliação entre as elites do sul e as do norte.

Exercícios Propostos

1. (UFSM-RS) A história dos Estados Unidos e a história do Brasil possuem aproximações, semelhanças. Marque verdadeira (V) na(s) frase(s) que comprova(m) essa afirmação e falsa (F) na(s) que não a comprova(m).
() A abolição nacional da escravidão se processou na 2ª metade do século XIX nos dois países.

() Ideias e movimentos defenderam a soberania das províncias ou colônias, através de propostas de adoção de uma Confederação.

() Houve uma política voltada para a expansão territorial tanto no Período Colonial quanto no Pós-Independência (até meados do século XIX), rumo ao oeste e ao sul.

() A Carta Constitucional dos Estados Unidos e a Constituição (1824) adotada no 1º Império do Brasil seguem o modelo de Estado e de governo federalista. A sequência correta é

a) V V F V.

b) F F V F.

c) V V V F.

d) F F V V.

e) F V F F.

2. (UFU-MG) Os Estados Unidos tornaram-se uma nação economicamente poderosa na segunda metade do século XIX, desenvolvendo um forte mercado interno e uma política externa imperialista em relação ao continente americano. Assinale a alternativa que retrata corretamente esse contexto.

a) A Doutrina Monroe, sintetizada na afirmação “A América para os americanos” e criada pelo grupo político Democrata, procurava defender os princípios de igualdade de direito à propriedade e à liberdade da Constituição, resguardando a soberania do indivíduo perante o Estado.

b) A situação dos índios e afro-americanos, nesse contexto, foi sanada, respectivamente, pela criação de reservas mantidas pelo Estado e pela abolição da escravidão logo após a vitória do norte na Guerra de Secessão, incorporando-os ao mercado de trabalho e de consumo.

c) A expansão territorial em direção ao oeste permitiu a anexação de enormes faixas de terras, interiorizando a ocupação. O Homestead Act incentivou essa marcha, com a distribuição gratuita de terras aos estrangeiros, além da grande atração motivada pela Corrida do Ouro na Califórnia.

d) A política externa norte-americana no século XIX foi sustentada pelo Destino Manifesto, responsável pelo desenvolvimento de áreas atrasadas no continente, tais como: o México, Cuba, a Nicarágua e a região do Canal do Panamá, incorporando-as ao mercado internacional, possibilitando a supremacia dos Estados Unidos como potência mundial.

3. (UEL-PR) Sobre a Guerra de Secessão, é correto afirmar:

a) Os Estados Confederados eram os de economia basicamente industrial e com os interesses mais voltados para o mercado externo.

b) A abolição da escravidão era desejada pelos nortistas, e, quando se efetivou, enfraqueceu os sulistas.

c) Os sulistas venceram a guerra, e a escravidão só foi abolida cerca de 50 anos depois.

d) Os ex-escravos se organizaram e criaram a Ku Klux Klan para lutarem pela igualdade social.

e) Ela se iniciou com o assassinato do presidente Lincoln e terminou com o decreto abolicionista.

5. (UFMG) Todas as alternativas apresentam aspectos da expansão da fronteira norte-americana na segunda metade do século XIX, exceto

a) Desenvolvimento da indústria têxtil e metalúrgica na costa do Pacífico.

b) Dizimação dos indígenas e confinamento das comunidades remanescentes.

c) Expansão das ferrovias ligando o Vale do Mississippi ao oeste.

d) Exploração de ouro, prata e outros minerais em várias regiões do oeste.

5. (UFU-MG–2006) Leia o trecho a seguir. Disfarçado com nomes como

“A conquista do Oeste” ou “Vaqueiros e índios”, esse golpe final da história ocidental tem a mesma popularidade na América Latina [...] e no Quartier Latin de Paris, onde se podem comprar enormes chapéus de vaqueiro, cordas de amarrar gado e botas de vaqueiro feitas com couro sintético do Oriente. [...] Nos Estados Unidos, a plateia continua a crescer ainda hoje e continua tão crédula quanto sempre em relação a ficções sobre a vitória e os adversários derrotados. Poucos compreendem ou se importam com o fato de que esse episódio final é na realidade um retrato da civilização ocidental, tão irônico quanto trágico.

TURNER, Frederick. O espírito ocidental contra a natureza. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 257.

No trecho apresentado, a cultura western, por exemplo, nos filmes de faroeste, é tratada como espetáculo relativo a um episódio considerado irônico e trágico da civilização ocidental. Em relação a tal episódio, assinale a alternativa incorreta.

- a) Refere-se a um processo de desapropriação de terras indígenas, exploração sistemática de recursos naturais do oeste dos Estados Unidos e extermínio de populações nativas da região, que é operado, sobretudo, na segunda metade do século XIX.
- b) Refere-se à maneira pela qual os ingleses, no momento de sua fixação nas 13 colônias, lidaram com as populações indígenas da América do Norte, desapropriando-as e dizimando-as.
- c) Refere-se à violência das práticas por meio das quais o capitalismo foi introduzido nas “regiões selvagens” da América do Norte, tendo como resultado a transformação radical da natureza do oeste dos Estados Unidos e o desaparecimento de grupos indígenas da região.
- d) Esse episódio favoreceu a construção de vias modernas de comunicação nos Estados Unidos, como as linhas férreas e os telégrafos, possibilitando a ligação entre diversas partes do país no contexto da sua industrialização.

7. (UFPR–2007) Alexis de Tocqueville, um dos grandes teóricos da democracia na América, afirma em sua obra de 1835: Quando comparo as repúblicas gregas e romanas com essas repúblicas da América, as bibliotecas manuscritas das primeiras e seu populacho grosseiro com os mil jornais que circulam nas segundas e com o povo esclarecido que as habita; quando em seguida penso em todos os esforços que ainda são feitos para julgar uns com a ajuda dos outros e prever, pelo que aconteceu há dois mil anos, o que acontecerá em

nossos dias, sou tentado a queimar meus livros, a fim de aplicar apenas idéias novas a um estado social tão novo. TOCQUEVILLE, Alexis. de. A Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 355-356.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a formação da democracia nos Estados Unidos da América, é correto afirmar:

- a) O “estado social tão novo” apregoado pelo autor refere-se à existência de uma democracia fundamentada nos pressupostos do Despotismo Esclarecido que caracterizava o sistema político no Antigo Regime na Europa.
- b) Tocqueville sugere que, diferentemente das repúblicas gregas e romanas, a experiência democrática americana resultou na formação de uma população grosseira e iletrada, consequência da leitura de jornais em vez de livros.
- c) A instituição precoce da democracia liberal nos Estados Unidos foi responsável pela implementação da “missão civilizadora”, que possibilitou a incorporação pacífica das populações indígenas nativas na sociedade nacional e assegurou a manutenção do seu modo de viver.
- d) Por considerar a democracia na América uma ruptura histórica, Alexis de Tocqueville afirma que a democracia norte-americana foi um episódio original e sem precedentes em experiências históricas anteriores.
- e) Ao destacar o ineditismo da democracia norte-americana, Tocqueville refere-se ao fato de a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) ter conferido igualdade, liberdade e direitos irrestritos às mulheres e aos escravos.

8. (PUC SP–2011) A expansão dos Estados Unidos em direção ao oeste, na primeira metade do século XIX, envolveu, entre outros fatores, a

- a) intervenção norte-americana na guerra de Independência do México, da América Central e de Cuba.
- b) anexação militar do Alasca, resultado de longo conflito armado com a Rússia.
- c) Guerra de Secessão, que opôs os escravistas dos estados do sul aos abolicionistas do norte.
- d) implantação de um sistema legal rigoroso nas áreas ocupadas, evitando conflitos armados na região.
- e) remoção indígena, transferindo comunidades indígenas que viviam a leste do Rio Mississippi para outras regiões.

9. (UERJ)

O Compromisso do Missouri (1820) e a delimitação entre territórios livres e escravistas



O motivo que levou à assinatura do Compromisso do Missouri, apresentado graficamente, está expresso em

- controle do apoio do norte capitalista à luta abolicionista no sul.
- defesa dos territórios escravocratas diante do expansionismo capitalista do norte.
- ampliação do comércio entre o norte manufatureiro e o sul produtor de matérias-primas.
- manutenção do equilíbrio de poder entre representantes congressistas escravistas e não escravistas.

10. (UFMG) Considerando-se as relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir de meados do século XIX, é correto afirmar que

- a abertura do canal no estreito do Panamá possibilitou o desenvolvimento de relações comerciais equilibradas entre as Américas.
- a consolidação dos Estados antilhanos e centro-americanos viabilizou o apoio constante do governo norte-americano às democracias dessa região.
- a derrota do México, na guerra com os Estados Unidos, significou a perda de quase metade do território mexicano para este país.
- a política do Big Stick, implementada pelo presidente Theodore Roosevelt, visava a estreitar o diálogo diplomático entre os países americanos.

Seção ENEM

1. (Enem–2009) Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA: A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra.

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990. (Adaptação).

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte-americanos do seu tempo

- buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas.
- tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
- valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.
- relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
- acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.

3. Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o Homestead Act de 1862, nos EUA, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

As políticas rurais do Brasil e dos EUA no século XIX, a partir da Lei de Terras e do Homestead Act, são muito distintas, pois

- o Homestead Act refletiu o desejo dos EUA em atrair imigrantes que contribuíssem para o desenvolvimento do país, enquanto a Lei de Terras do Brasil mostrou o projeto do governo monárquico para conter a imigração europeia para o país.
- o Homestead Act, nos EUA, favoreceu a formação de minifúndios e o trabalho livre, o que pode ser contraposto à experiência brasileira, na qual a Lei de Terras consolidou a concentração fundiária e o predomínio da agricultura de exportação.
- a política rural dos EUA, evidenciada pelo Homestead Act, privilegiou a economia voltada para exportação, diferentemente do Brasil, que, durante o II Reinado, vivenciou a expansão da agricultura familiar.
- o Homestead Act não tem relação com o crescimento industrial estadunidense no final do século XIX. Já a Lei de Terras brasileira influenciou negativamente a formação de um sólido mercado interno em nosso país.
- os objetivos do governo estadunidense com o Homestead Act foram atingidos mediante a distribuição agrária e a ocupação do oeste do país, ao passo que, no Brasil, a legislação foi tratada com indiferença pela sociedade.

Imperialismo

Na segunda metade do século XIX, a Europa vivia transformações de ordem econômica e cultural que se fizeram sentir em outras partes do planeta. Nesse contexto, as principais potências europeias adotaram a política imperialista, também chamada de neocolonialismo, para suprirem suas necessidades comerciais e expandirem suas zonas de influência sobre o restante do mundo. Quanto às nomenclaturas dadas a esse processo histórico, é importante ressaltar que elas se referem a características distintas observadas naquele contexto.

O termo neocolonialismo apresenta a possibilidade de diferenciar o processo transcorrido no século XIX daquele colonialismo desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII, no contexto das Grandes Navegações. No colonialismo característico da Idade Moderna, as principais potências dominadoras eram Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra, que atuavam majoritariamente no continente americano. As metrópoles buscavam lucrar com as suas colônias e, para isso, incentivavam a exploração de gêneros tropicais, metais e pedras preciosas nos seus domínios. A mão de obra predominante nas áreas de domínio foi o trabalho compulsório, variando entre a escravidão negra e a servidão indígena.

O neocolonialismo do século XIX, por sua vez, foi comandado por nações que iam além da Europa. Esta era representada por países como a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Itália, a Alemanha, a Rússia e a Holanda.

Os Estados Unidos e o Japão foram exemplos de potências alternativas ao Velho Continente que também atuaram na dominação de regiões não só da América, mas também da África e da Ásia. Os principais objetivos das nações imperialistas compreendiam a busca por matéria-prima e mercado consumidor para os produtos industrializados, além da busca por regiões que pudessem receber investimentos de capital e o excedente populacional das grandes potências. A mão de obra predominante foi o trabalho assalariado, pois isso representava formação de mercados consumidores. Observe o quadro a seguir que sintetiza uma comparação entre o colonialismo do século XVI e o neocolonialismo desenvolvido no século XIX.

	Colonialismo do Século XVI	Neocolonialismo do Século XIX
Atuação	América	Ásia e África
Potências	Portugal, Espanha, Inglaterra e França	Europa, EUA e Japão
Objetivos	Busca de novas fontes de riquezas e expansão da fé católica	Investimentos
Mão-de-obra	Escrava negra e indígena	Assalariado livre
Contexto	Expansão Marítima	2ª Revolução Industrial

Expansão da Civilização

A dominação na Ásia e na África não se baseou somente em pressupostos econômicos, afinal, as nações imperialistas precisavam justificar os motivos pelos quais seria necessária a intervenção nas regiões a serem dominadas. Assim, uma das justificativas utilizadas foi a missão civilizadora, ideologia que defendia a superioridade do homem branco europeu. Segundo essa ideologia, o europeu, quando exercia seu domínio em outras regiões, estava, na verdade, levando o desenvolvimento e a civilização para esses povos supostamente inferiores. O poeta inglês Rudyard Kipling chegou a chamar a dominação imperialista de “fardo do homem branco”, como se o imperialismo fosse uma obrigação penosa delegada por Deus aos europeus.

Teorias pseudocientíficas também foram desenvolvidas por pensadores europeus para demonstrar a sua superioridade. Uma delas, o darwinismo social, alegava que, assim como existe a seleção natural entre as espécies – teoria proposta por Darwin –, entre os humanos existem raças mais ou menos desenvolvidas em meio a um processo natural. Assim, adaptando o darwinismo, essa corrente social julgava que o branco, mais apto naturalmente, seria o responsável por civilizar os demais povos.

Um dos defensores do darwinismo social foi o francês Gobineau, que, em 1853, escreveu o Ensaio sobre a desigualdade das raças, no qual desenvolveu um estudo sobre a superioridade dos nórdicos. Mais tarde, outro darwinista social, o filósofo inglês Spencer, alegou que os indivíduos que se adaptassem melhor ao ambiente seriam superiores. Spencer defendia ainda que as raças superiores tinham o direito natural de exercer sua dominação sobre os povos considerados inferiores. Tais valores, além de demonstrarem o etnocentrismo reinante, justificaram posteriormente o aparecimento de teorias racialistas, como é o caso do nazismo.

Contexto Europeu

O avanço tecnológico promovido pela Segunda Revolução Industrial favoreceu a crença, na Europa, de que a felicidade humana estava próxima. Para muitas pessoas que vivenciaram a chamada Belle Époque, o crescimento econômico e o avanço tecnológico iriam acabar com o sofrimento, com as desigualdades e com as doenças da humanidade. De fato, o padrão de vida dos europeus sofreu uma considerável melhora, afinal, gozando de elementos como a energia elétrica e a indústria farmacêutica, a população, em geral, passou a ter uma expectativa de vida maior.

Levando em conta o crescimento institucional e econômico registrado principalmente pelas nações europeias durante o século XIX, estas passaram a

buscar mercados consumidores e matéria-prima para as suas indústrias, que estavam em ampla expansão. Posto que o crescimento da economia europeia gerava acúmulo de capitais, estes eram reinvestidos na indústria, aumentando a capacidade produtiva, a contratação de funcionários e a modernização das máquinas, o que gerava consequências aparentemente benéficas às unidades produtivas. É necessário ressaltar, no entanto, que esse ciclo de reinvestimentos registrado pela economia europeia tem um limite dentro da lógica do capitalismo. Assim, por volta da década de 70 do século XIX, o mercado europeu se encontrava saturado de investimentos, ou seja, o excedente de capital europeu havia se tornado um problema.



Vista da capital francesa, Paris, no primeiro ano do século XX. Paris foi o maior exemplo da Belle Époque europeia, chegando a influenciar a arquitetura de diversas cidades em todo o mundo.

A solução encontrada pelos grandes capitalistas do Velho Continente, portanto, foi buscar novas áreas para investir o excedente de capital europeu. Naquele momento, a África e a Ásia foram os continentes mais cobiçados pelas nações imperialistas, haja vista que grande parte da América havia se tornado independente ainda no início do século XIX. A partir do início da corrida imperialista, os excedentes antes acumulados na Europa foram redirecionados para as diversas colônias instaladas em solos africano e asiático. É necessário ressaltar, no entanto, que tais investimentos visavam tão somente ao lucro das grandes corporações europeias e, dessa forma, não necessariamente produziram melhoria das condições de vida dos povos dominados, ao contrário, promoveram o endividamento e a dependência econômica.

Além da inegável importância econômica da África e da Ásia para as nações imperialistas, estas utilizaram suas colônias também para abrigar o seu excedente populacional, afinal, o século XIX, marcado pelos avanços na indústria farmacêutica, destacou-se também como um período de grande crescimento populacional. O excesso de pessoas no continente europeu não interessava às potências imperialistas, pois a mecanização das indústrias acabava gerando uma

grande massa de desempregados e, logo, inúmeros problemas sociais.

Antes de abordar os casos específicos de colonização, é importante ressaltar, ainda, que a corrida imperialista acabou gerando aspectos negativos para os europeus. Se, por um lado, as colônias foram capazes de receber os investimentos industriais europeus e o excedente populacional metropolitano, por outro, a corrida imperialista acabou fomentando também a exacerbação dos nacionalismos europeus, afinal, buscando ampliar seus domínios, vários países entraram em divergência durante a divisão dos continentes africano e asiático. Dessa forma, é possível afirmar que o neocolonialismo favoreceu a formação de um clima tenso na geopolítica europeia, influenciando, inclusive, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Imperialismo na África

A região que mais sofreu com a dominação imperialista foi a África, tanto que, no início do século XX, quase todo o continente estava dominado pelas potências europeias. As únicas regiões que conseguiram manter a sua independência diante da dominação imperialista europeia foram a Libéria e a Abissínia, atual Etiópia. A Libéria conseguiu manter a sua autonomia, pois foi comprada pelos Estados Unidos para que estes pudessem utilizá-la para enviar os seus escravos negros recém-libertos. Tal atitude, autodenominada filantrópica pelo governo estadunidense, acabou sendo taxada de preconceituosa por diversos humanistas mundiais, pois, apesar da liberdade conquistada, parte dos negros foram arbitrariamente devolvidos à África, pois não faziam parte do projeto de construção dos Estados Unidos. A partir de então, a Libéria passou a ser vista como um depósito de negros estadunidenses, posto que ostentou até 1845, quando conquistou a sua independência.

No caso da Abissínia, a dificuldade de dominar a região esteve relacionada à cultura de seu povo, afinal, os etíopes eram tradicionalmente conhecidos por serem exímios guerreiros, o que facilitava a sua resistência diante da presença dos europeus no continente africano. Além disso, a geografia da Abissínia, caracterizada pela existência de grandes cadeias montanhosas, dificultava as ações imperialistas em seu território.

Apesar de a Abissínia e a Libéria não terem sido diretamente dominadas pelas potências imperialistas europeias, essas regiões foram exceções, pois, desde o início do século XIX, boa parte do continente africano já sofria influência dessas grandes potências. Naquele primeiro momento, no entanto, as ações imperialistas eram extraoficiais, ou seja, eram exercidas por investidores particulares e não diretamente pelos Estados europeus. Um exemplo disso foi a ação dos franceses que, em 1857, durante o governo de Napoleão III, já influenciavam o norte da África em regiões como

a Argélia, a Tunísia, o Senegal e parte do Congo. Ainda no norte do continente, os franceses, em associação com os ingleses, mantinham dupla administração sobre o Egito, onde construíram o Canal de Suez, em 1869. Projetado pelo francês Ferdinand Lesseps, o canal artificial que liga o Mar Vermelho ao Mediterrâneo era de extrema importância para as duas nações, afinal, ele encurtava a distância entre os centros de dominação (Europa) e as áreas coloniais africanas e asiáticas.

Na porção sul do continente, foram os ingleses que comandaram as ações imperialistas, pois estes dominavam a região do Cabo, a de Transvaal e a de Orange, ricas em ouro e em pedras preciosas. Para exercerem a sua hegemonia, no entanto, os ingleses tiveram de depor os holandeses que já se faziam presentes na região. Dessa forma, no final do século XIX, iniciou-se a Guerra dos Bôeres (1899-1902), que terminou com a vitória dos ingleses, que coordenaram, em 1910, a criação da União Sul-Africana, composta das regiões do Cabo, Transvaal, Orange e Natal.

Com base no exemplo dos franceses e dos ingleses, portanto, é possível perceber que a África já vinha sendo dividida, através da força, pelas maiores nações europeias. Mesmo assim, a divisão oficial das zonas coloniais se fez necessária, principalmente após o rei da Bélgica, Leopoldo II, comprar a região do Congo, rica em diamantes, dos nativos. A partir daquele ato, as ações sobre o continente africano deixaram, nitidamente, de ser extraoficiais e, por isso, as demais nações europeias se mobilizaram para garantir possessões para si. Dessa forma, caso não fosse feito um acordo diplomático, uma guerra entre os europeus seria inevitável.

Em 1885, após várias ações impositivas por parte dos europeus, ocorreu a Conferência de Berlim, formalizando a partilha da África. As potências europeias se reuniram a pedido da Alemanha, que havia entrado na corrida imperialista atrasada, quando, então, assinaram um documento no qual cada nação reconhecia o domínio da outra sobre as regiões africanas. Decidiu-se ainda que, toda vez que uma potência dominasse uma nova região, deveria avisar às demais, para evitar novos conflitos entre elas.

Dominação europeia na África



No continente europeu, as consequências da Conferência de Berlim foram imediatas, pois, confirmando a situação que existia antes mesmo do acordo, a maior parte do continente foi concedida aos franceses e aos ingleses. Dessa forma, criou-se um sentimento de revolta por parte das demais nações, que, prejudicadas, passaram a pressionar a França e a Inglaterra para que estas pudessem abrir mão de parte das suas possessões. Além de criar um clima tenso entre as nações europeias, é válido ressaltar que essa situação fez com que alguns dos países que se sentiram desfavorecidos, como a Alemanha, chegassem a patrocinar colonos africanos para que estes pudessem se revoltar contra suas metrópoles, desde que estas fossem a França ou a Inglaterra.

No continente africano, a inserção dos chamados “brancos” gerava grandes impasses, como a segregação racial. Um dos maiores exemplos de situações como essa foi o regime do Apartheid, na África do Sul, pois os ingleses que foram viver naquela região, baseados nas visões etnocêntricas, julgavam-se mais capazes do que os nativos, taxados pejorativamente de negros. O que a princípio parecia ser apenas mais uma demonstração de racismo acabou se tornando um dos sistemas mais absurdos de toda a História, afinal, com o passar do tempo, os próprios descendentes dos ingleses acabaram assumindo os principais postos políticos e econômicos da colônia, o que os permitiu legitimar as ações racistas. Dessa forma, durante quase todo o século XX, a África do Sul abrigou uma sociedade dividida constitucionalmente entre uma minoria privilegiada de brancos e uma maioria desfavorecida de negros.

Diante da dominação europeia e da segregação racial imposta, vários reinos africanos procuraram resistir, mesmo que de formas variadas. Como muitos desses reinos africanos se mostraram intransigentes com as imposições europeias, várias batalhas foram travadas entre africanos e europeus, que, tecnologicamente superiores, na maioria das vezes se sagraram vencedores e ratificaram a sua política imperialista. Reações alternativas também foram registradas, pois, percebendo que não poderiam resistir às pressões europeias, alguns reinos africanos optaram por se aliar aos metropolitanos em busca de desenvolvimento tecnológico ou mesmo de armamentos para que pudessem combater um outro rival africano.

Independentemente da reação diante do imperialismo europeu, o importante é ter a consciência que a partilha da África acabou deixando marcas profundas naquele continente, pois, ao atender os interesses europeus, a divisão acabou segregando reinos que antes eram unidos entre si ou mesmo unindo reinos até então rivais. Dessa forma, ainda hoje se registram em solo africano diversos conflitos étnicos, originados ainda no século XIX.

Imperialismo na Ásia

Índia

O interesse inglês na Índia data do século XVIII, pois, além do fornecimento de especiarias muito valorizadas no mercado europeu, a região representava um entreposto de ligação comercial entre a Inglaterra e o Extremo Oriente. As pretensões da Inglaterra eram tantas que, naquele mesmo século, os ingleses travaram com a França a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), oriunda da disputa entre as duas nações pela Índia e por regiões na América do Norte. Como a Inglaterra saiu vitoriosa, após a guerra, a influência francesa na região foi afastada, o que abriu caminho para as ações imperialistas inglesas.

Inicialmente, o controle do comércio com a Índia ficou a cargo da Companhia de Comércio das Índias Orientais, sendo que os administradores da Companhia podiam arrecadar impostos e exercer funções judiciais na região. Em 1858, no entanto, tais prerrogativas foram transferidas para a Coroa britânica, que passou a adotar uma intervenção econômica mais efetiva junto aos indianos.

Mesmo com a mudança da postura dos ingleses na Índia, a dominação imperialista não acarretou grandes mudanças nos aspectos mais tradicionais da cultura indiana. A sociedade nativa, por exemplo, continuou dividida pelo sistema de castas, que define, de forma intransigente, as posições sociais através da hereditariedade. Tal posição era defendida pelos hindus, que acreditavam que os membros de uma casta inferior teriam a função de aproveitar a sua vida para evoluir e, ao voltar em outra vida, ser incorporado em uma casta superior.

Por outro lado, no campo econômico, o artesanato indiano não conseguiu enfrentar a concorrência dos industrializados têxteis ingleses, chegando a atingir níveis de produção mínimos. Dessa forma, a predominância dos produtos ingleses na Índia acabou gerando grandes taxas de desemprego, além de submeter os nativos à pobreza, ao deslocamento populacional para as cidades manufatureiras e à concentração em cidades portuárias.

Percebendo os aspectos negativos da presença inglesa, parte dos indianos se rebelou e, em 1857, organizou a Revolta dos Cipayos, que exigia o fim do domínio inglês na região. Contando com o apoio dos ingleses, dos sikhs e dos guras – castas indianas –, os governantes indianos conseguiram conter os revoltosos em 1859, o que possibilitou a retomada do controle sobre a Índia pela Inglaterra.



Ilustração das batalhas travadas durante a Revolta dos Cipayos

Mesmo na ilegalidade, um movimento nacionalista composto de intelectuais indianos foi organizado para manter viva a luta pela resistência. O objetivo dos nativos era se apropriar de alguns aspectos culturais ingleses, para que estes possibilitassem o desenvolvimento da Índia e, logo, favorecessem a luta pela Independência da região. Dessa forma, temendo uma nova rebelião em território indiano, a Inglaterra permitiu, a partir de 1885, a existência de partidos políticos de representação nativa, desde que estes fossem controlados pela Coroa britânica. O mais importante desses partidos foi o Partido do Congresso Nacional Indiano, que mais tarde viria a ser um dos responsáveis pela Independência do país.

China

A China, que já no século XIX era o país mais populoso do mundo, era comandada pela dinastia Manchu, composta de governantes impopulares que se mantinham no poder pelo uso da força. No plano econômico, os governantes chineses se caracterizavam por optar por um isolamento comercial em relação ao Ocidente, ou seja, havia uma resistência chinesa em relação ao consumo dos produtos ocidentais. A postura da China, entretanto, desagradava as nações imperialistas, que viam naquele país um grande mercado consumidor em potencial.

Um dos países que se interessavam pela China era a Inglaterra, que, além de ser a principal potência industrial europeia, já produzia ópio no continente asiático, mais especificamente em território indiano. Aproveitando a proximidade entre as regiões, os comerciantes ingleses contrabandeavam o ópio, recebendo produtos chineses – como seda, porcelana e arroz – em troca. Tal prática trouxe enormes problemas sociais para a China, pois o ópio é uma droga extraída da papoula, extremamente viciante. Dado o contrabando inglês, portanto, o consumo dessa droga se popularizou entre os chineses e, como cada vez mais pessoas de todas as classes sociais se tornavam dependentes do ópio, o governo chinês se empenhou em impedir o consumo da droga no país, passando a combater rigorosamente o contrabando.

Após a emissão de sucessivos alertas chineses aos contrabandistas, um enorme carregamento de ópio

(aproximadamente 20 000 caixas) foi apreendido e destruído pelo governo. Aquela era a desculpa que a Inglaterra precisava para declarar guerra à China, o que foi feito em 1840. Do conflito entre os dois países, que ficou conhecido como Guerra do Ópio (1840-1842), os ingleses saíram vencedores. A China, por sua vez, foi obrigada a assinar os Tratados Desiguais, assim denominados porque favoreciam somente a Inglaterra. O mais importante deles foi o Tratado de Nanquim (1842), segundo o qual a China era obrigada a abrir cinco dos seus portos às potências imperialistas, além de passar o controle da ilha de Hong Kong para a Inglaterra. Hong Kong, que hoje é uma das regiões mais desenvolvidas da China, só foi devolvida aos chineses 155 anos depois (1997).

Nas décadas que se seguiram aos conflitos, os ingleses ainda tiveram de conter a segunda (1857) e a terceira Guerra do Ópio (1859-1860). Naquelas ocasiões, a Inglaterra foi auxiliada pela França, que, por ser uma outra potência imperialista, também tinha interesse no mercado chinês. Dessa forma, após estancar a resistência chinesa, ingleses e franceses promoveram o chamado *break-up* da China, dividindo o país em áreas de influência entre as principais nações imperialistas europeias.



A charge retrata as diversas potências imperialistas dominando o “dragão” chinês.

Os Estados Unidos, que já vinham atuando em uma empreitada imperialista no continente americano, defenderam, através da Doutrina Hay, que a China, sendo um enorme mercado, deveria estar aberta a quem quisesse vender seus produtos lá, adotando uma política de portas abertas, *Open Door*. Dessa forma, além das maiores nações imperialistas da Europa, os Estados Unidos também passaram a manter relações comerciais com a China.

Mesmo com a reunião de diversas forças políticas e econômicas na vida institucional chinesa, a dominação no país não foi pacífica, pois os nativos organizaram diversos movimentos de resistência à dominação imperialista. Um desses movimentos foi a Revolta Taiping (1851-1864), encabeçada pelos camponeses, que defendiam a distribuição de terras e almejavam um cristianismo sincretizado com as tradições populares chinesas. Cinco décadas mais tarde, foi a vez da eclosão da Guerra dos Boxers (1900), quando lutadores de artes marciais afrontaram o domínio estrangeiro, atacando

missões religiosas e diplomáticas. A força dos nativos foi tanta que houve a necessidade da criação de uma força multinacional formada por ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e estadunidenses para acabar com a revolta.

Japão

Até meados do século XIX, o Japão vivia um regime comparável ao semifeudal, denominado xogunato. Apesar da existência de um imperador, o Micado, este não governava de fato; era a nobreza, camada mais privilegiada da sociedade, quem escolhia um dos seus iguais, muitas vezes através de guerras, para governar de acordo com os seus interesses. O regime do xogunato se caracterizava por isolar o Japão do mundo ocidental, afinal, a singular cultura japonesa e a distância geográfica da ilha em relação à Europa acabavam favorecendo tal situação.

Em 1854, a Esquadra Perry (assim chamada devido ao nome de seu comandante), que havia sido enviada pelos Estados Unidos ao Japão, forçou os japoneses a abrirem seus portos aos produtos estadunidenses. Aquele, portanto, era o início da dominação imperialista no país, pois, após a abertura dos portos aos Estados Unidos, algumas potências europeias exigiram os mesmos privilégios, situação que fez com que os japoneses percebessem que seu país deveria se tornar uma potência imperialista para sair dessa condição de submissão.

Ainda no século XIX, parte da população japonesa, inconformada com a submissão do seu país, promoveu uma guerra civil no país, conflito que acabou por derrubar o xogunato. Em 1868, após o fim das batalhas, o poder foi centralizado nas mãos do imperador Mutsuhito, que passou a adotar um conjunto de medidas modernizantes que caracterizaram a chamada Era Meiji e transformaram o Japão em uma referência imperialista na Ásia. Entre essas medidas, pode-se ressaltar o investimento em educação, afinal, o governo japonês passou a bancar o estudo de alguns jovens no exterior, no intuito de que estes voltassem para aplicar no Japão estratégias semelhantes às adotadas pelas maiores potências da época. Houve também a modernização dos meios de transporte, através da aplicação de recursos para a construção de ferrovias e, principalmente, para melhorias no transporte marítimo. Pode-se mencionar ainda a ampliação e a modernização do Exército japonês, que, equipado com armamentos de origem ocidental, pôde fazer frente a diversos povos no continente asiático e, assim, levar adiante o projeto expansionista japonês.

É importante ressaltar, entretanto, que o Japão só conseguiu promover esse conjunto de mudanças graças ao auxílio de outras nações imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, que pretendiam barrar o expansionismo russo no Oriente. Tal estratégia acabou

sendo muito efetiva para as pretensões dos Estados Unidos, tanto que, em 1904, a Rússia e o Japão travaram a Guerra Russo-Japonesa, que terminou com a derrota dos russos e com a ampliação da crise que levou à queda do regime czarista.

Um outro alvo dos japoneses foi a China, de quem o Japão reivindicava a região da Manchúria, rica em minério de ferro. Tal disputa acabou levando ambos os países à Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), da qual o Japão saiu novamente vitorioso. Dessa forma, a China, derrotada, foi obrigada a entregar a Ilha de Formosa aos japoneses, além de ser obrigada a aceitar a Independência da Coreia, região que foi anexada pelo Japão em 1910.



A charge representa a política expansionista do Japão, que acabou por anexar a Coreia ao seu Império.

Diante dos benefícios gerados pela Era Meiji e das conquistas oriundas do imperialismo, o Japão acabou materializando seu desenvolvimento nos Zaibatsus, grandes conglomerados industriais que passaram a caracterizar a economia japonesa no início do século XX. O crescimento foi tanto que, na década de 1930, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Japão tinha forças suficientes para invadir toda a China, o que de fato ocorreu. Além disso, várias ilhas do Sudeste Asiático foram postas sob o domínio nipônico, o que acabou contrariando os Estados Unidos, contra quem os japoneses lutaram durante a Segunda Guerra.

Imperialismo na América

A América também sofreu uma dominação imperialista, sendo os Estados Unidos a principal potência a exercer influência no continente. O caso estadunidense é de fácil compreensão, afinal, desde a sua Independência, no século XVIII, os Estados Unidos possuíam uma tendência imperialista. A própria expansão do seu território revela muito bem isso, pois, durante a chamada Marcha para o Oeste, os estadunidenses suprimiram os interesses dos indígenas e dos mexicanos em nome da formação de um país forte. Concomitantemente à expansão territorial, os

estadunidenses elaboraram a doutrina do Destino Manifesto, um conjunto de ideias que os julgava um povo escolhido por Deus para levar o desenvolvimento a toda a América.

Dessa forma, tal doutrina – que não passava de uma adaptação da missão civilizadora utilizada pelos europeus na África e na Ásia – acabou servindo como a base ideológica responsável por justificar as ações impositivas por parte dos Estados Unidos no continente americano.

Para alguns autores, o marco inicial do imperialismo estadunidense foi a Doutrina Monroe (1823), lançada por James Monroe, presidente dos Estados Unidos à época, em defesa da Independência das Américas. Ao adotar o slogan: “A América para os americanos”, os Estados Unidos queriam, na verdade, afastar a interferência europeia e garantir a América como área de influência para si. Baseados em tal doutrina, os estadunidenses foram os primeiros a reconhecerem a Independência do Brasil e de outros países da América Latina, assim que estes se declararam independentes em relação às suas antigas metrópoles, na primeira metade do século XIX.

Quase um século mais tarde, Theodore Roosevelt, eleito pelo Partido Republicano como presidente dos Estados Unidos em 1901, foi empossado na Presidência daquele país, assumindo deliberadamente a postura imperialista dos Estados Unidos da América. A nova posição adotada pelo presidente foi bem resumida na frase em que ele próprio recomenda aos seus compatriotas: “Fale macio, mas tenha sempre um porrete na mão”. A chamada política do Big Stick (grande porrete, em português), iniciada por Roosevelt, acabou fazendo parte de um conjunto de medidas denominado Corolário Roosevelt, que serviu de base para as várias intervenções que os estadunidenses realizaram em regiões da América Latina e de outras partes do mundo ao longo de boa parte do século XX, ou seja, mesmo após o final do mandato de Roosevelt.



Com seu porrete na mão, Theodore Roosevelt é representado como “gendarme (policia) do mundo” em caricatura do começo do século XX.

Um grande exemplo do imperialismo estadunidense ocorreu em Cuba, um dos últimos países da América Espanhola a se livrar do domínio colonial. Posto que na

última década do século XIX aquela ilha ainda estava sob o domínio espanhol, tal situação incomodava os Estados Unidos, que possuíam grandes investimentos econômicos ligados à produção de açúcar, aos cassinos e ao plantio de tabaco em Cuba. Dessa forma, bastava um pretexto para que os estadunidenses declarassem guerra aos espanhóis, que não concordavam com a Independência cubana.

Tal situação ocorreu em 1898, quando o navio estadunidense *Maine*, que se encontrava ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado e afundado. Alguns autores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, já que precisavam de uma desculpa para afrontar a Espanha. Fato é que os estadunidenses não hesitaram em responsabilizar os espanhóis pelo ocorrido, o que levou à eclosão da Guerra Hispano-Americana (1898).

Como a Espanha se encontrava em franca decadência à época, os estadunidenses não enfrentaram muitas dificuldades para derrotá-la. Assim, Pelo Tratado de Paris (1898), além da Independência de Cuba, os espanhóis foram obrigados a reconhecer o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, que até hoje sofrem influência do governo dos Estados Unidos. Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que foi incorporada à Constituição cubana, dando ao governo dos EUA o direito de intervir militarmente em Cuba, em caso de desordem interna. A Emenda também reservava às empresas estadunidenses a prioridade na exploração dos recursos naturais cubanos e concedia aos Estados Unidos o direito de construir bases militares no país; Guantánamo, uma das bases construídas, apesar de atualmente funcionar como uma prisão estadunidense, ainda hoje continua em plena atividade.

Exercícios de Fixação

1. (FMCMG–2010) Leia a seguir um trecho da ata da Conferência de Berlim de 1885.

Capítulo 1. – Declaração referente à liberdade de comércio na Bacia do Congo, suas embocaduras e regiões circunvizinhas, e disposições conexas.

Artigo 1. O comércio de todas as nações gozará de completa liberdade [...]

Artigo 5. Qualquer potência que exerça ou venha a exercer direitos de soberania nos territórios acima indicados não poderá conceder nem monopólio nem privilégio de nenhuma espécie em matéria comercial. Os estrangeiros gozarão indistintamente, quanto à proteção de suas pessoas e de seus bens, da aquisição e da transmissão de suas propriedades mobiliárias e imobiliárias, e quanto ao exercício das profissões, do mesmo tratamento e dos mesmos direitos que os nacionais.

Disponível em: <http://newton-miranda.blogspot.com/2008/09/ata-daconferencia-de-berlim-1885.html>. Acesso em: 25 set. 2009.

O trecho citado contraria uma versão corrente de que os territórios africanos foram divididos entre os signatários da Conferência com fronteiras já pré-definidas pelos interesses em questão.

A partir de seus conhecimentos históricos e da atenta observação do trecho anterior citado da ata, assinale a alternativa correta.

- O mais importante objeto de interesse europeu na África era a região congoleza, em função de sua importância estratégica na área setentrional do continente.
- A garantia da liberdade comercial europeia sobre o território africano somente respeitaria os interesses das grandes corporações já instaladas no continente.
- A criação de monopólios estaria proibida, evitando, assim, que as áreas ocupadas sofressem restrições ao comércio interno das nações africanas.
- A ocupação da África dependeu mais das condições de intervenção de cada país europeu, considerando-se as diversas reações das populações locais, do que de uma prévia delimitação territorial.

2. (UFU-MG) [...] no capitalismo, em sua fase imperialista, a produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre-concorrência, que se reconhece nominalmente, subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o restante da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável.

LENIN, V. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

Com relação às questões políticas internacionais predominantes no final do século XIX e na primeira metade do século XX, podemos afirmar que

I. a política imperialista apresentava razões filantrópicas e humanitárias para se autojustificar. Entre elas, podemos destacar a noção de progresso das civilizações e a superioridade racial, em que as “nações adiantadas” possuíam como missão civilizadora livrar os “nativos” de concepções religiosas equivocadas e instituições políticas “ultrapassadas”.

III. na fúria imperialista por novos mercados extraeuropeus, muitas vezes, a política colonizadora fundia-se ao imperialismo econômico, submetendo os territórios conquistados sob a forma política, ideológica e militar. Nesse sentido, é comum a utilização do termo neocolonialismo como sinônimo de imperialismo.

IV. uma das práticas econômicas características da Era Imperialista é a concentração da produção e do capital em torno de grandes empresas, o que rapidamente gerou os monopólios industriais, eliminando a concorrência e controlando os preços dos produtos monopolizados.

V. assim como o imperialismo capitalista, os revolucionários soviéticos buscaram sua expansão,

marchando rumo à Ásia, apoiando militar e financeiramente aqueles que abraçavam o regime socialista. A diferença fundamental é que os socialistas eram contra o desenvolvimento científico, optando por preservar as tradições milenares da cultura oriental. Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas II e III são corretas.
- b) Apenas I, II e III são corretas.
- c) Apenas II, III e IV são corretas.
- d) Todas são corretas.

(UFTM-MG–2010) Assinale a alternativa que apresenta fatores que explicam as práticas imperialistas, a partir da segunda metade do século XIX, pelas potências capitalistas.

- a) Buscava-se controlar as regiões fornecedoras de mão de obra escrava e ampliava-se a exploração de regiões mais afastadas com o objetivo de descobrir novas fontes energéticas e comprar metais preciosos.
- b) Precisava-se de mão de obra da África e da Ásia para trabalhar como colonos na zona rural das potências europeias e realizar investimentos em áreas de urbanização, como transporte, saneamento e ferrovias.
- c) Diante da existência de capitais excedentes na Europa, procuravam-se novos mercados consumidores, buscava-se controlar regiões produtoras de matérias-primas e direcionar para as áreas coloniais excedentes populacionais europeus.
- d) Em função de um crescimento econômico sem precedentes na Europa, os capitais excedentes precisavam ser aplicados em áreas que necessitavam de investimentos humanitários, daí a escolha da África e da Ásia.
- e) A Europa necessitava com urgência de metais preciosos, abundantes na África, e conflitos religiosos obrigaram os governos da França e da Inglaterra a mandarem para a Ásia parte dos religiosos mais radicais.

4. (UFOP-MG–2008) Das duas últimas décadas do século XIX até os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, ocorreu a expansão das economias capitalistas. A respeito das consequências do imperialismo nos continentes asiático e africano, no período indicado, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os povos asiáticos e africanos aceitaram pacificamente as políticas implementadas pelas potências europeias em seus países.
- b) Ocorreu a desorganização das atividades econômicas tradicionais, como a agricultura de subsistência, o artesanato coletivista e a pecuária itinerante.
- c) Na Índia, houve a decadência da indústria têxtil artesanal, pois essa foi obrigada a comprar produtos industrializados da Inglaterra.
- d) Ocorreu a divisão territorial da China em várias zonas de influência europeia e norte-americana.

4. (PUC Rio–2007) [...] Nós conquistamos a África pelas armas [...] temos direito de nos glorificarmos, pois após ter destruído a pirataria no Mediterrâneo, cuja existência no século XIX é uma vergonha para a Europa inteira, agora temos outra missão não menos meritória, de fazer penetrar a civilização num continente que ficou para trás [...]

Da Influência civilizadora das ciências aplicadas às artes e às indústrias.
Revue Scientifique, 1889.

A partir da citação anterior e de seus conhecimentos acerca do tema, examine as afirmativas a seguir.

I. A ideia de levar a civilização aos povos considerados bárbaros estava presente no discurso dos que defendiam a política imperialista.

II. Aquela não era a primeira vez que o continente africano era alvo dos interesses europeus.

III. Uma das preocupações dos países, como a França, que participavam da expansão imperialista, era justificar a ocupação dos territórios apresentando os melhoramentos materiais que beneficiariam as populações nativas.

IV. Para os editores da Revue Scientifique (Revista Científica), civilizar consistia em retirar o continente africano da condição de atraso em relação à Europa. Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa IV está correta.
- b) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

Exercícios Propostos

1. (UERJ–2011)

Progresso Americano (1872)



A tela de John Gast simboliza a difusão de progressos materiais, como as ferrovias e o telégrafo, nos EUA, no decorrer do século XIX. Essas mudanças contribuíram para a conquista de novos territórios e foram justificadas pelo seguinte conjunto de ideias:

- a) Doutrina Monroe
- b) Política do Big Stick
- c) Política da Boa Vizinhança
- d) Doutrina do Destino Manifesto

2. (UFU-MG) A ideia de modernidade foi marcante no mundo na virada do século XIX para o XX, atingindo espaços públicos e privados, nações e indivíduos. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.

a) A crença no poder do homem e da ciência sobre a natureza, a concepção de superioridade racial e o nacionalismo sustentaram as políticas imperialistas, nas quais o darwinismo social pregava que, assim como na natureza, os mais fortes conseguem suplantar os mais fracos.

b) A ideia de modernidade envolvia o espetacular, o movimento, a transformação, a velocidade, o culto ao belo, atingindo o mundo das diversões com a invenção do cinema, o ambiente doméstico, as fábricas e as artes, tal como expressavam os artistas do movimento futurista.

c) Ao clima de modernidade associava-se uma onda crescente de nacionalismo, a exemplo da Alemanha, unificada, industrializada, fortalecida militarmente e disposta a expandir seu território com o apoio de movimentos que pregavam a superioridade da raça germânica.

d) O Japão, com a Restauração Meiji, e os Estados Unidos, tardiamente industrializados, eram nações que se mantinham isoladas dos progressos tecnológicos do mundo ocidental, o que se refletia, nesses países, respectivamente, na manutenção de tradições feudais e na frágil penetração das novidades trazidas pelo cinema.

3. (UFMG) Em 1793, uma missão comercial britânica chegou à China e conseguiu ser recebida pelo próprio imperador. Os ingleses solicitavam, principalmente, autorização para abrir uma representação diplomática em Pequim, a abertura de mais portos chineses ao comércio internacional e a redução de tarifas alfandegárias. Em sua resposta ao rei da Inglaterra, escreveu o imperador chinês: “Nunca demos valor a artigos engenhosos, nem temos a menor necessidade das manufaturas de seu país. Portanto, ó rei, no tocante à tua solicitação de enviar alguém para permanecer na capital, ao mesmo tempo que não está em harmonia com os regulamentos do Império Celestial, sentimos também muito que isso não trará nenhuma vantagem para o teu país”.

Apud SPENCE, Jonathan. Em busca da China moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 134.

Essa atitude do Império Chinês estava relacionada

a) ao temor dos governantes chineses de afrontar a opinião nacionalista do país, notadamente após a Revolta Taiping.

b) à autossuficiência do sistema econômico imperial, que admitia receber, preferencialmente, metais preciosos em troca de seus produtos.

c) à preferência que os chineses davam ao comércio com o Império Espanhol, tradicional parceiro dos negociantes orientais.

d) à preocupação em proteger a burguesia chinesa, que se sentia ameaçada em relação à concorrência dos produtos ingleses.

4. (UFMG) Entre, aproximadamente, 1880 e 1914, ocorreu a “corrida para a África”, ou seja, uma aceleração no processo de conquista desse continente por parte das potências europeias. Nesse curto período – cerca de três décadas –, o continente africano foi quase inteiramente retalhado por alguns Estados europeus, que disputavam a primazia na formação de impérios coloniais. Considerando-se a conquista imperialista e a subsequente colonização da África, é correto afirmar que

a) os missionários religiosos e cientistas que atuavam nesse continente denunciaram as ações praticadas pelos conquistadores, tentando deter a colonização.

b) a instalação efetiva de colonos europeus se deu em maior proporção nas atuais regiões da África do Sul e da Argélia.

c) os Estados dominantes reservaram para si as conquistas, impedindo a participação das potências europeias de menor expressão na divisão das terras.

d) os europeus encontraram facilidade para estabelecer o domínio militar, dada a ausência de instituições políticas e de líderes locais capazes de organizar a resistência.

5. (UFMG–2007) Na história da África, jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelos imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema.

BOAHEN, Albert Adu. História geral da África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo: Ática / Unesco, 1991. p. 25.

Considerando-se o contexto da colonização europeia da África, é correto afirmar que

a) a demarcação das fronteiras entre as diferentes colônias respeitou as divisões territoriais previamente existentes entre as etnias africanas.

b) a derrota da Alemanha na Primeira Guerra implicou a concessão de independência aos territórios por ela colonizados, sob a proteção da ONU.

c) essa colonização resultou em decréscimo da população africana, devido à intensa exploração dos recursos humanos e materiais.

d) os Estados europeus, embora negassem oficialmente a escravidão, adotavam trabalho compulsório em alguns territórios coloniais.

6. (FUVEST-SP-2011)

África vive [...] prisioneira de um passado inventado por outros.

COUTO, Mia. Um retrato sem moldura. In: HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005. p.11.

A frase anterior se justifica porque

- os movimentos de independência na África foram patrocinados pelos países imperialistas, com o objetivo de garantir a exploração econômica do continente.
- os distintos povos da África preferem negar suas origens étnicas e culturais, pois não há espaço, no mundo de hoje, para a defesa da identidade cultural africana.
- a colonização britânica do litoral atlântico da África provocou a definitiva associação do continente à escravidão e sua submissão aos projetos de hegemonia europeia no Ocidente.
- os atuais conflitos dentro do continente são comandados por potências estrangeiras, interessadas em dividir a África para explorar mais facilmente suas riquezas.
- a maioria das divisões políticas da África definidas pelos colonizadores se manteve, em linhas gerais, mesmo após os movimentos de independência.

7. (UFF-RJ) A Revolução Meiji é um evento da história do Japão que determinou

- o processo de avanço do capitalismo internacional na área da Ásia e o movimento de defesa de um Japão socialista, próximo da experiência da China.
- o movimento de defesa das tradições orientais que propunha a união com a China a fim de fortalecer as áreas orientais contra o imperialismo ocidental.
- divisões internas das elites dirigentes decorrentes das diferentes visões com relação à cultura ocidental – os progressistas, aliados da China, e os conservadores, aliados dos países ocidentais reconheciam que a manutenção de uma estrutura fragmentada das ilhas limitava o desenvolvimento da agricultura e que a saída era a industrialização.
- a modernização da estrutura econômica japonesa facilitou a entrada de capital estrangeiro, o processo de urbanização e a alteração de valores, desencadeando a “ocidentalização” do Japão.
- a defesa da propriedade privada com a eliminação das formas feudais de organização da terra e o incentivo às reformas agrárias vinculadas ao socialismo, bem como a manutenção das tradições, mediante o fechamento das relações com os países ocidentais e o avanço militar sobre o Império Russo.

8. (UFES)

Pedra Assassina

O diamante é o combustível que alimenta três das mais violentas guerras africanas. [...] Nestes lugares, companhias mineradoras ou seus intermediários estimulam o prosseguimento dos combates fornecendo armas e mercenários. Em alguns casos, apoiam governos, em outros dão suporte a grupos guerrilheiros.

VEJA, 31 maio 2000.

Os conflitos, aos quais se refere a matéria, estão localizados em Angola, no Congo e em Serra Leoa. Esses conflitos

- resultaram da partilha colonial europeia, que criou Estados, segundo seus interesses, sem respeitar as especificidades africanas.
- estabeleceram-se após a Primeira Guerra Mundial, quando os países africanos se aliaram aos europeus.
- não preocupam os organismos internacionais, pois prejudicam áreas restritas do continente, sem importância econômica.
- diminuíram após a Segunda Guerra Mundial, quando os norte-americanos se retiraram do espaço geográfico africano.
- não representam ameaça à população civil, pois atingem apenas os governos e os revolucionários.

9. (Unicamp-SP-2010) No século XIX, surgiu um novo modo de explicar as diferenças entre os povos: o racismo.

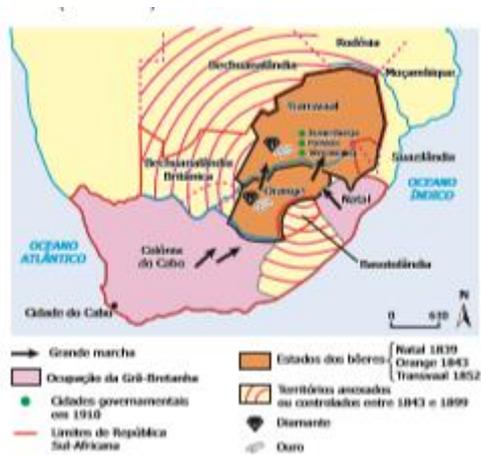
No entanto, os argumentos raciais encontravam muitas dificuldades: se os arianos originaram tanto os povos da Índia quanto os da Europa, o que poderia justificar o domínio dos ingleses sobre a Índia, ou a sua superioridade em relação aos indianos? A única resposta possível parecia ser a miscigenação. Em algum momento de sua história, os arianos da Índia teriam se enfraquecido ao se misturarem às raças aborígenes consideradas inferiores. Mas ninguém podia explicar realmente por que essa idéia não foi aplicada nos dois sentidos, ou seja, por que os arianos da Índia não aperfeiçoaram aquelas raças em vez de se enfraquecerem.

PAGDEN, Anthony. Povos e Impérios. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 188-194. (Adaptação).

a) Segundo o texto, quais as incoerências presentes no pensamento racista do século XIX?

b) O que foi o imperialismo?

10. (UFRJ–2010)



Atlas Historique. Paris: Hachette, 1987. p. 239. (Adaptação).

A Guerra dos Bôeres (1899-1902), na África do Sul, levou a Inglaterra a mobilizar aproximadamente 450 mil soldados, trazidos de todo o seu Império. A vitória britânica fez com que fosse limitada a autonomia dos estados bôeres. No entanto, o sistema eleitoral permitiu que, terminada a guerra, os africânderes (bôeres) dominassem o poder político em diversas províncias. No mapa anterior, pode-se observar o cenário dessa guerra e a indicação geográfica de fatores a ela relacionados.

a) Apresente uma razão para o início dessa guerra.

b) Explique o que permitiu aos bôeres obter o controle político de diversas províncias, mesmo tendo perdido a guerra para os ingleses.

Seção ENEM

1. (Enem–2002) O continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos étnicos.

MARTIN, A. R. Fronteiras e Nações. São Paulo: Contexto, 1998.

Diferentemente do continente americano, onde quase que a totalidade das fronteiras obedece a limites

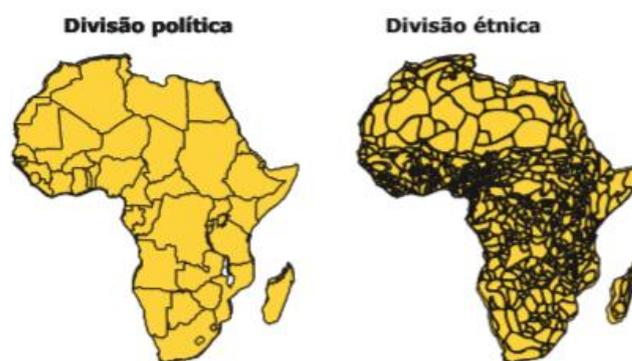
naturais, a África apresenta as características citadas em virtude, principalmente,

- da sua recente demarcação, que contou com técnicas cartográficas antes desconhecidas.
- dos interesses de países europeus preocupados com a partilha dos seus recursos naturais.
- das extensas áreas desérticas que dificultam a demarcação dos limites naturais.
- da natureza nômade das populações africanas, especialmente aquelas oriundas da África Subsaariana.
- da grande extensão longitudinal, o que demandaria enormes gastos para demarcação.

2. (Enem–2005) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano. Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

- A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.
- As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.
- As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de Independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

As fronteiras étnicas e políticas da África



Atualidades / Vestibular 2005, 1º sem, Abril, p. 68.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

- I.
- II.
- III.
- I e II.
- II e III.

3. O Canal do Panamá uniu os oceanos Atlântico e Pacífico, facilitando o transporte de mercadorias e reafirmando o poder norte-americano sobre a região.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.



Disponível em: <<http://sdc.eu>>. Acesso em: 13 out. 2010.

A imagem e o texto anterior referem-se à construção do Canal do Panamá, obra almejada pelos Estados Unidos, que aliaram as suas necessidades comerciais aos seus anseios expansionistas. Para que obtivessem o seu controle, entretanto, os estadunidenses apoiaram a Independência do Panamá, que à época integrava a Grã-Colômbia. Em contrapartida, o alto comando de Washington exigiu que a zona do Canal do Panamá permanecesse sob controle dos EUA de 1904 até o Reveillon do ano 2000. A ação dos Estados Unidos no Panamá reflete uma faceta das suas relações internacionais do século XX, marcada, sobretudo pela

- imposição dos interesses da Casa Branca no Caribe e na América Central, desde que ela não interferisse na soberania dos nativos.

- difusão do projeto político-institucional estadunidense pela América Latina, vista como uma área a ser dominada, mesmo que militarmente.

- constituição de alianças, garantindo a Independência dos países latino-americanos de forma legal e diplomática.

- parceria dos EUA com as maiores potências europeias no intuito de imperar sobre as nações subdesenvolvidas da América Latina.

- aplicação de capitais nos países recém-independentes, para que estes compartilhassem o seu desenvolvimento com os estadunidenses.

Brasil Império: Período Regencial

Entre os anos de 1831 a 1840, o Brasil enfrentava uma inédita situação política: a recente nação começava a ser governada pelos próprios brasileiros. Com um atraso de nove anos – nossa Independência data de 1822 –, o novo cenário político criou uma natural divergência nos setores da elite nacional, levando a dois momentos distintos no Período Regencial: o “avanço liberal” e o “regresso conservador”.

No primeiro período, que engloba as três primeiras regências (Provisória, Permanente e de padre Feijó), entre os anos de 1831 a 1837, o Brasil seguiu uma linha liberal, conduzida pelos políticos de oposição ao autoritarismo do imperador e desejosos de uma maior descentralização do poder em favor das províncias. Porém, a fase liberal se encerra com a Regência de Araújo Lima, em 1837, dando início à centralização do “regresso conservador”, assim classificado devido aos receios, por parte da elite, de ver o Brasil ser fragmentado pelas rebeliões regenciais e ao temor da radicalização das reformas, principalmente aquelas que pudessem ter algum caráter democrático.

A História Regencial pode ser dividida em 4 etapas:

- ✓ Regência Trina Provisória (abril a julho de 1831)
- ✓ Regência Trina Permanente (1831-1835)
- ✓ Regência Una de Padre Feijó (1835-1837)
- ✓ Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Regência Trina Provisória (abril a julho de 1831)

Após a renúncia de D. Pedro I, o Brasil ficou sem governante. Segundo a Constituição de 1824, na ausência do imperador, o país deveria ser governado por uma regência composta de três pessoas (trina) eleitas pela Assembleia Brasileira, que, no momento da renúncia, estava em recesso.

A situação de vacância do poder foi solucionada por um grupo de políticos residentes na capital, que assumiu por um curto prazo o controle da nação. Assim, essa regência ficou conhecida como Regência Trina Provisória e era formada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva. A primeira ação dessa regência foi readmitir o gabinete do Ministério dos Brasileiros, anteriormente demitido por D. Pedro I, além de anistiar os presos políticos que estavam detidos devido ao autoritarismo do imperador. Após terem sido convocados, os políticos da Assembleia Geral já estavam aptos a escolher a Regência Trina Permanente.

Regência Trina Permanente (1831-1835)

A Regência Trina Permanente era composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva e dos deputados

João Bráulio Munis e José da Costa Carvalho e foi eleita pela Assembleia Geral, convocada para a escolha dos regentes e para estabelecer os rumos políticos da nação. Apesar da presença dos três regentes, o destaque administrativo ficou por conta do ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, defensor de um Poder Executivo forte e independente. Sua postura se refletiu nos vários conflitos entre ele e a Assembleia Geral.



Padre Feijó, símbolo maior do avanço liberal.

A vontade política de padre Feijó era deter um poder centralizado para manter a ordem no país, haja vista a instabilidade política do período. O cenário conturbado do início da Regência pode ser primeiramente identificado pelas distinções dos projetos defendidos após a abdicação de D. Pedro I, o que estimulava o confronto entre os interesses em jogo. O exemplo dessa diversidade política foi a substituição do modelo partidário anterior, português e brasileiro, por um modelo regencial caracterizado pela existência de três partidos.

Organização Partidária

✓ **Restauradores ou Caramurus:** defensores do poder do imperador conforme as determinações presentes na Constituição de 1824. Para atingir seu objetivo, desejavam o retorno de Pedro I ao Brasil. O sonho dos restauradores foi interrompido em 1834, quando o primeiro imperador brasileiro faleceu. Os membros dessa agremiação originavam-se dos setores burocratas e dos comerciantes portugueses, que acreditavam que um governo conduzido por um líder lusitano se encarregaria de manter os cargos e os privilégios de cada grupo, respectivamente. A origem política dos restauradores é o antigo Partido Português.

✓ **Liberais Moderados ou Chimangos:** buscavam estabelecer reformas que aproximassem o Império Brasileiro de uma estrutura federalista que viesse garantir uma relativa autonomia das províncias. Porém, essa ideia não excluía o regime monárquico, já que os moderados aceitavam a existência do imperador, mas lutavam por uma maior divisão dos poderes e, conseqüentemente, por uma organização política com

um maior grau de descentralização. Os principais atuantes desse partido eram originários do antigo Partido Brasileiro, entre os quais se destacavam os proprietários escravocratas do Sudeste, responsáveis pelo abastecimento da Corte carioca, garantindo uma maior influência dessa região na política brasileira. Como o próprio nome indica os membros desse partido não estavam dispostos a investir em um projeto de grandes rupturas e transformações da sociedade brasileira.

✓ **Liberais Exaltados, Farroupilhas ou Jurujubas:** partilhavam de vários projetos para o Brasil, variando da redução do poder real até a sua total extinção. Essa diversidade era reflexo de uma composição heterogênea, social e economicamente, visto que estavam presentes desde setores exportadores de vários gêneros agrícolas tropicais a grupos urbanos, como jornalistas, profissionais liberais e funcionários públicos. Projetavam transformações mais concretas para a nação, como a implantação de um sistema político mais democrático e liberal. Eram defensores do federalismo e da descentralização administrativa, exemplificada no desejo da abolição do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado. Alguns dos seus membros mais radicais chegavam a desafiar a autoridade imperial, sugerindo a implantação de uma República e o fim da escravidão.



A diversidade de projetos, somada à ausência da autoridade monárquica, foi responsável pela criação de um quadro de instabilidade que dominou as relações políticas e sociais no Brasil. Como o compromisso das Forças Armadas frente aos interesses dos regentes era sempre carregado de dúvida, padre Feijó propôs a criação de uma força militar que pudesse servir de instrumento contra as insurgências políticas e sociais existentes no período. Essa força militar ficou conhecida como Guarda Nacional.

Guarda Nacional Composta de cidadãos de alta renda, a nova tropa, formada em 18 de agosto de 1831, mostrou-se um considerável instrumento repressor. Dando o título honorário de coronel para parte dos fazendeiros, estes assumiam o controle de milícias regionais, representando a força governamental disposta a abafar revoltas. Nota-se, que graças à Guarda Nacional, criou-se o costume de chamar os fazendeiros de “coronéis”.

A Guarda Nacional foi responsável por um certo enfraquecimento do Exército brasileiro, pois aqueles que participassem da nova força seriam dispensados dos compromissos com as tropas nacionais. Essa Guarda cumpriu um importante papel controlador e, ao mesmo tempo, indicador do excessivo poder das elites nacionais e da tendência de descentralização da época. Pode-se dizer que a criação da Guarda Nacional e sua prática cotidiana simbolizaram a transferência da função policial do Estado para os detentores do poder local, ou seja, a migração da função repressora pública para setores privados. Sua extinção só ocorreu na Primeira República, em 1918.

Código de Processo Criminal Durante a Regência Trina Permanente foram realizadas algumas mudanças no Código Criminal do país. Até o processo de Independência, nossa legislação penal era orientada pelas ordens portuguesas, visto que a colônia submetia-se às determinações metropolitanas. Porém, após a Constituição de 1824, foi elaborado pelo político Bernardo Pereira de Vasconcelos o Código Criminal (1830), modificado em 1832 pelo governo regencial. Conhecida como Código de Processo Criminal, a nova legislação apresentava como novidade o alargamento do poder entregue aos juízes de paz, eleitos nas localidades para o exercício do papel policial e judiciário, o que permitiu maior influência da elite agrária sobre as questões jurídicas locais. O novo código também determinou a criação de um júri, que seria responsável por julgar crimes, e do habeas corpus, instrumento jurídico que impede prisões arbitrárias.

Apesar dessa legislação descentralizadora, o ministro Feijó exigiu que a Assembleia ampliasse seu poder, ameaçando os deputados através da Guarda Municipal, que cercou a câmara. Porém, viu seu plano fracassar, pois, mesmo sob ameaça, os deputados não estavam dispostos a lhe conceder poder absoluto. O insucesso do golpe levou Feijó a renunciar ao cargo de ministro da Justiça.

A nova situação política gerada pela saída de Feijó possibilitou um consenso entre moderados e exaltados quanto à necessidade de se empreender uma reforma liberal que ampliasse a autonomia das províncias e garantisse uma experiência próxima do ideal republicano. Sendo assim, foram instauradas algumas mudanças na Constituição de 1824, que foram classificadas como Ato Adicional de 1834.

Ato Adicional de 1834

O projeto descentralizador seria a direção política a ser seguida pela nova lei. Como o maior símbolo do poder central era o Poder Moderador, este foi suspenso durante o regime. O projeto descentralizador seria a direção política a ser seguida pela nova lei. regencial, junto com o Conselho de Estado, principal instrumento consultivo do monarca. Visando fortalecer o poder

local, o Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, que poderiam nomear funcionários e legislar quanto à questão tributária, rompendo com o controle econômico exercido pelo governo imperial. Quanto ao formato político, optou-se pela criação da Regência Una. Apesar de o comando regencial ser exercido por uma só pessoa, a medida apresentou um ato descentralizador, visto que o regente seria escolhido por um pleito que incluía os eleitores provinciais.

Outra visão...

Existe um consenso acerca do papel descentralizador do Ato Adicional. Porém, esse não representou uma total ruptura com a antiga ordem. O fato de que o Senado Vitalício não foi extinto, os governadores provinciais ainda eram escolhidos pelo governo central e o Poder Moderador foi suspenso, mas não suprimido, demonstra a persistência de traços da ordem imperial arquitetada por D. Pedro I. Além disso, o Ato Adicional criou o município neutro do Rio de Janeiro, buscando impedir a influência provincial fluminense nas determinações do governo central, sediado na capital do Império.

O Ato Adicional atendeu aos interesses de exaltados e moderados através da criação de um clima de maior pacificação política, mediante a liberalização da vida política brasileira. Porém, após a instauração da Regência Una, iniciou-se um conjunto de revoltas regionais que levaria a elite brasileira a afastar-se da postura liberal, para voltar a impor medidas conservadoras, evitando, assim, os distúrbios locais e a ampliação das reformas democráticas, tão desagradáveis para a elite. No ano de 1835, enfrentando difícil eleição indireta, padre Feijó retornou à política brasileira, eleito para chefiar a primeira Regência Una.

Regência Una de Padre Feijó (1835-1837)

Apesar das concessões liberais e da maior autonomia política das províncias, nota-se que o Brasil continuava vivendo um período de instabilidade. Politicamente, ocorreu uma reordenação entre os partidos. Substituindo os três grupos partidários existentes, o poder político brasileiro passou a ser disputado majoritariamente por duas facções políticas: os progressistas e os regressistas. O grupo dos progressistas foi formado pelos antigos membros dos Partidos Exaltado e Moderado. Já o Partido Regressista era composto de políticos do Partido Moderado e do Restaurador. Este já havia desaparecido desde 1834, após a morte de D. Pedro I, em Portugal, levando o partido a perder o seu sentido. Os progressistas eram defensores de padre Feijó e lutavam pela manutenção da autonomia das províncias. Já os regressistas desejavam uma maior centralização do poder e o fim

das revoltas provinciais que começavam a tomar conta do país. Na medida em que padre Feijó governava e demonstrava o seu carácter autoritário, o Parlamento reduzia cada vez mais o seu apoio ao regente, ao mesmo tempo em que este entrava em conflito com a Igreja Católica ao defender o fim do celibato clerical. Assim, sofrendo um enorme desgaste na condução do governo, Feijó renunciou ao cargo de regente, dando fim à fase conhecida como “maré liberal” e permitindo a ascensão do grupo regressista, representado pelo substituto de Feijó: Araújo Lima.

Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Araújo Lima, membro do grupo regressista, assumiu interinamente em 1837, mas sua confirmação só aconteceu em nova eleição em 1838. Era o início do chamado “regresso conservador”, período em que a elite buscou frear as transformações do Brasil visando à manutenção de uma ordem aristocrática.

Formando um novo gabinete, composto majoritariamente de regressistas, Araújo Lima criava o “Ministério das Capacidades”, que contou com um antigo representante dos moderados, Bernardo Pereira de Vasconcelos, conhecido por sua liderança liberal. Muitos se perguntavam: o que fazia um liberal entre os regressistas? A questão é facilmente compreendida pelo contexto da época. Como assinalado anteriormente, havia um temor da elite quanto a uma possível radicalização das reformas, levando a maior parte do corpo político nacional a apoiar um projeto regressista.

Nas próprias palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos encontraremos esse novo caminho dos liberais:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista.

Assim, como liberal, Vasconcelos combateu o centralismo de D. Pedro I, mas passou a temer que sua luta por descentralização estivesse levando o Brasil a uma reestruturação sociopolítica, desinteressante para a elite. Por isso, Bernardo Pereira afirma: “[...] eu quis parar o carro revolucionário”, mostrando a indisposição dos liberais em apostar em um caminho que ameaçasse os tradicionais mecanismos de exercício do poder pelo corpo aristocrático do país.



Bernardo Pereira de Vasconcelos. Sua passagem dos liberais aos conservadores ilustra o movimento realizado por grande parte da elite brasileira, durante o conturbado Período Regencial.

Durante o governo regressista de Araújo Lima, houve uma tentativa de abafar as revoltas regenciais que explodiam no Brasil. Nessa ocasião, os regressistas, que já dominavam o Parlamento, culpavam o Ato Adicional de 1834 por tantas revoltas. Afinal, esse ato visava a dar maior liberdade às províncias, permitindo que estas flexibilizassem seus laços com o governo sediado no Rio de Janeiro, criando certa autonomia que culminou no desejo emancipatório, exemplificado na Farroupilha e na Cabanagem.

Isso explica por que os regressistas classificavam o Ato Adicional de 1834 como “Ato da Anarquia”. Para solucionar tal questão, foi aprovada a Lei Interpretativa do Ato Adicional em maio de 1840, responsável pelo fortalecimento do poder central em detrimento das províncias. Essa lei reduziu as conquistas obtidas pela legislação de 1834, garantindo ao governo central um controle maior das estruturas judiciária, policial e administrativa e das prerrogativas de nomeação de funcionários obtidas pelas províncias, minimizando o poder das Assembleias Provinciais e seu espaço de ação.

Golpe da Maioridade

Apesar da Lei Interpretativa, o Brasil ainda enfrentava as revoltas regionais. Na busca de uma solução que garantisse o interesse dos setores elitistas, foi criado pelos liberais o Clube da Maioridade, que desejava antecipar a ascensão de D. Pedro II e colocar fim nos conflitos existentes. O grupo obteve, com o decorrer dos meses, o apoio dos políticos mais conservadores, também temerosos de uma possível fragmentação do Brasil, como ocorrera na América Hispânica.

O projeto do Clube da Maioridade se confirmou em junho de 1840, quando D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil, em um movimento histórico conhecido como Golpe da Maioridade, já que ele assumiu o controle do país com apenas 14 anos de idade. Encerravam-se as regências, dando início ao mais longo governo da História do Brasil: o Segundo Reinado, período em que o Brasil foi governado por D. Pedro II.

O fato de esse golpe ter sido desferido pelos liberais demonstra como a diferença entre os grupos políticos

no Brasil era diminuta. Nesse sentido, é importante perceber que liberais e conservadores, na verdade, desejavam resguardar a manutenção das estruturas política, econômica e social do Brasil, tendo a questão escravista, em especial, maior ênfase.

O projeto do Clube da Maioridade se confirmou em junho de 1840, quando D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil, em um movimento histórico conhecido como Golpe da Maioridade, já que ele assumiu o controle do país com apenas 14 anos de idade. Encerravam-se as regências, dando início ao mais longo governo da História do Brasil: o Segundo Reinado, período em que o Brasil foi governado por D. Pedro II.

O fato de esse golpe ter sido desferido pelos liberais demonstra como a diferença entre os grupos políticos no Brasil era diminuta. Nesse sentido, é importante perceber que liberais e conservadores, na verdade, desejavam resguardar a manutenção das estruturas política, econômica e social do Brasil, tendo a questão escravista, em especial, maior ênfase.



Representação de D. Pedro II durante sua menoridade no Período Regencial.

Cabe observar que, além das mudanças na esfera política, a Regência de Araújo Lima foi responsável pela criação do Colégio Pedro II, do Arquivo Público Nacional e do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), responsável pela formação dos primeiros compêndios oficiais que construíram a História Brasileira, entre outras realizações.

Rebeliões Regenciais

Durante o Período Regencial, principalmente nas Regências de Padre Feijó e Araújo Lima, o Brasil foi varrido por um conjunto de revoltas que são genericamente classificadas como rebeliões regenciais. Estas apresentavam uma postura regional de resistência às determinações do governo central e, ao mesmo tempo, a luta por autonomia de algumas regiões, que viviam isoladas politicamente e em condições de miséria. As revoltas regenciais marcaram o momento em que o Brasil esteve com sua unidade territorial ameaçada, visto que buscavam a emancipação de algumas regiões. É necessário ressaltar que, no Brasil

do período, não era possível se afirmar a existência de uma efetiva identidade nacional, predominando identidades regionais. As principais revoltas ocorridas no Período Regencial foram:

- ✓ Revolta de Malês (Bahia, 1835)
- ✓ Cabanagem (Pará, 1835-1840)
- ✓ Sabinada (Bahia, 1837-1838)
- ✓ Balaiada (Maranhão, 1838-1841)
- ✓ Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Revolta de Malês (Bahia, 1835)

A Revolta de Malês, ocorrida em Salvador, em janeiro de 1835, marcou uma das facetas da resistência escrava no Brasil. Desde o Período Colonial, os africanos transportados para a colônia lutaram contra o cativoiro que o novo continente lhes impunha. Tal luta se dava por meio dos quilombos, das revoltas locais e das fugas, entre outras formas de resistência. Porém, a revolta ocorrida na Bahia em 1835 apresentou um maior grau de organização. Esse diferencial foi obtido por uma situação especial: alguns dos escravos rebeldes vieram para o Brasil alfabetizados em árabe e eram seguidores da religião muçulmana, permitindo uma maior identificação e consequente articulação contra as forças políticas e econômicas da sociedade, a ponto de planejarem a tomada de Salvador e do Recôncavo Baiano.

Apesar de uma relativa organização dos rebeldes, o movimento não obteve o sucesso esperado, principalmente por ter sido denunciado por ex-escravos. A repressão do governo foi violenta: 5 escravos condenados à morte e fuzilados em 14 de maio de 1835, além de mais de 400 presos e deportados para a África.

Cabanagem (Pará, 1835-1840)

O termo cabanagem é proveniente das habitações onde morava a maioria da população que participou da revolta: casas de palafitas, toscas e simples, cujos moradores recebiam o nome de cabanos. Faziam parte do grupo combatentes negros, mulatos, índios e brancos pobres. A revolta originou-se da insatisfação da população frente ao autoritarismo do governador da província do Pará, Lobo de Souza.

Liderados pelos irmãos Vinagre, por Félix Clemente Malcher e por Eduardo Angelim, os revoltosos conseguiram tomar o governo central do Pará, com a ajuda da população mais simples. Porém, o movimento apresentava divergências internas e havia a ausência de um plano para a região após a tomada do poder.

Os cabanos eram excelentes no combate, mas se mostraram ineficientes na administração do Pará. Isso explica a constante troca de administradores da província durante um ano e quatro meses em que permaneceram no poder. O primeiro a assumir o

controle do governo foi Félix Clemente, que, em poucos meses, foi executado pelos próprios rebeldes. Em seguida, assumiu Francisco Vinagre, morto em combate, sendo substituído por Eduardo Angelim, preso pelas forças do governo. Apesar de ser uma revolta contrária às situações políticas ligadas ao autoritarismo da província e do governo central, os dois primeiros líderes da rebelião se mantiveram fiéis ao Império. Somente o último líder, Eduardo Angelim, ligado aos interesses dos cabanos, conseguiu romper com essa postura, formando uma República no Pará durante os poucos meses em que esteve à frente da administração. A reação do governo central conseguiu acabar com o movimento na capital, Belém, em maio de 1836, utilizando uma esquadra liderada pelo brigadeiro José de Souza Soares. Porém, foram necessários aproximadamente 4 anos para conseguir destruir a resistência ao governo central que persistia no interior do Pará. A Cabanagem foi um movimento profundamente violento; durante a rebelião, morreram mais de 40 000 pessoas. Cabe destacar que essa revolta marcou o primeiro movimento brasileiro em que a população de menor renda conseguiu êxito por certo tempo ao ascender ao poder político de uma província.

Sabinada (Bahia, 1837-1838)

A Bahia era, desde o final do século XVIII, uma região de conflitos políticos que foram retomados durante a instabilidade do Período Regencial. A insatisfação da sociedade baiana originou-se da convocação promovida pelo governo regencial para que a população se alistasse nas forças de combate ao movimento da Farrroupilha no Sul do país. Indispostos a obedecer ao governo, os revoltosos iniciaram um movimento republicano que ficou conhecido como Sabinada, homenagem a um dos líderes do movimento, o médico Francisco Sabino Barroso. Essa insurgência apresentou uma característica distinta, pois a ruptura com o governo do Rio de Janeiro só ocorreria enquanto houvesse o governo regencial, já que os rebeldes manteriam o regime republicano até a aclamação de D. Pedro II. Essa postura indica, com clareza, o respeito que a figura simbólica do imperador exercia sobre o país.

Tomando o poder após uma revolta no dia 7 de novembro de 1837, os rebeldes conseguiram expulsar os representantes do governo central e proclamar a República Bahiense, separada do restante do Brasil. Para obter o apoio de parcela da população negra, os revoltosos prometeram liberdade para os escravos nascidos no Brasil.

A República Baiana durou apenas 4 meses, já que as tropas fiéis à Regência cercaram Salvador, prendendo alguns líderes do movimento. Os que sobreviveram à ação repressora do governo foram anistiados por D. Pedro II no ano de 1840.

Balaiada (Maranhão, 1838-1841)

A situação do Maranhão não era diferente da das outras regiões do Brasil, apresentando uma população de 200 mil pessoas que viviam em total condição de miséria, sendo mais da metade da população composta de escravos.

Em 1838, um mestiço chamado Raimundo Gomes, apelidado de “Cara Preta”, invadiu a cadeia da Vila de Manga para libertar seu irmão. Seu ato audacioso o fez ficar conhecido na região e obter o apoio de parcela da população marginalizada. Novas investidas contra outras vilas começaram a ocorrer, agora com o objetivo de reivindicar melhorias sociais e econômicas para os excluídos. Raimundo Gomes obteve o apoio de um mestiço, fabricante de balaios, chamado Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Este, conhecido como Balaio, por vingança familiar, resolveu perseguir todos aqueles que não eram de sua raça e de sua classe social. Foi graças a Manuel Francisco que o movimento passou a se chamar Balaiada. Porém, o apoio mais substancial ficou por conta de Cosme Bento das Chagas, conhecido como Preto Cosme, que liderava um grupo de 3 000 escravos fugidos.

Em agosto de 1839, os rebeldes tomaram a cidade de Caxias e enviaram um representante ao governo de São Luís, que encaminhou um conjunto de exigências para evitar uma batalha com o governo central. As reivindicações não foram aceitas e o clima de impasse se tornou insustentável. Em 7 de fevereiro do ano seguinte, o coronel Luís Alves de Lima e Silva assumiu a presidência da província com a função de acabar com a revolta. Liderando vários grupos de combate, o coronel conseguiu abafar a Balaiada, que se mostrou desorganizada para reunir mais adeptos e para concretizar os principais projetos do grupo. Com a chegada de D. Pedro II ao trono em 1840, Lima e Silva concedeu anistia aos balaios, obtendo a rendição de 2 500 pessoas. Restavam ainda os líderes, que, resistindo na frente de batalha, acabaram sendo presos e mortos, como aconteceu com Preto Cosme, em setembro de 1842.

Revolução Farrroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Apesar de o nome da revolta estar associado aos farrapos dos pobres trabalhadores da região Sul do Brasil, a Revolução Farrroupilha, ou Revolta dos Farrapos, teve a liderança dos grandes fazendeiros e proprietários de gado de corte.

A questão econômica por trás dessa luta se explica pelo interesse na redução dos impostos que o governo central impunha sobre a carne-seca, chamada de charque. Havia uma dificuldade na comercialização do produto, já que a concorrência da região platina, que não sofria a carga de impostos do liberal Estado brasileiro, levava a

uma fragilização do comércio sulista. Além disso, o fato de argentinos e uruguaios utilizarem mão de obra assalariada proporcionava uma produção de melhor qualidade e em maior quantidade. Além do charque, outros produtos, como o couro e o sebo, enfrentavam o mesmo problema tributário.

Em 1835, data de início da revolução, Bento Gonçalves, filho de um fazendeiro da região, passou a liderar um grupo de revoltosos que conseguiu depor o presidente da província do Rio Grande do Sul e assumir o governo. Acabava de ser fundada a República Rio-Grandense ou República Piratini. A revolução atingiu outras regiões, sendo estabelecida em Santa Catarina a República Juliana, com o apoio da luta armada de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, futuras lideranças do processo de Unificação italiana na segunda metade do século XIX.

Assim, grande parte do Sul do Brasil se declarava independente do restante do Império Brasileiro, chegando a realizar uma Assembleia Constitucional que se inspirou nos princípios da Revolução Francesa e na Constituição norte-americana.



Representação da Cavalaria Farrroupilha

A luta pela reintegração do Sul ao Brasil foi intensa. Com a função de abafar o movimento, o barão de Caxias, que após o conflito recebeu o título de “Pacificador do Império”, conseguiu obter sucesso na desarticulação da revolta. Atacando os rebeldes, ao mesmo tempo que mantinha um canal de negociação, o barão conseguiu, em 1845, assinar um acordo de paz que estabelecia a anistia aos revoltosos (Paz de Ponche Verde). Além disso, eles obtiveram outras conquistas, destacando:

- ✓ o Império pagaria as dívidas do governo republicano;
- ✓ os rio-grandenses indicariam o novo presidente da província;
- ✓ os oficiais republicanos seriam incorporados ao Exército imperial nos mesmos postos, com exceção dos generais;
- ✓ eram declarados livres todos os escravos que tinham lutado nas tropas republicanas (apesar dessa garantia, muitos dos ex-soldados negros foram levados para o

Rio de Janeiro e vendidos como escravos, sem que os republicanos protestassem);

- ✓ continuavam válidos todos os processos em julgamento na Justiça republicana;
- ✓ seriam garantidas a segurança individual e a propriedade;
- ✓ seriam devolvidos à província todos os prisioneiros de guerra;
- ✓ os oficiais e soldados que tivessem aderido à causa rebelde seriam anistiados e reincorporados ao Exército imperial;
- ✓ o Império demarcaria definitivamente a fronteira com o Uruguai. Os acordos de paz também estabeleceram a tributação do charque platino, garantindo uma igualdade comercial. Nota-se que a Farrroupilha, pelo seu caráter elitista, teve um maior espaço de diálogo com o Império, sofrendo em menor grau a repressão governamental.

Leitura Complementar

Ato Adicional

(Lei nº 16 – de 12 de agosto de 1834)

A Regência permanente, em nome do Imperador o sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Câmara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Império, nos termos da carta de lei de 12 de outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e adições à mesma Constituição:

Art. 10: O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercido pelas Câmaras dos distritos e pelas Assembleias que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de Assembleias Legislativas Provinciais.

[...]

Art. 21: Os membros das Assembleias Provinciais serão invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício de suas funções.

[...]

Art. 32: Fica suprimido o Conselho de Estado de que trata o título 5º, capítulo 7º da Constituição.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução das referidas mudanças e adições pertencer, que as cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelas se contém.

O secretário de Estado dos Negócios do Império as faça juntar à Constituição, imprimir, promulgar e correr.

[Ass.] Francisco Lima e Silva, João Bráulio Moniz, Antônio Pinto Chichorro da Gama. Proclamação ao

Povo sobre a Maioridade (1840) Brasileiros!

A Assembleia Geral Legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual de

S.M.I. o Senhor D. Pedro II, com que a Divina Providência favoreceu o império de Santa Cruz, reconhecendo igualmente os males inerentes a governos excepcionais, e presenciando o desejo unânime do povo desta capital; convencida de que com este desejo está de acordo o de todo o império, pra conferir-se ao mesmo Augusto Senhor o exercício dos poderes que, pela Constituição lhe competem; houve por bem, por tão poderosos motivos declará-lo em maioria, para o efeito de entrar imediatamente no pleno exercício desses poderes, como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

O Augusto Monarca acaba de prestar o juramento solene determinado no art. 103 da Constituição do Império.

Brasileiros! Estão convertidas em realidades as esperanças da Nação; uma nova era apontou; seja ela de união e prosperidade. Sejamos nós dignos de tão grandioso benefício.

Paço da Assembleia Geral, 23 de julho de 1840.

Exercícios de Fixação

1. (FGV-SP–2010) A respeito da Revolução Farroupilha (1835-1845), a mais prolongada revolta brasileira no Período Monárquico, é correto afirmar:

a) Foi motivada por um amplo movimento abolicionista e pela influência das ideias republicanas e democráticas do século XIX.

b) A República Rio-Grandense, fundada em 1836, estabelecia o voto censitário, preservando o controle social dos latifundiários e grandes comerciantes gaúchos.

c) Por iniciativa de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, líderes da esquerda gaúcha, iniciou-se o primeiro processo de reforma agrária em terras brasileiras.

d) Reivindicava a antecipação da maioria de Dom Pedro e a adoção de uma monarquia parlamentarista, nos moldes do Estado britânico.

e) Derrotados pelas forç s comandadas pelo Barão de Caxias, os líderes rebeldes foram deportados para a Itália e para países da região do Prata.

2. (UFMG) A organização do sistema político foi objeto de discussões e conflitos ao longo do Período Imperial no Brasil. Com relação ao contexto histórico do Brasil Imperial e aos problemas a ele relacionados,   correto afirmar que

a) a centralização do poder foi objeto de sérias disputas ao longo de todo o século XIX e explica várias contendas internas às elites imperiais, como a Rebelião Praieira.

b) o constitucionalismo ganhou forç a, fazendo com que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário se tornassem independentes e harm nicos, o que atendia às queixas dos rebeldes da Balaiada.

c) o federalismo, de inspiração francesa e jacobina, foi uma das principais bandeiras do Partido Liberal, a partir da publicação do Manifesto Republicano, o que explica, entre outras, a Revolução Liberal de 1842.

d) os movimentos de contestação armada – como a Revolução Farroupilha, a Sabinada ou a Cabanagem – tinham em comum a crítica liberal às tendências absolutistas, persistentes no governo de D. Pedro II.

3. (Fatec-SP) O Ato Adicional de 1834 foi de importância significativa para o Brasil porque

a) restaurou a paz no Império, tendo em vista o término das rebeliões no Nordeste do país.

b) possibilitou a tomada do poder pelos conservadores que formavam a aristocracia rural.

c) antecipou a maioria de D. Pedro I, evitando, assim, um golpe de Estado dos conservadores.

d) ampliou a autonomia das províncias, neutralizando a tendência centralizadora do Primeiro Reinado.

e) limitou os poderes excessivos das Câmaras Municipais, que poderiam dividir a nação.

4. (UFTM-MG–2010) O caráter multiclassista expressou-se na própria amplitude geográfica da rebelião, que abrangeu, no sul do Maranhão e Piauí, os fazendeiros de gado ou bem-te-vis [...] e camadas populares e escravos no vale do Rio Itaperuna (Maranhão oriental). O conflito no seio das elites regionais deflagrou o movimento, opondo bem-te-vis aos cabanos – denominação dada aos conservadores da região [...]

VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Imperial.

O fragmento apresenta

a) a Praieira.

b) a Balaiada.

c) a Sabinada.

d) a Confederação do Equador.

e) as revoltas liberais de 1842.

5. (FUVEST-SP) Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que ela foi criada

a) pelo imperador, D. Pedro II, e era por ele diretamente comandada, razão pela qual se tornou a principal forç a durante a Guerra do Paraguai.

b) para atuar unicamente no Sul, a fim de assegurar a dominação do Império na Província Cisplatina.

c) segundo o modelo da Guarda Nacional Francesa, o que fez dela o braço armado de diversas rebeliões no Período Regencial e início do Segundo Reinado.

d) para substituir o Exército extinto durante a menoridade, o qual era composto, em sua maioria, por portugueses e ameaçava restaurar os laços coloniais.

e) no Período Regencial como instrumento dos setores conservadores destinado a manter e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas.

Exercícios Propostos

1. (FEI-SP) O equilíbrio federativo brasileiro vem sendo discutido no Congresso Nacional e entre os estudiosos do sistema político brasileiro. A construção da federação brasileira foi obra da República em nosso país, já que, no Império, vivíamos um período de centralismo bastante acentuado. No entanto, mesmo naquele momento, a discussão e os embates acerca da maior ou da menor centralização do poder estavam em pauta. Acerca da questão centralização x descentralização no Período Imperial, é correto afirmar que

- a) a defesa do ideal descentralista era feita pelo Partido Conservador.
- b) o grande número de rebeliões ocorridas no Período Regencial teve como causa fundamental a defesa da maior liberdade para as províncias.
- c) a maior liberdade das províncias no período do Segundo Reinado foi obra do Conselho de Estado.
- d) poucas foram as manifestações a favor da descentralização política no final do Império.
- e) a defesa do descentralismo encontrava adeptos principalmente entre os membros da elite do Rio de Janeiro e da Bahia.

2. (UEL-PR) No governo do regente Araújo Lima (1837-1840), foi aprovada a Lei de Interpretação ao Ato Adicional. Essa lei

- a) modificava alguns pontos centrais da Constituição vigente, extinguindo o Conselho de Estado, mas conservando o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado.
- b) buscava a centralização como forma de enfrentar os levantes provinciais que ameaçavam a ordem estabelecida, limitando os poderes das Assembleias Legislativas Provinciais.
- c) criava o município neutro do Rio de Janeiro, território independente da Província, como sede da administração central, propiciando a centralização política.
- d) revelava o caráter liberal dos regentes, suspendendo o exercício do Poder Moderador pelo governo, eixo da centralização política no Primeiro Reinado.
- e) restabelecia os poderes legislativos dos Conselhos Municipais, colocando nas mãos dos conselheiros o direito de governar as províncias.

3. (PUC Minas / Adaptado) Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil entra no período denominado Regencial (1831-1840), caracterizado por, exceto

- a) intensa agitação social, expressa nas rebeliões ocorridas em vários pontos do país.
- b) diminuição da interferência britânica na economia no pós-1827, época do término dos tratados comerciais de 1810.

- c) fortalecimento do poder político dos senhores de terra, com a criação da Guarda Nacional.
- d) dificuldades econômicas geradas pela ausência de um produto agrícola de exportação.
- e) agravamento da crise financeira devido à anterior utilização de recursos em campanhas militares desvantajosas, como a Guerra da Cisplatina.

4. (PUC Minas) O Período Regencial no Brasil (1830-1840) foi um dos mais agitados da história política do país. Foram questões centrais do debate político que marcaram esse período, exceto

- a) a questão do grau de autonomia das províncias.
- b) a preocupação com a unidade territorial brasileira.
- c) os temas da centralização e descentralização do poder.
- d) o acirramento das discussões sobre o processo abolicionista.

5. (UFMG-2007) De 1835 a 1845, ocorreu o mais longo conflito militar interno da história do Brasil – a chamada Guerra dos Farrapos, ou Rebelião Farroupilha. Considerando-se esse conflito, é correto afirmar que

- a) o apelido dado aos revoltosos – farroupilhas – fazia alusão ao caráter do movimento e de seus principais líderes, oriundos das camadas populares gaúchas.
- b) o governo central, a fim de possibilitar o final do conflito, atendeu a uma das principais reivindicações dos rebeldes: a libertação dos escravos negros da província.
- c) o movimento rebelde, com diferentes correntes internas, defendia interesses rio-grandenses – como diminuição de impostos e maior autonomia política.
- d) os rebeldes rio-grandenses se uniram aos republicanos argentinos, com o objetivo de fortalecer as tropas, aumentar o poderio bélico e reafirmar os ideais federalistas.

6. (UFLA-MG) Leia o texto a seguir, analise e faça o que se pede.

Por mais estranho que pareça, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) está impondo o Global Standart Mobile (GSM) como única tecnologia de segunda geração a ser adotada no país e bloqueando o uso do Code Division Multiplex Access (CDMA) em serviços de terceira geração (3G). Como consequência, a agência cria a mais anacrônica reserva de mercado na área de telecomunicações.

ARTIGO “Anatel recria a reserva de mercado”, O Estado de São Paulo, 13 abr. 2003.

O texto em questão, com base em uma situação específica do mercado de telefonia celular do país, faz uma crítica aos procedimentos da ANATEL e, para tanto, traz de volta a chamada “Política de Reserva de

Mercado” criada no início da década de 70 (1974) com o intuito de proteger a indústria de informática nacional.

Tal política causou, naquele momento histórico, atritos com os EUA que, em retaliação, taxou produtos brasileiros naquele país. Historicamente, práticas de “reserva de mercado” têm contribuído para a gestação de guerras. No caso específico da nossa história, qual das guerras a seguir teria sido causada por tentativas de “reserva de mercado”?

- a) A Guerras dos Mascates (1710-1712) em Pernambuco.
- b) A Guerra de Canudos (1893-1897) na Bahia.
- c) Revolta da Vacina (1904) no Rio de Janeiro.
- d) Guerra no Contestado (1912-1916) em região fronteira do Paraná e Santa Catarina.
- e) A Revolução Farroupilha (1835-1845) no Sul do país.

7. (Fatec-SP–2007) Preparado por uma comissão especial liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, após longos debates na Assembleia Geral, foi promulgado, em 18 de agosto de 1834, o Ato Adicional à Constituição do Império, que promovia mudanças como

- a) a criação de Conselhos de Estado em substituição às Assembleias Legislativas Provinciais.
- b) a criação de uma Regência Trina Permanente, eleita por voto indireto, para governar até a maioria de D. Pedro de Alcântara.
- c) diminuir a autonomia que era dada às províncias.
- d) a criação do município neutro, independente da província do Rio de Janeiro.
- e) a substituição da Regência Una por uma Regência Trina, sendo esta escolhida por meio de eleições gerais.

(UFSM-RS) O Período Regencial no Império Brasileiro (1831-1840) caracterizou-se pelo governo exercido por representantes do Poder Legislativo que promoveram

- a) uma estabilidade política fundamentada no centralismo e na ampliação das atribuições do Poder Moderador.
- b) a criação da Guarda Nacional em 1831, composta de tropas de confiança e controlada, principalmente, pelos grandes fazendeiros, que receberam o posto de comando e o título de coronéis.
- c) a mudança da Constituição de 1824 através do Ato Adicional de 1834, no qual a Regência Una passaria a ser Trina e o poder municipal se restringiria ao Executivo.
- d) a criação das faculdades de Direito de São Paulo, de Olinda / Recife e de Porto Alegre, com o fim de formar uma classe política nacional diferenciada das influências recebidas nas universidades portuguesas.
- e) o surgimento de movimentos armados, que contestavam a legalidade do governo regencial, como a Revolução Pernambucana, a Cabanagem e a Revolução Farroupilha.

9. (UFSM-RS–2007) Sobre a história do Rio Grande do Sul, espaço fronteiriço do Brasil meridional, nos séculos XVIII e XIX, é CORRETO afirmar:

- a) O objetivo da colonização açoreana, a partir de meados do século dezoito, foi estratégico, pois visava a estabelecer latifúndios agroexportadores que defendessem o domínio da Coroa espanhola no Brasil meridional.
- b) A produção de charque, iniciada na 2ª metade do século XIX, com mão de obra majoritariamente livre, destinava-se ao mercado interno.
- c) A parcela da elite rio-grandense, que se revoltou contra o Império, na Guerra Farroupilha, defendia o federalismo, pois seus interesses políticos e econômicos não eram atendidos pelo centralismo monárquico.
- d) Entre os objetivos da imigração alemã, que se iniciou no final do século XVIII, estavam o desenvolvimento da agricultura monocultora, a disseminação da pequena propriedade e a obtenção de soldados para auxiliar na defesa do Império.
- e) À semelhança dos imigrantes italianos que vinham para São Paulo e empregavam-se nas fazendas de café, os que vinham para o Rio Grande do Sul destinavam-se a substituir o trabalho escravo, sem a possibilidade de se tornarem produtores autônomos.

10. (UFV-MG) Das afirmativas a seguir, referentes ao Período Regencial no Brasil, assinale a correta.

- a) Ocorreram vários movimentos e revoltas que não se enquadravam em um único propósito, pois cada um resultava de realidades regionais específicas e de grupos sociais distintos.
- b) A unidade política e territorial desse período visou à superação da crise econômica que se arrastava desde o Período Colonial, tendo como consequência o abandono da vocação agrícola brasileira.
- c) O Período Regencial foi um dos mais agitados da história política brasileira até então, durante o qual surgiram vários partidos políticos que representavam os setores sociais revoltosos.
- d) A ausência de instabilidade política nesse período devia-se ao rigor das políticas regenciais diante do federalismo e da centralização administrativa.
- e) O liberalismo, marca do Período Regencial, incentivou a participação popular e, ao mesmo tempo, fortaleceu o poder das oligarquias sulistas e nortistas.

11. (UNESP–2007) Sobre as revoltas do Período Regencial (1831-1840), é CORRETO afirmar que

- a) indicavam o descontentamento de diferentes setores sociais com as medidas de cunho liberal e antiescravista dos regentes, expressas no Ato Adicional.
- b) algumas, como a Farroupilha (RS) e a Cabanagem (PA), foram organizadas pelas elites locais e não conseguiram mobilizar as camadas mais pobres e os escravos.

- c) provocavam a crise da Guarda Nacional, espécie de milícia que atuou como poder militar da Independência do país até o início do Segundo Reinado.
- d) a Revolta dos Malês (BA) e a Balaiada (MA) foram as únicas que colocaram em risco a ordem estabelecida, sendo sufocadas pelo duque de Caxias.
- e) expressavam o grau de instabilidade política que se seguiu à abdicação, o fortalecimento das tendências federalistas e a mobilização de diferentes setores sociais.

12. (UFC-2008) Em 07 de abril de 1831, o imperador D. Pedro I renunciou ao trono do Brasil, deixando como herdeiro seu filho de apenas cinco anos de idade, o futuro D. Pedro II.

a) Cite quatro elementos que provocaram a renúncia de D. Pedro I.

b) Como ficou conhecido o sistema de governo que vigorou no período entre a abdicação de D. Pedro I e a coroação de D. Pedro II?

c) O que motivou a instalação desse sistema de governo?

d) Cite dois fatores que contribuíram diretamente para a antecipação da coroação de D. Pedro II, por meio do “Golpe da Maioridade”.

13. (UFJF-MG-2007) Observe o mapa:

Revoltas do Período Regencial



No Período Regencial (1831-1840), uma série de conflitos surgiu em algumas províncias brasileiras. Sobre esse contexto, responda ao que se pede.

a) Cite e analise duas características do contexto no qual ocorreram esses conflitos assinalados no mapa.

b) Eleja um desses conflitos e analise-o.

14. (UFRRJ) O texto a seguir refere-se ao período da política regencial no Brasil. A Câmara que se reunia em 1834 trazia poderes constituintes para realizar a reforma constitucional prevista na lei de 12 de outubro de 1832. De seu trabalho resultou o Ato Adicional publicado a 12 de agosto de 1834 [...] O programa de reformas já fora estabelecido na lei de 12 de outubro, o Senado já manifestara sua concordância em relação ao mesmo e só havia em aberto questões de pormenor. No decorrer das discussões, poder-se-ia fixar o grau maior ou menor das autonomias provinciais, mas já havia ficado decidido que não se adotaria a monarquia federativa, o que marcava como que um teto à ousadia dos constituintes.

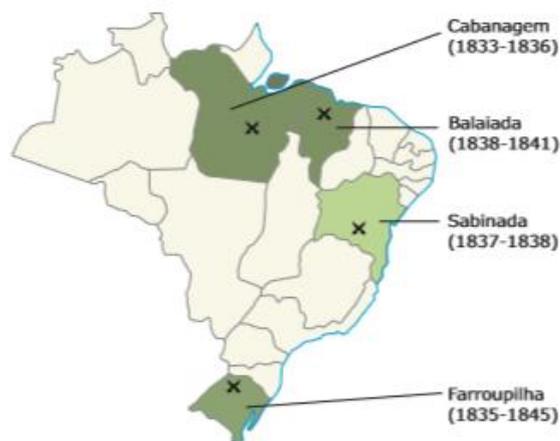
CASTRO, P. P. de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de. História Geral da Civilização Brasileira. v. 4. São Paulo: Difel, 1985. p. 37.

a) Cite duas reformas instituídas pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

b) Aponte a razão pela qual se costuma dizer que a Regência correspondeu a uma “experiência republicana”.

Seção ENEM

1. Observe o mapa a seguir:



As revoltas regenciais exibiram a fragilidade política do Brasil na medida em que a própria ideia de nação passou a sofrer ameaça em meio aos conflitos regionais e projetos separatistas. A alternativa política para a instabilidade apresentada exigiu o fortalecimento do poder central, visando reprimir os movimentos revoltosos. Assinale a alternativa seguinte que melhor representa essa alternativa.

- A Constituição de 1824.
- O Ato Adicional de 1834.
- A criação das Assembleias Provinciais.
- A criação do município neutro do Rio de Janeiro.
- O Golpe da Maioridade.

2. (Enem–2010) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro. O contexto do Período Regencial foi marcado

- por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos “barões do café”.

e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

Bases políticas do Brasil Império

Finalizadas as Regências, iniciou-se o mais longo período administrativo da história brasileira: o Segundo Reinado. Após o insucesso do processo descentralizador, estava clara para a elite brasileira a necessidade de se manter o poder centralizado nas mãos de D. Pedro II, para a perpetuação dos privilégios baseados na posse de terras, no controle da renda e do poder político e na manutenção do trabalho escravo. A aristocracia afastou a ideia descentralizadora, temendo a radicalização e a fragmentação territorial observada nas revoltas regenciais. O imperador simbolizava o desejo pela unidade política do Brasil, promovendo a coalizão social e política fundamental para manter a aristocracia agrária no poder. O caráter predominantemente latifundiário, exportador e escravista do Brasil não mudaria durante o longo Segundo Reinado.

Analisaremos esse período sob os pontos de vista político, econômico, social e de suas relações externas.



Pedro II no contexto do Golpe da Maioridade

Política do Segundo Reinado Os primeiros anos (1840-1848)

Ainda no Período Regencial, observou-se a transformação dos partidos Progressista e Regressista em Partido Liberal e Conservador, respectivamente. Nessa fase, o Partido Liberal se preocupava em concretizar os principais pontos do Ato Adicional, já o Partido Conservador queria restringir a capacidade descentralizadora desse ato, o que conseguiu através da Lei Interpretativa. Apesar de algumas diferenças, os

dois partidos não apresentavam grandes distinções ideológicas, uma vez que, após as rebeliões regenciais, o setor político liberal progressivamente adotou um discurso mais convergente ao ideário conservador. Compostos de facções políticas que buscavam o poder, não havia nas propostas partidárias o eixo encaminhador de uma discussão que pudesse democratizar a nação ou promover uma melhoria social. Isso é compreensível na medida em que, para compor o quadro partidário ou para exercer o direito de voto no Segundo Reinado, era obrigatória uma seleção censitária responsável por impedir que os representantes das camadas menos abastadas participassem das discussões políticas, ao mesmo tempo que a elite não se preocupava em promover reformas sociais.

Após a ascensão de D. Pedro II, foi instaurado um ministério composto de liberais, conhecido como Ministério dos Irmãos, devido à presença dos irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco) e dos irmãos Cavalcanti (Antônio Francisco e Francisco de Paula). Esse novo Ministério sofria a oposição dos conservadores, que detinham a maioria das cadeiras no Parlamento. Evitando um conflito maior, D. Pedro II dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. No intuito de obter maioria na votação, os liberais utilizaram todos os instrumentos de opressão durante o processo eleitoral, que passou a ser conhecido como “Eleições do Cacete”. Após o fraudulento pleito, ocorreu uma enorme pressão dos conservadores junto ao imperador, que optou por colocá-los no poder, dissolvendo o Ministério dos Irmãos.

Os saquaremas retomaram o projeto de centralização do sistema administrativo através das seguintes ações:

- ✓ reformulação do Código de Processo Criminal Penal, diminuindo o poder regional;
- ✓ reorganização da Guarda Nacional, acabando com a eleição de seus dirigentes e instituindo a nomeação;
- ✓ restauração do Conselho de Estado – órgão consultivo do Poder Moderador que havia sido fechado temporariamente pelo Ato Adicional de 1834;
- ✓ convocação de novas eleições, em 1º de maio de 1842.

O novo processo eleitoral promoveu a vitória dos conservadores por meio dos mesmos métodos das “Eleições do Cacete”: o uso da repressão, provocando a insatisfação dos liberais, pois perderam o controle do gabinete e a maioria do Parlamento. O reflexo imediato foi a eclosão de várias revoltas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

As Revoltas Liberais de 1842

Contestando as reformas e a exclusão do Partido Liberal do poder, insurgentes paulistas iniciaram revoltas liberais, dominando algumas cidades do interior, como Sorocaba, mas sendo derrotados pelas tropas imperiais chefiadas pelo brigadeiro Lima e Silva, responsável

pela prisão de uma das lideranças do movimento, o antigo regente padre Feijó. Avançando em direção a Minas Gerais, o futuro duque de Caxias conseguiu desarticular a resistência coordenada pelo liberal Teófilo Otoni. Demonstrando pouca organização, os revoltosos foram rapidamente detidos. Alguns líderes do movimento enfrentaram o exílio ao serem deportados para Portugal, sendo anistiados apenas em 1844, com a posse de um gabinete composto de liberais. Parte da explicação do longo período do governo de D. Pedro II foi sua habilidade e jogo político de alternância de liberais e conservadores no poder. Esse revezamento conseguia garantir certa tranquilidade política, evitando-se, assim, motins e revoltas. Embora os liberais tenham formado um número maior de ministérios, os conservadores ficaram mais tempo no poder.

O “parlamentarismo às avessas”

Em 1847, D. Pedro II organizou a política brasileira sob a orientação parlamentarista, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que deveria cumprir a função de primeiro-ministro na estrutura administrativa do Brasil. Porém, no caso brasileiro, o primeiro-ministro se encontrava subordinado à autoridade do Poder Moderador, ou seja, a D. Pedro II. Isso significava que o parlamentarismo no Brasil era o inverso do sistema conhecido na Inglaterra, pois, no modelo clássico inglês, nota-se que o rei estava subordinado à autoridade do primeiro-ministro, levando essa inversão do nosso sistema político pró-imperador a ser conhecida como “parlamentarismo às avessas”. Assim, a disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador se restringia ao controle do cargo de presidente do Conselho de Ministros, atendendo aos interesses políticos de D. Pedro II, que se afastava do conflito partidário para governar sem enfrentar oposições. Nota-se que, no parlamentarismo brasileiro, diferentemente do inglês, o peso do eleitor na decisão política era limitado, assumindo o imperador, via Poder Moderador, o protagonismo político. Da mesma forma, essa organização política gerava um esvaziamento do debate político nacional através da atuação arbitrária de Pedro II. Durante todo o Segundo Reinado, 21 gabinetes ficaram sob o controle dos liberais e 15 ficaram sob o controle dos saquaremas (conservadores).



Pedro II – Diversão com a política brasileira. Publicado no Periódico O besouro, 22 jan. 1878.

Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850)

No ano de 1848, em sintonia com a Primavera dos Povos que se desenrolava na Europa, ocorreu a última revolta que resistiu ao poder centralizado vindo do Rio de Janeiro: a Revolução Praieira. Um grupo de liberais pernambucanos contestava o controle político da província pelas oligarquias regionais, em especial a família Cavalcanti de Albuquerque, que tinha representantes no Partido Liberal e no Partido Conservador. Para demonstrar a insatisfação, os liberais radicais (praieiros) fundaram o jornal *Diário Novo*, principal veículo de comunicação da oposição, localizado na Rua da Praia, em Recife.

Com o decorrer dos anos, os políticos ligados aos praieiros obtiveram destaque no quadro político de Pernambuco, sobressaindo os seguintes líderes: Manuel Nunes Machado, Félix Peixoto de Brito e Melo, Felipe Lopes Neto, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Urbano Sabino Correia de Melo.

Em 1848, o *Diário Novo* publicou um manifesto revolucionário para a população, intitulado *Manifesto ao Mundo*, contendo as principais reivindicações do movimento, entre as quais merecem destaque:

- ✓ voto livre e universal;
- ✓ plena liberdade de divulgar os pensamentos através da imprensa;
- ✓ extinção do Poder Moderador;
- ✓ introdução do federalismo e da República no Brasil;
- ✓ reforma no Poder Judiciário.

Durante a Revolução Praieira, a temática da escravidão foi objeto de divergência. Alguns setores do movimento se manifestavam favoráveis ao abolicionismo, posição conflitante com os grupos elitistas, que participavam das manifestações apenas por questões políticas. O que se observa é que a publicação do *Manifesto ao Mundo* não faz uma citação direta do tema, porém uma interpretação do documento nos faz acreditar que alguns dos participantes eram simpáticos a tal causa. Exemplo desse conflito fica explícito na discussão historiográfica, caracterizada pela ausência de consenso e pelas divergências de interpretação sobre esse aspecto

específico. Na abordagem de historiadores como Nelson Piletti e Cláudio Vicentino, destaca-se o empenho antiescravista do movimento, enquanto Gilberto Cotrim e Francisco M. P. Teixeira discordam dessa opinião.

Apesar da luta armada dos praieiros pelas reformas liberais, o movimento foi massacrado pelas tropas fiéis ao Governo Federal. Alguns líderes foram presos, mas anistiados no ano de 1851.

Estabilização política e conciliação

Após o conflito da Revolução Praieira, o cenário político do Império se estabilizou. Os atritos entre liberais e conservadores permaneceram minimizados, haja vista a semelhança nas propostas dos dois grupos, evidenciada na articulação política ocorrida entre os anos de 1853 e 1858 pelo marquês de Paraná. Este conseguiu promover a união entre o Partido Liberal e o Partido Conservador dentro de um projeto administrativo conhecido como fase da conciliação, no qual os dois partidos governariam juntos. Aproveitando a situação, D. Pedro II permanecia próximo ao gabinete para exercer o controle sobre os políticos brasileiros. Assim, a condição política mostrou-se estável até o início do movimento republicano na década de 1870.

Economia

A economia dos primeiros anos do Império apresentou sinais de retração, principalmente durante a instabilidade política e social do Primeiro Reinado e das regências. Além disso, também houve o endividamento originado do pagamento de indenização a Portugal para o reconhecimento da independência do Brasil, o alto custo da montagem de um aparato burocrático-administrativo para o Estado nascente e a ausência de uma economia autossustentável.

A mudança do quadro econômico veio durante o Segundo Reinado através da entrada brasileira no mercado de exportação de um produto primário: o café. Introduzido no Brasil em 1727, o café era utilizado apenas na agricultura de subsistência, não tendo função comercial. Somente no século XIX o produto adquiriu um amplo mercado para exportação, principalmente na Europa. Como a economia das colônias francesas, que já comercializavam café, estava em crise, o Brasil intensificou o plantio da cultura no Sudeste. A partir de 1825, a área plantada alastrou-se pela região do Vale do Paraíba, seguindo o padrão do açúcar, ou seja, utilizando mão de obra escrava em grandes latifúndios. A região do Vale do Paraíba foi a grande responsável pelo avanço da economia cafeeira até os anos de 1870, quando o Oeste Paulista conseguiu ultrapassar a produção do Vale. Deve-se ressaltar que, tanto na produção realizada no Vale do Paraíba quanto na do Oeste paulista, não houve a ruptura brasileira com o

modelo tradicional de divisão internacional do trabalho, permanecendo a nação dependente de gêneros primários.

Essa rápida queda da produção do Vale do Paraíba se explica pelo desgaste do solo e pela ausência de uma racionalidade na produção, que se baseava nos conceitos arcaicos do Período Colonial, sendo a elite da região incapaz de empreender a modernização da produção. Exemplo disso foi a insistência dos fazendeiros do Vale do Paraíba em utilizar o regime de trabalho escravocrata, não investindo na mão de obra livre, que poderia fornecer maior lucro. Havia outras vantagens no Oeste Paulista que colaboraram para o desenvolvimento da lavoura cafeeira durante a segunda metade do século XIX, como a terra roxa – solo propício ao plantio – e o clima muito favorável para a produção. Destaca-se também a utilização da mão de obra livre, principalmente dos imigrantes, fundamental no desenvolvimento de São Paulo, que lentamente assumiria a hegemonia econômica do Brasil.

A expansão do café na região Sudeste também estimulou a formação da malha ferroviária brasileira, fundamental para o escoamento da produção nos portos do Rio de Janeiro e São Paulo. O país apresentou um salto de 14,5 km de estradas de ferro em 1854 para 13 980 km em 1899, sendo que 8 713 km estavam na região cafeeira.

Socialmente, a riqueza oriunda do café foi responsável pela projeção política dos fazendeiros do Sudeste, chamados de barões do café, que foram fundamentais para as mudanças nos rumos políticos do país na transição do Império para a República.



A produção cafeeira liderou o processo de expansão econômica do Segundo Reinado.

Não se pode esquecer, porém, de que, no século XIX, o Brasil teve outros tipos de produção agrícola que foram importantes para o desenvolvimento da economia nacional. Merece destaque a produção do açúcar, do algodão e do cacau.

Durante praticamente todo o Segundo Reinado, o açúcar manteve a condição de segundo principal produto de exportação, perdendo apenas para o café.

Isso mostra que, apesar da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba da Europa, a produção açucareira brasileira ainda detinha uma considerável importância econômica.

Um dos períodos em que o açúcar perdeu a posição de segundo lugar na exportação brasileira foi durante os anos de 1861 a 1870, quando o Brasil apresentou um aumento na venda de algodão para a Europa. Essa exportação esteve associada à queda da produção norte-americana em virtude da Guerra de Secessão, permitindo um rápido e curto processo de desenvolvimento da região do Maranhão, principal área de plantio de algodão no país.

Já no final do século XIX, foi a vez da borracha assumir um papel importante nas exportações nacionais. Nesse período, as economias inglesa e norte-americana necessitavam desse produto para a fabricação de componentes da indústria automobilística. Como na Amazônia existia uma considerável quantidade de seringais nativos, essa região transformou-se em uma das maiores exportadoras de látex. Porém, a borracha brasileira mostrou-se cara para os países industrializados, já que o extrativismo era realizado no meio de floresta e o trabalho manual era lento e dispendioso. A solução encontrada pela Inglaterra e pelos EUA foi o plantio de seringais na Ásia, o que levou a uma repentina queda das exportações brasileiras, promovendo a decadência econômica da região.

Principais produtos agrícolas para exportação (em porcentagem sobre o valor global das exportações)					
Período	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau
1831-1840	43,8	24,0	10,8	1,9	0,6
1841-1850	41,4	26,7	7,5	1,8	1,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,6	1,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,0	0,9
1871-1880	56,6	11,8	9,5	3,4	1,2
1881-1890	61,5	9,9	4,2	2,7	1,6
1891-1900	64,5	6,0	2,7	2,2	1,5

Anuário Estatístico do Brasil, 1939.

O desenvolvimento industrial A indústria do Período Imperial encontrava alguns obstáculos para promover seu desenvolvimento, como a manutenção da mão de obra escrava, o que restringia o mercado consumidor e potencial, e os privilégios comerciais obtidos pela Inglaterra (acordo de 1810 e renovação no ano de 1827), responsáveis pelo fracasso das manufaturas nacionais, que não conseguiam concorrer com os produtos ingleses. Apesar do cenário adverso para o desenvolvimento industrial nacional, o Brasil assistiu à formação das suas primeiras manufaturas com a contribuição dos seguintes elementos:

Tarifa Alves Branco

Após a Independência do país, o governo brasileiro foi pressionado pelos ingleses e por outras nações a conceder taxas de importação de baixo valor. Assim, os produtos estrangeiros que entravam no Brasil impediam o desenvolvimento da nascente indústria nacional, devido ao maior grau de avanço tecnológico da indústria europeia, em especial, inglesa. Esse quadro começou a se modificar em 1844, quando o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, elevou os impostos de importação a uma taxa de 60% para os produtos que tivessem similares no Brasil. Já os produtos que não fossem fabricados em território nacional pagariam apenas 30% de taxa de importação. Assim, a elevação dos preços das mercadorias estrangeiras foi fundamental para incentivar a indústria do Brasil Império. Deve-se lembrar, no entanto, de que a medida imperial não possuía o objetivo de proteger a indústria nacional, sendo direcionada pelo interesse de aumento da arrecadação estatal.

Desvio do capital antes investido na compra de escravos

Após o ano de 1850, o governo brasileiro, pressionado pelos interesses ingleses, proibiu o tráfico de escravos no Brasil através da Lei Eusébio de Queirós. Como havia um considerável investimento no lucrativo comércio de escravos, o fim do tráfico acarretou o excedente de capitais que passaram a ser investidos em outros setores da economia, entre os quais, a indústria.

Lucros provenientes do café

Como o lucro do café ampliava-se cada vez mais, temia-se reinvestir esse lucro na própria produção cafeeira, provocando a queda dos preços. Assim, parte considerável do que era conseguido com as exportações de café era investida em outros ramos da economia, merecendo destaque as atividades industriais. Isso explica o fato de São Paulo e Rio de Janeiro terem uma predominância no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, já que o café esteve ligado diretamente à economia desses estados no final do século XIX e início do século XX.

Iniciativas Particulares

Algumas iniciativas particulares foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria nacional. Os pioneiros na industrialização foram capazes de lutar contra a própria tendência econômica do Brasil, concretizando projetos que não eram compactuados pela maior parte da elite. Entre os grandes responsáveis por esses empreendimentos, destaca-se Irineu

Evangelista de Souza, mais conhecido como Barão e depois Visconde de Mauá.



Estação ferroviária, a modernização em torno da produção cafeeira.

Construindo obras importantes para a modernização do Brasil, Mauá foi um dos pioneiros no investimento do capital proveniente do fim do tráfico de escravos. Entre as suas obras, destacam-se:

- ✓ Construção das primeiras estradas de ferro, para facilitar o escoamento do café aos portos brasileiros;
- ✓ Construção de um estaleiro;
- ✓ Fundação de bancos;
- ✓ Implantação da iluminação a gás do Rio de Janeiro;
- ✓ Criação da companhia de bondes;
- ✓ Construção do primeiro cabo telegráfico submarino ligando o Brasil à Europa.

O desenvolvimento da indústria brasileira está diretamente ligado à história do visconde de Mauá. Porém, por falta de incentivo governamental, já que o Império estava atrelado aos interesses da elite agrária, e com a pressão do capital estrangeiro, Mauá viu seus empreendimentos entrarem em falência no ano de 1878.

Leitura Complementar

Lei de Extinção do Tráfico Negreiro – Eusébio de Queirós (1850)

Dom Pedro por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil: fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

[...]

Art. 4º. A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será

punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

[...]

IMPERADOR com Rubrica e Guarda
Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara.

A Tarifa Alves Branco

A questão orçamentária era um problema de grandes proporções para o Império. Os críticos do governo monárquico apontavam o déficit como uma das principais chagas do governo. Afinal, quais os motivos que tornavam a situação tão drástica, se o país despontava como o principal produtor de café do mundo? A grande questão é que a principal fonte de receita do governo era a tributação alfandegária. Como sabemos, as diversas vantagens concedidas ao comércio inglês não propiciavam rendimentos aduaneiros apreciáveis. Devemos acrescentar que a situação orçamentária poderia ter sido mais bem gerida se o Império estabelecesse um imposto sobre a grande propriedade rural e vendesse terras públicas, como forma de aumentar a receita, tal qual o governo norte-americano no século XIX.

Em 1844, visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do proteccionismo aduaneiro. Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda, tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei – denominada Tarifa Alves Branco – estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no Brasil).

Não se iluda em relação à proteção à indústria nacional. Se as poucas indústrias existentes fossem favorecidas – ou surgissem novas – seria uma mera consequência. Especialmente para um homem, a tarifa abria as portas de um verdadeiro mundo de negócios. Seu nome, Irineu Evangelista de Sousa, o futuro barão de Mauá.

Diante das perspectivas governamentais, os resultados da Tarifa Alves Branco foram positivos, sendo que as novas diretrizes se manteriam por mais de uma década, apesar da pressão inglesa.

AQUINO, Rubim L. S. de. Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

“Manifesto ao Mundo”, de 1º de janeiro de 1849, assinado pelos chefes militares praieiros:

Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia deve realizar os seguintes princípios:

1º) O voto livre e universal do povo brasileiro.

2º) A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.

3º) O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.

4º) O comércio a retalho só para cidadãos brasileiros.

5º) A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.

6º) A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar.

7º) O elemento federal na nova organização [...]

Exercícios de Fixação

1. (UFMG) Leia este texto: Sigamos os passos da política centralizadora e veremos que é a centralização das luzes o seu complemento.

A interpretação do ato adicional roubou às províncias o melhor do seu poder, reconcentrando na Corte a maior parte das atribuições das Assembleias. As reformas judiciárias avocaram para o mesmo centro a nomeação de quase todos os empregos judiciais. As províncias se acham, pois já esgotadas de seus recursos; porque até se lhes tirou a administração da maior parte de seus rendimentos. Suas forças físicas, o recrutamento as tem extenuado. Que faltava, pois tirar-lhes? A instrução, o único apoio que lhes resta.

O ATHLETA, 16 set. 1843.

A partir das ideias contidas nesse trecho e considerando-se o contexto histórico do Brasil Imperial, é CORRETO afirmar que

a) o restauracionismo, que congregava as classes médias urbanas, foi, durante esse período, um dos mais severos críticos do processo de centralização imposto pelo imperador.

b) a centralização do poder foi um dos instrumentos utilizados pela monarquia no sentido de tentar coibir os conflitos que haviam eclodido na primeira metade do século XIX.

c) o constitucionalismo das elites rurais advogava o fim da anarquia inicialmente vigente nas províncias, o que se faria a partir do controle das novas instituições educacionais.

d) o corporativismo influenciou diversas instituições na primeira metade do século XIX – como o Exército e a escola, ambos em processo de progressiva profissionalização.

2. (UNESP–2008) As estradas de ferro paulistas dos séculos XIX e XX dirigiam-se para as regiões do interior do estado. Sua importância para o complexo econômico cafeeiro e para o desenvolvimento de São Paulo pode ser vista sob múltiplos aspectos. O cultivo do café e as ferrovias provocaram mudanças ambientais em várias regiões paulistas, porque

a) as estradas de ferro formavam redes no interior das matas e permitiam o acesso do capital norte-americano

à exploração e à exportação de madeiras para o mercado europeu.

b) a economia cafeeira foi responsável pela predominância da agricultura de subsistência sobre as áreas florestais, e as locomotivas levaram à exploração do carvão mineral no planalto paulista.

c) o emprego nos cafezais de defensivos agrícolas contaminava as nascentes de água e as ferrovias favoreciam a fixação de pequenas propriedades nas áreas agrestes.

d) as locomotivas eram movidas a vapor, cujo combustível era a madeira, e os cafezais, por esgotarem o solo, exigiam a incorporação de novas terras para o plantio.

e) a expansão da frente pioneira devastava as matas e abria grandes reservas de territórios e de terras agricultáveis para os indígenas.

3. (PUC Minas–2010) Segundo Sérgio Silva: No começo da segunda metade do século XIX, a produção de café toma proporções muito importantes: a cifra se aproxima de 3 milhões de sacas em média por ano. A partir da década de 1870, e, sobretudo a partir de 1880, quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

SILVA, Sérgio. A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.

Pode-se apontar como fator responsável por esse aumento de produtividade

a) o aporte de grande capital internacional para o financiamento da safra.

b) a diminuição da produção colombiana de café provocada por problemas climáticos.

c) o uso intensivo de trabalho escravo na produção e beneficiamento do café.

d) o crescimento dos mercados externos consumidores do produto, o que estimulou o crescimento da produção interna.

4. (UFMG) Auguste de Saint Hilaire, naturalista francês, realizou inúmeras andanças pelo Brasil entre 1816 e 1822. De volta à França, ao publicar seus relatos de viagem, afirmou, intrigado, que “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”. Considerando-se essa reação de Saint Hilaire e as dificuldades que marcaram a definição da identidade brasileira, é correto afirmar que elas se explicam porque

a) o grande número de índios, negros e mestiços fazia com que a população brasileira não fosse capaz de formular um projeto de emancipação política.

b) a baixa densidade populacional do país, que, resolvida com a vinda dos imigrantes estrangeiros, gerou a sensação de que essa população não seria, de fato, brasileira.

c) o processo de construção de uma nação brasileira foi dificultado pela força das identidades regionais formadas durante a colonização portuguesa.

d) a Independência foi uma conquista dos portugueses, especialmente os comerciantes estabelecidos no Brasil, o que dificultou a afirmação da cidadania dos brasileiros.

5. (CEFET-MG–2010) Analise a tabela adiante, referente à representação partidária no Período Imperial brasileiro:

	Partido Conservador	Partido Liberal
Proprietários rurais	47,54%	47,83%
Comerciantes	13,12%	8,69%
Outros	18,03%	26,09%
Sem informação	21,31%	17,39%

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: teatro de sombras. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 192.

Considerando-se o contexto sociopolítico nesse período e as informações obtidas na tabela, é correto afirmar que

a) a predominância de proprietários rurais e comerciantes acirrava os conflitos internos.

b) os partidos políticos no Império representavam igualmente os interesses sociais no Brasil.

c) o índice de filiados sem informação profissional refletia a atuação de escravos forros na política.

d) a origem social comum dos membros fazia com que ambos os partidos representassem as elites econômicas.

e) a presença de classes populares nos partidos facilitava a mobilização de massas através de comitês eleitorais.

Exercícios Propostos

1. (UFMG) Considerando-se as relações entre a conjuntura econômica e o sistema de transporte brasileiro no século XIX, é correto afirmar que

a) o surgimento de uma extensa rede viária destinada ao escoamento da produção industrial foi possível, fundamentalmente, a partir do investimento público capitaneado pelo Banco do Brasil.

b) as principais rotas do sistema de circulação então criadas subsistem até os dias de hoje, notadamente no que respeita às autoestradas, que começaram a surgir no fim do século, para atender à crescente produção de automóveis.

c) as principais vias de transporte criadas à época se situaram na região Sudeste, atendendo às demandas crescentes da cafeicultura, sendo os investimentos oriundos, em grande parte, de capital estrangeiro.

d) o comércio do açúcar, reabilitado após a crise da mineração, estimulou o surgimento de inúmeras autovias e ferrovias, construídas com capital nacional e que se concentravam na região da mata nordestina.

2. (UFMG) Considerando-se o segundo Reinado brasileiro, é correto afirmar que

a) a alternância, no comando do Estado, entre os dois principais partidos do período expressava o poder e a vontade política do imperador.

b) a dissolução do Conselho de Estado, à época, foi compensada com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros.

c) a eliminação do Poder Moderador para a implementação do “parlamentarismo às avessas” estabilizou, então, o regime.

d) o fortalecimento das elites locais nas províncias permitiu, então, que fossem aprovadas leis de caráter descentralizador.

3. (FGV-SP-2008) [...] visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do protecionismo aduaneiro. [...] O ministro da Fazenda tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei [...] estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no país).

AQUINO, Rubim Santos Leão et al. Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais.

No contexto do Brasil Império, o trecho apresenta

a) a Lei de Terras.

b) a Tarifa Alves Branco.

c) o Tratado de 1827.

d) a Lei Eusébio de Queirós.

e) a Bill Aberdeen.

4. (Mackenzie-SP-2010) Ao longo do Império, a economia do país foi se tornando cada vez mais complexa, aprofundando sua inserção no capitalismo, sem, contudo perder sua condição de periferia.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. A economia do Império Brasileiro.

Corroborando a afirmação anterior, considere I, II e III a seguir.

I. O café, apesar de ter recuperado a economia brasileira durante o 2º Reinado, manteve uma estrutura agrícola de plantation, predominante desde nosso Período Colonial.

II. Apesar da relativa recuperação de nossa balança comercial, o Brasil manteve sua tradicional posição na Divisão Internacional do Trabalho.

III. O surto de industrialização decorrente da assinatura da Tarifa Alves Branco (1844) garantiu nosso superávit primário, com as exportações de bens de consumo não duráveis.

Assim,

a) somente I e III estão corretas.

b) somente II e III estão corretas.

c) somente I está correta.

d) I, II e III estão corretas.

e) somente I e II estão corretas.

5. (UFMS-RS) O processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, no século XIX, foi acelerado pelos seguintes fatores, exceto

a) A ampla disponibilidade de terras férteis e a ausência de obstáculos políticos e jurídicos para ocupá-las.

b) A edição da Lei de Terras de 1850, que intensificou a mercantilização das terras, encarecendo-as.

c) A abolição do tráfico negreiro, em 1850, que liberou capitais para investimentos em outros setores dinâmicos de economia.

d) O afluxo de crescentes contingentes de imigrantes europeus para as regiões em expansão.

e) A gradativa abolição do trabalho escravo e a ênfase crescente no trabalho assalariado.

6. (UFMG) Considerando-se a dinâmica da economia brasileira no decorrer do Período Imperial, é correto afirmar que

a) o negócio açucareiro, embora decadente, permaneceu importante o suficiente para fornecer capitais para a industrialização da região Sudeste.

b) a produção cafeeira foi implantada, originalmente, no Oeste Paulista, tendo-se expandido, posteriormente, em direção ao litoral e ao Vale do Paraíba.

c) o primeiro setor industrial moderno a surgir no país foi a tecelagem, implantada com auxílio de máquinas e técnicos importados dos países desenvolvidos.

d) a transição do trabalho escravo para o livre foi dificultada por empecilhos colocados pelo Império à utilização de mão de obra europeia.

7. (UFC) A manutenção do parlamentarismo, durante quase todo o Segundo Reinado, esteve relacionada

a) ao apoio dado pelos liberais ao monarca, de forma a manter o poder dos conservadores circunscrito às áreas interiores do país.

b) à concessão de muitos poderes ao imperador e à alternância dos partidos Liberal e Conservador no governo.

c) à inexistência de eleições para a escolha dos senadores e deputados, todos nomeados pelo imperador.

d) à estabilidade do cargo de presidente do Conselho de Estado, escolhido pela Câmara dos Deputados.

e) à difusão dos ideais revolucionários franceses, adotados pelo monarca na condução da política imperial.

8. (Cesgranrio)

Quadro das exportações brasileiras						
1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890
Açúcar 30,1%	Café 43,8%	Café 41,4%	Café 48,8%	Café 45,5%	Café 56,6%	Café 61,5%
Algodão 20,6%	Açúcar 24,0%	Açúcar 26,7%	Açúcar 21,2%	Algodão 18,3%	Açúcar 11,8%	Açúcar 9,9%
Café 18,4%	Algodão 10,8%	Couros e pele 8,5%	Algodão 7,2%	Couros e pele 12,3%	Couros e pele 9,5%	Algodão 8,0%
Couros e pele 13,6%	Couros e pele 7,9%	Algodão 7,5%	Algodão 6,2%	Couros e pele 6,0%	Couros e pele 5,6%	Algodão 4,2%
			Borracha 2,3%	Borracha 3,1%	Borracha 5,5%	Couros e pele 3,2%

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Imperial. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 68.

Analise as afirmativas que se seguem, tomando como base o quadro apresentado, que permite uma visão geral da economia brasileira do Império.

I. O crescimento da produção cafeeira, após 1850, possibilitou o investimento de capitais em indústrias, serviços e transportes.

II. A queda acelerada das exportações de açúcar, a partir de 1850, está relacionada ao uso intensivo do solo por trabalhadores livres e inexperientes.

III. O crescimento das exportações de algodão, entre 1861 e 1870, pode ser explicado pela desorganização da produção norte-americana, atingida, na época, pelos efeitos da Guerra de Secessão.

Está (ão) correta(S) a(s) afirmativa(s)

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I e III, apenas.

9. (Fatec-SP) Em janeiro de 1849, os praieiros apresentaram o seu programa revolucionário, escrito por Borges da Fonseca, o qual ficou conhecido como *Manifesto ao Mundo*. Nele, defendiam

- a) voto censitário, liberdade de imprensa e trabalho para todos os brasileiros.
- b) fim do Poder Moderador e da escravatura e transferência do comércio para as mãos de brasileiros.
- c) maior autonomia para as províncias, voto livre e universal e liberdade de trabalho para todos os cidadãos brasileiros.
- d) fim da escravatura, maior autonomia para as províncias e voto censitário.
- e) liberdade de trabalho para todos os cidadãos brasileiros, voto censitário, fim do Poder Moderador.

10. (UFPI) O nome de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, vincula-se à ideia de modernização do Brasil, difundida na segunda metade do século XIX, que se expressa através do

- a) declínio da produção cafeeira, que incentivava a migração dos trabalhadores europeus para as grandes cidades.

b) fato de o país deixar de ser uma nação agroexportadora, em virtude da implantação de uma política liberal.

c) incremento às atividades industriais no país, além da implantação de estradas de ferro e melhorias urbanas.

d) substitutivo dos valores culturais oriundos da Inglaterra pelas inovações trazidas pelos comerciantes franceses.

e) movimento em prol do nacionalismo econômico, contrário à presença inglesa nas exportações brasileiras.

11. (UEL-PR-2008) Observe a imagem e leia o texto a seguir:



MEIRELLES, V. Primeira Missa no Brasil, 1860.

Victor Meirelles foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes durante o Segundo Reinado no Brasil. A pintura revela a influência do Romantismo no trabalho do artista. Esse movimento, ao lado do Neoclassicismo, orientou o trabalho dos artistas da Academia nesse período. Sobre o Romantismo no Brasil, é correto afirmar:

I. Demonstrou grande originalidade em relação a modelos anteriores, consagrados pela História da Arte.

II. Estava diretamente relacionado ao chamado projeto civilizatório da elite política e cultural do século XIX brasileiro.

III. Buscou a idealização por meio da razão e de formas eruditas resgatadas do passado clássico, capazes de expressar valores universais e eternos.

IV. Procurou valorizar o índio e a exuberância da natureza tropical, com a finalidade de construir uma identidade nacional. Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- a) I e II
- b) II e IV
- c) II, III e IV
- d) I e III
- e) I, III e IV

12. (UFG-2007) Senhores, é tempo de cuidar, exclusivamente – notai que digo exclusivamente – dos melhoramentos materiais do país. Não desconheço o

que se me pode replicar, dir-me-eis que uma nação não se compõe só de estômago para digerir, mas de cabeça para pensar e de coração para sentir. Respondo-vos que tudo isso não valerá nada ou pouco, se ela não tiver pernas para caminhar. O Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando tiver cortado de estradas de ferro.

ASSIS, M. de. Evolução. Os melhores contos. In: Seleção de Domício Proença. São Paulo: Global, 1997, p.239-240 (Adaptação).

Publicado no início do século XX, o conto incorpora o discurso evolucionista. A comparação sugere um processo de crescimento no qual a nação é tomada como metáfora do corpo humano. Se as estradas são pernas,

a) Identifique a principal região cortada pelas estradas de ferro e o produto que era transportado.

b) Explique os limites impostos ao crescimento da economia nacional.

13.(UNESP) O texto seguinte se refere a um esforço de implantação de fábricas no Brasil em meados do século XIX. Não se pode dizer [...] que tenha havido falta de proteção depois de 1844. Nem é lícito considerar reduzido seu nível [...] Não se está autorizado, portanto, a atribuir o bloqueio da industrialização à carência de proteção. O verdadeiro problema começa aí: há que explicar por que o nível de proteção, que jamais foi baixo, revelou-se insuficiente.

MELLO, J. M. Cardoso de. O capitalismo tardio, 1982.

a) Qual foi a novidade da Tarifa Alves Branco (1844), comparando-a com os tratados assinados com a Inglaterra em 1810?

b) Indique duas razões do “bloqueio da industrialização” ao qual se refere o autor.

14.(Unicamp-SP–2010) O imperador D. Pedro II era um mito antes de ser realidade. Responsável desde pequeno, pacato e educado, suas imagens constroem um príncipe diferente de seu pai, D. Pedro I. Não se esperava do futuro monarca que tivesse os mesmos arroubos do pai, nem a imagem de aventureiro, da qual D. Pedro I não pôde se desvincular. A expectativa de um imperador capaz de garantir segurança e estabilidade ao país era muito grande. Na imagem de um monarca maduro, buscava-se unificar um país muito grande e disperso.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 64, 70, 91 (Adaptação).

a) Segundo o texto, quais os significados políticos da construção de uma imagem de D. Pedro II que o diferenciava de seu pai?

b) Que características do Período Regencial ameaçavam a estabilidade do país?

Seção ENEM

1. (Enem–1999) Viam-se de cima as casas acavaladas umas pelas outras, formando ruas, contornando praças. As chaminés principiavam a fumar, deslizavam as carrocinhas multicores dos padeiros; as vacas de leite caminhavam como seu passo vagaroso, parando à porta dos fregueses, tilintando o chocalho; os quiosques vendiam café a homens de jaqueta e chapéu desabado; cruzavam-se na rua os libertinos retardios com os operários que se levantavam para a obrigação; ouvia-se o ruído estalado dos carros de água, o rodar monótono dos bondes.

AZEVEDO, Aluísio de. *Casa de Pensão*. São Paulo: Martins, 1973.

O trecho, retirado de romance escrito em 1884, descreve o cotidiano de uma cidade, no seguinte contexto:

a) A convivência entre elementos de uma economia agrária e os de uma economia industrial indicam o início da industrialização no Brasil, no século XIX.

b) Desde o século XVIII, a principal atividade da economia brasileira era industrial, como se observa no cotidiano descrito.

c) Apesar de a industrialização ter-se iniciado no século XIX, ela continuou a ser uma atividade pouco desenvolvida no Brasil.

d) Apesar da industrialização, muitos operários levantavam cedo, porque iam diariamente para o campo desenvolver atividades rurais.

e) A vida urbana, caracterizada pelo cotidiano apresentado no texto, ignora a industrialização existente na época.

2. No Império, basicamente dois partidos das elites (Liberal e Conservador) se revezavam na composição do Parlamento, submetidos ao Poder Moderador. O Partido Republicano, que se organiza a partir de 1870, era mera expressão dos interesses dos grandes proprietários rurais (alguns, inclusive, possuidores de escravos), com algumas divergências com os dois partidos hegemônicos e que foram os beneficiários do golpe militar que instaurou a República (uma república, aliás, sem republicanos...). Na chamada 1ª República (1889-1930), o domínio absoluto das oligarquias representadas pelo Partido Republicano, um período que teve como característica escassa participação eleitoral e fraudes nas eleições como regra. Não havia necessidade de coligações porque o domínio do PR era absoluto. De 1930 a 1945, até o golpe de 10 de novembro de 1937, quando é instaurada a ditadura do Estado Novo, havia ainda arremedos de partidos (basicamente regionais).

De 1937 a 1945, a ditadura fechou o Congresso e, portanto, acabou com os partidos.

COSTA, Homero Oliveira. O Jornal de Hoje. 23 out. 2009.

O texto anterior apresenta uma visão da evolução partidária do Brasil do Império até as primeiras décadas do Período Republicano. A abordagem do autor ressalta que os partidos, no Brasil,

a) evoluíram para uma clara tendência de esquerda, na medida em que as demandas populares se intensificavam.

b) ficaram sujeitos aos desígnios do Poder Moderador durante os séculos XIX e XX.

c) apresentavam uma fragilidade programático-ideológica, pois estavam sob o controle de setores privilegiados da sociedade.

d) entraram em conflito pela causa da centralização política, até culminar no fechamento do Congresso por Vargas.

e) enfrentaram adversidades e complicações políticas, mas nunca foram extintos em nosso país.

Grupos sociais em conflito no Brasil Império

Sociedade

A sociedade brasileira do Segundo Reinado não rompeu as estruturas constituídas durante o Período Colonial, pautada na autoridade político-social de um restrito grupo de latifundiários monocultores, conhecidos no Império como os coronéis ou os barões do café. O

cenário de domínio dos grupos associados à agricultura exportadora permaneceu até o fim da Primeira República em 1930, não impedindo a formação de novos setores sociais ligados às atividades desvinculadas diretamente da produção do café. Essa nova composição social só foi possível graças a um processo de urbanização que garantiu a formação de uma classe média, composta majoritariamente de profissionais liberais e funcionários públicos que seguiam os padrões culturais e estéticos das principais cidades europeias. Mesmo com o advento de novos setores sociais, a maioria da população brasileira permaneceu marginalizada, desvinculada da efetiva noção de cidadania. Da mesma forma, o choque entre cidade e campo não marcou os anos da monarquia, tornando-se mais intenso apenas nos últimos anos da República Velha.



O trabalho escravo na produção de café: a persistência da ordem escravocrata.

Cultura

A influência europeia no desenvolvimento cultural do Brasil durante o Segundo Reinado ocorreu, em especial, no esforço da Corte em reproduzir, em terras tropicais, o fenômeno dos salões que se espalhavam por toda a Europa. Espaço comum para os contatos sociais e o deleite da boa música, os salões eram encontros festivos que serviam para promover a integração das elites urbanas, que, por meio do bom divertimento e de jantares suntuosos, buscavam encarnar, no Brasil, os cafés parisienses, sendo o francês a língua predileta dessa elite emergente. Realizados de maneira periódica e tendo um anfitrião que abria as suas portas para esses encontros, os salões representavam uma reafirmação das estruturas hierárquicas vigentes na sociedade, em especial, a capacidade de influência e de agregação de forças sociais em torno de si. Montar e participar de encontros sociais dessa magnitude era fundamental para a projeção social dos indivíduos que compunham a Corte carioca.

A cultura nacional também apresentou, como destaque, o Romantismo, importante movimento literário. Influenciados pelo mundo europeu, escritores brasileiros como José de Alencar, autor de O Guarani e

Iracema, e Gonçalves de Magalhães, autor de *A Confederação dos Tamoios*, buscaram vincular o Romantismo ao fenômeno indianista. Para esses escritores, a ideia central era transformar o índio em figura principal na construção da imagem do brasileiro, em detrimento da figura do negro, malvisto pelo avanço das teorias de eugenia vigentes no mundo ocidental do século XIX, envolto em um imperialismo racista. Nesse sentido, o Romantismo foi apropriado pelo Estado monárquico, na medida em que essa mensagem idealizada do índio fazia parte de uma política pública de construção dos símbolos nacionais e afirmação de valores e identidades que seriam tipicamente brasileiras. No âmbito da poesia, destacam-se importantes poetas nacionais como Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

Escravidão

Outro ponto de destaque da sociedade imperial foi a manutenção do trabalho escravo, já que a Independência do Brasil não se comprometeu em libertar a população cativa, que permaneceu durante mais algumas décadas como os “braços do país”. O discurso dominador esteve ligado à ideia de que dar a liberdade para os escravos seria correr o risco de uma perigosa rebelião social. Temendo que o Brasil repetisse a experiência da revolta escravista do Haiti a elite brasileira adiou a libertação dos escravos o máximo possível, levando o país a preservar suas arcaicas estruturas sociais de trabalho.

A permanência da escravidão trouxe um considerável atrito diplomático com os ingleses, que pressionavam o governo brasileiro para interromper o tráfico de escravos para o país. O empenho britânico em concretizar tal medida se justificava pela intenção de promover o fim do trabalho escravo e criar um mercado consumidor para seus produtos através do estímulo à mão de obra assalariada. As motivações da Inglaterra também podem ser explicadas pelo interesse em manter a África isolada de ingerências externas que viessem a atrapalhar o processo de dominação imperialista que se constituía no século XIX. Uma outra leitura possível é a contemporânea, que credita os interesses ingleses no fim da escravidão aos ganhos obtidos na agricultura com o uso de mão de obra livre e, conseqüentemente, à redução no preço dos gêneros agrícolas.

Assim, a legislação responsável pelo fim do regime escravocrata no Brasil foi sendo lentamente elaborada, à medida que os eventos externos (pressão inglesa) e internos provocavam a necessidade de supressão desse tipo de trabalho. Entre os eventos internos que colaboraram para a condução do processo abolicionista, está a participação das pessoas que se situavam fora dos setores agrários e, por isso, não estavam vinculadas à escravidão. Pode ser incluída, nesse contexto, a classe média urbana, composta de profissionais liberais,

intelectuais, universitários e proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Esse cenário é produto da transformação pela qual passava o Rio de Janeiro, na medida em que a crescente urbanização propiciava a expansão das atividades industriais, a introdução do trabalho assalariado e o crescimento da população livre.



Crítica à manutenção do trabalho escravo no Brasil, única nação a manter tal regime na década de 1880. Na satirização, D. Pedro II é impedido de participação em congressos internacionais.

O Movimento Abolicionista

O projeto abolicionista nacional se estruturou dentro de um diversificado caminho, que pode ser exemplificado desde as manifestações de resistência à escravidão ocorridas nas senzalas até o esforço internacional ao combate do trabalho cativo do negro no Brasil.

Dentro desse amplo debate, cabe destacar os esforços empreendidos pelas sociedades abolicionistas, em especial após o ano 1880, que buscavam defender o interesse dos negros em um país economicamente dependente do trabalho escravo. Entre os vários grupos, destaca-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1881 e ligada ao jornal *O Abolicionista*, importante espaço de divulgação das ideias contrárias ao trabalho escravo. Entre as principais lideranças abolicionistas, estão os monarquistas Joaquim Nabuco e André Rebouças, e os republicanos José do Patrocínio e João Clapp.

A ampla divulgação das ideias abolicionistas favoreceu o avanço de ações que iam além das famosas leis que tratavam do tema do trabalho escravo. Nesse sentido, pode-se destacar:

- ✓ o apoio dado à fuga de escravos por parte de algumas sociedades abolicionistas, em especial na região Sudeste;
- ✓ a criação de fundos de emancipação, que conseguiram acabar com o trabalho escravo nas províncias do Ceará e Amazonas ainda antes da Lei Áurea;
- ✓ o contato com sociedades abolicionistas internacionais empreendido por Joaquim Nabuco e José

de Patrocínio nas visitas realizadas à Europa nos anos de 1881 e 1884, respectivamente.

Para fazer jus às transformações que julgava necessárias, a nascente classe média fez-se representar no Exército, mais especificamente nos ideais republicanos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes leis acerca do fim do trabalho escravo:

Bill Aberdeen (Lei Inglesa) – 1845

Desde o início do século XIX, a Inglaterra já pressionava o Brasil para por fim ao tráfico de escravos, levando as autoridades legais a formalizar uma lei proibindo o tráfico em 1831. Porém, essa lei não saiu do papel (“Lei para inglês ver”), mantendo-se a entrada de levas de escravos africanos no país. Percebendo que as tentativas para acabar com a vinda de escravos para o Brasil eram inúteis, os ingleses mudaram de tática. Em 8 de agosto de 1845, o Parlamento inglês aprovou uma lei chamada Bill Aberdeen, que determinava que os navios ingleses teriam autoridade para aprisionar qualquer navio negreiro que encontrassem, de qualquer nacionalidade.

Inúmeros navios brasileiros foram apreendidos e afundados pelas autoridades britânicas na busca de coibir o tráfico. A Bill Aberdeen também pode ser compreendida como uma reação inglesa frente à aplicação da Tarifa Alves Branco, que dificultou a entrada de produtos industriais britânicos no Brasil. Contudo, apesar das restrições inglesas, o tráfico se manteve vigoroso nos anos seguintes, principalmente pela elevação do preço dos escravos, consequência direta da lei inglesa.

Lei Eusébio de Queirós – 1850

Não resistindo à pressão da Inglaterra, o Brasil criou uma nova lei que proibia o tráfico de escravos e que, ao contrário das ordens anteriores, mostrou-se mais eficaz, haja vista a pressão exercida pelo próprio governo para a sua execução. Criada em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós já apresentava resultados em 1851, quando o Brasil recebeu apenas 3 287 escravos, sendo que, no ano anterior, antes da lei, entraram no Brasil 23 000 escravos. A redução foi ainda maior em 1852, quando entraram apenas 700 escravos.

Lei do Ventre Livre – 1871

No contexto de uma pressão exercida por setores da população urbana e da classe média que discordava da escravidão, a Lei do Ventre Livre, também conhecida por Lei Rio Branco, foi homologada em 1871, sendo uma tentativa de acalmar a discussão sobre o tema. Dando continuidade a um projeto elitista, que visava à lenta extinção do trabalho compulsório, essa lei propunha que todos os escravos nascidos a partir

daquela data seriam considerados livres. Porém, o efeito de tal resolução não foi tão significativo para os filhos dos escravos, afinal, como poderia uma criança ser livre se seus pais permaneciam em cativeiro? Além disso, a lei estabelecia a responsabilidade do senhor da fazenda de cuidar da criança até os 21 anos de idade, sendo que os senhores se aproveitavam do trabalho dos “escravos livres” sob o pretexto de que estavam colaborando para a formação dos libertos pela lei.

Lei do Sexagenário – 1885

Declarava livres os escravos com 60 anos de idade ou mais. Essa lei beneficiava, em última instância, os proprietários, afinal, os poucos escravos que chegavam a essa idade não tinham condição de assumir trabalhos pesados, sendo então libertos e dispensados das fazendas, o que reduzia o custo do proprietário. Quando um escravo conseguia chegar a essa idade e se interessava em se beneficiar dessa lei, era muito difícil a aplicação da nova legislação, devido à ausência de comprovantes que pudessem assegurar a sua idade, afinal, todos os documentos relativos à vida de cada cativo ficavam sob a posse de seus proprietários.

Lei Áurea – 1888



Lei Áurea

Assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, visto que o imperador se encontrava em viagem, essa lei estabelecia a liberdade para todos os escravos no Brasil. Entretanto, a Lei Áurea foi omissa sobre possíveis indenizações a serem pagas aos escravos pelos anos de trabalho gratuito aos seus senhores. Isso significa que a maioria dos antigos escravos não tinha como recomeçar a vida sem estarem submetidos ao mesmo sistema econômico que os havia transformado em uma força de trabalho desqualificada. As redes de preconceito e de desvalorização social não foram desfeitas, não houve efetiva integração social e a condição do ex-escravo permaneceu próxima àquela estabelecida durante o

período anterior à Lei Áurea. Muitos permaneceram nas fazendas onde já trabalhavam como escravos, visto que desconheciam outros projetos de vida que pudessem permitir seu desenvolvimento econômico. Os libertos que buscavam as cidades após a abolição encontravam poucas opções de trabalho. Acabavam, por conta disso, muitas vezes incorporados à criminalidade.

A imigração para o Brasil

Durante a segunda metade do século XIX, alguns fazendeiros começaram a perceber que a utilização de mão de obra livre poderia ser mais rentável que a mão de obra escrava, devido ao elevado preço dos cativos e ao fato de estes estarem indispostos a elevar a produção, já que não gozavam de nenhum estímulo para tal, o que reduzia a produtividade e a competitividade do gênero agrícola brasileiro.

A primeira iniciativa de imigração para o Brasil havia ocorrido durante o governo de D. João VI (1808-1821), através da formação de uma colônia de imigrantes suíços em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1818), além da chegada de germânicos no Rio Grande do Sul, em 1824. Entretanto, o empenho sistemático de utilização desse tipo de mão de obra partiu do senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847, depois de adotar em sua fazenda, em São Paulo, o sistema de parceria. Nesse sistema, o fazendeiro custeava a vinda do imigrante e o sustento durante os primeiros anos no Brasil. Os novos trabalhadores deveriam produzir o café e os produtos de subsistência. Após certo período, 1/3 de todo lucro seria entregue aos imigrantes e o restante, ficaria com o proprietário da fazenda.

O sistema de parceria não obteve sucesso por vários motivos, entre os quais se destacam os maus tratos dos fazendeiros aos imigrantes, os elevados juros cobrados pelo valor referente ao custeio da viagem e o fato de muitos fazendeiros omitirem a obtenção de lucro, não pagando a parte devida aos trabalhadores. Os fazendeiros ainda tinham uma mentalidade escravocrata e, em função disso, ocorreram revoltas dos imigrantes contra os proprietários, como a de Ibicaba (SP), em 1857. Algumas regiões da Europa, de onde vinha a maioria dos trabalhadores, chegaram, inclusive, a proibir a vinda de novos imigrantes para o Brasil. Posteriormente, o governo brasileiro interveio na questão da imigração, realizando o sistema de imigração subvencionada, que, com dinheiro público, pagava a passagem para o imigrante sob a fiscalização governamental, evitando o abuso dos fazendeiros.

Mesmo com tais problemas, a imigração para o Brasil e para outros países da América, principalmente EUA e Argentina, continuou a ocorrer, já que a situação política e econômica da Europa era completamente instável, levando muitos europeus a tentarem obter trabalho na América. Os principais países que enviaram imigrantes ao Brasil foram a Itália e a Alemanha,

seguidas de perto pelos povos eslavos, durante o Período Imperial. Após o fim da escravidão e o início da República, outras nacionalidades entraram no Brasil, com destaque para portugueses, sírios, libaneses, espanhóis e japoneses. Grande parte dos imigrantes instalava-se nas regiões Sudeste e Sul, sendo o estado de São Paulo o local de maior presença desse tipo de mão de obra. Os imigrantes evitavam trabalhar nas fazendas do Vale do Paraíba, indo, preferencialmente, para a região do Oeste Paulista, onde os fazendeiros estabeleciam uma relação de produção mais racional. Nessa região, existiam melhores remunerações pelo trabalho, seja sob a forma de arrendamentos ou mediante os pagamentos em dinheiro pela formação da lavoura.

O estímulo à imigração também está associado ao projeto de branqueamento do povo brasileiro, orientado por um pensamento europeu em um contexto de avanço imperialista, que pressupunha a ideia de uma raça branca superior. Esse pensamento era defendido por parcela da elite brasileira, em contato com teorias como o evolucionismo social, que lamentava a origem miscigenada de nossa sociedade.

Um determinado grupo de fazendeiros chegou a propor, em 1870, que fossem importados trabalhadores chineses, para que fosse levada adiante a ideia de branqueamento da população brasileira. A proposta, entretanto, foi questionada, visto desejar-se o sangue europeu, tido como vivaz, e não o chinês, visto como “envelhecido” e “envenenado”.

NABUCO. O Abolicionismo, p. 152.

O acesso dos imigrantes à posse da terra chegou a acontecer, mas com muitas dificuldades, já que a elite agrária pressionou o Estado Imperial a criar um instrumento legal que possibilitasse a manutenção da arcaica estrutura fundiária brasileira. De acordo com a Lei de Terras, aprovada em 1850, as terras públicas só poderiam se tornar propriedade privada por meio de compra, e não mais por doação ou posse. Como a legalização dessas terras exigia a obtenção de títulos e pagamento de elevadas taxas, aqueles que detinham baixa renda não conseguiam ter acesso à propriedade no Brasil. Pode-se realizar o contraste com o Homestead act norte-americano, que, em período próximo ao da Lei de Terras brasileira, facilitou o acesso à terra por meio da doação.

Política Externa

As relações externas durante o Segundo Reinado foram marcadas por dois momentos: os conflitos diplomáticos com a Inglaterra e a constante intervenção brasileira realizada nos países que fazem fronteira com a região sul.

Conflitos Diplomáticos

O conflito diplomático entre Brasil e Inglaterra esteve associado às décadas de interferência econômica e política inglesa nos negócios brasileiros. Durante todo o Período Imperial, o Brasil sofreu a pressão britânica para que os seus interesses fossem plenamente atendidos. Mas, com o amadurecimento da política nacional, principalmente durante o Segundo Reinado, o Brasil começou a romper os laços que o prendiam à Inglaterra, gerando, assim, enormes conflitos diplomáticos que quase culminaram em uma guerra. Entre as questões diplomáticas existentes, merece destaque a pressão do governo inglês para que o Brasil pusesse fim ao tráfico de escravos.

A essa exigência, o Brasil não conseguiu resistir e teve de estabelecer novas legislações para atender aos interesses britânicos. Entretanto, os principais conflitos diplomáticos vinculam-se às hostis manifestações do diplomata inglês no Brasil, William Dougal Christie. Esses conflitos foram denominados historicamente como a Questão Christie.

Irritado com o roubo de uma carga de um navio chamado Príncipe de Gales, que havia naufragado na costa brasileira,

o embaixador exigiu que o governo brasileiro pagasse a quantia de 3 200 libras esterlinas para ressarcir o prejuízo inglês. No meio de tal discussão, em 1862, alguns marinheiros ingleses, embriagados e trajados de civis, foram presos no Rio de Janeiro por estarem promovendo arruaças. Mesmo sendo soltos imediatamente, ao se verificar que eram militares, o embaixador William Christie exigiu, além do pagamento da carga do navio, que os soldados brasileiros que prenderam os ingleses fossem encarcerados e que o governo brasileiro fizesse um pedido formal de desculpas. Tal questão beirou a guerra, quando navios ingleses aprisionaram cinco navios brasileiros no Rio de Janeiro. Para evitar o conflito, D. Pedro II solicitou a mediação do rei da Bélgica, Leopoldo I. Durante o processo, D. Pedro II pagou ao governo inglês a carga do navio roubado. Em 1863, diante do parecer favorável ao Brasil, e como o governo inglês se negou a pedir desculpas oficiais pelo incidente, o imperador rompeu laços diplomáticos com os ingleses, até que, em 1865, a Inglaterra, oficialmente, pediu desculpas ao Brasil em virtude desse incidente.

Intervenções no sul Se o Brasil, em relação à Inglaterra, sofria consideráveis intervenções, sua postura em relação aos países do sul foi idêntica. Porém, nesse caso, era o Brasil que se mostrava autoritário. Envolvido em disputas de fronteira, interessado em garantir o controle da navegação nos rios da região e preocupado com o desenvolvimento de potências políticas no sul que fizessem oposição ao Brasil, o governo imperial realizou intervenções militares nessa região, determinando, de acordo com seus interesses, o

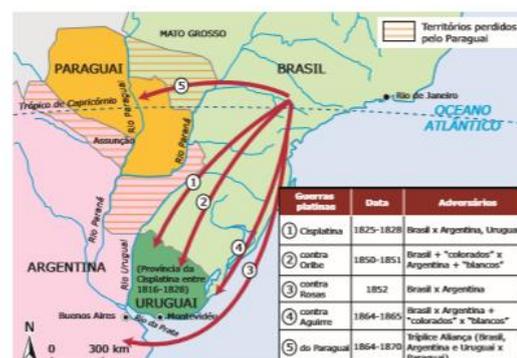
funcionamento de sua política. O Brasil chegou a realizar intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

No caso do Uruguai, o Brasil, que havia anexado o território entre 1821 e 1828 (Província da Cisplatina), ainda influenciava a política interna daquele país dividido em duas legendas partidárias: o Partido Blanco e o Partido Colorado. O primeiro contava com a participação dos grandes proprietários de terra, sob a liderança de Manuel Oribe, com o apoio do presidente argentino, Juan Manuel Rosas, que desejava se unir ao Uruguai e formar um poderoso país na região. Já o Partido Colorado contava com o apoio dos comerciantes do Uruguai, liderados por Frutuoso Rivera, que obtinha o auxílio explícito do Brasil e de José Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios e opositor de Manuel Rosas.

Paralelamente, os fazendeiros gaúchos entravam em conflito na fronteira por disputas de terras com fazendeiros uruguaios ligados ao Partido Blanco. Com a vitória de Oribe nas eleições uruguaias e com a intensificação dos conflitos entre fazendeiros, o imperador iniciou a intervenção no sul, de acordo com seus interesses. Em um mesmo movimento militar, o Exército brasileiro invadiu Montevideú e Buenos Aires, capitais do Uruguai e da Argentina, respectivamente, depondo os governantes Oribe e Rosas e substituindo-os por Rivera, no Uruguai, e Urquiza, na Argentina, entre 1851 e 1852.

Em 1864, ocorreu novo conflito na região, envolvendo Uruguai, Argentina e Paraguai. Novamente o conflito estava associado aos problemas enfrentados pelos fazendeiros gaúchos e pelos membros do Partido Blanco, que realizavam ações militares nas fazendas brasileiras. Nessa época, o Uruguai estava sob o controle do líder Blanco, Atanásio Cruz Aguirre, que agora detinha o apoio do Paraguai, liderado por Solano López. Mais uma vez, o Brasil invadiu o Uruguai, retirando Aguirre do poder e colocando o líder colorado, Venâncio Flores. O Paraguai, que nessa época era um país fortalecido por sua política econômica e por uma considerável força militar, rompeu relações diplomáticas com o Brasil, devido à intervenção realizada no Uruguai. Era o prelúdio da Guerra do Paraguai.

Política Externa do Brasil – século XIX



Guerra do Paraguai (1864-1870)

Diferentemente dos demais países da América Latina, o Paraguai constituiu suas atividades econômicas, desde sua Independência, dentro de um sistema autossustentável. Durante os governos de José Francia (1811-1840) e Carlos López (1840-1862), o país acabou com o analfabetismo, organizou fábricas, ferrovias, siderúrgicas e redes de comunicação. Esse desenvolvimento estrutural foi complementado por uma política de organização militar promovida por Solano López a partir de 1862. Com o objetivo de ampliar a área territorial do Paraguai, o governo daquele país desejava anexar alguns territórios pertencentes ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai. O objetivo principal era obter uma saída para o mar, visto que o Paraguai era um país isolado dentro da porção sul da América. Nota-se que a postura paraguaia inseria-se em um cenário de fortes disputas fronteiriças no cone sul do continente, em que todas as nações envolvidas no conflito almejavam ganhos territoriais.

Dessa forma, o governo paraguaio ordenou, em novembro de 1864, o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, no Rio Paraguai, retendo, entre seus passageiros e tripulantes, o presidente da Província de Mato Grosso, Carneiro de Campos. Após essa postura hostil, o governo brasileiro declarou guerra ao Paraguai. No início de 1865, continuando a ofensiva, o governo paraguaio ordenou a invasão do norte da Argentina. Para realizar a resistência, Argentina, Uruguai e Brasil formaram a Tríplice Aliança contra Solano López.

Apesar de as primeiras vitórias da guerra terem sido paraguaias, o país de Solano López não pôde resistir à combinação da Tríplice Aliança. As condições populacionais do Paraguai e a localização geográfica do país acabaram impedindo a sua vitória. Além disso, a Tríplice Aliança contou com o apoio de empréstimos ingleses, já que a Inglaterra desejava expandir a sua área de influência e via no conflito a possibilidade de acúmulo de capital.

Mesmo com essas limitações, as tropas paraguaias resistiram durante aproximadamente 5 anos. O Exército brasileiro teve, durante a própria guerra, de se reorganizar para ser capaz de sair vitorioso. No ano de 1866, foi permitida a presença de escravos no Exército, sendo prometido aos voluntários o direito à liberdade. Com o auxílio do barão de Caxias e, posteriormente, sob a liderança do conde D'Eu, genro de D. Pedro II, o Brasil conseguiu sair vitorioso da guerra. Na última batalha, conhecida como Campanha da Cordilheira, o Exército brasileiro conseguiu matar Solano López. Acredita-se que a guerra levou à morte cerca de 75% da população paraguaia, sendo que aproximadamente 99% da população masculina com mais de 20 anos foi massacrada.

Como consequência dessa desastrosa guerra, merece destaque a destruição do Paraguai e a perda de parte de

seu território, o endividamento do Brasil com a Inglaterra e o fortalecimento do Exército brasileiro, que, a partir da Guerra do Paraguai, exerceu um grande papel político no Brasil, inclusive no Período Republicano.

Outra visão...

A historiografia brasileira apresenta uma infinidade de justificativas estruturais para a Guerra do Paraguai. Uma das vertentes construiu a imagem de um Paraguai potência, ameaçador dos interesses britânicos na América e exemplo para as nações latino-americanas. Por isso, justifica-se a guerra como uma articulação inglesa, visando a enfraquecer a única referência de desenvolvimento na região. Apesar da simpatia inglesa pelo conflito, acreditar que a principal guerra da história da América do Sul foi motivada por manipulação europeia seria uma redução simplista e maniqueísta das questões políticas que envolveram as recém-criadas nações do cone sul.

Fim do Império

O fim do Império brasileiro esteve vinculado aos desgastes vividos pelo imperador durante seu governo. A oposição ao centralismo imperial foi orientada por um projeto republicano, ou seja, pela necessidade de substituir o sistema imperial por um regime que correspondesse à tendência da América: o presidencialismo e o federalismo. Assim, quatro questões relevantes levaram à queda do Império:

Questão Abolicionista

A política empreendida pelo governo imperial frente ao problema da escravidão acabou por gerar adversários políticos que podem ser divididos entre os que se opunham ao regime escravocrata e aqueles que o apoiavam.

Entre os que discordavam do trabalho cativo no Brasil, nota-se a oposição ao governo de D. Pedro II por considerá-lo omissivo quanto ao trato da questão escravocrata. Assim, a campanha abolicionista, desenvolvida pela imprensa e por intelectuais em núcleos urbanos, acabou por associar a luta contra a escravidão ao projeto republicano, gerando assim a adesão, entre outros setores, da maior parcela do Exército. Alguns fazendeiros começaram a se empenhar para libertar os escravos e grupos se organizavam para libertar os cativos, facilitando a fuga para os núcleos de resistência: os quilombos. Assim, na medida em que se desenvolvia a luta pela liberdade dos escravos, crescia o desejo de se implantar a República no Brasil.

O ato de libertar os escravos representava, no jogo político do século XIX, uma tentativa da princesa Isabel de estabelecer um projeto de enfraquecimento daqueles

que desejavam a República, visto que a monarquia se mostrou moderna a ponto de conceder a libertação dos escravos.

Porém, quando o governo imperial se propôs à abolição da escravatura, através da Lei Áurea, em 1888, a situação do governo se complicou ainda mais, visto que os fazendeiros escravistas que apoiavam o Império começaram uma oposição ao regime, já que não foram indenizados pela perda dos escravos. Esses fazendeiros optaram pela defesa do movimento republicano, na esperança de serem ressarcidos do prejuízo a que foram submetidos. Dessa forma, tanto fazendeiros do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista, apesar de dotados de motivações distintas, atuaram no enfraquecimento do regime monárquico.

Questão Religiosa

A questão religiosa representa o conflito entre Igreja Católica e o governo imperial. O atrito esteve ligado ao fato de D. Pedro II ter a possibilidade, através de determinações constitucionais, de envolver-se com os assuntos da Igreja, por meio do padroado e do beneplácito. O padroado determinava que D. Pedro II teria a prerrogativa de nomear bispos e controlar a Igreja Católica no Brasil, uma vez que a Igreja estava a serviço do Estado. Já o beneplácito determinava que qualquer ordem vinda de Roma deveria ser aprovada por D. Pedro II.



Charge satirizando a questão religiosa: o papa repreende o imperador. Publicado no Periódico O Mosquito, 1878.

No ano de 1864, o papa Pio IX determinou que a Igreja deveria proibir a presença de maçons entre seus seguidores. Como o Império brasileiro sempre esteve ligado à maçonaria, sendo o próprio D. Pedro II um maçom, o imperador exigiu que a ordem do papa não fosse acatada no Brasil. Porém, os bispos de Olinda, D. Vidal de Oliveira, e de Belém, D. Antônio de Macedo, não aceitaram as ordens de D. Pedro II, mantendo-se fiéis à ordem papal. A reação do monarca não se fez esperar: os bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados, sendo anistiados meses depois. O episódio levou a um mal-estar entre Igreja e Império, enfraquecendo a forte aliança entre as duas instituições

e impedindo que a Igreja socorresse o imperador caso o seu poder fosse ameaçado.

Questão Militar

Desde as primeiras décadas pós-Independência, o Exército brasileiro não exercia participação política. Mostrando-se uma instituição fraca frente à força imperial, o Exército cumpria a função de assegurar a paz nacional sem se preocupar com as questões que envolviam os princípios administrativos do Brasil. Esse quadro mudou a partir da Guerra do Paraguai, quando o Exército brasileiro passou a exercer uma maior influência nas atividades políticas brasileiras. Essa mudança se efetuou por vários motivos, entre os quais se destacam a importância do Exército para a vitória brasileira, a reorganização da instituição e o fato de que, nas repúblicas do sul, as Forças Armadas detinham uma considerável influência política. A instituição militar passou por profundas transformações, entre elas a de ter o controle ocupado paulatinamente por brasileiros, bem como leis que estabeleceram normas de promoção por antiguidade, mérito e profissionalização dos oficiais, sem, contudo, incorporar melhorias financeiras. Esse processo fez com que os militares se afastassem dos altos cargos políticos, perdendo terreno para os juristas. Para obterem uma maior participação nos quadros políticos do país, os militares optaram por apoiar a causa republicana. Assim, buscando um papel de protagonismo na vida política brasileira, alguns militares começaram a fazer críticas públicas ao sistema imperial, gerando um cenário de conflito com o governo.

A difícil ligação entre Exército e o imperador se agravou com a prisão de dois oficiais que fizeram declarações públicas contrárias ao regime. Defendendo os militares, Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca lançaram o Manifesto de 1887, documento que defendia a honra militar, que estava em jogo com as atitudes despóticas de D. Pedro II. Para evitar o aumento da crise, o monarca anistiu os oficiais presos. Essa atitude mostrou a fraqueza do Império e a força dos militares, que começaram a se empenhar, cada vez mais, na defesa do republicanismo.

Questão Republicana

O ideal republicano no Brasil já havia manifestado sinais desde o Período Colonial através de revoltas como a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana, defensoras desse projeto político. Durante o Período Regencial, surgiram outras revoltas republicanas. Na segunda metade do século XIX, o movimento voltou a crescer, principalmente entre os militares e na imprensa. Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, São Paulo ocupava posição de progressiva relevância na economia nacional, por conta da produção cafeeira do Oeste

Paulista, acarretando a intensificação do poder econômico. A representação política, todavia, não era proporcional a tal expansão, apontando para profundo descontentamento com a excessiva centralização política do Segundo Reinado. O Manifesto Republicano, publicado em 1870, foi organizado por membros dissidentes do Partido Liberal, que, em 1873, formaram o Partido Republicano. Este contou com o apoio dos agricultores de café da região do Oeste Paulista e de setores urbanos. Liderando os opositores ao regime imperial, estavam civis, como Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Silva Jardim, e militares, como Benjamim Constant e Floriano Peixoto. Todos eles pertenciam à alta hierarquia maçônica, o que corrobora a estreita ligação entre as lojas maçônicas e os centros de discussão da causa republicana, unificando-a ideologicamente e fortalecendo-a no que se refere à articulação de um projeto político comum à elite cafeicultora.

O movimento republicano brasileiro teve uma forte influência do pensamento positivista de Auguste Comte (1798-1857). A ideia de progresso defendida por esse pensador acabou por ser a orientação estabelecida pelo grupo de militares que estavam dispostos a derrubar a monarquia. Além do positivismo, o movimento republicano brasileiro, através da elite cafeeira, apresentou o federalismo como uma tendência marcante, ou seja, o desejo de se constituir uma autonomia autêntica nos núcleos regionais do Brasil, que futuramente seriam representados pelos estados brasileiros. Cabe destacar que o movimento republicano não chegou a mobilizar as massas populares.

Positivismo

Desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), o positivismo representa um conjunto de postulados filosóficos que, em linhas gerais, foi estruturado na crença inabalável na ciência e no primado da razão. O apogeu de sua influência ocorreu na segunda metade do século XIX, em meio a Segunda Revolução Industrial e às críticas aos modelos políticos tradicionais vigentes no Antigo Regime, sendo defendida a República como sistema capaz de superar as amarras tradicionais que ainda inibiam o homem de continuar sua trajetória de evolução. O modelo republicano positivista pode ser caracterizado por seu traço centralizador, chegando-se a afirmar uma “ditadura republicana”. As ideias de Comte serviram como inspiração aos combatentes da monarquia brasileira, que, aos olhos dos positivistas, era compreendida como responsável pelo atraso da nação, e, portanto, injustificada e incapaz de modernizar o país. O apoio ao movimento positivista mostrou-se mais intenso nas academias militares, médicas, de engenharia e de Direito.

O Golpe Republicano



D. Pedro II e o Golpe Republicano

No final de 1888, D. Pedro II nomeou para primeiro-ministro Afonso Celso Figueiredo, com a intenção que este pudesse estabelecer reformas que aproximassem o Brasil do projeto republicano. Entretanto, o Parlamento brasileiro negou a aprovação das mudanças propostas, o que gerou uma crise que durou meses. Os republicanos aproveitaram a instabilidade para divulgar um boato de que D. Pedro II realizaria uma repressão contra os militares que fossem a favor da República. No dia 14 de novembro de 1889, alguns agrupamentos rebeldes estacionaram suas tropas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Deodoro da Fonseca, militar experiente, foi convencido pelos republicanos de que ele representaria melhor o grupo de insatisfeitos contra o regime.

Assim, Deodoro proclamou a República em 15 de novembro de 1889, informando a D. Pedro II que ele deveria se retirar do Brasil. Este, não conseguindo reagir à força dos opositores, abandonou o Brasil e se refugiou na França. Estava implantada, através de um golpe militar, a República no Brasil.

Novamente, o Brasil passava por uma transição sem a participação popular. Os republicanos se mostraram reformistas, mas não revolucionários, permanecendo, assim, a estrutura social vigente.

Leitura Complementar

Lei de Terras

A Lei nº 601 do Império do Brasil, conhecida como Lei de Terras, foi sancionada em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a aprovação da lei da abolição do tráfico atlântico de escravos. Determinou que as terras devolutas do país não poderiam ser ocupadas por qualquer outro título que não o de compra ao Estado em hasta pública, garantindo, porém, os direitos dos ocupantes de terra por posse mansa e pacífica e dos possuidores de sesmarias com empreendimentos agrícolas instalados até aquela data. Previa ainda a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas. [...] Os analistas são unânimes em considerar as limitações da aplicação da lei de 1850, embora a considerem um marco na história da propriedade privada da terra no Brasil, e na sua transformação em mercadoria. José Murilo de Carvalho

fala em “veto dos barões” à efetiva separação das terras públicas e privadas.”

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

1870 – O Manifesto Republicano

Aos Nossos Concidadãos Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo. Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. Perante a Europa, passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América, passamos por ser uma democracia monarquizada, em que o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições, pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de cousas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente que fazemos parte.

O povo e a Proclamação da República

O golpe do quartel-general fora uma surpresa, não diremos já para a Nação em geral, mas mesmo para a cidade em geral. Dos habitantes desta grande Capital, ninguém esperava por aquilo, ninguém sabia o que aquilo era, ninguém compreendia aquilo. O povo assistiu àquilo bestializado, atônico, surpreso, sem conhecer o que significava – disse Aristides Lobo, um dos principais corresponsáveis daquele acontecimento. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, quebrando o enleio dos espíritos. Este entusiasmo, de que falava Aristides Lobo, não foi, porém, o entusiasmo do povo – e sim o entusiasmo da pequena minora republicana. O povo, o nosso povo, mostrou-se, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia, como aceitaria, amanhã, o regime bolchevista ou o fascismo italiano.

VIANNA, Oliveira. O ocaso do Império. 4. ed. Recife: FUNDAJ Edit. Massangana, 1990. p. 161-162.

Exercícios de Fixação

1. (UFPR–2008) A introdução de novos africanos no Brasil não aumenta a nossa população e só serve de obstáculo à nossa indústria. Apesar de entrarem no Brasil perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é nulo, ou de muito pouca monta: quase

tudo morre ou de miséria ou de desesperação, e, todavia custaram imensos cabedais. [...] Os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se veem precisados pela fome ou pobreza, a aperfeiçoar sua indústria ou melhorar sua lavoura. [...] Ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e, logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, de 1823. In: DOLHNIKOF, Miriam. José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 56-57.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o abolicionismo no Brasil, é correto afirmar que, nas duas primeiras décadas do século XIX,

- o movimento abolicionista consolidava uma articulação de partidos políticos em prol da libertação dos africanos e da sua inserção na sociedade brasileira como trabalhadores livres para a agricultura e para a indústria.
- as elites dirigentes estavam plenamente convencidas da necessidade da abolição do tráfico negreiro para defender o sistema escravista das pressões empreendidas pelo movimento humanitário internacional.
- alguns setores sociais pretendiam promover o progresso econômico do Brasil com base na indústria e viam os negros como obstáculo a esse desenvolvimento, na medida em que eles não tinham qualquer aptidão para o trabalho naquele setor.
- alguns integrantes da elite dominante passaram a compreender a escravidão como um problema que dificultava o progresso nacional, já que a sua manutenção desestimulava novos empreendimentos econômicos.
- as elites dirigentes do Brasil estavam convencidas de que a abolição da escravidão ocorreria mais cedo ou mais tarde e era necessário, portanto, substituir o escravo pelo trabalhador livre.

2. (UFMG) Considerando-se os fatos relacionados à Guerra do Paraguai (1864-1870), é correto afirmar que

- a Tríplice Aliança agiu sob a ingerência dos Estados Unidos, que pretendiam, após o término da Guerra Civil, ampliar o comércio de seus produtos nos países da Região Platina.
- o Brasil e a Argentina romperam a aliança durante essa guerra, o que possibilitou não só o fortalecimento militar e político paraguaio, mas também o retardamento do final do conflito.
- o Brasil entrou nessa guerra motivado por interesses relacionados à definição das fronteiras e à garantia de livre navegação pelo Rio Paraguai, principal via de acesso ao Mato Grosso.
- o Exército brasileiro, apesar da vitória, se enfraqueceu após essa guerra, em razão do elevado

número de baixas e das dificuldades políticas e militares em colocar um ponto final no conflito.

3. (UFMG) Leia este trecho de documento: Pela presente, por um de nós escrita e por ambos assinada, declaramos que, desejando comemorar por um ato digno da religião de Cristo, o redentor, e de humanidade, o aniversário que hoje celebramos, e atendendo aos serviços que já tem nos prestado o pardo Sabino, nosso escravo, temos de comum acordo e de muita nossa livre e espontânea vontade, resolvido conferir ao mesmo, como conferimos, a sua liberdade, podendo conduzir-se como se de ventre livre fosse nascido: com a cláusula porém de continuar a servir-nos, ou a pessoa por qualquer de nós designada, ainda por espaço de cinco anos a partir desta data.

REGISTRO de uma carta de liberdade conferida, em 1866, pelo Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro e sua mulher ao pardo Sabino. Citado por CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 140.

Com relação à conjuntura histórica em que foi abolida a escravidão e com base nas informações contidas nesse trecho, é CORRETO afirmar que

- a extinção da escravidão se deu de forma abrupta, sendo que as elites abolicionistas optaram por uma estratégia radical de enfrentamento com a Coroa, o que causou grandes traumas sociais.
- as soluções encontradas para o problema da escravidão não escaparam ao controle político da Igreja Católica, que acabou impondo aos fiéis da elite uma teoria particular do abolicionismo.
- o debate sobre a abolição trouxe à tona as ambiguidades das atitudes políticas de uma parte da elite brasileira, que julgava o ato de emancipação uma benesse, pela qual o ex-escravo deveria pagar.
- os problemas ligados à escravidão se atenuaram ao longo do século XIX, quando o crescimento das revoltas escravas suprimiu conflitos entre os negros e as elites rurais.

4. (UFMG–2006) Analise esta charge:



Na bandeira, lê-se: “Abaixo a Monarquia abolicionista! Viva a República com indenização!”.

Considerando-se as informações dessa charge, é correto afirmar que, nela, se faz referência

- à intensa mobilização das camadas populares a favor de uma transição da monarquia para a República.

- à adesão de muitos fazendeiros escravocratas à República, logo após a abolição da escravatura.
- aos movimentos republicano e abolicionista no Brasil, que se fortaleceram desde a década de 1870.
- à decidida opção do regime monárquico pela abolição da escravatura, apesar da oposição republicana.

5. (PUC Minas)

Anos	População livre	População escrava	População total	% da População escrava sobre a total
1850	5 520 000	2 500 000	8 020 000	31%
1872	8 449 672	1 510 806	9 930 478	15%
1887	13 278 816	723 419	14 002 235	5%

Com base nos dados disponíveis anteriormente, acerca da composição da população brasileira na segunda metade do século XIX, é correto concluir que

- às vésperas da promulgação da Lei Áurea, a população cativa encontrava-se drasticamente reduzida.
- o crescimento vegetativo apresentado pela população escrava garantiu o abastecimento constante de mão de obra.
- o aumento do fluxo de imigrantes para o Brasil determinou a limitação da população livre.
- a população total brasileira apresenta uma redução no ritmo de seu crescimento a partir de 1872.
- a Lei dos Sexagenários de 1885 foi a principal responsável pela queda no contingente de escravos no Brasil.

Exercícios Propostos

- (UNESP–2010) A expansão da economia do café para o Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX, e a grande imigração para a lavoura de café trouxeram modificações na história do Brasil como
 - o fortalecimento da economia de subsistência e a manutenção da escravidão.
 - a diversificação econômica e o avanço do processo de urbanização.
 - a divisão dos latifúndios no Vale do Paraíba e a crise da economia paulista.
 - o fim da república oligárquica e o crescimento do movimento camponês.
 - a adoção do sufrágio universal nas eleições federais e a centralização do poder.
- (UFMG–2010) Analise estas duas imagens.



Relacionando-se essas imagens à crise da ordem imperial brasileira, é correto afirmar que elas expressam

- a força dos ideais contrários à abolição da escravidão e à república, que retardou a crise da ordem imperial brasileira após a Guerra do Paraguai.
- a fusão dos ideais monárquicos e republicanos, o que ajudou a acelerar a abolição da escravidão no final do século XIX.
- o militarismo predominante no Império do Brasil, indicado pela presença marcante dos militares – inclusive o próprio imperador – no poder.
- os efeitos da Guerra do Paraguai sobre a ordem imperial e a crescente influência do republicanismo no cenário político brasileiro.

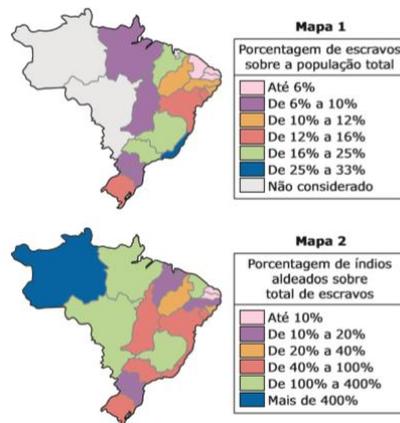
3. (FGV-SP–2007) A Lei de Terras, aprovada em 1850, duas semanas após a proibição do tráfico de escravos, tentou pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades.

FAUSTO, Boris. História do Brasil, 1994.

Sobre a lei de terras, é correto afirmar que

- sua promulgação coincidiu com a Lei Eusébio de Queirós, mas não há nenhuma relação de causalidade entre ambas.
- ao entrar em vigor, não foi respeitada, podendo ser considerada mais uma “lei para inglês ver”.
- sua promulgação foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes.
- sua aprovação naquele momento decorreu de os Estados Unidos terem acabado de aprovar uma lei de terras para o seu território.
- ao entrar em vigor, teve efeito contrário ao de sua intenção original, que era a de facilitar o acesso à propriedade.

4. (FUVEST-SP–2008) Em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento do Império. Baseado nos dados desse censo, o mapa 1 apresenta a distribuição de escravos nas províncias brasileiras em relação à população total. O mapa 2 mostra a porcentagem de índios aldeados em relação ao total de escravos nessas mesmas províncias e nesse mesmo ano.



Considere os mapas anteriores e seus conhecimentos para analisar as frases:

I. As maiores populações de escravos do Império, naquele período, estavam concentradas principalmente em províncias do atual Sudeste brasileiro, onde, na época, se desenvolvia, de forma acelerada, a cultura do café.

II. A grande parte dos índios aldeados do Império, relativamente à população de escravos, distribuía-se por territórios que hoje correspondem às regiões Norte e Centro-Oeste, onde trabalhavam na extração da borracha e em atividades mineradoras.

III. A baixa porcentagem de escravos, vivendo nas províncias da porção nordeste da atual região Nordeste do país, é indicativa do pouco dinamismo econômico dessa sub-região, naquele período. Está correto o que se afirma apenas em

- I.
- I e II.
- I e III.
- II e III.
- III.

5. (UEPB) Assinale a alternativa que contém uma ou mais causas que não contribuíram para o processo que pôs fim ao Império brasileiro.

- Movimento abolicionista, mentalidade positivista, lançamento do Manifesto Republicano.
- Movimento republicano, atritos do governo imperial com a Igreja, luta contra a monarquia.
- Insatisfações do Exército, formação de partidos republicanos, trabalho assalariado.
- Abolição da escravidão, conflitos interoligárquicos, aliança entre Exército e cafeicultores.
- Aliança do Exército com o imperador, processo de imigração, pensamento liberal.

6. (PUCPR–2008) A abolição da escravatura no Brasil, sem uma política de inserção social daqueles trabalhadores, trouxe uma imensa marginalização social dos afrodescendentes. Afinal, havia uma nova ordem social na qual a referência pelos imigrantes gerou a exclusão do negro do mercado de trabalho, levando-o à

miséria e a um tratamento diferenciado. Essa assimetria social – sustentada e reforçada pelo racismo científico do séc. XIX – gerou uma situação lastimável: negros ainda eram oprimidos pelas idéias escravocratas que pareciam não ter realmente desaparecido do contexto.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Da liberdade à exclusão. Desvendando a História. Ano 2, n. 10, p. 39 (Adaptação).

De acordo com o texto:

I. A abolição da escravatura em 1888 pela Princesa Isabel resolveu a questão de três séculos de exploração, maus tratos e sofrimentos. A lei restituiu aos afrodescendentes a dignidade e o direito à cidadania.

II. A Lei Áurea emancipou os negros da escravidão sem, contudo, lhes oferecer possibilidades reais e dignas de participação no mercado de trabalho.

III. Os afrodescendentes foram levados a exercer um papel subalterno na sociedade, levando-os à miséria.

IV. A preferência pelos imigrantes reforçou a tese da igualdade racial tão propagada no século XIX.

Estão CORRETAS

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III e IV.

7. (PUC-SP–2006) O Segundo Império brasileiro (1840-1889) realizou várias expedições na região do Prata. Entre os motivos dessas ações, podemos destacar

- a) o esforço brasileiro de diminuir a influência inglesa na região e assegurar o controle estratégico do comércio e da exploração mineral no Prata.
- b) a tentativa de impedir que a Argentina, logo após a Independência, ampliasse seus domínios territoriais e anexasse parte do sul do Brasil.
- c) o projeto do imperador brasileiro de estabelecer hegemonia militar e naval do Brasil nas Américas, rivalizando com os Estados Unidos.
- d) a reação ao acelerado crescimento econômico do Paraguai e à tentativa de seu presidente de construir o primeiro Estado socialista de toda a América.
- e) a intenção brasileira de ampliar sua influência política e comercial na região platina, expressa nas intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

8. (PUC-SP–2007) Muitos europeus emigraram para o Brasil e para os países da América Hispânica da metade do século XIX em diante. Esses fluxos de imigração

- a) variaram conforme sua procedência, seus motivos e destinos, e em certos casos foram provocados por perseguições políticas nos países de origem (sobretudo de anarquistas e socialistas).
- b) ofereceram uma alternativa para a substituição da mão de obra escrava, em declínio em toda a América Latina desde que a Espanha impôs leis de proibição do tráfico de africanos pelo Atlântico.

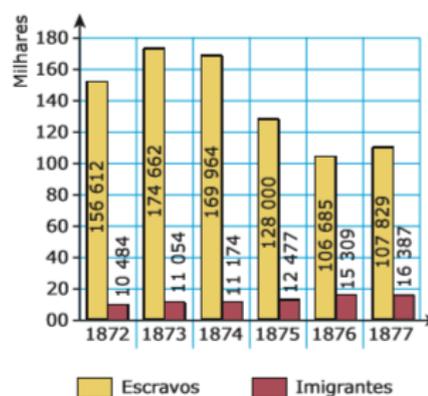
c) impediram a formação de identidades nacionais, uma vez que provocaram mudanças profundas na formação étnica e cultural dos países latino-americanos (principalmente no Brasil e na Argentina).

d) iniciaram a industrialização e a agricultura no Brasil e na América Hispânica, pois os imigrantes, em sua maioria, traziam capitais e conhecimento tecnológico adequados à renovação econômica.

e) foram ocasionais e descontrolados, e, na maior parte dos casos, revelavam as más condições sociais e econômicas dos países de origem e o fascínio pela oportunidade de obter terras para produção de subsistência.

9. (UFPEL-RS–2007)

População de escravos e imigrantes em São Paulo



O gráfico está diretamente relacionado

- a) à estabilidade do sistema escravista e à emigração europeia no século XIX, quando iniciou a industrialização paulista.
- b) à crise do escravismo e à imigração europeia para o Brasil, em período de desenvolvimento da cafeicultura.
- c) ao ciclo da mineração, quando escravos e imigrantes formaram o principal contingente de mão de obra.
- d) ao processo de transição do escravismo colonial brasileiro para o trabalho assalariado durante o Primeiro Reinado.
- e) à necessidade de manutenção de uma força de trabalho em torno de 150 mil pessoas no processo de industrialização paulista, durante o Período Regencial.

10. (UFPI–2007) Assinale a alternativa correta sobre as ideologias políticas que inspiraram os grupos que defenderam o fim da monarquia e a implantação da República no Brasil.

- a) O positivismo atraiu fortemente vários grupos militares, que defendiam a necessidade de um Poder Executivo forte.
- b) Os vários grupos envolvidos não aderiram a nenhuma ideologia em particular, pois suas ações eram motivadas apenas por interesses econômicos.

- c) Os grandes fazendeiros de café, particularmente os de São Paulo, opunham-se à ideologia liberal, bem como ao federalismo e à autonomia das províncias.
- d) O chamado jacobinismo, em virtude da inspiração na Revolução Francesa, foi a ideologia básica de todos os grupos republicanos, que defendiam uma real democratização do país.
- e) A proposta dos setores médios urbanos, como o de professores e jornalistas, era a de um republicanismo conservador, capaz de manter intocada a rígida hierarquia social brasileira.

11. (UFRGS) Observe a gravura a seguir:



A charge faz referência à chamada “questão religiosa”, ocorrida durante o Segundo Reinado. Essa disputa entre o Estado imperial e a Igreja Católica aconteceu devido à

- a) rejeição, pelo governo, dos dispositivos da bula Syllabus baixada pelo papa Pio IX, que proibia a permanência de membros da maçonaria dentro dos quadros da Igreja.
- b) adesão do governo de Dom Pedro I aos tratados de livre-comércio de escravos, o que era condenado pela Santa Sé, com base em argumentos de cunho moral.
- c) rejeição da encíclica Rerum Novarum, baixada pelo papa Leão XIII, que defendia a coexistência harmoniosa do capital e do trabalho, no sentido de evitar a luta de classes.
- d) adesão do governo imperial aos ditames do Tratado de Latrão, que limitava os poderes da Igreja expressos na instituição do padroado.
- e) recusa do governo de Dom Pedro II em aceitar as manobras parlamentares dos deputados católicos, visando à extinção do direito do padroado.

12.(UFTM-MG–2011) Leia o trecho, retirado do primeiro número do jornal A Redenção, de 2 de janeiro de 1887: [...] o título do nosso jornal já indica nossa missão na imprensa [...] Nós queremos a libertação imediata [dos escravos] [...] A escravidão é um cancro que corrói o Brasil, o paliativo da Lei Saraiva Cotegipe prolonga a enfermidade. Contamos com o povo e nada mais.

Apud SCHWARCZ, Lília M. Retrato em branco e preto, 1987.

O excerto expressa

- a) a concordância com os conservadores, que incentivavam a adoção de leis favoráveis à libertação dos escravos.

- b) o desejo dos proprietários de engenhos do Nordeste, que não possuíam mais escravos e necessitavam de imigrantes livres.
- c) a posição dos grupos abolicionistas, que defendiam o fim do regime, sem indenização ou compensações para os escravocratas.
- d) a concepção republicana, que pregava o fim da monarquia e o estabelecimento da igualdade entre brancos e negros.
- e) a opinião dos social-democratas, que se apoiaram na família imperial para impor os seus ideais abolicionistas.

13.(Unicamp-SP–2011) O primeiro recenseamento geral do Império foi realizado em 1872. Nos recenseamentos parciais anteriores, não se perguntava sobre a cor da população. O censo de 1872, ao inserir essa informação, indica uma mudança, orientada por um entendimento do conceito de raça que ancorava a cor em um suporte pretensamente mais rígido. Com a crise da escravidão e do regime monárquico, que levou ao enfraquecimento dos pilares da distinção social, a cor e a raça tornavam-se necessárias.

LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 109, 121.

A partir do enunciado, podemos concluir que há um uso político na maneira de classificar a população, já que

- a) o conceito de raça permitia classificar a população a partir de um critério mais objetivo do que a cor, garantindo mais exatidão nas informações, o que era necessário em um momento de transição para um novo regime.
- b) no final do Império, o enfraquecimento dos pilares da distinção social era causado pelo fim da escravidão. Nesse contexto, ao perguntar sobre a raça da população, o censo permitiria a elaboração de políticas públicas visando à inclusão social dos ex-escravos.
- c) a introdução do conceito de raça no censo devia-se a uma concepção, cada vez mais difundida após 1870, que propunha a organização e o governo da sociedade a partir de critérios objetivos e científicos, o que levaria a uma maior igualdade social.
- d) no final do Império, a associação entre a cor da pele e o conceito de raça criava um novo critério de exclusão social, capaz de substituir as formas de distinção que eram próprias da sociedade escravista e monárquica em crise.

14. (PUC Rio–2008) A capa da Revista Ilustrada do ano de 1880 apresenta a ilustração de Ângelo Agostini intitulada “Emancipação: uma nuvem que não para de crescer”.



a) Explique por que a “nuvem da emancipação” não parava de crescer naquela conjuntura.

b) Com base na ilustração e nos seus conhecimentos, identifique dois argumentos utilizados por uma parcela dos proprietários de escravos para se oporem ao crescimento da “nuvem da emancipação.”

Seção ENEM

1. (Enem–2007)



Considerando a linha do tempo anterior e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

- O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.
- O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.
- Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.
- Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.

e) Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis anti-escravidão no Brasil.

2. (Enem–2000) O texto a seguir foi extraído de uma crônica de Machado de Assis e refere-se ao trabalho de um escravo. Um dia começou a Guerra do Paraguai e durou cinco anos, João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre dos escravos, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República. João repicou por ela, repicara pelo Império, se o Império retornasse.

MACHADO, Assis de. “Crônica sobre a morte do escravo João”, 1897.

- A leitura do texto permite afirmar que o sineiro João
- por ser escravo, tocava os sinos, às escondidas, quando ocorriam fatos ligados à abolição.
 - não poderia tocar os sinos pelo retorno do Império, visto que era escravo.
 - tocou os sinos pela República, proclamada pelos abolicionistas que vieram libertá-lo.
 - tocava os sinos quando ocorriam fatos marcantes porque era costume fazê-lo.
 - tocou os sinos pelo retorno do Império, comemorando a volta da princesa Isabel.

3. (Enem–2008) O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras:

Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final:

- o espírito daqueles que criavam a opinião pela idéia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais;
- a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores;
- a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’;
- a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo;
- a ação da família imperial. NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo:

Martin Claret, 2005. p. 144 (Adaptação).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta

- de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que

provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.

- c) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.
- d) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- e) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

4. (Enem–2010) Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.

CHIAVENATTO, J. J. Genocídio americano: A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979 (Adaptação).

O imperialismo inglês, “destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre”. Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo, essa teoria tem alguma repercussão.

DORATIOTO, F. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 (Adaptação).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

- a) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa guerra.
- b) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa guerra.
- c) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
- d) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa guerra.
- e) o nível de crueldade das ações do Exército brasileiro e argentino durante o conflito.

5. (Enem–2010) Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: Revista de História. Ano 1, nº 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (Adaptação).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do século XIX foi resultado de

importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a

- a) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- b) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- c) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- d) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- e) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

6. (Enem–2010) A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou

- a) na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração no trabalho.
- b) no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.
- c) no “branqueamento” da população, para afastar o domínio das raças consideradas inferiores e concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.
- d) no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.
- e) na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

7. (Enem–2010) Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. As Repúblicas do Prata: da Independência à guerra do Paraguai. BETHELL, Leslie (Org). História da América Latina: da Independência até 1870, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois

- a) representou a afirmação do Exército brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c) concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

8. (Enem–2010)

Ó sublime pergaminho

Libertação geral

A princesa chorou ao receber

A rosa de ouro papal

Uma chuva de flores cobriu o salão

E o negro jornalista

De joelhos beijou a sua mão

Uma voz na varanda do paço ecoou:

“Meu Deus, meu Deus

Está extinta a escravidão”

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. Sublime Pergaminho.

Disponível em: <<http://www.lettras.terra.com.br>>. Acesso em: 28 abr.2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como

- a) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- b) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos e abolicionistas.
- c) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- d) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos na questão: fazendeiros, governo e escravos.
- e) forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

República Provisória e da Espada

A transição do Império para a República no Brasil foi caracterizada por um difícil período de instabilidade política e econômica. Da saída de D. Pedro II do poder até a ascensão do primeiro presidente eleito, Prudente de Moraes, passaram-se cinco anos. Nesse intervalo, o país obteve uma nova Constituição, enfrentou duas revoltas da Marinha, conviveu com conflitos políticos que culminaram na renúncia de um presidente e elegeu o primeiro governante federal por via direta em 1894. Essa fase da nossa história foi dividida em dois momentos: Governo Provisório e República da Espada. Tendo papel preponderante na implementação do sistema republicano, deve-se lembrar de que, ao longo do século XIX, o Exército brasileiro organiza suas bases, edifica-se sobre o cientificismo positivista e a valorização tecnológica, construindo para si a imagem de agente do progresso e da promoção do bem público. Atrai para si, em virtude disso, o objetivo de civilizar um Estado Nacional em gestação, atuando como sujeito político gestor da República, bem como interventor intelectual e político capaz de levar adiante o projeto de nacionalidade e modernização.



Bandeira republicana içada em Alagoas, no contexto da proclamação.

Governo Provisório

Entende-se por Governo Provisório o curto período de organização das instituições brasileiras após o Golpe Republicano. A administração do Estado ficou a cargo de Deodoro da Fonseca. Algumas medidas foram tomadas para o estabelecimento da nova ordem. Entre elas, destacam-se:

- ✓ banimento da família real e proclamação de um regime republicano e federativo;
- ✓ abolição do Conselho de Estado e do Senado Vitalício.

O sistema político herdado do período em que vigia o autoritarismo monárquico concebia Senado, Conselho de Estado e Câmara dos Deputados.

O Conselho de Estado e o Senado eram compostos de membros vitalícios, já a Câmara dos Deputados era baseada em eleições. Estavam associados, em termos político-administrativos, às articulações do regime monárquico e, por isso, foram abolidos tão logo foi instaurada a república.

- ✓ dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado;
- ✓ reconhecimento dos compromissos estabelecidos pelo governo anterior;
- ✓ separação da Igreja do Estado (formação do Estado laico) e instituição do casamento civil;
- ✓ grande naturalização, ou seja, concessão da cidadania nacional aos estrangeiros interessados;
- ✓ criação de uma nova bandeira, já que a anterior remetia ao regime monárquico brasileiro;
- ✓ convocação de uma Assembleia Constituinte, visando redigir uma Constituição que assumisse plenamente o ideal republicano do Novo Regime.



Representação de Deodoro da Fonseca lhe conferindo postura heroica e de liderança.

Reforma econômica: o encilhamento

Em janeiro de 1890, o ministro da Fazenda do novo governo, Rui Barbosa, lançou um projeto econômico que objetivava o desenvolvimento industrial e o aumento de recursos financeiros circulantes para solucionar a baixa quantidade de dinheiro em um período em que a mão de obra passou a ser assalariada.



Satirização do encilhamento

Autorizando a emissão de moeda por parte de alguns bancos, o plano econômico de Rui Barbosa surpreendeu

pelos suas graves consequências para a economia brasileira. A elevada inflação, a desvalorização da moeda brasileira, o desequilíbrio nas contas externas da nação e a alta do custo de vida foram acrescidas de um considerável corpo de indústrias fantasmas, que surgiram com o único objetivo de obterem o crédito disponível para o desenvolvimento industrial. A crise foi ampliada pela especulação econômica ocorrida na bolsa de valores do Rio de Janeiro, gerando o apelido pejorativo dado ao plano de Rui Barbosa: encilhamento. Essa expressão remete à prática de encilhar cavalos, tendo, portanto, uma nítida associação do universo econômico brasileiro a uma corrida hípica e suas apostas. O encilhamento, responsável pela emissão de três vezes a quantidade de moeda circulante no período, gerou como consequência a demissão do ministro da Fazenda, em janeiro de 1891, e um profundo desarranjo nas estruturas econômicas brasileiras.

Constituição de 1891

A segunda Constituição brasileira, a primeira de caráter republicano, foi elaborada por um Congresso Constituinte que iniciou seu trabalho em dezembro de 1890 e encerrou suas atividades com a promulgação da nova Carta em 24 de fevereiro de 1891.

Influenciada pela Carta Constitucional norte-americana, a Constituição de 1891 confirmou ações do Governo Provisório, como a proclamação da República, o federalismo, o casamento civil e a separação entre Igreja e Estado, o que transformou o Brasil em um país laico. Foi determinada a tripartição dos poderes e uma certa descentralização administrativa,

já que os estados poderiam legislar conforme seus interesses, o que conferia certo caráter liberal à Constituição. Apenas em 1926, durante o governo de Artur Bernardes, foram realizadas modificações que possibilitaram uma maior centralização do poder federal. Quanto ao direito de voto, a nova Constituição apresentou uma considerável evolução comparada com a Carta anterior, à medida que estabelecia o voto universal no lugar do voto censitário da Carta de 1824. Apesar das conquistas, ainda existiam limitações à participação política, pois o direito de sufrágio era restrito aos brasileiros do sexo masculino maiores de 21 anos, excluindo-se vários grupos, como mendigos, analfabetos, soldados e religiosos (esses dois últimos não tinham direito a voto, pois estavam sujeitos a uma hierarquia). A restrição aos analfabetos acarretava a exclusão de imensa parcela da população de um país com ínfimo desenvolvimento educacional, como era o Brasil no período. Além das nítidas limitações democráticas mencionadas, as votações não eram secretas (voto aberto), possibilitando um maior controle dos currais eleitorais por parte das oligarquias brasileiras.



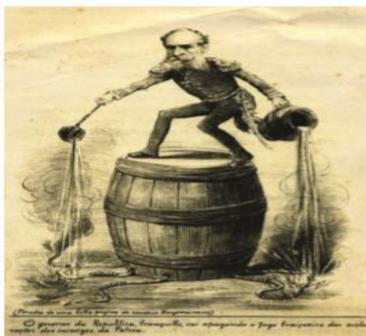
BUENO, Eduardo. História do Brasil. RBS Jornal, p.168. Deodoro e Floriano eleitos para o primeiro mandato

A Constituição de 1891 definiu que o presidente e o vice deveriam ser eleitos pelo voto direto. Porém, as determinações provisórias da nova Carta abriam uma exceção apenas para a primeira eleição, que seria indireta. As disputas para o cargo de presidente ficaram entre Deodoro da Fonseca, ainda provisoriamente no controle do país, e Prudente de Moraes, representante das oligarquias cafeeiras de São Paulo. Deodoro venceu com curta margem de votos, tendo como vice Floriano Peixoto, candidato da chapa adversária (esse sistema valeu para o país até as eleições de Jânio Quadros e João Goulart, em 1961). A ausência de um forte apoio no Congresso, evidente na difícil vitória, seria um preço caro para as pretensões centralizadoras do presidente em um curto prazo.

Como os dois responsáveis por assumir o Poder Executivo do Brasil eram militares, esse período passou a ser conhecido como República da Espada.

República da Espada

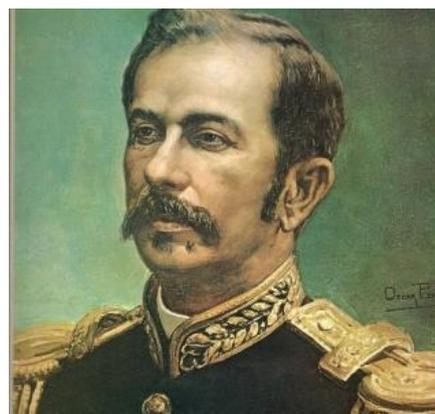
O curto governo de Deodoro da Fonseca, na nova fase, foi caracterizado pelo autoritarismo do presidente e pelos reflexos econômicos do encilhamento. Enfrentando uma oposição acirrada do Parlamento brasileiro, Deodoro mostrou-se indisposto com a Lei de Responsabilidade votada no Congresso, que, na prática, cumpria o papel de limitar as ações do presidente e abria a possibilidade de afastamento do mesmo, caso descumprisse as normas legais do Estado Nacional. Como a lei foi vetada por Deodoro, o Legislativo, agindo na contramão do Poder Executivo, aprovou o projeto no dia 2 de novembro de 1891. Insatisfeito, o presidente fechou a casa no dia seguinte e decretou estado de sítio (suspensão de direitos e garantias individuais, na totalidade ou em parte do território nacional). A Primeira República começava autoritária.



Deodoro tenta apagar os inúmeros problemas enfrentados pelo seu governo.

A reação à atitude do presidente veio das próprias Forças Armadas. A Marinha brasileira, ainda simpática ao Antigo Regime monárquico, mas sem um projeto de retorno da antiga ordem, deu início à conhecida Primeira Revolta da Armada. Conduzida pelo almirante Custódio José de Melo, alguns navios de guerra colocaram suas armas apontadas para a capital e exigiram a restauração da ordem democrática no país. A atitude da Marinha veio acompanhada da oposição de vários setores da sociedade que se indispuseram com a arbitrariedade do presidente da República. Este, pressionado pelas surpreendentes reações, renunciou ao cargo no dia 23 de novembro de 1891.

O controle do Executivo cabia agora ao vice-presidente Floriano Peixoto, que reabriu o Congresso e encerrou o estado de sítio. O novo governante, também autoritário, estava longe de representar uma unanimidade no Brasil do período. Um dos elementos mais agravantes de contestação da ordem vigente cabia a uma falha constitucional. A lei determinava que o vice-presidente, após a renúncia de Deodoro, deveria convocar novas eleições para o cargo Executivo. Entretanto, Floriano argumentava que a lei possuía uma contradição jurídica evidente: como convocar novas eleições em um país que nunca tivera uma eleição para presidente? Aproveitando-se da situação, resolveu cumprir o parágrafo 2º do artigo 1º das disposições transitórias, que estabelecia: “O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial”. Assim, Floriano governaria até o fim do mandato. Essa manobra interpretativa já apontava para a corriqueira prática política da história republicana brasileira de descumprir os textos constitucionais.



Floriano Peixoto: o avanço da consolidação republicana
A oposição ao novo presidente foi conduzida em várias frentes.

Em março de 1892, Floriano recebeu uma carta-manifesto de treze generais, exigindo convocação de eleições. Foram todos unidos. A Marinha, espelhada no sucesso da reação contra Deodoro, repetiu a fórmula e apontou os canhões dos navios para o Rio de Janeiro, em setembro de 1893, no episódio conhecido como Segunda Revolta da Armada, conduzida pelo mesmo

almirante, Custódio José de Melo. Paralelamente, no mesmo ano, o Sul foi palco de um dos mais violentos episódios ocorridos em solo nacional durante a República: a Revolução Federalista (1893-1895).

No Sul do Brasil, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, as disputas políticas acerca do projeto republicano e pelo poder se intensificavam. Os defensores do ideal positivista, concentrados no PRR (Partido Republicano Rio-grandense), liderados por Júlio de Castilhos, enfrentavam o Partido Federalista, defensor de um projeto liberal e descentralizador. Entre suas lideranças, destacava-se Gumercindo Saraiva. As disputas no Sul assumiram uma feição de guerra civil a partir do ano de 1893, quando as forças federalistas pegaram em armas contra o governo estadual, chegando a ocupar os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como as tropas de Júlio de Castilhos contavam com o apoio do governo de Floriano Peixoto, os federalistas, também chamados de maragatos, assumiram uma postura antiflorianista, unindo-se aos participantes da Segunda Revolta da Armada, que haviam se deslocado para a cidade de Desterro, capital de Santa Catarina. Apenas em 1895, durante o governo de Prudente de Moraes, as tropas federalistas foram derrotadas através da união entre contingentes do governo central e de tropas estaduais. A revolução teve como saldo a morte de mais de cinco mil pessoas, sendo muitos degolados quando capturados pelas tropas inimigas. Quanto à Segunda Revolta da Armada, a rebeldia da Marinha foi derrotada no ano de 1894, com o apoio de navios estrangeiros que colaboraram com o governo de Floriano Peixoto.

As atitudes repressoras de Floriano foram responsáveis por duas homenagens: o tratamento como Marechal de Ferro e a mudança do nome da capital de Santa Catarina, que passou de Desterro para Florianópolis.

Evolução Política dos Primeiros Anos da República

Um considerável debate político marcou a organização da República nos seus primeiros anos. O fortalecimento do novo regime foi pautado pela construção de símbolos que pudessem garantir a autenticidade do projeto que, agora, se firmava como representante do novo e moderno. A Primeira República brasileira foi erigida por meio de um movimento elitista que excluía grande parte da população brasileira. Nesse sentido, era preciso a criação de símbolos que possibilitassem a necessária identificação entre o povo e o nascente Estado republicano. No livro *A Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho retrata como os símbolos republicanos – como hino, bandeira, monumentos, heróis e outros ícones – foram fundamentais para a consolidação de uma nova concepção de pátria. Porém, na mesma obra, o autor destaca a ausência de uma unanimidade quanto ao projeto político republicano a ser implantado. Não existia no Brasil um consenso

acerca do encaminhamento do governo inaugurado em 1889, principalmente no que tange ao controle do poder e à atuação dos setores governamentais nas estruturas de nossa sociedade.

Entre as correntes conflitantes, destacam-se três grupos: positivistas, jacobinos e liberais.

Os defensores do positivismo articulavam suas ideias em torno do pensamento do francês Auguste Comte, afirmando que um governo fortalecido e consciente das necessidades do Estado seria capaz de arbitrar as questões gerais da nação. O papel centralizador desse modelo, assim como a secundarização de questões sociais, era condizente com os anseios dos militares, principais defensores do positivismo. Da mesma forma, a crença positivista no avanço racional e industrial se conformava com o desejo militar de modernização do Brasil. A própria bandeira brasileira, renovada a partir da Proclamação da República, carregava a máxima positivista: Ordem e Progresso.

Já os jacobinos projetavam uma pátria com o ideal de participação popular, apesar de não terem um claro conceito em que consistiria o povo brasileiro e quais os mecanismos de participação para este. Os adeptos de tal corrente, oriundos dos grupos urbanos de média e baixa renda e intelectuais, inspiravam-se nas ações de alguns líderes da Revolução Francesa, como Robespierre e Danton. Cercados do imaginário dessa Revolução, os jacobinos interpretavam Floriano Peixoto como uma referência política no Brasil, apesar de o vice-presidente não ter a mesma identificação com o projeto jacobino. Essa ligação com Floriano se deu por conta de medidas progressistas, como construção de casas populares e o incentivo ao desenvolvimento industrial do Brasil feito pelo vice-presidente, sem contar o fato de que este assumiu o poder no lugar de um líder com traços positivistas.



Alegoria jacobina – República francesa comemora a República com o Brasil. Publicado na Revista Ilustrada, 21 jun. 1890.

O terceiro projeto, chamado de liberal, era defendido pelos cafeicultores, partidários de uma organização política elitista e desejosos de uma estrutura

administrativa descentralizada e que garantisse a manutenção da propriedade e da liberdade individual. Inspirado na república norte-americana, esse projeto foi o que mais influenciou os governos posteriores à República da Espada, principalmente após a vitória de Prudente de Morais, em 1894, tornando-se hegemônico na vida política nacional durante o período oligárquico.

Leitura Complementar

Texto I

O número de eleitores na República

Nessa linha, o decreto de 19 de novembro de 1889 estabelece nova qualificação eleitoral. Trata-se da primeira regulação republicana no Brasil a respeito dos critérios de inclusão da população no mundo da cidadania política. Pelo decreto, eliminam-se as restrições censitárias do Império, mas prossegue a exclusão dos analfabetos imposta pela Lei Saraiva. A nova lei propicia um acréscimo do eleitorado, se levarmos em conta o número de eleitores definido pela última reforma eleitoral do Império. Se a memória, contudo, alcançar o contingente eleitoral brasileiro quantificado no censo de 1872 – em torno de 1,1 milhão de eleitores, ou 11% da população – o decreto republicano é tímido. Enquanto que com a Lei Saraiva (1881) o eleitorado passa a representar cerca de 1% da população, com a República, levando em conta as eleições presidenciais de 1894, o percentual alcança 2%.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

Observação

A Lei Saraiva (1881), decretada ainda durante o Período Imperial, proibia o acesso ao voto aos analfabetos, reduzindo consideravelmente o número de eleitores, conforme o texto anterior.

Texto II

Os símbolos do Novo Regime

O extravasamento das visões de República para o mundo extraelite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, é que me interessarão diretamente. Ele não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos. De fato, um exame preliminar da ação dos jacobinos e positivistas já me tinha revelado o emprego de tais instrumentos, frequentemente sob inspiração francesa. As descrições da época trazem

referências ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a república com o barrete frígio; informam também sobre a luta dos positivistas pela nova bandeira e sobre a disputa em torno da definição do panteão cívico do novo regime.

[...]

A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses, tradicionalmente, os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório [...] No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular no novo regime, ganha à revelia da liderança republicana.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Exercícios de Fixação

1. (FGV-SP) Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações [...] São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos [...] Os candidatos a herói não tinham, eles também, profundidade histórica, não tinham a estatura exigida para o papel. Não pertenciam ao movimento da propaganda republicana, ativa desde 1870 [...] A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos dos participantes da proclamação.

CARVALHO, J. M. de. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras. p. 55-57.

A escolha e a construção do principal herói da República recaíram sobre

- Deodoro da Fonseca, devido à sua imensa popularidade, por ser um republicano histórico e um ferrenho adversário dos poderes monárquicos.
- Benjamin Constant, líder popular identificado com a causa operária, defensor do positivismo e um representante civil com amplo trânsito entre os militares.
- Duque de Caxias, grande comandante da Guerra do Paraguai, identificado com uma política centralizadora e patrono do Exército brasileiro.
- Bento Gonçalves, presidente da república rio-grandense e principal líder da Revolta Farroupilha do século XIX, considerado o patrono militar do republicanismo no Brasil.
- Tiradentes, militar e republicano transformado em mártir, cuja morte passou a ser associada ao sacrifício de Jesus Cristo.

2. (PUC Minas–2006) Tudo se torceu, tudo se falseou, tudo se confundiu. De um sistema cheio de correspondências complexas e sutis, onde não se podia tocar em qualquer parte, sem modificar a ação das outras, fizeram um atarracado de ferros velhos, digno de figurar numa exposição industrial de doidos.

BARBOSA Rui. Finanças e Política. Com esse desabafo, o ministro da Fazenda do Governo Provisório da República tenta justificar, perante a opinião pública, o fracasso de sua política financeira. São efeitos imediatos dessa política, exceto

- a) a inflação desenfreada, falência de inúmeras empresas e desvalorização da moeda nacional em relação à libra esterlina.
- b) a substituição dos capitais ingleses por norte-americanos para restaurar e equilibrar o combalido sistema financeiro brasileiro.
- c) a alta geral do custo de vida, instabilidade financeira e profundo desequilíbrio nas contas externas do país.
- d) a enorme especulação gerada pelo surgimento de empresas-fantasma, cujo objetivo era obter facilidade de crédito bancário.

3. (PUC Minas–2007) Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o povo acompanhou bestializado a criação do regime republicano no Brasil. Essa afirmação pode explicar nossa Proclamação da República no Brasil como

- a) adoção das teses sobre a ordem e o progresso, inspiradas na revolução norte-americana do século XVIII.
- b) uma ruptura com os valores liberais, instituídos pelo ideário dos membros do clube militar do Rio de Janeiro.
- c) um golpe militar ou quartelada, que instaurou novo modelo político nos moldes que tivemos mais tarde em 1964.
- d) estabelecimento de uma nova ordem social, que promovia a igualdade social com base na organização do trabalho.

4. (PUCPR–2007) O clima de crise permanente que caracterizou o mandato de Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil, foi provocado

- a) pelo problema da sucessão entre “civilistas” e “militaristas”, tendo como foco principal a figura de Rui Barbosa.
- b) pelo desencadeamento do problema de Canudos, que envolveu grande parte do Exército brasileiro.
- c) pela contestação da legalidade da sucessão do vice-presidente e da necessidade de novas eleições após a renúncia de Deodoro da Fonseca.
- d) pela manutenção da política de Deodoro, sobretudo quanto à dissolução do Congresso e à permanência do estado de sítio.
- e) pelo descontentamento dos cafeicultores, ainda inconformados com a abolição da escravatura. 05.

5. (UFRGS) Observe o cartum a seguir, que faz referência à Proclamação da República no Brasil.



REVISTA ILUSTRADA, 16 nov. 1889.

Considere as seguintes afirmações, referentes a elementos do cartum.

I. A figura feminina empunhando a bandeira representa a nova república brasileira, instaurada através do golpe militar de 15 de novembro.

II. A bandeira representada na imagem constituiria a versão preliminar da atual, que seria acrescida da divisa positivista.

III. Em segundo plano, montado a cavalo, aparece a figura do suposto “proclamador” da República, o marechal Floriano Peixoto.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e II
- d) I, II e III
- e) Apenas I e III

Exercícios Propostos

1. (PUCPR) O estudo da Carta Outorgada de 1824, Ato Adicional de 1834 e Constituição Republicana de 1891 mostra, no Brasil, notável evolução política. Assinale a alternativa correta

- a) O Ato Adicional de 1834 atribuiu às províncias a mesma autonomia estabelecida pela Constituição de 1891.
- b) Enquanto a Carta Outorgada de 1824 inspirou-se nos Estados Unidos, a Constituição de 1891 baseou-se em modelo europeu.
- c) A Carta Outorgada de 1824 estabelecia quatro poderes, reduzidos a três na Constituição de 1891, com a supressão do Poder Moderador.
- d) A religião Católica Apostólica Romana, oficial no Império, assim continuou na República, com base em artigo específico na Constituição de 1891.
- e) O Ato Adicional de 1834 transformou a forma de Estado do Brasil de unitária em federativa.

2. (UFF-RJ) A segunda metade do século XIX foi marcada pelo apogeu do cientificismo no mundo ocidental.

A ciência transformava-se na panaceia para todos os males, capaz de indicar soluções para tudo, inclusive prevenir, controlar e disciplinar os homens e seus comportamentos. Desde o evolucionismo de Darwin até

o positivismo de Augusto Comte, a ideia de progresso servia como “bússola” no caminho da modernidade.

À luz dessas informações, indique a opção que define o contexto de introdução das ideias positivistas no Brasil.

a) O positivismo ganhou destaque no Brasil ao penetrar na Escola Militar do Rio de Janeiro, que preparava jovens oficiais com vistas à abolição da escravidão e à implantação do regime republicano.

b) O positivismo penetrou no Brasil através da visita de uma missão militar inglesa ao país, atingindo seu apogeu com a Proclamação da República por Deodoro da Fonseca, um de seus principais líderes.

c) A ideia de progresso contida no positivismo baseava-se na crença em um estágio superior da evolução humana a ser atingido, no caso do Brasil, quando toda a população do país fosse alfabetizada e gozasse de cidadania política.

d) O Positivismo difundiu-se no Brasil sobretudo através da juventude militar formada pela Escola da Praia Vermelha, que valorizava o mérito individual e acreditava na ciência positiva como religião da humanidade, em oposição ao catolicismo.

e) A difusão do positivismo no Brasil deveu-se à sua penetração no Exército, envolvendo tanto a juventude militar quanto suas lideranças formadas pelos oficiais de alta patente, dentre eles, Deodoro da Fonseca e Caxias.

3. (FGV-SP) Caracterizou-se por “encilhamento” a política econômica que

a) levou o país a uma crise inflacionária pela emissão de moeda, sem lastro-ouro e com escassos empréstimos estrangeiros, gerando inúmeras falências.

b) pôde acomodar os primeiros anos da República à estabilização e ao investimento em políticas públicas, principalmente educacionais.

c) levou o país a pedir empréstimos para a reorganização do parque industrial e para a exploração da borracha na região amazônica.

d) pôde acomodar, por aproximadamente 50 anos, uma economia ainda dependente, permitindo a aplicação de recursos em serviços públicos.

e) levou o país a receber apoio de todas as nações industrializadas para desenvolvimento de parcerias, apesar da crescente inflação decorrente dos inúmeros empréstimos pedidos.

4. (UNESP–2010) Nas palavras de Aristides Lobo, o povo brasileiro assistiu à queda da monarquia “bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”. Sobre a Proclamação da República no Brasil, analise as afirmações a seguir.

1. A implantação do regime republicano no Brasil, em 1889, entre os seus significados, representou culminância do processo de deterioração do poder político de Pedro II.

2. O povo foi surpreendido com o novo regime, cuja implantação se deveu muito mais ao descontentamento dos militares, após a guerra do Paraguai, do que propriamente às ações do Partido Republicano.

3. A Proclamação da República no Brasil foi um ato há muito planejado e contou com a adesão da família real brasileira.

4. A insatisfação militar com o regime monárquico deveu-se principalmente à abolição da escravidão, uma vez que os soldados escravos eram muito apreciados por serem confiáveis e eficientes nas batalhas.

5. O rol das insatisfações com a monarquia intensificou-se com a crise provocada pela tentativa do bispo de Olinda e Recife, D. Vital, de fazer cumprir as ordens papais que condenavam a maçonaria. Estão corretas apenas

a) 1, 3 e 4.

b) 3, 4 e 5.

c) 1, 3 e 5.

d) 1, 2 e 5.

e) 2, 3 e 4.

5. (Mackenzie-SP) O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Aristides Lobo

O texto refere-se à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Podemos, então, concluir que

a) o movimento contou com sólido apoio popular, luta armada e resistência violenta dos monarquistas.

b) a proclamação vitoriosa resultou da conjugação de parte do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e classes médias urbanas.

c) a Guerra do Paraguai não teve relação com o crescimento das ideias republicanas e positivistas, fundamentais para o advento da República.

d) o Terceiro Reinado era visto de forma positiva e otimista pela população, já que a princesa Isabel tinha uma liderança expressiva, apesar dos valores patriarcais da época.

e) as críticas à centralização monárquica e o surgimento de novos segmentos sociais não tiveram influência no sucesso do movimento republicano.

6. (Mackenzie-SP–2011)



Rui Barbosa, quando assumiu a função de ministro da Fazenda durante o Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), pretendeu garantir a independência econômica do Brasil frente ao capitalismo europeu. Para ele, a República somente se consolidaria sobre alicerces seguros, quando suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial. Sua política financeira, contudo, não foi bem sucedida, como mostra a charge dada, devido à

a) emissão de papel-moeda em larga escala para incentivar o crédito para investidores do setor industrial, o que gerou uma política inflacionária, visto que o aumento do meio circulante não foi acompanhado pela elevação da produção interna.

b) restrição de crédito para financiamento de novas empresas, além de cortes no gasto público e aumento dos impostos, o que gerou diversas manifestações, principalmente no meio do operariado nacional, prejudicado pelo aumento no custo de vida.

c) adoção de tarifas alfandegárias protecionistas e estímulo às indústrias nacionais visando a aumentar a produção nacional, porém congelou os salários dos trabalhadores e aumentou os gastos na construção de obras públicas.

d) realização de uma política financeira anti-inflacionária que buscou equilibrar nossa economia frente aos prejuízos herdados do Período Monárquico, graças aos vultosos empréstimos externos, realizados para sanar o déficit orçamentário.

e) especulação financeira graças à facilidade de créditos concedidos pelo governo, que, ao invés de contribuir para a instalação de novas indústrias no país, foram utilizados para saldar as dívidas dos cafeicultores perante os banqueiros estrangeiros.

7. (UFTM-MG-2006) [...] Nada se mudaria. O regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. [...] No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.

MACHADO, Assis de. *Essa e Jacó*.

Esse comentário do Conselheiro Aires, personagem de Machado de Assis, revela que a implantação da República no Brasil

a) não acarretou transformações sociais significativas, apesar da nova Constituição.

b) assegurou a modernização da estrutura socioeconômica, mas não da política.

c) dependeu da ação dos militares, que impuseram uma Constituição positivista.

d) alterou o regime político, com a implantação de uma duradoura ditadura militar.

e) levou as camadas baixas à hegemonia no poder, devido às mudanças constitucionais.

8. (UERJ) A febre especulativa começou ainda sob o Império [...]. A libertação dos escravos provocara o

súbito aumento da necessidade de pagar salários e os fazendeiros sentiam carência de dinheiro [...]. [O] primeiro governo republicano, [...] convicto de que a circulação monetária era insuficiente e, ademais, aberto a idéias de industrialização, [...] estabeleceu um mecanismo de bancos privados emissores, o que incitou ainda mais a especulação [...].

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O processo descrito anteriormente ilustra a seguinte política econômica desenvolvida no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1891:

a) creditismo

b) federalismo

c) naturalização

d) encilhamento

9. (UFPEL-RS-2006) Entre 1893 e 1895, o Sul do Brasil foi palco de uma sangrenta guerra que colocou frente a frente republicanos jacobinos e positivistas contra os antigos liberais do regime monárquico. A violência das facções, o terror indiscriminado e, sobretudo, o apelo a chavões ideológicos como justificadores da ação bélica e repressiva antecipam as carnificinas do século XX cometidas em nome de ideais progressistas ou reacionários.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1993.

A guerra civil descrita no texto foi a

a) Guerra do Contestado.

b) Revolta dos Mückers.

c) Revolta da Armada.

d) Revolução Federalista.

e) Revolução Farroupilha.

9. (UFRN) O movimento militar chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, proclamou a República no Brasil, implantando um modelo de governo que se declarava democrático. Décio Saes, ao estudar posteriormente esse movimento, afirma que a democracia nascente definia-se desde logo como uma democracia elitista e limitada, que correspondia a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de terras no plano das instituições políticas, configurando um novo modelo de exclusão política.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

Pode-se afirmar que a democracia da República Velha foi um novo modelo de exclusão política na medida em que, nesse período,

a) implantou-se o federalismo, em que cada estado-membro ganhava autonomia para eleger o governador do estado e os deputados, que deveriam ser grandes proprietários rurais.

b) adotou-se como sistema de governo o presidencialismo, em que o presidente da República deveria escolher seus ministros entre os grandes cafeicultores paulistas.

c) garantiu-se o direito de voto aos brasileiros do sexo masculino, maiores de 21 anos, excetuando analfabetos,

mendigos, soldados e religiosos sujeitos à obediência eclesiástica.

d) proclamou-se a independência entre o Estado e a Igreja, pondo fim ao regime do padroado, vigente no Império, embora fosse vetado o acesso de protestantes aos cargos públicos.

10. (UNESP–2011) [...] “Confeitaria do Custódio”. Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes, e conseqüentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. Por que é que não adotava esse alvitre? Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Obra completa, 1904.

O fragmento, extraído do romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, narra a desventura de Custódio, dono de uma confeitaria no Rio de Janeiro, que, às vésperas da Proclamação da República, mandou fazer uma placa com o nome “Confeitaria do Império” e agora temia desagradar ao novo regime. A ironia com que as dúvidas de Custódio são narradas representa o

- a) desconsolo popular com o fim da monarquia e a queda do imperador, uma personagem política idolatrada.
- b) respaldo da sociedade com que a Proclamação da República contou e que a transformou numa revolução social.
- c) alheamento de parte da sociedade brasileira diante do conteúdo ideológico da mudança política.
- d) reconhecimento, pelos cidadãos brasileiros, da ampliação dos direitos de cidadania trazidos pela República.
- e) impacto profundo da transformação política no cotidiano da população, que imediatamente apoiou o novo regime.

12. (UFMS-RS) A Constituição Brasileira de 1891 estabeleceu a organização de um Estado Federal. Sobre o período histórico e essa Constituição, pode-se afirmar que

- a) efetivou a República federal presidencialista, através da divisão dos três poderes e da transformação das províncias em estados-membros com autonomia relativa.
- b) consolidou a República no Brasil, através de um governo parlamentar fundamentado na doutrina positivista.
- c) seguiu o modelo federal dos EUA, no qual os estados-membros teriam total independência e só permaneceriam unidos em questões relativas ao comércio internacional e em casos de guerra.

d) criou a República e, pela primeira vez, garantiu o voto ao analfabeto, tendo como característica inovadora a concentração do poder no Legislativo.

e) fortaleceu o sistema presidencialista e o pluripartidarismo e restringiu os poderes do Legislativo, enfraquecendo os poderes dos coronéis regionais.

13. (Unimontes-MG) Na última década do século XIX, o Rio Grande do Sul foi palco da Revolução Federalista. Acerca dessa revolução, é CORRETO afirmar que

- a) o conflito, após longos anos de combate, terminou com a vitória dos federalistas, cuja hegemonia política duraria até os anos 20 do século seguinte.
- b) o conflito repetia a Guerra da Cisplatina e, mais uma vez, evoluiu de uma divergência de famílias para um movimento de caráter separatista.
- c) o conflito opôs interesses políticos de republicanos e federalistas que disputavam a hegemonia político-administrativa e divergiam quanto ao modelo ideal de nação.
- d) o conflito, no qual se opunham estancieiros e as elites urbanas, teve um caráter estritamente regional, motivo pelo qual a União não interferiu no mesmo.

14. (UERJ) Poucos anos após sua proclamação, a república no Brasil já sofria contestações. A Revolta da Armada, que eclodiu no governo de Floriano Peixoto, refletiu as insatisfações decorrentes da implantação do sistema republicano no país, somando-se a outras rebeliões como a Federalista, ocorrida na mesma época, no Rio Grande do Sul. Esta última, apesar de ser uma rebelião regional, também foi influenciada pelas tensões políticas que caracterizaram esse governo.

a) Explique um fator que tenha levado os membros da Marinha a se rebelarem contra o governo de Floriano Peixoto.

b) Descreva a situação política do Rio Grande do Sul durante esse governo, de forma a explicar a aproximação entre federalistas gaúchos e integrantes da Revolta da Armada.

15. (UFMG–2009) Observe a imagem:



REVISTA ILUSTRADA, 16 nov. 1889.

A partir dessa análise e considerando outros conhecimentos sobre o assunto,

a) Identifique o significado de cada uma das três figuras humanas que aparecem em destaque nessa imagem e analise a mensagem política nela contida.

b) Analise o papel dos militares no processo referido nessa imagem.

16.(UERJ–2010)

Bandeira do Império do Brasil.



Bandeira adotada pela República



CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, instituiu a necessidade de revisão dos símbolos nacionais. A nova bandeira, por exemplo, expressou rupturas e continuidades, bem como a valorização de determinadas ideias para o novo regime. Aponte a corrente político-filosófica que interferiu na remodelação da bandeira brasileira e o argumento dessa corrente para a condenação do regime monárquico.

Seção ENEM

1. (Enem–2009) A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei. Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

- a) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.
- b) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.
- c) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.
- d) o texto da Carta de 1891 já permitia o voto feminino.
- e) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas os indivíduos do sexo masculino.

2. (Enem–2010) Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como

herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro.

CARVALHO, J. M. C. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Ei-lo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão! É Tiradentes quem passa / Deixem passar o Titão.

ALVES, C. Gonzaga ou a revolução de Minas. In: CARVALHO, J. M. C. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A 1ª República brasileira, nos seus primórdios, precisava constituir uma figura heroica capaz de congregar diferenças e sustentar simbolicamente o novo regime. Optando pela figura de Tiradentes, deixou de lado figuras como frei Caneca ou Bento Gonçalves. A transformação do inconfidente em herói nacional evidencia que o esforço de construção de um simbolismo por parte da República estava relacionado a) ao caráter nacionalista e republicano da Inconfidência, evidenciado nas ideias e na atuação de Tiradentes.

b) à identificação da Conjuração Mineira como o movimento precursor do positivismo brasileiro.

c) ao fato de a Proclamação da República ter sido um movimento de poucas raízes populares, que precisava de legitimação.

d) à semelhança física entre Tiradentes e Jesus, que proporcionaria, a um povo católico como o brasileiro, uma fácil identificação.

e) ao fato de frei Caneca e Bento Gonçalves terem liderado movimentos separatistas no Nordeste e no Sul do país.